

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO**

CLAUDIANE APARECIDA DE SOUSA

**PROCESSOS COMUNICACIONAIS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DOS
ATINGIDOS POR BARRAGENS DE MARIANA/MG E BRUMADINHO/MG:
O crime socioambiental sob o ponto de vista dos sujeitos comunicantes**

São Leopoldo/RS

2021

CLAUDIANE APARECIDA DE SOUSA

**PROCESSOS COMUNICACIONAIS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DOS
ATINGIDOS POR BARRAGENS DE MARIANA/MG E BRUMADINHO/MG:
O crime socioambiental sob o ponto de vista dos sujeitos comunicantes**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Efendy
Maldonado Gómez de La Torre

São Leopoldo/RS

2021

S729p Souza, Claudiane Aparecida de
Processos comunicacionais na construção da cidadania dos atingidos por barragens de Mariana/MG e Brumadinho/MG: o crime socioambiental sob o ponto de vista dos sujeitos comunicantes na construção da cidadania / Claudiane Aparecida de Sousa. – São Leopoldo - RS, 2021.
352 f. : il. ; 29 cm.

Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação) Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo-RS, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado Gómez de La Torre.

Inclui referências.

1. Atingidos. 2. Processos comunicacionais. 3. Transmetodologia. 4. Cidadania. 6. Crime. I. Título. II. La Torre, Alberto Efendy Maldonado Gómez. III. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

CLAUDIANE APARECIDA DE SOUSA

**PROCESSOS COMUNICACIONAIS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DOS
ATINGIDOS POR BARRAGENS DE MARIANA/MG E BRUMADINHO/MG:**

O crime socioambiental sob o ponto de vista dos sujeitos comunicantes

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em (dia) (mês) (ano)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado Gómez de La Torre – UNISINOS – Orientador (Participação por Webconferência)

Prof. Dra. Maria Del Rosario Millan – UNAM (Participação por Webconferência)

Prof. Dra. Tamires Ferreira Coêlho – UFMT (Participação por Webconferência)

Prof. Dr. Castor Mari Martin Bartolome Ruiz – UNISINOS (Participação por Webconferência)

Prof. Dra. Jiani Adriana Bonin – UNISINOS (Participação por Webconferência)

À vovó Conceição e a tia Marília que já estão no plano espiritual, mas continuam sendo minha maior força e inspiração na vida, minha eterna gratidão a vocês por todos os ensinamentos!

AGRADECIMENTOS

E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar.
(Caminhos do coração – Gonzaguinha)

Uma tese de doutoramento é sempre uma pesquisa elaborada a muitas mãos, afetos, olhares, ensinamentos e corações. É uma filha gestada e que traz consigo um pouco de cada encontro pujante e transformador que atravessou os meus caminhos em toda esta trajetória de vida e profissão. São tantas e tantos para agradecer e para dedicar...

Antes de tudo, quero agradecer a Deus, por abençoar todos os dias da minha vida, por iluminar meu caminho e me dar forças para seguir sempre em frente.

Aos meus pais, João e Geralda, que se doaram e abdicaram aos seus sonhos, para que eu pudesse alcançar os meus. Essa conquista não é só minha, mas nossa. Sempre me educaram a agir com respeito, simplicidade, dignidade, honestidade e amor ao próximo. Agradeço pela paciência e compreensão com minha ausência durante essa jornada.

Aos meus irmãos Cristiane, João Carlos e Clarice, pela amizade, carinho e companheirismo de sempre; pelo apoio e incentivo incondicional.

Às minhas queridas sobrinhas Isabela e Vitória – o meu anjo tradutor, pela amorosidade a esta tia nada convencional.

Ao Fabiano, por todo o amor e por jamais me deixar desanimar, sendo sempre o companheiro e parceiro para as horas boas e também as difíceis.

Ao Nilmar Lage, por colaborar comigo rumo a essa formação, com fotos carregadas de significados e simbolismo. Sua sensibilidade deu um novo colorido à investigação.

À Sandra, Roberta e Marcilei, pela amizade, pelas confidências e conselhos compartilhados.

Às companheiras e companheiros da Casa Cardoner, minha família *multilética*. Não citarei nomes por receio de deixar pessoas queridas de fora. Saibam que os dias em São Leopoldo/RS foram mais leves ao lado de vocês.

À Beth Louro pela leitura atenta e comprometida com toda a tese. E por todas as orações quando eu imaginava que não ia dar conta.

Agradeço ao professor Efendy Maldonado, a oportunidade de tê-lo como orientador. Agradeço pela confiança, pela amizade, conselhos e paciência. O senhor é um exemplo de simplicidade, compreensão e competência. Preocupado não só com a realização da pesquisa, mas principalmente com o ser humano. E que eu possa sempre contar com o privilégio da sua amizade.

Aos colegas do Grupo PROCESSOCOM, pela receptividade e por terem dividido comigo muito mais que conhecimento e aprendizado, mas companheirismo e afetividade. Aos companheiros da Rede AMLAT, pelas contribuições para o meu desenvolvimento enquanto pesquisadora e também enquanto ser humano.

Às professoras Jiani Bonin e Tamires Coêlho, minha eterna gratidão pela boa vontade e disponibilidade e, também, pelas ótimas contribuições, direcionamentos e conhecimentos ofertados por vocês na minha Banca de Qualificação.

Aos professores e professoras, colegas e demais funcionários (as) do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, da UNISINOS, pelos conhecimentos partilhados, afeições e gentilezas para o caminhar no doutoramento e na vida.

Por derradeiro, e nem por isso menos importante, gostaria de agradecer a todos os atingidos e a todas as atingidas. Homens e mulheres que possuem uma vida marcada por lutas, resistências e também vitórias. Este trabalho é sobre vocês e para vocês. Gratidão pelo acolhimento e pela confiança. Sai desta pesquisa mais sensível e com mais garra para seguir lutando. Avantes!

BRUMADINHO (OU: O SEGUNDO CRIME DA VALE)

Uma. Duas. Três centenas sob a lama.
E quem ama
do lado de fora, no pranto, na fé, na cama,
só quer um corpo pra enterrar.
Chama, clama
por justiça, por prisões, punições.
Três anos, dois meses e vinte dias
foram insuficientes para haver justiça,
de qualquer tipo.
O Rio Doce ficou amargo, salgado, azedou.
O Paraopeba, este da minha infância em Juatuba
agora vai pelo mesmo caminho de rejeitos
rejeitados.
Tem jeito?
Tem jeito pra algo neste Brasil?
O cara eleito, que promete agilizar a vida das mineradoras,
que dá uma banana para o meio ambiente.
No Estado, o eleito que promete auto licenciamento.
As empresas devem ter aplaudido, vibrado:
– TÁ TUDO LIBERADO!
E dá-lhe dreno estragado.
E abre a torneira máxima do lucro.
E rompe.
E mata. Uma, duas, três centenas de vidas,
que deixam viúvas, órfãos, crianças, amigos, colegas de trabalho
(que, aliás, não pararam de trabalhar nas outras minas
assassinadas.
Nem por um dia.)
Fora as outras milhares de vidas, as incontáveis, as que dependem do rio.
O que era Doce, virou paisagem.
Paisagem morta.
E o que era Largo, vai se estreitar com tanta lama dura, velha, velhaca.
(Paraopeba. Do tupi: “rio largo”.
Era largo na minha infância toda.
Na ponte que corta a estrada.
Agora será barro, não largo.)
Tem jeito?, eu dizia.
Não, não tem.
Porque agora vai só piorar.
Aluno vai filmar professor. Não vai mais aprender, debater, discutir, se abrir.
Vai policiar.
Aluno vai bater continência em sala de aula.
Aluno vai recitar a bíblia.
Não vai aprender sobre ambiente. Nem meio.
Da lama, não vai brotar nada.
Dos corpos, enterrados antes da hora,
sem serem velados por quem os ama,
pode brotar poema.
Pode brotar dilema.
Pode brotar até um pouco de reflexão passageira.
Mas Mariana me ensina, nos ensina,
que não brotará justiça.
O que virá daqui a três anos, dois meses, vinte dias?
Não vale esperar pra ver.
(Kika Castro)

RESUMO

A tese apresenta como objetivo geral (re) construir com os atingidos os processos comunicacionais nos discursos produzidos pelos *sujeitos comunicantes* em articulação com suas ações políticas, sociais, culturais, jurídicas e ambientais nas multidimensionalidades e na construção da cidadania. Propomos um deslocamento do conceito de cidadania além do texto constitucional de 1988. Nossa escolha justifica-se devido à necessidade, nas sociedades pós-industriais, de acender entre seus membros um tipo de identidade em que eles se reconheçam, superando assim a falta de adesão de que eles padecem (CORTINA, 2005). Assim sendo, a cidadania deve ser analisada e interpretada, ao longo da história em sua conformação social, econômica, civil e intercultural, para a partir desse ponto compreendermos os processos comunicacionais que perpassam pelos atingidos por barragens. Dito isso, o *corpus* de análise compreendeu as notícias do portal online *Folha de São Paulo*, *Estado de Minas*, *BBC Brasil*, *Brasil de Fato*, *A Sirene*, jornal laboratório *Lampião*, a revista laboratório *Curinga*, os *sites* da Fundação *Renova* e da mineradora *Vale S.A.*, além das *fanpages* da *Samarco* e da comunidade *EU LUTO Brumadinho vive* sobre os rompimentos tanto da barragem de Fundão em Mariana/MG quanto o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho/MG. Para tanto, recorreremos a autores do campo da Comunicação (SILVERSTONE, 2002; MARTÍN-BARBERO, 2001; GIDDENS, 1997; VERÓN, 2005, TRAQUINA, 2005; PERUZZO, 2007; HENN, 2010; MALDONADO 2002, 2006, 2008), enquanto para a análise do discurso nos valem de (FAIRCLOUGH, 2001) e para a análise de conteúdo (BARDIN, 2008). Destacam-se, o uso excessivo das fontes de autoridade, conexo a espetacularização e o discurso sobre a necessidade econômica do setor mineral para Minas Gerais; o silenciamento de outras vozes e à frivolidade da cobertura midiática ao tratar dos atingidos, sem abalroamento do enredamento de acontecimentos críticos que abarcam justiça socioambiental. Enquanto nos itinerários de campo, acompanhamos por três anos o cotidiano das comunidades atingidas, *in loco*, além de participar de feiras de saúde e reuniões entre atingidos, registradas em diário de campo. Para tanto toda a pesquisa foi permeada pelo estudo *transmetodológico* (MALDONADO, 2013; 2019) em que contextos micro e macro se trespassam e se inter-relacionam para articular os eixos que percorrem a pesquisa (*sujeitos comunicantes*, cidadanias, discursos midiáticos, movimentos socio comunicacionais e biosfera). Logo, a pesquisa tem encaminhamentos distintos quanto aos resultados alcançados. Nessa acepção, a análise de discurso realizada solidifica a percepção de que, hodiernamente, não mais se pode aferir a atuação de uma empresa sem considerar as implicações de sua

atividade sobre a sociedade e seu meio, sequer desconhecer as responsabilidades que tocam à corporação nesse sentido. Tampouco, os aspectos sociológicos e as dimensões não econômicas da responsabilidade social e sustentabilidade representam perdas para os atingidos que não podem ser pecuniariamente contabilizadas, pois foram perdas de direitos, redução nos modos de vida, danos humanos, sociais e ambientais imensuráveis. Portanto, é razoável expor que os rompimentos das barragens tanto em Mariana/MG quanto em Brumadinho/MG, evidenciam-se como a natureza tornou-se um alibi na produção capitalista caracterizando-os como dois crimes corporativos.

Palavras-chave: Atingidos. Processos Comunicacionais. Transmetodologia. Cidadania. Crime.

RESUMEN

La tesis presenta como objetivo general (re) construir con los afectados los procesos comunicacionales en los discursos producidos por los sujetos comunicantes en articulación con sus acciones políticas, sociales, culturales, legales y ambientales en las multidimensionalidades y en la construcción de ciudadanía. Proponemos un cambio en el concepto de ciudadanía más allá del texto constitucional de 1988. Nuestra elección se justifica por la necesidad, en las sociedades postindustriales, de encender entre sus miembros un tipo de identidad en la que se reconozcan, superando así la carencia de adherencia sufren (CORTINA, 2005). Por tanto, la ciudadanía debe ser analizada e interpretada, a lo largo de la historia, en su conformación social, económica, civil e intercultural, para que desde este punto podamos comprender los procesos comunicacionales que atraviesan los afectados por las represas. Dicho esto, el *corpus* de análisis comprendió las noticias del portal en línea *Folha de São Paulo*, *Estado de Minas*, *BBC Brasil*, *Brasil de Fato*, *A Sirene*, laboratorio de periódicos *Lampião*, laboratorio de revistas *Curinga*, los sitios web de la Fundación *Renova* y la minería empresa Vale SA, además de las fanpages de Samarco y la comunidad *EU LUTO - Brumadinho* vive de las interrupciones tanto de la presa Fundão en Mariana / MG como de la presa de la mina Córrego do Feijão en Brumadinho / MG. Para ello, recurrimos a autores en el campo de la Comunicación (SILVERSTONE, 2002; MARTÍN-BARBERO, 2001; GIDDENS, 1997; VERÓN, 2005, TRAQUINA, 2005; PERUZZO, 2007; HENN, 2010; MALDONADO 2002, 2006, 2008), mientras que para el análisis del discurso utilizamos (FAIRCLOUGH, 2001) y para el análisis de contenido (BARDIN, 2008). Destacan el uso excesivo de fuentes de autoridad, relacionado con la espectacularización y el discurso sobre la necesidad económica del sector minero para Minas Gerais; el silenciamiento de otras voces y la frivolidad de la cobertura mediática al tratar con los afectados, sin chocar con el enredo de hechos críticos que engloban la justicia socioambiental. En los itinerarios de campo, monitoreamos la vida cotidiana de las comunidades afectadas durante tres años, *in loco*, además de participar en ferias y encuentros de salud entre los afectados, registrados en el diario de campo. Para ello, toda la investigación estuvo permeada por el estudio transmetodológico (MALDONADO, 2013; 2019) en el que micro y macro contextos se cruzan e interrelacionan para articular los ejes que atraviesan la investigación (sujetos comunicantes, ciudadanía, discursos mediáticos, movimientos sociocomunicacionales). y biosfera). Por tanto, la investigación tiene diferentes pautas en cuanto a los resultados obtenidos. En este sentido, el análisis del discurso realizado solidifica la percepción de que,

hoy en día, ya no se puede medir el desempeño de una empresa sin considerar las implicaciones de su actividad en la sociedad y su entorno, sin desconocer las responsabilidades que tocan a la corporación en este sentido. Tampoco los aspectos sociológicos y las dimensiones no económicas de la responsabilidad social y la sostenibilidad representan pérdidas para los afectados que no pueden ser contabilizados económicamente, ya que fueron pérdidas de derechos, reducción de formas de vida, inconmensurables daños humanos, sociales y ambientales. Por tanto, es razonable exponer que las roturas de las represas tanto en Mariana / MG como en Brumadinho / MG, muestran cómo la naturaleza se ha convertido en una coartada en la producción capitalista, caracterizándolas como dos delitos corporativos.

Palabras-clave: Afectados. Procesos de comunicación. Transmetodología. Ciudadanía. Crimen.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Eixos norteadores que permearão toda a tese	23
Figura 2 - 10 premissas propostas por Maldonado (2013) para a transmetodologia.....	28
Figura 3 - Fases para a composição da pesquisa	52
Figura 4 - Clodomiro, atingido do município de Acaiaca/MG	61
Figura 5 - Nos campos da pesquisa - Sr. João - atingido e a autora	73
Figura 6 - O caminho da lama da Barragem de Fundão em Mariana/MG	76
Figura 7 - Dispersão da lama no leito do Rio Paraopeba e as barragens de rejeito do entorno.	78
Figura 8 - Restos de uma das casas da rua principal de Bento Rodrigues	88
Figura 9 - Dorinha, atingida, moradora de Guerra, subdistrito de Barra Longa/MG.....	100
Figura 10 - Arredores da Mina do Córrego do Feijão, posteriormente a queda da barragem	106
Figura 11 - Vista parcial da barragem de Fundão, posterior ao derramamento da lama.....	143
Figura 12 - Ruína de uma das casas de Bento Rodrigues. A placa sobre o alerta "ao ouvir a sirene evacue a área" foi colocada quando a lama já tinha destruído tudo.....	149
Figura 13 – Fachada da escola estadual depois da lama da <i>Samarco</i>	162
Figura 14 - Visão parcial da plantação de hortaliças na propriedade de Claudia, atingida da zona rural de Mário Campos	164
Figura 15 – <i>Prints</i> de recortes ilustrativos de algumas das postagens da <i>fanpage</i> da <i>Samarco</i> no primeiro mês do rompimento da barragem de Fundão.....	174
Figura 16 - <i>Print</i> da manchete da primeira notícia publicada no jornal <i>Estado de Minas</i>	183
Figura 17 - <i>Print</i> da manchete publicada no jornal Folha de São Paulo.....	183
Figura 18 – <i>Print</i> da capa do jornal Folha de São Paulo do dia 6 de nov. de 2015	184
Figura 19 - <i>Print</i> jornal <i>BBC Brasil</i>	186
Figura 20 - <i>Print</i> da ed. 0 - Jornais com a comunidade - Barra Longa/MG.....	197
Figura 21 - <i>Print</i> da capa da ed. 0 - Jornais com a comunidade - Mariana/MG	198
Figura 22 - <i>Print</i> das páginas 2,3,4 e 5 da ed. 0 - Jornais com a comunidade - Mariana/MG	199
Figura 23 - <i>Print</i> ed. 0 de 05 de fevereiro de 2016 - Jornal <i>A Sirene</i>	203
Figura 24 - <i>Print</i> das páginas 4 e 5 - ed. n. 8 de 05 de novembro de 2016 - Jornal <i>A Sirene</i>	204
Figura 25 - <i>Print</i> ed. n. 20 de 05 de novembro de 2017 - Jornal <i>A Sirene</i>	205
Figura 26 - <i>Print</i> das páginas 8 e 13 - ed. n. 20 de 05 de novembro de 2017 - Jornal <i>A Sirene</i>	207
Figura 27 - <i>Print</i> das páginas 6 e 7 - ed. n.32 de 05 de novembro de 2018 - Jornal <i>A Sirene</i>	209

Figura 28 - <i>Print</i> do recorte da ed. 43 de 05 de novembro de 2019 - Jornal <i>A Sirene</i>	212
Figura 29 - <i>Prints</i> de recortes da ed. n. 0/ fevereiro de 2016 e da ed. n.35/fevereiro de 2019 - Jornal <i>A Sirene</i>	213
Figura 30 - <i>Print</i> jornal O Lampião - Ed. n.21 - Dezembro/2015.....	215
Figura 31 - <i>Print</i> Revista Curinga - Ed. n.16/especial - Abril de 2016	216
Figura 32 - Marcha do MAB nos atos de 01 ano de crime da barragem de Fundão/2016.....	219
Figura 33 - Vista parcial de Bento Rodrigues e do ato de protesto "um ano de lama e luta"	220
Figura 34 - Bandeira e identidade visual do MAB - Ocupação dos atingidos e atingidas/Escritório da Fundação Renova	225
Figura 35 - <i>Print</i> do recorte do pronunciamento do Diretor-presidente da Vale S.A.	229
Figura 36 - <i>Print</i> do recorte do <i>site</i> Somos REdescobridores	230
Figura 37 - <i>Print</i> dos vídeos vinculados ao REdescobridores	231
Figura 38 - Perfil da comunidade <i>EU LUTO - Brumadinho vive</i>	233
Figura 39 - Objetivos da <i>fanpage EU LUTO - Brumadinho vive</i>	235
Figura 40 - III encontro de cura ancestral de Brumadinho/MG	236
Figura 41 - O vírus da COVID-19 nas populações indígenas atingidas de Brumadinho/MG.....	238
Figura 42 - Relato de um comunicador da comunidade <i>EU LUTO - Brumadinho vive</i>	239
Figura 43 - Jornal <i>online Folha de São Paulo</i> - 25 de janeiro de 2019.....	242
Figura 44 - Jornal <i>online Brasil de Fato</i> - 01 de fevereiro de 2019	244
Figura 45 - Ocupação dos atingidos no escritório da Fundação Renova.....	247
Figura 46 - Igreja de Sant'Ana e São João, distrito de Fonseca/Alvinópolis-MG.....	262
Figura 47 - Vegetação às margens do rio Gualaxo.....	263
Figura 48 - Vista lateral da casa do Sr. Antônio e Adriana.....	264
Figura 49 - Sérgio Papagaio e a autora.....	265
Figura 50 - Simária Quintão (à esquerda) e dona Terezinha (à direita)	269
Figura 51 - Ruínas de uma das casas de Bento - Rua principal.....	272
Figura 52 - Restos da mangueira e o galpão que foi erguido no lugar da antiga igreja católica	272
Figura 53 - Vista parcial de Bento, 02 anos e 09 meses após o crime da <i>Samarco</i>	274
Figura 54 - Sr. Bilu - atingido, morador de Guerra, subdistrito de Barra Longa/MG.....	275
Figura 55 - Sr. João - atingido, morador de Gesteira/Barra Longa-MG	276
Figura 56 - Folder da I feira da saúde de Barra Longa/MG	277
Figura 57 - I feira da saúde de Barra Longa/MG	278
Figura 58 - Vista da sede da Colônia de pescadores Z-19 - Ao fundo (de pé) Sr. Rodolfo ...	283

Figura 59 - Sr. Bernardo, - atingido e garimpeiro um dos sobreviventes que a lama tinha arrastado por quilômetros/Ocupação escritório <i>Renova</i>	286
Figura 60 - O mar da Vila de pescadores de Regência/ES.....	292
Figura 61 - Projeto TAMAR/Regência-ES	293
Figura 62 - Fabrício - atingido e morador de Regência/ES.....	295
Figura 63 - Vista parcial de onde os barcos ficam ancorados/Regência-ES	296
Figura 64 - Sr. Leone e a autora nas dependências da Associação Pesqueira.....	298
Figura 65 - Tanques dos cativeiros para criação dos peixes depois da lama/Regência-MG..	299
Figura 66 - Caminhão pipa da Vale S.A. lavando as ruas do Córrego do Feijão.....	302
Figura 67 - Trabalhadores laborando na reparação dos danos	303
Figura 68 - Rogério - atingido e a autora no local onde era cultivada a horta	306
Figura 69 - Atingida da <i>Vale S.A.</i> em Brumadinho/MG e a foto do parente que a lama levou	307
Figura 70 - Assembleia dos atingidos para solicitar o fornecimento de água potável	308
Figura 71 - Índio Pataxó Hã-hã-hãe, da aldeia Naô Xohã.....	309
Figura 72 – Memorial aos atingidos (mortos) na barragem da Mina do Córrego do Feijão ..	311
Figura 73 - Recorte da matéria escrita por Marina Oliveira, moradora de Brumadinho/MG.	314

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de projetos ingressados durante a pandemia/2020.....	133
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - 22 textos selecionados (amostra não intencional e intencional)	54
Quadro 2 - Análise da postagem da <i>fanpage</i> da <i>Samarco</i> durante o primeiro mês do crime.	174
Quadro 3 - Transcrição do discurso do Diretor-presidente da <i>Samarco</i> Ricardo Vescovi no dia 05/11/2015.....	175
Quadro 4 - Transcrição de alguns comentários realizados sob a postagem do vídeo do pronunciamento do Diretor-presidente da <i>Samarco</i> Ricardo Vescovi no dia 05/11/2015	179
Quadro 5 - Palavras usadas pelos jornais para descrever o acontecimento.....	190
Quadro 6 - Descrição da capa, contracapa e enquadramento noticioso da ed. 0/2017 - Jornais com a comunidade/ <i>Fundação Renova</i>	196
Quadro 7 - Palavras usadas pelos jornais para descrever o acontecimento.....	243

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 ARRANJOS METODOLÓGICOS: PERSPECTIVAS DE UMA RACIONALIDADE DESENVOLVIDA NO PERCORRER DOS CAMINHOS	31
2.1 A transmetodologia como equilíbrio: uma metodologia transformadora.....	35
2.2 O campo de pesquisa: lugar de largada para a constituição do conhecimento	51
2.2.1 A pesquisa da pesquisa integrada a pesquisa teórica.....	52
2.2.2 A pesquisa metodológica.....	56
2.2.3 A pesquisa exploratória	62
3 O ROPIMENTO MOTIVOU O INÍCIO: DISPOSIÇÃO DA PROBLEMÁTICA	71
3.1 Mobilizações para a pesquisa	72
3.2 Problematização: onde Mariana/MG e Brumadinho/MG se encontram.....	74
3.3 Objetivos.....	91
3.3.1 Objetivo geral	91
3.3.2 Objetivos específicos.....	91
3.4 Justificativa	92
4 CONTEXTUALIZAÇÕES DA HISTÓRIA DA MINERAÇÃO.....	102
4.1 A Legislação Ambiental Brasileira	107
4.1.1 Licenciamento Ambiental Brasileiro.....	109
4.1.2 Licenciamento Ambiental em Minas Gerais	112
4.2 O Ministério Público e a defesa do meio ambiente: os instrumentos de transação e ajustamento de conduta	114
4.3 Panorâmica sobre as Barragens de Mineração	118
4.4 Circunstâncias Sociopolíticas da Mineração.....	121
4.5 Brasil e outros Países Latino Americanos: neoextrativismo e conflitos socioambientais	126
4.5.1 O Chile e as comunidades tradicionais: luta e resistência ao neoextrativismo	130
4.5.2 Peru: a desigualdade social causada pelo neoextrativismo	134
4.5.3 Colômbia: o investimento estrangeiro direto e os conflitos socioambientais	135
4.6 Mineração e globalização: os recursos naturais em disputa	137
4.7 O Empreendedor/Colonizador Mineiro e a construção da Exploração das Minas..	145
5 OS MOVIMENTOS TEÓRICOS QUE SUSTENTAM A PESQUISA.....	150

5.1	Cidadanias por quê?	153
5.2	Discursos Midiáticos	165
5.2.1	As escolhas: o discurso das mídias e a análise crítica do discurso	167
5.2.1.1	<i>A queda da barragem de Fundão em Mariana/MG e a mídia</i>	172
5.2.1.1.1	<i>A fanpage/facebook da Samarco</i>	172
5.2.1.1.2	<i>Portais on-line: Jornal O Estado de Minas, Jornal Folha de São Paulo e Jornal BBC Brasil</i>	182
5.2.1.1.3	<i>O Ministério Público e o TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta</i>	190
5.2.1.1.4	<i>Jornais com a comunidade – Fundação Renova</i>	195
5.2.1.1.5	<i>Os governos, as mineradoras, o TTAC e a Fundação Renova</i>	199
5.2.1.1.6	<i>Jornal A Sirene – para não esquecer</i>	201
5.2.1.1.7	<i>O jornal Lampião e a revista Curinga - produtos laboratoriais do curso de jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto em Minas Gerais</i>	214
5.2.1.1.8	<i>O Movimento dos Atingidos por Barragens</i>	217
5.2.1.2	A queda da barragem da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho e a mídia da Vale S.A.	226
5.2.1.2.1	<i>O Site da Vale S.A.</i>	226
5.2.1.2.2	<i>A fanpage/facebook EU LUTO – Brumadinho vive.</i>	233
5.2.1.2.3	<i>O jornal on-line Folha de São Paulo X o jornal on-line Brasil de Fato</i>	240
5.3	Os sujeitos comunicantes: histórias de resistências	244
5.3	A Biosfera: Mãe Terra, território e natureza se entrelaçam por meio das culturas e identidades de cada comunidade	250
6	ATINGIDOS: ENTRE O LUGAR REAL E O LUGAR IMAGINÁRIO	259
6.1	A primeira caminhada – junho de 2018	261
6.2	A segunda caminhada – agosto de 2018	267
6.3	A terceira caminhada – A Colônia de Pescadores Z-19	280
6.4	A quarta caminhada – A ocupação dos atingidos no Escritório da Fundação Renova em Mariana/MG	283
6.5	A quinta caminhada – a ida a campo na cidade de Naque/MG – casa de dona Vida	287
6.6	A sexta caminhada – comunidade de Regência/ES	289
6.7	A sétima caminhada – comunidades atingidas pela lama da mina do Córrego de Feijão – Brumadinho/MG	2997
7	ONDE MARIANA/MG E BRUMADINHO/MG SE ENCONTRAM?	311

8 NOTAS CONCLUSIVAS	316
REFERÊNCIAS	325

1 INTRODUÇÃO

Ô pacato cidadão, te chamei a atenção
 Não foi à toa, não
 C'est fini la utopia, mas a guerra todo dia
 Dia a dia não
 E tracei a vida inteira planos tão incríveis
 Tramo à luz do sol
 Apoiado em poesia e em tecnologia
 Agora à luz do sol

Pacato cidadão
 Ô pacato da civilização
 Pacato cidadão
 Ô pacato da civilização

Ô pacato cidadão, te chamei a atenção
 Não foi à toa, não
 C'est fini la utopia, mas a guerra todo dia
 Dia a dia não
 E tracei a vida inteira planos tão incríveis
 Tramo à luz do sol
 Apoiado em poesia e em tecnologia
 Agora à luz do sol

Pra que tanta TV, tanto tempo pra perder
 Qualquer coisa que se queira saber querer
 Tudo bem, dissipação de vez em quando é bão
 Misturar o brasileiro com alemão

Pacato cidadão
 Ô pacato da civilização

(Samuel Rosa e Chico Amaral)

Imortalizada pelos mineiros da Banda Skank, na voz de Samuel Rosa, a música “Pacato Cidadão”, exibe uma representação sobre o cidadão brasileiro, que por ora preferiria viver a vida indiferente, sem questionar ou sem exigir nada, em que são deixados de lado os assuntos políticos e sociais, que deveriam ser obrigação de todos, e não estivessem somente nas mãos de governantes e como se o cidadão não conhecesse o componente das questões essenciais que determinam a vida cotidianamente.

Assim, nos versos que abrem este texto, os compositores têm um alvo, pois logo no primeiro verso convocam o ouvinte “Ô Pacato cidadão, te chamei a atenção/ não foi à toa, não/”, onde chamam todo cidadão comum, na posição de ser pacato, a fim de ficar vigilante quanto aos objetivos da vida individual e coletiva. Tal fato vem de encontro até mesmo, contra as questões relativas à formação histórica do povo brasileiro, fortemente mestiço e

cerceado em suas classes mais vulneráveis, sem olvidar o povo negro e índio, escravizado, oprimido pelas elites brancas portuguesas que até os dias atuais são alvo de uma heterogeneidade socioeconômica, na qual necessita ser sobrepujada, que como na canção anuncia o fim de uma utopia – “*c’est fini la utopia*”¹.

Entretanto, conforme aduz Darcy Ribeiro, “O mais grave é que esse abismo não conduz a conflitos tendentes a transpô-lo, porque se cristalizam num *modus vivendi* que apartam os ricos dos pobres, como se fossem castas e guetos”. (RIBEIRO, 1995, p. 24). Importante frisar que o mesmo autor chama a atenção também para um sério aspecto na constituição da consciência brasileira, a ausência de um discernimento pujante de povo: “Nunca houve aqui um conceito de povo, englobando todos os trabalhadores e atribuindo-lhes direitos. Nem mesmo o direito elementar de trabalhar para nutrir-se, vestir-se e morar”. (RIBEIRO, 1995, p. 447).

Portanto, se há uma ausência de consciência por parte de nós brasileiros, como pensarmos, e, logo compreendermos o sentido da palavra ou do significado de “cidadão”? A palavra cidadão atravessa um conjunto extenso de direitos e deveres característicos dos sujeitos relativos a uma comunidade ou Estado que deveriam afiançar ou assessorar sua liberdade, saúde, trabalho, moradia, educação, dentre outros meios necessários a sua sobrevivência.

Tal significado foi construído ao longo da história e se alista à imagem de cidade, de política, de *polis*, palavra de origem grega. Ato contínuo, se associado à política, é muitas vezes malquisto por parte dos brasileiros, que o conectam a politicagem. Porém, política é arte de bem administrar, deliberar e tomar decisões, daí a completa semelhança com o significado de cidadão. É razoável denotar que “cidadão” constitui-se num sujeito ativo, comunicativo, crítico, resistente, lutador, conhecedor de fatos políticos, das incoerências, das legislações, das garantias fundamentais à sobrevivência e informações diversas, que uma vez ampliadas atuam diretamente no poder de voz e de ser ouvido. Dito isso, sabemos que participar de decisões dentro e fora da comunidade, norteiam os rumos da sociedade e por sua vez são atos de cidadania.

Talvez por isso, os mesmos atos de cidadania no Brasil tiveram seu cerne nos meados dos anos 80 e foram mediados pelos sujeitos que atuavam nas pastorais da igreja católica que pautavam sobre cidadania, autonomia dos sujeitos e direitos de uma forma ampla, pois era nas

¹ Trata-se de uma condição avaliada como ideal para se viver em consenso e alegria plena entre indivíduos. É uma maneira de idealizar a sociedade perfeita, com posições mais equânimes para todos.

igrejas que o cidadão conseguia entrar e debater a seu modo as demandas sociais que possuía. (HOLSTON, 2013). Sem esquecer o surgimento do MAB – Movimento de Atingidos por Barragens que nasceu na década de 70 e que de certa forma também discutia a questão do cidadão e a forma de alcançar a cidadania por meio da resistência. Tal movimento se organizou a partir da retirada forçada de direitos políticos e civis em decorrência da ditadura militar, pois a repulsa contra o regime fez com que nascessem distintas formas de organização e luta².

Os anos se passaram e a cada dia ficava mais forte o MAB. Criaram comissões regionais, encontros nacionais e, posteriormente, o movimento passou a ser nacional, atingindo todos os Estados brasileiros. Isso porque as necessidades surgiam dia a dia. Como por exemplo, na década de 90, o avanço do neoliberalismo, trouxe o PND - Plano Nacional de Desestatização que pôs na ordem do dia a entrega do patrimônio público edificado ao longo dos anos com recursos do povo brasileiro.

Desse modo, as lutas que já eram enfurecidas com empresas estatais passaram a ser muito mais difíceis, pois agora teriam que lutar com as empresas transnacionais de diversos setores, aqui em específico, as mineradoras. A partir daí a palavra de ordem dos atingidos passou a ser “águas para vida, não para morte!”. Tal lema passa a ter todo um significado em relação à defesa do meio ambiente e a forma como a natureza é utilizada para enriquecimento de alguns poucos em detrimento da maioria.

Ora! E por que toda essa narrativa sobre as palavras “pacato”, “cidadão”, “pastorais” e “MAB”? Essa narrativa surge, porque para sintetizar sobre essa tese não teríamos outra forma de iniciarmos nossa proposição se não fosse à conexão dos verbetes junto aos movimentos para uma melhor compreensão que tanto das pastorais quanto do próprio MAB foram, e ainda são, espaços de debate dos modelos de cidadania.

Todavia, com a mutação política do Brasil pós-ditadura, a cidadania despontou de tal forma que foi avivada também aos sindicatos, associações, movimentos sociais distintos do MAB, ambientes digitais e tantos outros locais, fazendo com que os crimes praticados pela *Samarco/Vale/BHP Billiton* na queda da barragem de Fundão em Mariana no dia 05 de novembro de 2015 e a queda da barragem da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho no dia 25 de janeiro de 2019 pela empresa *Vale S.A.*, ambos no Estado de Minas Gerais transformassem as experiências e indignações dos sujeitos atingidos numa luta combativa e de

² Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>. Acesso em: 06 jan. 2020.

resistência para alcançar a cidadania comunicacional³ por meio dos protestos que são desvelados mediante as mazelas sofridas pelas pessoas em situação de vulnerabilidade, e sob um viés combatente, que expande e aponta os melindres do cotidiano da sociedade, simbolizando o sujeito marginalizado e que não é ouvido pelas empresas causadoras dos crimes socioambientais, pelos governos e pelas mídias comerciais.

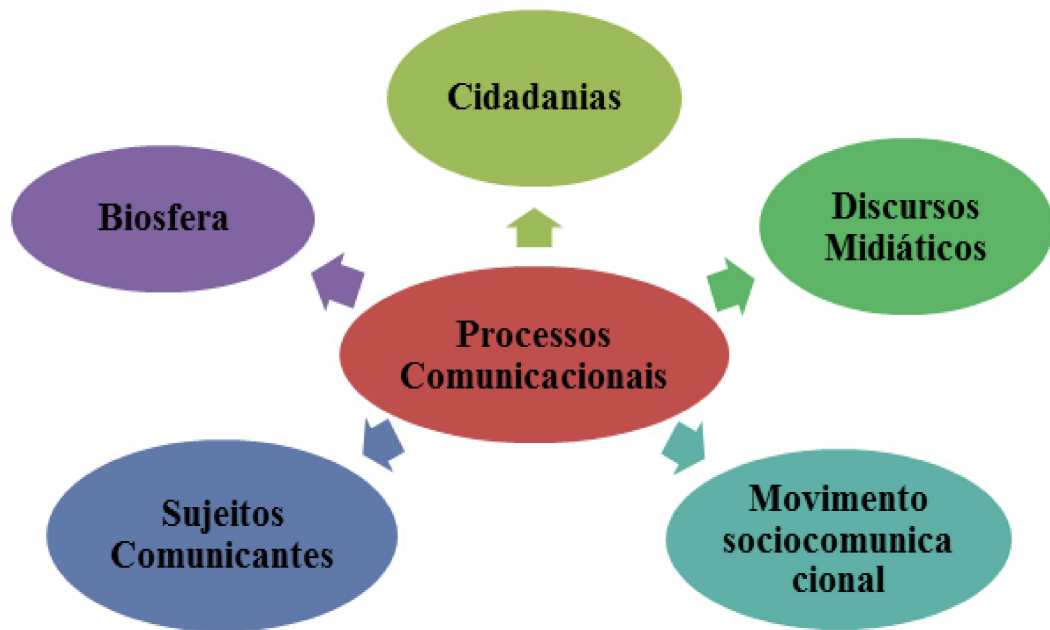
Assim, esta tese está inscrita na Linha de Pesquisa Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação (PPGCC-UNISINOS). O seu percurso é feito como uma viagem que se explora para vislumbrar a cidadania comunicativa e como ocorre sua construção, ou seja, é na luta e na resistência que os *sujeitos comunicantes*/atingidos traçam sinais que caracterizam, dialeticamente, a identidade cultural das comunidades os quais estão inseridos, problematizados na centralização dos processos comunicacionais dos atingidos por barragens.

Não obstante, a tarefa de (re) contar acontecimentos com tamanhas magnitudes representa um desafio significativo. Estruturar relatos que façam sentido e que contemplem os múltiplos discursos e aspectos dos crimes socioambientais demanda uma série de escolhas e estratégias. Assim, A presente tese tem como objetivo geral (re) construir com os atingidos os processos comunicacionais nos discursos produzidos pelos sujeitos comunicantes em articulação com suas ações políticas, sociais, culturais, jurídicas e ambientais nas multidimensionalidades e na construção da cidadania comunicativa.

Para tanto, a investigação dedica-se a 06 (seis) eixos norteadores que sustentam a pesquisa e todos os movimentos teóricos, quais sejam: cidadanias (jurídico-política, social e comunicativa); discursos midiáticos (mídias comerciais, alternativas e fora das mídias jornalísticas – o *facebook* e *sites*); movimento sociocomunicacional (MAB – movimento dos atingidos por barragens); *sujeitos comunicantes* (atingidos) e; biosfera (mãe terra, natureza e território).

³ Implica educar nos meios e com os meios para a mudança; exige superar o instrumentalismo e o funcionalismo, tornando a prática comunicacional um exercício de reflexão criativa, uma força de produção política subversora que potencialize e configure culturas de fraternidade, poesia, fruição estética, afeto, trabalho inventivo, contradição produtiva e multiculturalidade democrática. (MALDONADO, 2015, p. 724).

Figura 1- Eixos norteadores que permeiarão toda a tese



Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe destacar que tanto a queda da barragem de Fundão em Mariana/MG quanto a queda da barragem da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho/MG serão referidos ao longo da tese ora como “crime”, porque quando das investigações realizadas tanto pela Polícia Civil de Minas Gerais quanto pela Polícia Federal que foram as fases instrutórias, levantaram evidências para a tipificação destes eventos enquanto crime na esfera ambiental e penal e, sem olvidar que a Constituição Federal de 1988, preocupou-se em responsabilizar penalmente os agentes causadores de danos ambientais. O art. 225 § 3^o, previu tal sanção, no qual ordena que as condutas e atividades avaliadas lesivas ao meio ambiente reprimirão os transgressores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, afóra a obrigação de reparar os danos ocasionados. (BRASIL, 1988).

Douto ponto, ora como “acontecimento”, que conforme as contribuições do sociólogo e pesquisador francês Louis Quéré “o acontecimento convoca passado e futuro. Faz-nos olhar para trás, olhar diferentemente para detrás, e indagar: onde ele estava anunciado e não foi

⁴ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. (BRASIL, 1988).

percebido? De onde ele vem, e que causas vieram a provocá-lo?”. (QUÉRÉ, 2005, p. 62-63). Isto posto, não sabemos com precisão todas as consequências, ao longo dos anos, que os rompimentos ainda irão ocasionar. É impossível contabilizar todo o inventário dos danos. Tão pouco é razoável calcular a dor de quem perdeu alguém, de quem perdeu o seu meio de sobrevivência e trabalho, de quem perdeu o seu lugar de relação afetiva e histórica, sua identidade, seu modo de vida etc.

Seguidamente, num primeiro momento o acontecimento não é claro, pois a serialidade⁵ daquilo que decorre e que retrata o possível é estilhaçada. O acontecimento é da ordem do fato sem elucidação, sem palavras para apreço qualquer sentimento abstrato, decompondo a ilusória repetição da vida cotidiana. Na obra intitulada “Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento”, Louis Quéré (2005) distingue o acontecimento como o que rompe o contínuo da vida, ou seja, “ele afecta alguém, de uma maneira ou de outra, e que suscita reacções e respostas mais ou menos apropriadas”. (QUÉRÉ, 2005, p. 61).

Seja de forma individual ou de dimensões coletivas, “o acontecimento o é porque interrompe uma rotina, atravessa o já esperado e conhecido, se faz notar por aqueles a quem ele acontece”. (FRANÇA, 2012, p. 13). E é em virtude disso que todo acontecimento não deve ser entendido por si só, mas na afetação que gera a qualquer sujeito e, sem os sujeitos, nenhum acontecimento produz significados e tão pouco é capaz de formar uma série de elos que gerem sentidos.

Por consequência, a especificidade envolvendo acontecimentos com empresas transnacionais que praticam crimes socioambientais como os ocorridos nos municípios mineiros de Mariana e Brumadinho justificam uma pesquisa voltada a investigar as configurações multidimensionais nos processos comunicacionais dos atingidos por barragens – objeto empírico dessa tese, que por ora, são focalizados nas múltiplas dimensões de discursos tanto dos sujeitos atingidos quanto do jornalismo, seja comercial ou alternativo. Para que se possa entender o discurso usado nos jornais incluídos nesta pesquisa, quais sejam: jornal *Estado de Minas* – porque é o jornal comercial mineiro de maior circulação no Estado; jornal *Folha de São Paulo* – trata-se de um periódico de veiculação nacional com uma gama enorme de leitores; *BBC Brasil* – por se tratar de um meio público internacional; e o *Jornal Brasil de Fato* por se tratar de meio jornalístico antagônico para que pudéssemos fazer uma comparação em relação às notícias referentes a queda da Mina do Córrego do Feijão tratada pelo jornal *Folha de São Paulo*; o jornal *A Sirene* – por se tratar de um meio de comunicação

⁵ (SARTRE, 1979).

criado especificamente por abordar as narrativas relativas aos atingidos, pois surgiu após o crime; jornal Laboratório *Lampião* e Revista *Curinga* – são periódicos que existem em decorrência do curso de jornalismo da UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto. E, de mais a mais, do ponto de vista territorial, está do lado de Mariana. Assim, os acadêmicos responsáveis pela produção desses periódicos foram os primeiros a chegarem ao local do acontecimento. Portanto, refletimos que estes são caminhos que consentem escavar a pesquisa sobre os usos dos meios, sem restringir sua essência ao isolamento do que é fidedigno.

Os meios, como por exemplo, os jornais, são considerados como parte de sistemas midiáticos que atuam como produtores de bens simbólicos, com base nos quais se averiguem e perquirem a sua profundidade, nas ações diárias e nas demandas provenientes dos contextos das quedas de barragens e hodiernamente, nas riquezas minerais não só do Brasil, mas do mundo. Desse modo, faz-se proeminente pesquisar os entrecruzamentos extrativistas em detrimento à subserviência dos sujeitos, suas culturas e saberes conforme os seus modos de se fazer como pertencentes a uma determinada comunidade, bem como os distintos cenários de visibilização dos lugares e as apropriações entrelaçadas nos intercâmbios característicos à instância midiática, de maneira a abarcar as relações identitárias⁶, numa arena ampla no que se refere às configurações do campo comunicativo.

Já os discursos dos sujeitos atingidos que ora serão tratados nesta investigação, apresentam como fio condutor a observação da inserção jurídica política dos atingidos que tem desenvolvido através da resistência dos sujeitos que tiveram os territórios onde construíram e viveram suas vidas devastadas, tanto pela lama como também pela mídia. Assim, se partimos do entendimento de que as pautas dos sujeitos com as mídias carecem ser estabelecidas no campo do processo de midiatização, ponderando que a extensão sistêmica das mídias deslocou à sua penetração, nas múltiplas arenas e nos universos sociais e à caracterização de suas lógicas. (VÉRON, 2014). Tal ação supera os alcances midiáticos, anovelando-se aos meios de produção comunicativa dos sujeitos, que teoricamente cunham, recuperam e modificam práticas sociais e comunicacionais, mesmo a partir das situações reais em que vivem, sem esquecer seus referentes culturais e simbólicos e de seus reservados modos de vida. (MALDONADO, 2014; BONIN, 2011).

Sem embargo, é também uma escolha nossa por registrar essa pesquisa nas fronteiras de investigações que busca ultrapassar uma interpretação da imagem do atingido carente de

⁶ Este vocábulo será empregado no decorrer da tese para citar a problemática das identidades culturais, como apropriações, reconhecimento, interpelações, identificações e assimetrias.

cidadãos reais, bem como, de tratar a mídia como tecnologia a começar pelos impactos sobre as comunidades atingidas. Tudo isso é ainda uma maneira de apostar na contribuição com a formulação teórica e metodológica da pesquisa na mídia, identidades culturais e cidadania, juntamente com as perspectivas históricas, campo de investigação no qual se assenta esta pesquisadora, a partir das memórias e exercícios do sujeito intercultural, em seus intercâmbios com a instância midiática.

Essa tarefa, em um cenário macro, ajuíza a inclusão cultural dos meios na sociedade contemporânea, levando a perceber que o capitalismo, nessa conjuntura da globalização, gera variações estruturais e simbólicas nos modos de constituir e vivenciar o tempo e o espaço. Os meios de comunicação, potencializados por tecnologias, sobrepujam um mercado de bens culturais e por intermédio da midiática, seus símbolos e significados povoam a sociedade pelos quais uns e outros se posicionam no mundo, ou ponderam, arquitetam, sentem e operam. (IANNI, 2000).

A tese é composta pela Introdução, além dos capítulos que tratam das questões metodológicas, da problemática da pesquisa, das contextualizações da mineração, dos movimentos teóricos, além das análises da coleta de campo e a reflexão sobre os contextos dos crimes socioambientais de Mariana/MG e Brumadinhos/MG, encerrando com as notas conclusivas, em que passamos a assinalar brevemente.

O registro dessa caminhada inicia com os “Arranjos metodológicos: panorama de uma percepção desenvolvida no percorrer dos caminhos” onde exibimos nossa proposta teórico-metodológica que permitiu movimentarmos-nos pelas várias etapas da investigação. A partir desse ponto de vista, buscamos “resolver alguns limites” para reelaborar a história e as demandas que estão por detrás dos crimes relativos às mineradoras tanto em Mariana/MG quanto em Brumadinho/MG, onde foi necessário reestabelecer todos os princípios e métodos científicos a partir de um alicerce transmetodológico. (MALDONADO, 2013). Tal sistema epistêmico alternativo, raciocinado desde a América Latina, sugere “abordagens metodológicas multifocais”. (MALDONADO, 2013, p. 32), “entrelaçamento de lógicas diversas (formais, indutivas, paraconsistentes, abduções, experimentais e inventivas); estruturação de estratégias, modelos e propostas mistas, midiáticas, que inter-relacionem os vários aspectos das problemáticas sociais”. (MALDONADO, 2013, p. 33).

Buscamos compreender as dialéticas e dimensões metodológicas das investigações efetivadas na área da comunicação, e cidadania, mas não a busca por uma centralidade do método. Deste modo, somos induzidos a uma concepção da cidadania enquanto atuação que adequa de certo modo a autonomia humana. Exploramos, à vista disso, uma discussão entre

os métodos no intuito de alcançar a pluralidade e heterogeneidade da informação dada, do contrário, as lógicas e as múltiplas processualidades inerentes aos sujeitos comunicantes seriam sobrepujadas. As estratégias desta investigação, como ditas, estabelecem perspectivas de uma racionalidade metodológica para abordar os processos comunicacionais dos atingidos por barragens relacionando o crime socioambiental sob o ponto de vista dos sujeitos comunicantes.

Do mesmo modo, para relacionar os processos comunicacionais, os atingidos, os crimes socioambientais praticados pelas empresas mineradoras e as comunidades envolvidas, inebriamos de autores como Castells (2001, 2008); Acselrad (2004, 2010); Augé (1994); Enríquez (2007); Giddens (1991, 1997, 1998); Harvey (2000, 2004, 2006, 2011, 2013); (Maldonado, 2001, 2002, 2006, 2008, 2011, 2012, 2013, 2019), dentre outros autores citados no decorrer da pesquisa. Porque para desenvolver o percorrer dos caminhos foi necessário fazer reflexões a respeito da inclusão do caráter da sociedade contemporânea como conturbada, conformada por transformações radicais nas performances econômicas. Tudo isso aliado a abertura incontrolável do capitalismo, da economia criminosa, da globalização, pela aglomeração e fusão de culturas distintas, por meio de choques culturais, dentre outros.

Por isso compartilhamos nessa tese do pensamento de Cortina (2005) em que para conceituar a cidadania, é necessário ter uma visão de que as mudanças vivenciadas pelas sociedades contemporâneas exigem reconsiderar a definição e ampliá-la à frente de sua abrangência jurídico-política. Numa perspectiva de uma racionalidade de uma cidadania reconstruída a partir do ponto de vista dos sujeitos comunicantes atingidos deve-se ponderar tanto as dimensões atreladas ao campo dos sujeitos, quanto aquelas concebidas nas suas diversas heterogeneidades (culturais, sociais, econômicas, políticas, psicológicas, etc.), conseqüentemente, quanto no exercício da ação mútua e com as suas comunidades. Maldonado (2008) propõe dez premissas que nos orienta como avançar nas estratégias metodológicas já mencionadas.

Figura 2 - 10 premissas propostas por Maldonado (2013) para a transmetodologia



Fonte: Elaborado pela autora

Diante da complexidade desse desafio, “transformar-se ou perecer é uma necessidade dialética”. (MALDONADO, 2013, p. 38). Buscamos, à vista disso, uma interlocução entre essas metodologias no sentido de compreender a multiplicidade e heterogeneidade do conhecimento produzido, do contrário, as dialéticas e processualidades múltiplas intrínsecas aos processos comunicacionais dos sujeitos comunicantes atingidos seriam restringidas.

Já o capítulo que traz a problemática e como a mesma foi posicionada, se encontra logo quando trazemos a narrativa sobre a mobilização para essa pesquisa, expondo a trajetória de vida e acadêmica da doutoranda, perquirindo ainda o objetivo geral e os objetivos específicos, arrematando na justificativa da tese.

O capítulo seguinte é o lugar da ancoragem das contextualizações da história da mineração para pensar posteriormente, como o Brasil e outros países latinos americanos se apresentam por meio do neoextrativismo e dos conflitos socioambientais dentro da dimensão histórica social. Num primeiro momento, é apresentada uma breve evolução da legislação brasileira. Ato contínuo é abordado o licenciamento e suas fases para compreensão de como se deram todo o processo de instalação, liberação e operação das empresas mineradoras *Samarco/Vale BHP Billiton* e *Vale S.A.* nos municípios mineiros tanto de Mariana quanto de Brumadinho e, logo em seguida, são apresentados laudos tanto de um escritório contratado

pela mineradora, quanto, outros laudos de diversas instituições que atuaram na apuração ou levantamento de danos em ambos os crimes. Ainda uma panorâmica sobre as barragens e a forma como os governos agem nas fiscalizações. E por derradeiro, não menos importante, trazemos o contexto e o real significado da mineração, sem perder de vista que a ativação da atividade mineradora no país está ligada à estrutura geológica.

Enquanto no capítulo dos movimentos teóricos especificamos cada eixo que sustenta a pesquisa como processo dialético e criativo. Nesse percurso, destacamos a cidadania, que apesar de não parecer, trata-se de um termo complexo e plural porque ela está muito além do que preconiza nossa Constituição Cidadã. Adela Cortina (2005) resguarda a construção do Estado Social de Direito, na qual os direitos de cidadania são uma requisição ética de justiça social. A justiça não é mera condição de bem-estar, mas uma categoria cogente para se constituir a equidade social. A cidadania plena se edifica na cena democrática, sob o escudo da autonomia, da ética e da participação ativa dos sujeitos nas relações de poder, considerando-se a cultura e os laços de pertença da comunidade, ou seja, nas histórias de resistências.

Paralelo à cidadania, encontramos os discursos midiáticos que exercem um papel ativo no entendimento dos olhares que as comunidades disseminam sobre o universo e suas relações sociais. E a mídia assenhoreia diariamente, em nossa sociedade, o maior contingente de poder simbólico – como poder de estabelecer a informação pela enunciação, de se fazer ver e fazer crer, de ratificar ou de decompor a visão do mundo, e destarte, a ação sobre o mundo, conseqüentemente, o próprio mundo (BOURDIEU, 2016), impactando diretamente na construção da cidadania.

Imediatamente o capítulo que retrata “atingidos: entre o lugar real e o lugar imaginário”, traz a prática dos campos da pesquisa. Nesse capítulo em específico, alegamos as observações empíricas, as caminhadas, escutas e relatos dos atingidos ao longo de Bento Rodrigues/MG primeiro lugar atingido pela lama, dentre outros municípios a margem do rio Gualaxo e Doce, até o mar em Vila de Regência/ES. Como também Brumadinho, Mário Campos e outros municípios, afora as comunidades a margem do rio Paraopeba, palco do segundo crime praticado pela *Vale S.A.*

Ato contínuo o capítulo “Onde Mariana/MG e Brumadinho/MG se encontram?” Esse capítulo traça um panorama para compreendermos que tanto a queda da barragem de Fundão em Mariana/MG quanto à queda da barragem da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho/MG são dois crimes socioambientais paradigmáticos, uma vez que nos caminhos percorridos vimos que cada um deles tem suas peculiaridades e carregam uma série de

unidades que possuem traço(s) em comum e que podem se substituir mutuamente num determinado ponto da cadeia do discurso, nos modos de vida, nos saberes, nas culturas, nas identidades e tantos outros traços que ficaram sublimados somente nas observações de campo e não no diário de campo.

Por derradeiro, concluímos que embora das lamas tenha surgido o luto, mas do luto veio à luta e a resistência que concebeu novos sujeitos que, a despeito de assinalados pela dor estão comprometidos na mudança do amanhã. A Luta e a resistência são instrumentos políticos que faz nascer à cidadania, impulsionando o resgate do restabelecimento comunitário, do mesmo modo que o fortalecimento psicossocial e participação enquanto sujeito no exercício da cidadania comunicativa.

2 ARRANJOS METODOLÓGICOS: PANORAMA DE UMA PERCEÇÃO DESENVOLVIDA NO PERCORRER DOS CAMINHOS

Catar feijão se limita com escrever: joga-se os grãos na água do alguidar e as palavras na folha de papel; e depois, joga-se fora o que boiar. Certo, toda palavra boiará no papel, água congelada, por chumbo seu verbo: pois para catar esse feijão, soprar nele, e jogar fora o leve e oco, palha e eco. Ora, nesse catar feijão entra um risco: o de que entre os grãos pesados entre um grão qualquer, pedra ou indigesto, um grão imastigável, de quebrar dente. Certo não, quando ao catar palavras: a pedra dá à frase seu grão mais vivo: obstrui a leitura fluviente, flutual, açula a atenção, isca-a como o risco. (MELO NETO, 2002, p. 23).

Ao escrever o poema “Catar feijão” João Cabral de Melo Neto, faz uma comparação entre o processo de catar feijão e o de catar palavras para formar o poema, onde o poético não é apenas uma inspiração e sim um jogo de saber objetivamente o que quer colocar no papel, ou seja, a estrutura do poema é um processo que ocorre de fora para dentro, e nas estratégias metodológicas dessa pesquisa não é diferente, pois como Melo Neto faz referência ao cuidado que se deve ter no processo de catar palavras, para não correr o risco de o poema perder seu ritmo, também na extensão teórico-metodológica do fazer científico, há que buscar nomear as escolhas e decisões efetivadas nos caminhos epistemológicos, suas sustentações e projeções para uma investigação sistemática.

Assim foram pensadas as nossas estratégias metodológicas, uma vez que a comunicação é arquitetada a partir da pluralidade das maneiras de compreender a admissão dos processos comunicacionais na vida social, nos convidam a conversa as distintas áreas de produção do conhecimento, mas que estabelecem nas suas problemáticas estruturas metodológicas sólidas, que percebam as múltiplas deliberações que conformam o objeto científico. Nessa trilha, é provocador raciocinar o objeto como procedimento ordenado que forneça subsídios efetivos e em múltiplos lados para decodificar os inter-relacionamentos sociais e humanos, por meio de inclusões e modelos de interfaces onde os processos midiáticos estabelecem com a sociedade, para que ocorra uma interação da mesma a partir da constituição dos significados.

A pluralidade de exterioridades proporcionada pelos elementos comunicacionais demanda escavação teórica e experimento metodológico para abraçar o enredamento das metas dispostas pelas problemáticas do campo. À vista disso, a pesquisa se faz como uma

constituição de caminhos, escolhas, técnicas, observações/verificações, métodos/estruturas, apreciações, metamorfoses e reconstruções. A originalidade de cada problemática conduz a preparação de processos e nos leva a compreender o desafio metodológico como concepção para a elaboração do aprendizado, na qual “teoria e método são dimensões indissociáveis de todo problema/objeto”. (MALDONADO, 2002, p. 4).

Nessa investigação, ainda se apreende que os problemas/objeto não são construções casuais, nem tão pouco decorrentes de atos preambulares e sim criações que se concretizam como alterações de ficções. (BACHELARD, 2001). Tais alterações são enxergadas no campo científico que se concretizam em desfavor do senso comum, como protrusão, constituição e comprovação, mas que decorre equitativamente de um esmero epistemológico que consiga suplantar as barreiras provenientes da própria ciência como prática social perpetrada por sujeitos históricos.

Assim, para Bourdieu o campo científico é um lugar de luta concorrencial, sendo que o que se está em jogo é o monopólio da autoridade científica e a acumulação de capital científico. As práticas científicas jamais podem ser percebidas como práticas abnegativas, elas originam e conjecturam uma forma determinada de interesse. “A ideia de uma ciência neutra é uma ficção”. (BOURDIEU, 1983, p. 148).

E ainda segundo o autor supramencionado é a estrutura das relações objetivas entre os produtores que decide o que eles podem ou não podem fazer. Isto denota que só alcançamos o discurso e as proposições de um produtor quando enxergamos a posição que ele toma nesse campo, se percebermos “de onde ele fala”. Tal estrutura é produzida pela repartição do capital científico. Isto é, os produtores assinalados pelo volume de seu capital definem a estrutura do campo.

[...] no domínio da pesquisa científica, os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços e, se assim posso dizer, “compensar”, determinando uma concentração de esforços de pesquisa. (BOURDIEU, 2004, p. 25).

Portanto, frente às imprecisões do avanço científico e da vastidão das dificuldades da existência, recorda, porém, apenas o afastamento do senso comum bem como senso prático não fazem da ciência uma ciência melhor. Essa analogia que assiste a ciência como estrutura social contemporânea compreende o problema/ideal do conhecimento como produção objetiva, desprendida das influências exteriores, das cautelas e sistema de ideias despontadas.

A questão é que, como aponta Wallerstein (2001), o escopo positivista de comportar o espírito humano atravança as ideias científicas, vez que nenhum cientista pode ser apartado da sua totalidade física e social e “toda medição modifica a realidade no intento de registrá-la”, de tal modo que “toda conceitualização se embasa em compromissos filosóficos”. (WALLERSTEIN, 2001, p. 82).

De mais a mais, para Santos (1989) a ciência e o senso comum têm uma relação inevitável que apenas pode ser constituída quando a caracterização científica do senso comum for desconsiderada. Ainda, de acordo com o autor (1989), tal enfoque científico do senso comum tem desenvolvido uma opinião imprópria desse tipo de conhecimento e até tem cooperado para a concepção de uma imagem inadequada da própria ciência, porquanto consente que a ciência adjudique somente ao senso comum características como a ilusão, superficialidade, falsidade e conservadorismo.

Imediatamente, é razoável dizer que esta ação de infligir características negativas a epistemologia do senso comum tem como alicerce um conhecimento desvirtuado de ciência que é nutrida por um arquétipo de racionalidade que admite o exame de outras configurações do conhecimento e que conceitua a ciência como uma cultura diferente das demais, hierarquicamente distribuída no cerne e com valor de veracidade pré-determinado.

O senso comum que temos atualmente é produto de uma sociedade desigual e dominadora, especialmente afastada da ideia comum em que surge a orientação de senso comum, segundo Santos (1989). Por isso, a ideia de que o senso comum é um conhecimento ilusório, superficial, preconceituoso que não é integralmente válida e o autor ao menos adverte um caminho. Em contrapartida é que, não se cooperam nada às duas formas de conhecimento porque, de acordo com Santos (1989, p. 40), tenta-se “opor a ciência ao senso comum”, cultivar tal experiência “não faz hoje sentido algum”.

Santos (1989) continua asseverando que, contrapor os dois (senso comum e ciência) embasados somente na imagem de que o senso comum conceberia exclusivamente (p. 40) “o modo como os grupos ou classes subordinados vivem sua subordinação” e, complementarmente, um contorno de conhecimento tão-somente válido como um reconciliador “da consciência social com o que existe”, é um equívoco (p. 41). Equívoco porque Santos (1989) descreve que o senso comum tem dupla face, a partir da vivência, ou seja, por um lado é conformista e, de outro, engloba em si uma diversidade de elementos que podem ampliar e converter-se em armas de luta. Como, por exemplo, o caso do senso comum jurídico dos habitantes das comunidades do Rio de Janeiro que foi pesquisada em seu primeiro trabalho de campo. (SANTOS 1989; 1990).

Esse parecer se ampara à ideia de que o senso comum filia-se no que é real e no dia-a-dia de qualquer grupo social, e seu significado é enredado e não é estável. De outro modo, o senso científico necessitaria conversar com os bons sentidos culturais que as comunidades humanas passaram a apresentar nos últimos milênios. (MALDONADO, 2008). A parcimônia é causada pela inspiração de pesquisar utopias que apregoem a capacidade criadora do ser humano enquanto força e reprodução emancipatória e de investigar, não menos que, o tipo de civilização/cultura a ciência está auxiliando a constituição.

Na sequência desse pensamento, quando abordamos a pesquisa em comunicação isso denota a contextualização como uma questão caracterizadora da problematização, na busca por uma visão compreensiva e simultaneamente particular do comunicacional nos axiomas *socioistórico* das sociedades latino-americanas e ocidentais. (MALDONADO, 2006). Tais questões exigem de nós pensarmos as composições do *ethos* comunicacional que abarca um conjunto de processos econômicos, tecnológicos e políticos, doravante as conformações e determinações originadas a partir das culturas midiaticizadas.

Por esse motivo, tal ponto de vista acrescenta uma percepção epistemológica que satisfaz a uma forma de ciência em que o conhecimento é de acordo com a história, buscando “o sentido social e histórico do indivíduo na sociedade e no período no qual sua qualidade e seu ser se manifestam”. (MILLS, 1975, p. 14). A obra “Imaginação Sociológica” (MILLS, 1975), nos chama a atenção para o fazer científico em que é adotado como uma *artesanía* intelectual, onde a construção do conhecimento ocorre de forma ativa e flexível, rechaçando o uso de metodologias rígidas, burocráticas e doutrinas sistemáticas. O cientista, bem como artesão, é ele próprio o construtor de seus procedimentos e práticas, nos quais são refletidos e estabelecidos como ação fecunda e pela sintonia entre o campo teórico e empírico, num experimento que combina ciência e vida, cada uma dando sua contribuição.

Portanto, a exploração metodológica, juntamente com a empiria não se constitui apenas numa etapa da pesquisa, conforme Maldonado (2001) esclarece:

Construir técnicas, definir estratégias, táticas de abordagem do objeto significa confrontar os postulados com a *práxis* inventiva no campo ou no laboratório. Nesse sentido, a *exploração metodológica* é necessária, procurando testar, ajustar, reformular, construir procedimentos e instrumentos. A reconstrução metodológica não precisa só de informações externas provenientes dos quadros teóricos utilizados, o método requer informações que o contexto sociocultural – o *objeto* – impõe à pesquisa (MALDONADO, 2001, p. 15, grifo do autor).

Por conseguinte, o procedimento metodológico pode ser arrazoado como uma probabilidade para intensificar maneiras de apreciar mediante problemáticas que são abarcadas por demandas de ordem econômica, histórica, cultural, geopolítica, social, tecnológica dentre outros. Contudo, não podemos perder de vista que cada objeto expõe limites exclusivos, que requerem enfoques derivados de vários campos do conhecimento, cujos, em seu desempenho, solicita diferentes problematizações e novas visões de compreensão. (SANTOS, 2004).

2.1 A transmetodologia como equilíbrio: uma metodologia transformadora

A transmetodologia surge para a Ciência na América Latina do século XXI enquanto uma escolha epistêmica importantíssima, pois nesses tempos nos é exigido novas formulações teóricas metodológicas a partir das pesquisas científicas. Tal método epistemológico busca refletir as problemáticas nas suas diversas extensões, num empenho de abraçar o objeto com “abordagens metodológicas multifocais”. (MALDONADO, 2013), isto é, a partir de vários focos. Sua origem está nas ciências da comunicação, porém caracterizações análogas têm sido fecundas nas mais distintas áreas do conhecimento.

As abordagens metodológicas são proposições em atividade, trata-se de um processo artesanal, vez que as observações oferecem significados aos casos. Isso porque se tratam de distintos atos, como por exemplo, o comprometimento, o envolvimento, a entrega, a responsabilidade, a participação e o empenho, dentre outros atos. Fato é que, toda visão epistêmica assumida, seja ela qual for, precisará transcorrer toda a pesquisa, pois “não é o objeto que designa a precisão, é o método”. (BACHELARD, 2001, p. 132).

Afinal, mais do que empregar vários métodos/metodologias que concorram para um enfoque denso de nossos objetos de investigação, a transmetodologia implica na competência de observar/examinar/perquirir o objeto por distintas perspectivas, pois vários aspectos devem ser levados em consideração. Certamente, um pensamento transmetodológico requer muito mais que transcrever os métodos a serem realizados no projeto ou até mesmo construir um capítulo explicativo dos procedimentos utilizados no decorrer da investigação.

Tal perspectiva necessita encontrar-se alicerçada nas mais variadas áreas do saber, pois exige do pesquisador uma postura diferenciada, vez que há um esforço diuturno de pensar “fora da caixa”, ou seja, sair da zona de conforto, da sua área do conhecimento para ir ao encontro de contribuições em outros campos, porque, “o transmetodológico, nessa proposta epistêmica, nutre-se de vida, da experiência, das culturas, do mundo concreto”.

(MALDONADO, 2013, p. 45). O experimento no campo de pesquisa, incorporado a uma metodologia transformadora, pode valorizar os campos científicos, servindo-se dos seus benefícios de conhecimento.

Numa época de passagem da *cultura mecânico-instrumental/positivista* para uma cultura de *informação/conhecimento e experimentação*, os desafios epistemológico e metodológico demandam o aprofundamento e o desenvolvimento de concepções e estratégias metódicas de caráter *transmetodológico* (Maldonado, 2002). A multidimensionalidade e a complexidade dos contextos comunicacionais contemporâneos, atravessados por uma digitalização intensa, demandam das vertentes críticas pensar as transformações midiáticas como uma realidade (expandida) de sistemas, configurações e conjuntos culturais de geração múltipla de produtos culturais que estruturam novas possibilidades simbólicas. (MALDONADO, 2013, p. 31, grifo do autor).

Por isso os enfoques não podem ser comprometidos por meio de estratégias lineares e arquétipos tradicionais. Entendemos que os modelos metodológicos adotados levarão a ponderações densas, que motivarão às escolhas, permitindo questões (des)estruturantes, em circulações de significação e ressignificação de valores, crenças e concepções da pesquisa e da pesquisadora. O sustentáculo do transmétodo oferece um aparato de suma importância ao objeto de estudo. Verifiquemos:

Uma vertente epistemológica que afirma a necessidade de confluência e confrontações entre vários métodos, realizando processos de atravessamentos lógicos, desconstrução estrutural, reconstruções estratégicas e problematizações redefinidas, em cada empreendimento/projeto de investigação iniciado. Nutre-se de conhecimentos transdisciplinares, na dimensão teórica, e promove estratégias de exploração, experimentação e reformulação metodológicas. (MALDONADO, 2012, p. 31).

O método transmetodológico nos auxilia em vários sentidos como, por exemplo, pensar o processo que está inserido os acontecimentos relativos às quedas das barragens tanto em Mariana/MG como em Brumadinho/MG; a importância das imagens dos municípios atingidos pelos rompimentos, vez que elas expressam o mundo, elas não só os apresentam; a informação como um direito básico; a chegada das empresas mineradoras nos municípios em questão, suas potencialidades turísticas, dentre outras questões que levam a pensar a interdisciplinaridade.

Entendemos que a escolha pelo pensamento transmetodológico se oferece pela obrigação de ir mais à frente das exterioridades do objeto imediato que constituem a problemática da pesquisa. Vemos as articulações entre teoria e o objeto-problema como

essenciais para a ampliação do conhecimento científico e cremos que estes se configuram como sendo uma provocação metodológica nesta pesquisa.

Precisamos vincular os procedimentos aos objetivos específicos, que sustentam a construção do objeto-problema, sendo necessário alcançar o fato, ir de encontro às várias realidades para percebê-las e compreendê-las, pois a ciência se cunha através de um princípio baseado nas realidades sociais. De tal modo, é cogente pensar o objeto/problema mediante as diferentes lógicas, no diálogo e na reciprocidade com as mais distintas ciências, porquanto, os objetos nas Ciências Sociais são intrincados, dinâmicos, em constante movimento de modificação. (WALLERSTEIN, 1996).

Fato é que a proposta transdisciplinar trazida pela transmetodologia é desestabilizadora, porque, durante a pesquisa de campo percorremos o caminho da lama tanto de Mariana/MG quanto de Brumadinho/MG e, nesse percorrer falamos com atingidos e atingidas com realidades distintas, como o atingido Vasco, professor universitário, aparentando entre 35 a 40 anos, proprietário de uma pousada em Regência – Vila de pescadores que fica situada no estado do Espírito Santo, e que foi fortemente atingida pela lama da *Samarco*. Mais tal professor mora em Linhares/ES, vai à Regência para cuidar do empreendimento imobiliário. Portanto, sua vida está longe das condições de vida da Dona Eliane que aparenta ter entre 40 e 50 anos, pescadora, alfabetizada, sua única renda era a pescaria. Ela por sua vez, vive na comunidade de Cachoeira do Choro, que pertence ao município de Curvelo/MG, onde o rejeito tóxico da *Vale* chegou ao Rio Paraopeba, e, invadiu toda a comunidade.

As extensões cogentes para perceber as condições de vida dos dois sujeitos atingidos, tanto o Vasco como a Dona Eliane são incalculáveis. Observemos as histórias de Regência/ES e Cachoeira do Choro/MG e não menos importante o momento político em que ocorreram os crimes que desestabilizaram os sujeitos. Vale ressaltar que o primeiro exemplo diz respeito ao acontecimento de Mariana/MG e o segundo, a queda da barragem de Brumadinho/MG; as conjunturas sociais de cada um dos municípios; a história de vida de cada um dos atingidos; as relações deles com as mídias; as oportunidades educacionais; as virtudes amealhadas; as culturas; os saberes e tantas outras relações ou até mesmo vivências que poderíamos citar.

Contudo, apenas um atravessamento entre espaço e tempo em relação à vida daqueles atingidos nos levaria ao encontro das demandas relativas ao cotidiano de cada um dos citados acima. De acordo com Santos (1986, p. 206) “é fundamental não separar o espaço do tempo, mas sim abarcar o espaço-tempo como categoria essencial para superar as análises superficiais e por demais abstratas”.

O fato de que os eventos sejam ao mesmo tempo espaciais e temporais não significa que se pode interpreta-los fora de suas próprias determinações ou sem levar em conta a totalidade da qual eles emanam e que eles reproduzem. O espaço social não pode ser explicado sem o tempo social. (SANTOS, 1986, p. 207).

Além do que já foi dito, Santos (1986) reconhece espaço e tempo como relações intrincadas, componentes das experiências humanas e os divide de acordo com dois argumentos essenciais: I - diz-se ao fato de que o tempo não é conceito absoluto, mas relativo, consequência do entendimento coletivo, real. Esse por sua vez pode ser subdividido em partes com qualidades particulares conforme a vivência coletiva e particular de cada sociedade. Assim sendo, Santos pronuncia sobre a indispensabilidade da periodização, fundamentado em critérios capazes de ser empirizados. Tal periodização admite abordarmos à identificação dos sistemas temporais num mesmo espaço vivenciado; II – Enquanto que o segundo argumento versa sobre a relação entre períodos históricos e a organização espacial avaliada. A relação poderá apontar uma continuação de sistemas espaciais em que os lugares estarão variando de forma individualizada ao longo dos acontecimentos.

Por isso, Maldonado (2002, p. 13) afirma que o cientista se estabelece em afinidade à construção do objeto de investigação, sendo que tal afinidade é dialética, intrínseca e inexorável. Além do mais, o mesmo autor entende que a transmetodologia se funda como um método híbrido, que convencionou “cosmovisões, sistemas, modelos, procedimentos, lógicas, operacionalizações, tecnologias, explorações, vivências, experiências e processos de construção de conhecimento concreto”.

A transmetodologia, portanto, tem como objetivo basilar estabelecer métodos a partir da problematização do objeto de investigação até sua conclusão, pois o desenvolvimento é ininterrupto, já que “o objeto empírico é um construto científico, um resultado, não um a priori”. (MALDONADO, 2013, p. 44), uma vez que sua descoberta essencialmente advém através de uma *práxis teórica*. À vista disso, quanto mais contornado no que tange ao teórico metodológico o objeto ficar, mais seriedade obterá em seu rigor. Conforme Maldonado (2014, p. 24), a pesquisa “requer articulações e confrontações de táticas e estratégias de pesquisa que tornem possível produzir arranjos satisfatórios sobre essa complexidade”.

E, “como em um rito de passagem, o pesquisador guiado pela perspectiva transmetodológica precisa desmistificar alguns paradigmas”, conforme assevera (AGUIAR, 2011 p. 27). Assim, para que possamos ter maior facilidade para trabalhar a investigação Maldonado (2013) é que dá o tom desse rito ao apontar as dez premissas para suggestionar a transmetodologia na pesquisa. A *primeira premissa* traz os *seres humanos* como “elementos

centrais de respeito, atenção e consideração”. (MALDONADO, 2013, p. 40), visão que “confronta-se diretamente com valores *utilitaristas, individualistas e instrumentais* do modo de vida hegemônico contemporâneo”. (MALDONADO, 2013, p. 41, grifo do autor).

Essa lógica hegemônica é trazida também do ponto de vista de Boaventura de Sousa Santos (2007), quando o autor, ao contextualizar o conceito de ecologia dos saberes⁷ diz que é necessária uma discussão sobre a hegemonia e a dominação do conhecimento científico. Isto porque, segundo ele, há outros conhecimentos que dão conta de explicar a nossa realidade. Ademais, o autor ainda fala da indigência de igualdade entre as várias formas de conhecimento e sugere o diálogo numa relação horizontal, em que não há conhecimento superior ou inferior, mas percepções diferentes da realidade que deve comunicar-se, tornando-se interdependentes.

A partir dessa ecologia, o pesquisador expande a sua visão de mundo. Por exemplo, nessa investigação, quando estávamos no caminhar das observações e anotações do diário de campo verificamos que não bastava só à constatação do que aconteceu, se não esse “aconteceu” vinculado a uma compreensão mais aprofundada do “o porquê aconteceu” e que, conseqüentemente não se tratou de um acidente. Estamos diante de um problema ecológico, em que o saber humanístico é o elemento central da pesquisa.

Afinal estamos lidando com vidas nas suas mais distintas formas, sejam humanas, da natureza – fauna, flora, solo, água – os rios Doce e Paraopeba e seus afluentes. Todos atingidos tiveram decretadas suas mortes, seja física, material, simbólica ou por veneno, já que a lama tem uma infinidade de metais como cobre, manganês, zinco, cromo, cobalto, níquel, chumbo, todos eles associados aos rejeitos.

Portanto, nas caminhadas ficou evidente o fato de que as comunidades atingidas possuem profunda relação com o meio ambiente. A relação homem-natureza é ancestral e, por essa razão, compõem-se num traço identitário dessas comunidades. A terra está muito além de uma fonte de subsistência, ela demarca o território, o espaço de vida, de convivência, de luta, de resistência e de atravessamento dos saberes e práticas dos antepassados, inclusive. Por isso,

⁷ A partir das exposições acima podemos apreender que a ideia de Boaventura com a Epistemologia do Sul ou Ecologia dos Saberes busca recuperar práticas e saberes de grupos sociais distintos que, em função do capitalismo e dos processos coloniais, ao longo do tempo foram postos, social e historicamente, em uma postura de meros objetos ou como matéria-prima dos saberes que dominavam (Epistemologia do Norte) e foram sopesados por muitos séculos como a única verdade ou os únicos saberes válidos. A justificação da ecologia de saberes incorporada às atividades acadêmicas constitui a defesa da abrangência das comunidades epistêmicas mais amplas, em que os mais distintos âmbitos da sociedade podem e devem ser coprodutores deste conhecimento. Ou seja, deve envolver-se na agenda de prioridades de pesquisa que sejam direcionadas para as necessidades de quem vai fazer uso dos seus resultados em um sentido emancipador.

a conexão com a mãe terra é uma das exterioridades que definem as suas identidades étnicas e culturais e essa *primeira premissa* forma também um dos eixos norteadores da pesquisa – a biosfera.

Assim seguimos apontando para a *segunda premissa* proposta por Maldonado (2013), em que é preciso identificar que o mundo carece ser mudado. E tal mudança requer um exercício em que a razão renuncia àquela instrumental e passa a ser razão *multilética*, isto é, do diálogo múltiplo. Cremos que tal razão *multilética* deve inculcar-se de uma ideia e de uma atitude crítica para ultrapassar as barreiras epistemológicas que adverte Bachelard (2001) quando exprime sobre os riscos, ameaças ou até mesmo perigo de permanecer num experimento inicial e erguer, baseado nisso espírito científico equivocado.

Fato é que, um desenvolvimento do pensamento crítico é uma técnica que deve ser aplicada na prática do dia a dia, da investigação atenta, da leitura confrontada, da percepção afetuosa, da criação independente para ancorar um aprendizado unido à pesquisa e volvido para a transformação das sociedades.

Respectivamente, a compreensão do investigador em contornos *multiléticos* faz da investigação um experimento metodológico-reflexivo. Outrossim, coloca-se no lugar daquele que possui impetuosidade, persistência, dedicação e sensibilidade por compreender o ser humano, a sociedade e sua relação em termos políticos e histórico conforme assegura Bonin.

O compromisso com a realidade em que estamos inseridos (cujas dimensões incluem a política e a ética, entre outras), implica estar atento aos problemas relevantes colocados e suscitados por esta realidade, de modo que os conhecimentos possam responder aos problemas e desafios do seu tempo histórico. (BONIN, 2011, p. 23).

Por isso é essencial discernir que “não há conhecimentos puros, nem conhecimentos completos; há constelações de conhecimentos”. (SANTOS, 2006, p. 154). Para tanto, na pesquisa em tela primamos por uma combinação de variadas metodologias onde foi necessário *desenvolver uma abordagem aberta* para abarcar a pluralidade de métodos. Isto porque na investigação, num primeiro momento fomos perambulantes voyeur⁸ de acordo com Certeau (2011), pois o ato de caminhar é uma apropriação do lugar pelo pedestre. E, na pesquisa perambulamos os caminhos das lamas, estivemos em diversas comunidades

⁸ O voyeur exprimido por Certeau (2011) em sua obra “Invenção do cotidiano” a princípio assemelhar-se a ser o próprio Certeau, devido à narrativa em primeira pessoa a contar do alto do World Trade Center. Todavia, adiante no texto, voyeur se abeira a um deus, uma visão divina, que é feita na concepção do alto para baixo. Integra uma erótica do saber, um fascínio de observar o conjunto centralizado em uma ânsia escópica (um exame de imagens de raios-X), do ver e ser visto psicanalítico, que reúne num ponto exclusivo a aptidão de observar de cima a cidade, reservada a poucos de todos aqueles que compõem a cidade observada.

atingidas tanto pelo acontecimento de Fundão em Mariana/MG quanto pelo acontecimento da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho/MG.

Nesse sentido, Certeau (2011) continua afirmando ainda que o ato de caminhar trata-se de ato de “enunciar” onde o caminhante informa, modifica, científica, reinventa, transforma o significado espacial imposto pela ordem. As possibilidades, como os trajetos das lamas, as conversas com os atingidos e atingidas, as observações das paisagens e as proibições⁹, como as cercas e/ou muros, disponibilizadas pela ordem, recebem mutações como sendas, como resistência as fórmulas disciplinares teoricamente definidas, apropriadas pelos sujeitos atingidos que habitam e vivem as comunidades.

Conseqüentemente, o ato de caminhar e do voyeurismo não podem ser restringidos a simples traçados, uma vez que eles mostram as verdadeiras relações que mantêm com os percursos, com os sujeitos, seus valores, suas regras, simbologias, ideologias, objetos, paisagens, questões sociais. (CERTEAU, 2011).

Então, neste caminhar/perambular voyeur foi usado o diário de campo como um dos dispositivos de registros e interlocuções da/na pesquisa. De tal modo que, elevamos o diário de campo para ser o lugar de registro dos movimentos, das leituras, dos tempos, espaços e das observações que ocorriam e/ou ocorreram nos caminhos, nas comunidades, nas paisagens, nos objetos, nos sujeitos atingidos, nos discursos que vimos, ouvimos e vivemos. Vale ressaltar ainda que conforme descreve Geertz (2008), as descrições lá relatadas devem ser densas para caracterizar as expressões, os espaços, tempos, saberes e regras de determinado grupo social, para que a interpretação tenha uma maior acuidade no que diz respeito aos significados culturais.

Assim, a pesquisa que dá origem às discussões presentes nessa tese, foram cuidadosamente apontadas no diário de campo através das narrativas de vida, em que implicava o relato dos atingidos e atingidas, os objetos, os lugares, as atividades, as conversas, os registros dos saberes práticos, as experiências e contextos que surgiram nas

⁹ Como por exemplo, por duas vezes durante as caminhadas, quando estive nas guaritas das empresas envolvidas no crime socioambiental fui impedida de entrar na área tanto de Bento Rodrigues quanto numa determinada parte da comunidade do Córrego do Feijão.

caminhadas. Sem esquecer os registros fotográficos captados pelo documentarista Nilmar Lage¹⁰ ou pela própria pesquisadora.

Tais saberes práticos esteve sempre na relação diária que se constituía, no “mundo da vida” (HABERMAS, 2003), das experiências vividas. Mas, a partir dos relatos, outras questões também transformaram os registros em escritos do diário. Os detalhamentos, que aos poucos foram articulados desde as mais variadas reflexões, trouxeram peculiaridades que foram além de meras anotações no diário de campo. Nele, pulsavam elementos que biografavam as relações do homem-natureza, ou seja, dos sujeitos atingidos (CERTEAU, 2011) nos seus mais distintos movimentos cotidianos, tanto na comunidade, como fora dela, como as participações da ocupação dos atingidos ao escritório da *Fundação Renova*¹¹ em Mariana/MG para que eles tivessem voz e vez perante a fundação que fora criada exclusivamente para tratar e cuidar dos direitos deles, mas que não tem cumprido com o acordo realizado pelo TTAC¹² e tão pouco ao TAC governança¹³.

Aliados ao diário de campo e ao caminhar perambulador nos valeram por várias vezes o método etnográfico¹⁴ de pesquisa também. Esses instituíram um conjunto de compreensões

¹⁰ Formado em Jornalismo (UNILESTE/MG). Pós-graduado em Cinema e Linguagem Audiovisual (Estácio de Sá). Mestrando em Estudos Rurais (UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri). Fotografando desde 2003 e trabalhando com documentários desde 2004. O fotógrafo passou a ser o colaborador da pesquisa a partir do momento que a pesquisadora teve notícia que ele tinha participado de várias matérias relativas ao acontecimento de Fundão e que tinha grande conhecimento do território atingido, tendo inclusive, o contato de um dos colaboradores (Sérgio Papagaio) do Jornal A Sirene. Logo pensamos que ele auxiliaria muito se viesse junto para a pesquisa para acompanhar e fotografar o caminhar da perambulação.

¹¹ É a entidade responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, resultado de um compromisso jurídico chamado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>. Acesso em: 17 mar.2020.

¹² Trata-se, no caso em análise, do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (2016), doravante denominado TTAC, celebrado entre a União e os governos estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo, de um lado, e a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Ltda. de outro. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: 14 mar.2020.

¹³ É um instrumento extrajudicial de solução alternativa de conflitos, que pretende trazer rapidez e celeridade às demandas judiciais propostas no caso Samarco. O TAC Governança foi celebrado no âmbito de duas Ações Cíveis Públicas, a ACP nº 0023863-07.2016.4.01.3800, ajuizada pelo MPF, e a ACP nº 0069758-61.2015.4.01.3400, ajuizada por União, Estado de Minas Gerais Estado do Espírito Santo (entes federativos) e outros entes das suas respectivas administrações públicas direta e indireta. Os objetivos do acordo são: a) a alteração do sistema de governança estabelecido no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), celebrado por União, Espírito Santo, Minas Gerais e mineradoras, dentro da ACP nº 0069758-61.2015.4.01.3400; b) o aprimoramento de mecanismos que garantam a efetiva participação dos atingidos em todas as fases do processo de reparação dos danos; e c) o estabelecimento de um processo negocial de repactuação dos programas socioambientais e socioeconômicos. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/duvidas-sobre-o-tac-governanca>. Acesso em: 14 mar. 2020.

¹⁴ É menos um conjunto de técnicas e procedimentos e mais efetivamente uma “descrição densa” de determinada cultura conforme Geertz: praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço

e procedimentos empregados, de acordo com a tradição da Antropologia, com o escopo de entender cientificamente uma dada realidade sociocultural. Segundo Lévi-Strauss, (2001), a tarefa da antropologia é procurar a genealogia simbólica da vida social, ou seja, se funda na primazia do simbólico para a apreensão dos vínculos sociais e culturais.

Nessa toada, o antropólogo Marc Augé (1994), reforça a ideia de que os espaços antropológicos são todos aqueles que oferecem intensos vínculos sociais e culturais compondo-se em espaços existenciais, de densa relação do indivíduo com o mundo que o cerca. O autor mencionado, em sua obra “Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade” se vale do exemplo do poema de Baudelaire que faz referência a uma paisagem urbana do século XIX em que coexistiam e se compunham chaminés e campanários. Augé salienta o que Starobinsky já nomeava “marcha de baixo”, isto é, uma recordação subjetiva dos ritmos velhos que persistem e que conservavam todas as temporalidades mesmo com o nascimento da modernidade. Tal imagem alude-se metaforicamente a uma relação espaço e sociedade em que as conservações ou as forças do “lugar” (culturais, sociais, simbólicas) permaneciam perfilhadas e integradas convivendo de maneira simbiótica com as alterações do presente.

De tal modo que, o cerne do conceito de lugar para Augé é adjunto dos conceitos da geografia humanista em que o lugar é o espaço vivido, do cotidiano, e que transporta consigo a afetividade e a memória. Tal lugar é acentuado como um espaço antropológico e que expõe particularidades identitárias, relacionais e históricas. Abarca até a probabilidade dos caminhos que nele se realizam, dos discursos que nele se articulam e da linguagem que o diferencia.

A contestação a estes espaços são os não-lugares, todos não identitários e com os quais o sujeito não obtém vínculos relacionais no decorrer da sua ocupação. Apesar disso, Augé (1994) adverte para a ocorrência de que as categorias de lugar ou de não-lugar não existem em um formato absoluto, puro, pois “[...] o primeiro nunca é totalmente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente”. (AUGÉ, 1994, p. 74).

Por isso tivemos que observar enquanto pesquisadores, toda e qualquer manifestação e grandeza da vida social e cultural dos sujeitos atingidos, grupos estudados, por ora, e é por meio deles que se manifesta a totalidade do social, onde a variedade sociocultural se constrói como uma vivência na qual nossa humanidade se materializa. Mas, para a assimilação do social enquanto constituição simbólica é cogente que observemos a experiência concreta dos sujeitos. Isto posto, é razoável perceber o elo existente entre o simbolismo e as práticas

intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”, tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle. (GEERTZ, 1978, p. 15).

individuais, que integram a totalidade da vida social. Porém, para alcançar os fatos sociais é essencial atentar como as dimensões da vida social (economia, arte, religião, ciência, parentesco, linguagem etc.) se vinculam e se compõem no modo de vida dos sujeitos.

Nessa mesma toada, integramos ainda à pesquisa a história oral e suas nuances para um melhor detalhamento dos modos de vida do sujeito, vez que a mesma se conforma nas junções de experiências vividas e nas memórias que, por sua vez, vêm à tona com atos de fala que estabelecem o diálogo entre pesquisador e as fontes orais.

E num sentido complementar a oralidade é, portanto, uma ferramenta capaz de auxiliar a reflexão é o que Halbwachs (2003) intitulou como memória coletiva. São acepções presentes em mitos, simbologias, tradição popular, são peças de um processo geral da memória social, perpetrando nas relações sociais, arquétipos de estruturação de um imaginário; a oralidade é, desse modo, uma metodologia com ordenamentos filosóficos, que subsidia pesquisadores no campo das ciências humanas a problematizar e a construir um conhecimento a respeito da cultura de um grupo social. Todavia, quando um sujeito é entrevistado e/ou indagado sobre um determinado acontecimento, sua opinião sobre o tema (subjetividade) terá uma intensa conexão com os fatos comuns em relação ao grupo social em que esse se insere.

Dito isso, a história oral vem permitir o uso das memórias como mediadoras de sujeitos e épocas, principalmente nos acontecimentos das quedas das barragens de Fundão em Mariana/MG e do córrego do Feijão em Brumadinho/MG, pois os sujeitos atingidos pelas lamas de qualquer das duas barragens, em qualquer momento da conversa, do bate papo perlaboram/rememoram os crimes e o quanto a vida deles era boa antes do derramamento de rejeito de minério. Segundo Candau a memória do sofrimento é intensa, porque é histórica. Para o autor “a identidade historicizada se constrói em boa parte se apoiando sobre a memória das tragédias coletivas”. (CANDAU, 2011, p. 151).

Ademais, de acordo com Bosi (2003) “a memória [...] pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado” (BOSI, 2003, p. 15), porém para que tal fato seja concretizado, é imperativo a ocorrência do diálogo, do ato da fala, da exteriorização. A mesma autora segue alertando que a memória é “o intermediário informal da cultura”. (BOSI, 2003, p. 15). Assim, o fragmento da fala do atingido a seguir demonstra claramente que por meio da segunda premissa exposta, contida na transmetodologia que é possível a combinação de métodos diversos e não apenas uma só metodologia. Vejamos:

Porque num é simplesmente uma terra é a história das pessoas. Coisa que dinheiro não consegue comprá. Vou te dá um exemplo, meu sogro e minha sogra criou a família dentro da propriedade dele, viveu lá, saíram de lá porque a casa foi totalmente destruída. A Renova fez uma casa que cê olhando assim é muito mais bonita e eles voltaram pra caso no mesmo lugar e não estão se identificando lá. Estão sem rumo até hoje. A casa do meu sogro era de assoalho de madeira. Tinha um porão por baixo. Ele dormia de dia no assoalho tranquilo e não consegue dormi na casa mais. Laje em cima, laje em baixo. (MARINO, atingido da barragem de Fundão).

Apesar da fala de Marino trazer aspectos da etnografia, da história oral, dos apontamentos da narrativa esculpida no diário de campo, aliadas ao perambular de Certeau (2008) precisamos estar atentos que *razão multilética* não se trata de uso recorrente de fórmulas ou de conceitos puramente originados de outras áreas do conhecimento sem reflexão ou problematização. (MALDONADO, 2006). Essa pluralidade não é de forma alguma uma limitação, vez que acarreta bons subsídios aos novos contextos.

Porém, a *terceira premissa* (MALDONADO, 2013) afirma que o pesquisador, precisa ter a *investigação como práxis central do aprendizado* munido de uma *visão epistêmica*. Existe aí um atravessamento de conhecimentos em tal *práxis* e, logo, incessante criação e renovação. Todavia, nesse processo, “fora da busca, fora da *práxis*, os homens não podem ser”. (FREIRE, 1993, p. 58).

Por essa razão na nossa pesquisa foi preciso esquadrihar e atravessar saberes distintos, usar alicerces através dos conhecimentos que necessariamente não foram colocados na escrita da tese. Essas são algumas das heterogeneidades que cruzaram os mais variados caminhos que percorremos e continuamos a percorrer e que, permitem que desenvolvamos outros conhecimentos.

À vista disso, a *quarta premissa* apontada por (MALDONADO, 2013) é um continuar da visão sistêmica, pois após embebedar das mais diversas ciências do saber e de suas teorias é necessário ter uma postura *transdisciplinar* ao passo que atrai a formação de “relações, intercâmbios, convergências, atravessamentos, reformulações *teórico/metodológicas* com base no conhecimento sistemático, organizado, empírico e teórico das diversas áreas do saber”. (MALDONADO, 2013, p. 42, grifo do autor). Para tanto, é oportuno lembrar que temas transdisciplinares funcionam como organizadores do conhecimento, permitindo “ligar os saberes e lhes dar sentido”. (MORIN 2000, p. 21) de forma a não negar o que é desenvolvido em outras áreas.

Logo, é admissível manter as práticas investigativas e não misturar a análise ao senso comum com “uma *ruptura com os bons sentidos*” – *quinta premissa*. É destruturador, a

procura pelo arranjo do senso científico com distintas vivências, especificamente como “artísticas, sensitivas, culturais renovadoras e subversoras”. (MALDONADO, 2013, p. 43). Aduz Bourdieu (1983) que é essencial o pesquisador compreender seu papel na elaboração do que se pretende investigar.

O mesmo autor robustece o conceito da construção do objeto científico e sua relação com a “sociologia espontânea” (1983, p. 47), ou senso comum. E ele ainda salienta sobre a relevância do senso comum, porém enfatiza que não deve ser o único elemento a ser avaliado em uma pesquisa rigorosa e densa.

O que se denota são relações de causa-consequência que podem abalar uma construção sólida de investigação exatamente quando tal exterioridade não é levada em apreço. Se for plausível assegurar que o objeto, através das reflexões preliminares, pode modificar conforme recortes e contextos é sabido que o objeto empírico é continuamente construído, distinto da herança positivista¹⁵ que observa o objeto como algo dado.

Entretanto, para dar conta da sexta premissa, é necessário saber peneirar e/ou estruturar a variedade de informação através de um empenho paradoxal de distinção das problemáticas da pesquisa em comunicação. Compreender que “[...] a maioria dos processos comunicacionais atuais, nas sociedades existentes, estão atravessados, condicionados, influenciados e até redefinidos pela centralidade do *mundo midiático*”. (MALDONADO, 2013, p. 43, grifo do autor).

Para tal fim, é considerável ter noção sobre as características do campo da comunicação em conteúdos sócio históricos, quer dizer, o caráter *multi, pluri, trans*, interdisciplinar vigente desde a construção do campo da comunicação. (WALLERSTEIN et al., 1996). Dito isso, foi uma tarefa árdua pesquisar sobre o *mundo midiático* do ponto de vista dos crimes socioambientais praticados pelas mineradoras tanto em Mariana/MG com a queda da barragem de Fundão quanto em Brumadinho/MG com a queda da barragem da Mina do Córrego do Feijão, e a forma como foram noticiados sobre o ponto de vista de narrativas hegemônicas, onde as forças econômicas e políticas predominaram as implicações do risco e do medo.

¹⁵ Maldonado (2013, p. 48) trata o assunto sobre os traços positivistas nas investigações científicas da contemporaneidade e suas consequências para o campo da pesquisa e adverte que “um dos problemas gerais existentes nos modelos contemporâneos é a hegemonia do paradigma positivista de ciência, que ignora o valor epistêmico central das ciências sociais, humanas e das epistemologias não formais (sociologia da ciência; história da ciência e filosofia da ciência)”. E continua dizendo que “o triunfo conjuntural do modelo funcionalista/positivista constitui um contexto hegemônico muito difícil de ser superado”. (MALDONADO, 2008, p. 158).

A mídia naquele contexto foi colocada e trabalhada a propósito de marcas de uma globalização econômica, uma universalização da cultura e de novas expectativas a contar da era digital. E a inclusão tecnológica cada vez mais onipresente no dia a dia social expôs o fascínio da instantaneidade entre a comunicação, recepção de expressões, sons e imagens, com o ideal de alcançar diversos mundos. Milton Santos (2001) define tal axioma sobre a contemporaneidade, em que ser moderno ou ativo impera nos parâmetros da necessidade da sociedade, o afã consiste em um benefício e os demais não incluídos, são levados a participar deficientemente dessa produção da história.

Neste sentido, os ensinamentos de Milton Santos (2001) apresentaram aportes à visão pela ótica da globalização e os meios de comunicação. Tal ótica é caracterizada em três partes: a) A globalização como fábula, é o mundo como nos fazem vê-lo, ou seja, a impressão da diminuição de distâncias, a concepção da momentaneidade como algo que verdadeiramente nos informa, mas que ao mesmo momento nos gera a visão de um mundo homogêneo sem a escavação de suas diversidades locais tão arraigadas. b) O mundo tal como ele é, ou seja, a globalização como perversidade. Santos (2001) expõe a perversidade sistêmica da humanidade com um apoio descomedido às condutas concorrentes que operam sobre as ações hegemônicas da sociedade. Para o autor estes dois mundos representam a esfacelamento de um discurso único na concepção de uma produção econômica com incontáveis decorrências nas visões históricas hodiernas, na cultura de massa e no mercado global. c) Já a terceira e última parte é o mundo como ele pode ser. Santos (2001) descreve-o como outra globalização. Aquele encarregado da produção de uma metanarrativa, de um novo discurso ou relato sendo empossado pela visão da gigantesca miscelânea de povos, raças, culturas e gostos em detrimento do racionalismo eurocêntrico.

Por sua vez, Martín-Barbero (2009) lembra que a partir da globalização, diante de uma estrutura econômica capitalista mediando uma proposta cultural pelo encanto tecnológico e estímulo ao consumo, homogeneizou-se os modos de vida almejáveis capazes de suprimir o regional, o local e nacional para algo desatualizado, suplantado ou de menor valor, agrupando nesta lógica, conteúdos sociais desde a cultura da contemplação pela visibilidade e autenticidade.

Portanto, as reflexões de Martín-Barbero (2004) são mais que desafiadoras, são uma espécie de “orientação diferente para pensar o outro”. Uma maneira de pensar os processos que se desenvolvem a partir do massivo que busca ponderar o papel dos sujeitos, dos interlocutores dúbios da comunicação enquanto produtores de uma articulação simbólica em permanente efervescência.

Há (no massivo, nos processos da comunicação) recuperação e deformação, mas também há réplica; cumplicidade, mas também resistência; há dominação, embora esta não chegue a destruir a memória de uma identidade que brota precisamente do conflito que a própria dominação mobiliza. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 136).

Em seu discernimento do sujeito perante o massivo, Martín-Barbero busca uma compreensão sobre como os meios de comunicação e aqueles que os consomem, se interrelacionam determinando sentido. Deste modo, nos processos de comunicação dos sujeitos com as mídias, existe recuperação dos discursos pela réplica, tem convivência, identificação, mas também pode advir modificação desses discursos e resistência às suas ideologias. Segundo o autor, essa causalidade é fruto, entre outras exterioridades, do lugar tomado pelo sujeito na cultura massiva e comunicativa, pois este “não ocupa apenas uma única e mesma posição no sistema que o envolve, pois [...] no sistema, subsistem e coexistem matrizes em conflito”. (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 174).

Assim como Martín-Barbero (2004, 2006), Peruzzo (2004, 2008), Bonin (2013, 2014, 2016) e Maldonado (2013, 2015) problematizam a completude de conduta dos sujeitos na recepção e de suas apropriações das mensagens da mídia, avaliando que a natureza humana não proporciona qualidades uníssonas e permanentes, são múltiplos os modos pelos quais os sujeitos contrapõem aos díspares acontecimentos comunicacionais. Por isso os *sujeitos comunicantes* figuram como o quarto eixo norteador da tese, pois o sentido de cada discurso midiático – segundo eixo norteador tratado nessa pesquisa deve ser avaliado como um fenômeno complexo e mutável, consecutivamente reconstruído e, até certa medida, remodelado pelo próprio processo de interpretação e reinterpretação dos processos comunicacionais – eixo norteador central.

Por este motivo, ao revelar sua reprodução do fato, a mídia, preferindo determinadas palavras-chave ou seleção de imagens, robustece uma escolha de elementos a partir do enquadramento, provoca sentimentos e percepções diversas sobre um tema programado e uma notícia catalogada. Destarte, o enquadramento noticioso fica sobre o aparelhamento do discurso de um tema pela mídia, um padrão de interpretação e escolha sobre o que será destacado ou excluído ajustando com o que alcançamos no mundo, ou seja, nossas janelas interpretativas.

Por isso nessa pesquisa, também nos valem além dos métodos já citados na segunda premissa, utilizamos a *análise de conteúdo* de Bardin (2008) para uma melhor análise do mundo midiático do ponto de vista jornalístico, seja ele comercial – dos meios hegemônicos de comunicação ou os meios alternativos de comunicação. Por sua vez, a *análise de conteúdo*

é determinada pelo autor supracitado como um conjunto de técnicas, uma ferramenta moldável a diversos campos de aplicação, como também na comunicação. Esse tipo de análise foi manifestado inicialmente aos conceitos linguísticos e, com o passar do tempo, assumiu outros caminhos ainda, como, no emprego de uma análise pragmática das ciências políticas e em seguida na concepção de presença e exclusão de palavras e temas nos aspectos das teorias comunicacionais estabelecidas por Lasswell (quem diz o que? Por que meios? E com que efeito?) e Lazarsfeld (opinião pública). E essas perguntas são de extrema importância para a pesquisa, pois buscamos justamente a compreensão dos processos comunicacionais dos atingidos por barragens.

Nesse cenário, um dos aspectos basilares do emprego também da *análise de conteúdo* nessa pesquisa é exatamente o seu papel de busca e identificação das inferências, isto é, as constâncias da aparição de certo tema, um ponto de identificação ou palavra. Por esses cálculos variáveis é possível identificar as causas e os efeitos de, por exemplo, uma fonte midiática ter maior notoriedade em detrimento de outras. Em tal grau, a *análise de conteúdo* indicada por Bardin (2008) destina-se interpretar o objeto de estudo por meio de métodos empíricos divididos em três fases: a) a pré-análise do material selecionado; b) o exame do material; c) o tratamento dos resultados.

A pré-análise do material faz parte da seleção e organização dos dados a serem examinados, no caso desta tese, organizamos as reportagens contidas nos portais dos jornais *Estado de Minas*, *Folha de São Paulo*, *BBC Brasil*, jornais com a *Comunidade da Fundação Renova* e o portal online da *Vale S.A*, especificamente a página intitulada *REdescobridores*. E na outra ponta os portais do jornal laboratório *Lampião* e a revista laboratório *Curinga* – Ambos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), *Jornal A Sirene – Para não esquecer*, *jornal Brasil de Fato e fanpage EU LUTO – Brumadinho vive*, que é um meio de comunicação com a comunidade, conscientização e luta por direitos dos atingidos pelo crime socioambiental ocorrido em Brumadinho.

Sobre a escolha das disputas discursivas que ocupam o campo comunicacional usamos a categorização por fonte indicada por Amaral (2015). Tal opção ocorreu por demonstrar o jogo de forças e de legalidade das estruturas sociais exibidas depois do crime socioambiental. E é através dessa constituição do acontecimento midiático e sobre quais vozes foram usadas na cobertura do rompimento das barragens que somos capazes de apreciar as peculiaridades do arranjo narrativo sobre a empresa, o poder público e os atingidos. Amaral (2015) estabelece 03 três espécies de fontes – autorizadas, expert e testemunhais - empregadas na cobertura de crimes ambientais.

Na definição da autora, as fontes autorizadas são aquelas com finalidades institucionais, políticas e organizacionais que decorrem de “maior credibilidade” perante a ocasião de crise. Tais fontes teriam prioridade jornalística por serem ponderadas como “oficiais”. Contudo, geralmente são as que retiram a responsabilidade do acontecimento. Já a segunda espécie, as fontes experts são aquelas dotadas de conhecimento especializado e competência científica, revelam a elucidação dos acontecimentos para a compreensão do fato e podem explanar críticas a autoridades e responsáveis, ou também não necessariamente precisam se posicionar.

A mesma autora continua explicando que, as fontes testemunhais por seu turno são aquelas que exprimem as experiências do ocorrido, comunicam como um espectador convocando a sequela do real, são aqueles que contextualizam o acontecimento, relembram o sentimento vivido, recolhendo dessas vozes as posturas de declarações que evocam a oposição, a explicação, a revolta e a resistência. (AMARAL, 2015).

Por conseguinte, a pesquisa em comunicação voltada para o olhar da transmetodologia de acordo com (MALDONADO, 2013) exige compreender também que o real-histórico está articulado com a mídia. Perceber que “[...] só é possível investigar de modo aprofundado, renovador, rigoroso e com perspectiva de um futuro transformador, assumindo a problematização metodológica das investigações com auxílio da confluência lógica e conceitual de vários métodos”. (MALDONADO, 2013, p. 43). Portanto, qualquer que seja o olhar parcial não é capaz de apreender as múltiplas dimensões do mundo da vida – *sétima premissa*.

Consequentemente a investigação que não tem obrigação com “[...] a vida, as culturas, as transformações sociais e o bem-estar do mundo”. (MALDONADO, 2013, p. 44), não assinala intensos sentidos éticos e filosóficos, logo, não tem compromisso com a humanidade – *oitava premissa*. Por isso, segundo (MALDONADO, 2008, 2006; BACHELARD, 2001) necessitamos sopesar o modo intrincado e multidimensional da constituição do objeto empírico, para que possamos fortalecer o pensamento epistemológico crítico, em ruptura com a oposição em meio a teoria e prática, entre pensamento e atuação e entre sabedorias e fazeres. O compromisso com a humanidade tratado acima, inclui, principalmente, o compromisso com o próximo.

Já a *nona premissa* resgata a demanda da constituição do objeto empírico, que este não está dado, assim, é consequência da interrelação de conjecturas e compreensões metodológicas. Portanto, a transmetodologia entra em ação através do procedimento heurístico de descobertas, “[...] da experiência, das culturas, do mundo concreto”.

(MALDONADO, 2013, p. 45). Assentam-se afastada de especulações, *teoricismos*, *cientificismos* e *ensaísmos*.

Dessa forma, não se pensa a epistemologia como uma dimensão abstrata. Ela deve ser pensada como extensão que atravessa as dimensões que compõem a pesquisa. Precisa ser aberta e em conexão com os objetos empíricos. Santos (2006) considera que essas fronteiras são regiões dinâmicas e que permitem entradas e saídas. Por isso, a necessidade de se formular perguntas e gerar problemáticas que sejam relevantes e que olhem para seus diversos elementos constitutivos.

Ainda na mesma linha de raciocínio, “para um espírito científico, todo o conhecimento é uma resposta a uma questão. Se não houver questão, não pode haver conhecimento científico. Nada é natural. Nada é dado. Tudo é construído”. (BACHELARD, 2001, p. 166). E, no mesmo sentido aponta (BOSI, 2003, p. 123) que “a consciência se enfraquece quando se dobra à realidade sem tensão; é preciso despregar a verdade das coisas por um esforço”. A temeridade que se corre é de “sofrer um processo de facilitação e de inércia”. (BOSI, 2003, p. 115), o que resulta, na indispensabilidade de um sujeito consciente frente a sua pesquisa, questionador e pronto para ultrapassar os obstáculos.

É desafiador conceber um pesquisador sob as conjunturas de uma “*cadeia de produção massiva*”. (MALDONADO, 2013, p. 46). Bem como o empenho com a própria concepção do pesquisador compreende se colocar nos processos transcendentais das transformações civilizadoras. (MALDONADO, 2013). Portanto, a *décima premissa* e última, diz que o sujeito-pesquisador não deve executar uma investigação apenas para a academia, mas para a vida, para a conversão social e para a auto formação com inovações culturais, em uma prática em que seja inter-relacionada “a densidade e a riqueza do concreto em movimento”. (MALDONADO, 2013, p. 40) com os novos jeitos de descobrir, conhecer e concretizar pesquisas.

2.2 O campo de pesquisa: lugar de largada para a constituição do conhecimento

Ao considerar a transmetodologia por meio das premissas elencadas e argumentadas no tópico anterior, buscamos esboçar os processos de orientações de pesquisas comunicacionais adotando como fundamento a dimensão metodológica da construção investigativa e a concomitante concepção do sujeito na acepção de habilitar-se para raciocinar e domar o processo de produção do conhecimento que concretiza. (BONIN, 2014).

Figura 3 - Fases para a composição da pesquisa

O alinhar com a proposta do PPG	Entrelaçamento entre os conceitos de processos comunicacionais e os discursos midiáticos, conectados ao movimento sociocomunicacional, aos sujeitos comunicantes em relação a biosfera, integrando as fase da pesquisa.
Pesquisa da pesquisa	Implica trabalhar com investigações relacionadas ao problema/objeto fazendo delas elemento ativo da fabricação da pesquisa em que laboramos. (BONIN, 2014, p. 40).
Pesquisa Metodológica	[...] significa investir em trabalho de reflexão de teorias do método para alicerçar a construção da investigação e seu domínio reflexivo. (BONIN, 2014, p. 42).
Pesquisa exploratória	[...] implica aproximações ao fenômeno concreto a ser investigado buscando perceber seus contornos, suas especificidades, suas singularidades. (BONIN, 2014, p. 42).
Pesquisa teórica	[...] abrange a busca e seleção de proposições relevantes para fundar linhas de compreensão do problema/objeto investigado; estudo, reflexão e desconstrução de propostas teóricas e a sua reconstrução para atender às demandas. (BONIN, 2014, p. 44).

Fonte: Elaborado pela autora

Nesse momento vale recuperar o pensamento dos argumentos presentes tanto na concepção de Bachelard (1996) com o *sensu comum* quanto o conceito em que Bordieu (1983) batiza por *sociologia espontânea*, esses argumentos precisam ser superados na constituição do conhecimento científico a respeito da necessidade da ruptura epistemológica, que deve repreender a forma frequente de arrazoar como consequência do fazer pesquisa, pois nessa se vislumbra também a necessidade de trabalhar com conhecimentos já desenvolvidos no campo.

Assim, a partir da apreensão, do tensionamento e debate crítico, extraem-se exterioridades que podem ser empregadas em outros enfoques investigativos ou, até que possam ser incorporados, ampliados, reconfigurados para oferecerem artifícios, ainda que em parte dos fenômenos investigados e as fases da pesquisa são parte desse tensionamento e debate crítico os quais veremos a seguir.

2.2.1 A pesquisa da pesquisa integrada a pesquisa teórica

A fase metodológica designada por *pesquisa da pesquisa*, é uma das razões para a efetivação do que se compõe numa relação qualitativa das pesquisas que proporcionem

elementos importantes, fecundos e que podem apresentar contribuições de múltiplos critérios para a investigação realizada. É imperioso que se pondere, especialmente, que nenhum conhecimento compõe-se do zero, é indispensável compreender de quais conhecimentos a problemática está procedendo/iniciando e como se pode dar prosseguimento a ampliação do conhecimento já adquirido e anexado ao campo científico.

A partir dessas ideias iniciais e levando em conta a contribuição científica dessa pesquisa, foi explorado um levantamento de pesquisas já concretizadas alusivas à problemática investigada, que tivessem elementos teóricos e metodológicos ativos à proposta dessa pesquisa. Tal levantamento foi efetivado em bancos de dado e bibliotecas com acervos virtuais de teses, dissertações, artigos de periódicos e grupos de pesquisa que possuíam linhas de pesquisa e/ou cursos de Pós-graduação com dados que atraíam a essa pesquisa¹⁶.

As procuras foram efetuadas por meio de palavras-chave conectadas as considerações teóricas trabalhadas nessa investigação e a subsídios orientadores das estratégias metodológicas tomadas e ainda, a autores sopesados precursores dentro da trama *teórico-metodológica* adquirida, os quais poderiam ser objeto de algum *levantamento teórico* mais escavado e dentro de contexto de outra pesquisa¹⁷.

Inferimos a metodologia como uma profundidade norteadora, que oferece as direções e os processos de constituição da investigação nos mais distintos campos, “como instância corporificada em fazeres, operações, experimentações e procedimentos que dão feição ao objeto do conhecimento, que se inscrevem em lógicas atuantes na captura e fabricação pensada deste objeto”. (BONIN, 2012, p. 44). Ou seja, a construção dos caminhos e demarcações dos propósitos executam as estruturações da pesquisa.

¹⁶ Portal de Periódicos da Capes; Scielo; Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCON); Associação Nacional de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - Universidade de São Paulo (USP); Universidade Vale dos Sinos (UNISINOS); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Banco de dado Clacso – Redes de bibliotecas virtuais de Ciências Sociais da América Latina e Caribe; Banco de dados de Iteso – México; Instituto Humanitas UNISINOS – IHU; Grupo de pesquisa PROCESSOCOM/PPG/UNISINOS; Grupo de estudos em temática ambientais – GESTA (Trata-se de um departamento interdisciplinar composto por pesquisadores da Arqueologia, Antropologia da UFMG); Grupo política, economia, mineração, ambiente e sociedade – PoeMAS (Também composto por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento da UFJF) ; Instituto de estudos avançados – meio ambiente e sociedade – IEA USP e Rede Amlat.

¹⁷ As palavras-chave utilizadas foram: discursos midiáticos, cidadania e cidadania comunicativa, sujeitos comunicantes, mãe terra, crimes socioambientais, território, cultura, identidade, queda de barragem, movimento social, vida comunitária, comunicação comunitária, pesquisa - oral, etnográfica, diário de campo, extrativismo predador e análise do discurso. Também incluímos nessa busca palavras-chave derivadas do idioma espanhol para os bancos de dados que têm seu acervo no idioma citado. Sem esquecer também a procura de palavras-chave com os nomes dos autores os quais se pensava ser importantes dentro das temáticas teóricas suscitadas nas buscas. São eles: Eclea Bosi, Certeau, Boaventura Sousa Santos, Bruno Milanez, Milton Santos, Marc Augé, Harvey, Andrea Zhouri, Daniela Monje, Maria Soledad Segura, Fairclough.

Portanto, para analisar as cotações quantitativas, empregamos um algoritmo de computador para produzir uma escolha aleatória e não sucessiva dos escritos que sobreviriam por esse processo de investigação da *pesquisa da pesquisa*. Respeitamos o enfoque da equiparação da porção estatística. O programa utilizado foi o sorteador.com.br¹⁸ – nele o pesquisador concretiza os sorteios de maneira simples, tem só que deliberar sobre a quantidade de números e o espaço a ser sorteado. Dito isso, os resultados são aleatórios e deliberados pelo algoritmo do próprio programa.

Assim sendo, o programa definiu 22 (vinte e dois) trabalhos do universo de 1.389 escritos das bases de dados examinadas, equivalente a 1,58% que serão expostos no quadro a seguir.

Quadro 1 - 22 textos selecionados (amostra não intencional e intencional)

Título	Autor(es)	Base de dados	Dados que atraíram a pesquisa
A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha.	PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter.	Clasco	Extratativismo mineral na América Latina; Controle dos territórios; Contradições da mineração.
A sirene e o direito à comunicação dos atingidos pela lama.	BRITTES, Jussara.	Intercom	População atingida; Análise do discurso; Construção de cidadania e justiça social.
Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina.	ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves	UFMG	acontecimento; Poder de afetação; vida cotidiana; Economia.
Las esferas públicas como lugares de disputa: Una relectura de Fraser desde las teorías y prácticas de la comunicación en Latinoamérica.	SOLEDAD SEGURA, María	Artigo	Democratização da comunicação; Cidadania.
Crimes corporativos no Brasil: uma análise de grandes empresas no estado de Minas Gerais.	BORGES, Sabrina Rafaela Pereira; MEDEIROS, Cíntia Rodrigues de Oliveira	Ver. Ciências Adm.	Crimes; Participação; Autonomia dos sujeitos.
Processos comunicacionais kaingang: configurações e sentidos da identidade cultural, memória e mídia em perspectiva histórica	PEREIRA, Carmem Rejane Antunes	UNISINOS	- identidade cultural; - temporalidade; - redes de pertencimento; - dimensão comunicacional e histórica.
Maldição ou dádiva?: os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira.	ENRÍQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva	UnB	- desenvolvimento sustentável; - mineração;
A sirene e o direito à comunicação dos atingidos pela lama	BRITTES, Juçara.	Intercom	- Direito a comunicação econômico-financeiros; - Desastre socioambiental.
Desafios teóricos da pesquisa com sujeitos comunicantes: a contribuição da noção de	FOLLETO, Rafael	Chasque	- Sujeitos comunicantes; - Cidadania comunicativa; - Articulação teórica-

¹⁸ Ferramenta de uso gratuito.

cidadania comunicativa.			metodológica.
Ritualidade e extrativismo. A limpeza de canais e as disputas pela água no salar de Atacama-norte do Chile.	BOLADOS, Paola; BABIDGE, Sally.	Atacameños Studies Magazine	- Memórias recentes; - Perspectiva da educação histórica e ambiental; - Tragédia.
Refêns da riqueza de nossa terra: os impactos da mineração sobre as comunidades.	Bossi, Dário; Chammas, Danilo; Milanez, Bruno; Carneiro, Marcelo Sampaio.	PoEMAS	- Rentabilidade; - Impactos; - Entranhas da mãe terra.
Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica: o passado e o presente	GUIMARÃES, Paulo Eduardo; CEBADA. Juan Diego Pérez.	CIPC CETEM	- Mineração; - Conflitos socioambientais; - Retórica e realidade
Processos comunicacionais, identitários e cidadãos: pataxós em “territórios” de resistências e utopias.	PORTO, Helânia Thomazine	UNISINOS	- Mdiatização - Usos e apropriações midiáticas. - Cidadania comunicativa.
Cidadania comunicativa: vozes cidadãs negras na emissora Comunitária	ALMEIDA, Cristóvão Domingos de	INTERCOM	- Cidadania comunicativa; - Participação.
Comunidades y Minería: La Comunicación en el Conflicto.	CARRILLO HOYOS, Sandra Verónica	PUCP	- Empresas de mineração; - Comunidades locais; - Processo da comunicação.
Educomunicação, mídias digitais e cidadania: apropriações de oficinas educacionais por jovens da vila Diehl na produção do blog semeando ideias.	SAGGIN, Livia Freo	UNISINOS	- Mdiatização; - Cidadania comunicativa
Análise do discurso da mídia: a reestruturação promocional do texto jornalístico	COSTA, Ivandilson	UFP	- Discurso jornalístico; - Análise crítica do discurso; - Gêneros produzidos.
“A tortura de Estela contada por Dilma”: uma Análise Crítica do Discurso de rememoração da ditadura militar no jornal “Estado de Minas”	LISIEUX, Daniella de Oliveira Navarro; RABELLO, Rafaella Prata; MUSSE, Christina Ferraz.	INTERCOM	- Discurso de rememoração; - Discurso jornalístico; - Análise crítica do discurso.
Do imaterial ao edificado: Diversidade de bens culturais afetados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana –MG.	NOVAIS, Andréa Lanna Mendes; NOVAIS, Paula Carolina Miranda.	ICOMOS	- Rompimento da barragem; - Patrimônio cultural; - Meio ambiente
Metodologia da resistência: perspectivas para uma racionalidade da práxis em cidadania comunicativa	TEIXEIRA, Thays Helena Silva	UFRN	- Cidadania comunicativa; - Epistemologia da ciência; - Sujeitos em resistência
Medios de comunicación y ciudadanía	MONTESINOS CONDO, Rómel Alfredo	Revista de Investigación en Comunicación y Desarrollo	- Meios de comunicação; - Cidadania
A cultura dos sujeitos comunicantes surdos: construções da cidadania comunicativa e comunicacional digital no Facebook	CLAUDIO, Janaina Pereira.	UNISINOS	- Usos e apropriações midiáticas; - Sujeitos comunicantes; - Cidadania comunicativa

Fonte: Elaborado pela autora

Para a montagem do quadro acima nos valemos da definição da amostra por classificação qualitativa não aleatória e intencional. Logo, avaliamos a alcance da extensão territorial, a pluralidade dimensional, as metodologias tratadas, as teorias discutidas e os autores utilizados.

Os esforços de busca e de triagem das pesquisas devem ser estrategicamente pensados em sua concretização. Operacionalmente, isso requer conhecer e adentrar nos lugares/espacos onde se pode encontrar tais pesquisas, o que tem relação com os processos de organização do acervo do nosso campo no atual estágio de seu desenvolvimento, catalogação e publicização. (BONIN, 2014, p. 41).

Assim, considerar o trabalho efetivado na fase da *pesquisa da pesquisa*, ponderamos que os efeitos que surgem dela, a avaliam como uma experiência fecunda que se faz cogente tanto no campo comunicacional quanto os desafios sociais, por meio do levantamento de relatos e conhecimentos que acarretam outra visão sobre o problema/objeto com possíveis linhas em comum.

Fato é que, colher elementos provenientes de experiências criadoras consente ao investigador idealizar, esboçar e conceber desenhos *teórico-metodológicos* de maneira que os métodos concretizados em todas as etapas da pesquisa não se desandem em facilitações metodológicas. Desenvolve-se, deste modo, um aprendizado e uma provocação epistemológica radicada na materialidade do fazer pesquisa, que se alcança quando interroga, desfaz, rompe e recupera as trilhas da pesquisa para descobrir passagens adequadas e que seja capaz de responder à problemática levantada.

Todos esses processos ofereceram uma compreensão das investigações a partir do ponto de vista metodológico, ao passo que nos induzem a apreensões epistemológicas sobre a produção científica. Ademais, os indícios abalizados pelos caminhos cursadas nas pesquisas selecionadas nesta fase ajudaram a pensar desde a compreensão metodológica até o alinhar de *tensionamentos teóricos* no que tange as ponderações e exames alcançados no dia a dia da pesquisa.

2.2.2 A pesquisa metodológica

A metodologia ultrapassa o exame minucioso de métodos de pesquisa. Isto porque, conforme informa Bonin (2006, p. 29), essa pode ser “pensada como dimensão que norteia, orienta, encaminha os processos de construção da pesquisa em todos os seus níveis”.

Imediatamente, se a metodologia é incluída como sendo essencial de toda a trajetória construtiva da pesquisa, compete aqui uma ponderação sobre o método tal como inquirições que se instituem próprias dessa trajetória em que abrange ações epistemológicas.

Consciente ou não o pesquisador, ao iniciar um processo de investigação, trabalha com concepções de método, tanto num nível mais geral (teorias do conhecimento, do método científico) quanto em níveis mais específicos da sua construção (teorias dos métodos de observação, de descrição etc.). O domínio da fabricação da pesquisa exige instaurar processos de reflexão deste nível o que implica, entre outras ações, realizar pesquisa metodológica. Isto significa investir em trabalho de reflexão de teorias do método para alicerçar a construção da investigação e seu domínio reflexivo. Lembremos com Bachelard (1977) e Bourdieu et al (1999) que os métodos são teorias em ato. (BONIN, 2014, p. 42).

Ainda dentro da fase da *pesquisa metodológica* não podemos nos esquecer de que o senso comum também precisa se fazer presente, mas, não deve ser abarcado como uma verdade absoluta, pois “a ruptura com o senso comum não pode confundir-se com uma ruptura com os bons sentidos”, de acordo com Maldonado (2008, p. 42). Assim, “um dos argumentos proferidos a favor do fim da exclusão de indivíduos das estruturas do saber foi o das implicações potenciais que esta medida teria para a aquisição de um conhecimento válido”. (WALLEISTEIN et. al., 1996, p. 83), vez que as contribuições dos sujeitos comunicantes, no caso desta investigação, precisam integrar o arcabouço que busca a compreensão de determinado fenômeno, como na comunicação, por exemplo, a cidadania comunicativa dos atingidos por barragens de Mariana/MG e Brumadinho/MG.

Por isso, Bachelard (2001) crê que a ciência hoje em dia não tem mais como objetivo a descoberta de fenômenos ou definição das leis, e sim estabelecer um aparelhamento lógico que seja tecnicamente exequível. A epistemologia bachelardiana põe o sujeito como uma cidade científica que em uma metodologia de constituição racional e técnica, arquiteta os próprios fenômenos pesquisados e até a própria objetividade científica. Doravante tal pensamento, pondera-se o conhecimento de que não há nem objeto nem sujeito estabelecidos de contorno prévio, onde ambos são formados ao longo do processo.

Por consequência, as escolhas de certas combinações metodológicas precisam andar em conformidade com as particularidades do fenômeno que se está pesquisando, de forma que possibilite uma investigação da melhor maneira para que se arquitetem os objetos empíricos investigados. Aliás, os objetos empíricos devem convergir com os embasamentos e linhas teóricas raciocinadas para aclarar a experimentação realizada na pesquisa. Por tal motivo, e não menos importante, é preciso também de identificação e concentração do pesquisador com

a proposta do desenho metodológico, suas decorrências, formas de coleta de dados, exames, críticas e demais exterioridades de estudos.

Por isso, o problema/objeto constituído em nossa pesquisa demandou a realização num primeiro momento de uma pesquisa de observação, pois o ato de observar é essencial para desenvolver as capacidades humanas, e em seu cerne, trata-se da construção que permite identificar, apreciar, distinguir e oferecer o apanhado sobre o conhecimento dos fenômenos que nos cerca. Corroboram com esse pensamento Yuni e Urbano:

Nuestro cuerpo está habilitado para captar el mundo externo a través de la información que le aportan los sentidos. Esta información se internaliza y organiza el cerebro a través de la sensación, que nos permite decodificar el mundo en que vivimos y reconocerlo en términos de imágenes, sonidos, texturas, sabores y olores. (YUNI; URBANO, 2006, p. 40)¹⁹.

Deste modo os sentidos descrevem cada lugar e cada exterioridade da cada cultura que há, e colaboram para que os sujeitos se situem em relação ao significado, significante, signo, sinal e os aspectos que integram as formações sociais. Consequentemente, é basilar para que haja observações apuradas que nos permitimos transitar entre os lugares comuns e complexos, no que tange a diversidade que compõe a natureza que todos nós contemos. Nessa pesquisa em específico, mesmo sem uma intenção, uma premeditação, em toda a caminhada do percurso do campo empírico estivemos atentos a observação.

Dito isso, é imprescindível acordar que a prática da observação nessa investigação se colocou numa combinação metodológica conforme fora demonstrado através das premissas instituídas por Maldonado (2013) e relatadas anteriormente no item 2.1, pois não nos detivemos a um método, mas senão a um combinado de metodologias, pois no decorrer da pesquisa, quando estivemos em campo não trabalhamos com questionário estruturado. No percurso das lamas, margeando os rios atingidos, nosso alvo era o meio ambiente – a mãe terra e todo e qualquer sujeito comunicante atingido que encontrávamos pelo caminho e que aceitasse falar conosco.

Entre tantas escolhas e exames sobre essas escolhas, o percurso de investigação dos processos comunicacionais dos *sujeitos comunicantes* dos atingidos por barragens e suas relações práticas com a cidadania comunicativa levou-nos a escolher o diário de campo como um dispositivo de registros e interlocuções da/na pesquisa. Assim, temos no diário de campo

¹⁹ Nosso corpo está habilitado para capturar o mundo externo para através das informações fornecidas pelos sentidos. Esta informação é internalizada e organizada pelo cérebro através da sensação, o que nos permite decodificar o mundo em que vivemos e reconhecê-lo em termos de imagens, sons, texturas, sabores e cheiro. Tradução livre.

o lugar de registro dos movimentos da empiria, das leituras, dos tempos, espaços e das advertências que incidem/incidiram, enfim, do que vimos, ouvimos e vivemos. Para Demo (2012):

O analista qualitativo observa tudo, o que é ou não dito: os gestos, o olhar, o balanço, o meneio do corpo, o vaivém das mãos, a cara de quem fala ou deixa de falar, porque tudo pode estar imbuído de sentido e expressar mais do que a própria fala, pois a comunicação humana é feita de sutilezas, não de grosserias. Por isso, é impossível reduzir o entrevistado a objeto. (DEMO, 2012, p. 33).

Ao discorrermos com Demo (2012) sobre as questões atinentes ao processo de pesquisa, reafirmamos que essa é uma pesquisa que nos assentou enquanto pesquisadores na laboração da escrita, da revelação, da explicação, da interpretação da(s) cultura(s) de uma comunidade e as relações sociais analisadas e estudadas. Conforme os ensinamentos de Geertz (2008), a descrição deve ser consistente para caracterizar as expressões, espaços, tempos, saberes e regras de determinado grupo social, explanando melhor os significados culturais. Do mesmo modo, vamos compreendendo a importância de usar o diário de campo como ferramenta das descrições/anotações da investigação/pesquisa.

Diversos aspectos da investigação que foram registrados no diário de campo reforçaram os efeitos referentes a compreensão dos movimentos inscritos no cotidiano dos *sujeitos comunicantes* e a vida nas comunidades. Segundo Bertaux (2010, p. 39), “a pesquisa de campo o pesquisador tem o cuidado de, antes de tudo, abrir seus olhos, seus ouvidos, sua inteligência e sua sensibilidade ao que poderá lhe ser dito ou mostrado”. Dito isto, vamos compreendendo a importância do diário de campo enquanto um dispositivo de (in)formação da pesquisa e do pesquisador que trabalha com relatos orais, narrativas de vida, biografias e (auto)biografias.

Até então, nos percursos das caminhadas de campo as anotações do diário de campo apontaram descrições sobre o sujeito, seus modos de vidas, seus saberes milenares, a maneira como falam das suas lutas e resistências, sem falar dos contextos ligados às vivências em relação a mineração, porque nas caminhadas e no diário de campo não tenho questionários prontos e tão pouco pessoas específicas das quais iremos falar. Todo e qualquer sujeito que encontramos é um potencial para a investigação dentro do trajeto da lama.

Eu quero falar que eles aproveitou de nós não foi só nesses três anos e pouco, foi a vida toda. Porque falar que 90% (noventa) por cento aprovava o negócio da mineradora que roubou nós a vida toda. [...] roubando nossos

produtos que é o minério levando para outros países e preparando o povo porque eles roubava e ninguém denunciava. Nós fomos enganados desde o dia que a mineradora foi construída, porque ensinar as crianças a falar que quer trabalhar com os bandidos é compartilhar com o crime. (CLODOMIRO, atingido da barragem de Fundão, 2019).

Participar das histórias de resistência na caminhada epistemológica, fotografando, gravando e posteriormente fazer a transcrição, possibilita-nos a realização da análise e escrita da pesquisa. Não obstante, é na descrição de campo, rabiscada no diário, que muitas questões são evidenciadas como, por exemplo, essa esperteza de uma produção cultural que se decompôs diante de questões que assinalam o tempo dos sujeitos, onde as vozes se completam e ao mesmo tempo se distanciam nas memórias do acontecimento. Os detalhes foram contados e acompanhados por gestos das mãos, dos braços, dos olhos, do corpo num todo.

Quando chegamos a campo, muito mais que um diário de campo a partir das observações do olhar da pesquisadora, foi encontrar a imensidão de dados, sendo necessário, inclusive, separar o que era importante naquele momento, para a pesquisa em tela. Cada encontro com os atingidos, os discursos por si só já se ancoram nos aportes teóricos recebidos em sala de aula e nos teóricos e teorias que tem embasado o estudo até o momento.

O pesquisador pode ter diversas perspectivas do real, sem deixar a coerência de lado, intuindo que a dialética não carece de abreviação, como é o fato das dialéticas negativas da atualidade. Entretanto, “o detalhe que dita à lei, é a exceção que se torna a regra e que não é em plena luz, é ao lado da sombra que o raio, ao difratar-se, nos confia seus segredos”. (BACHELARD, 1975, p. 90).

Figura 4 - Clodomiro, atingido do município de Acaiaca/MG



Foto: Fabiano Lopes, 2019.

Neste instante, o real imediato e visível não coopera para a ampliação da ciência, toda norma tem sua exceção e toda exceção muitas vezes é o botão para o advento da “novidade” de novos regulamentos ou por analogia a nova combinação de métodos que por sua vez fazem a diferença na sua capacidade de dar conta da complexidade da realidade e porque não da pesquisa. Neste sentido declara Bonin:

A construção destes arranjos deve valer-se da reflexão teórica dos métodos para dar conta, dos pressupostos que se instituem como configuradores destes objetos, das possibilidades que oferecem a esta captura/construção e dos limites que impõem. Esta reflexão, em convergência com as pistas e constatações advindas da pesquisa exploratória, deve permitir obrar em processos de reinvenção, de criação e de integração com os demais métodos e procedimentos, em um desenho coerente. (BONIN, 2014, p. 43).

O enredamento e a multidimensionalidade dos episódios comunicacionais/midiáticos coloca-nos a instigação de atuar, não só no nível teórico, mas no metodológico também, com diversas perspectivas, sem qualquer redução. É pensar a dimensão do método como lugar que contrapõe pela produção do conhecimento científico nos seus múltiplos planos, é imperativo

penetrar sua compreensão, porque dele depende a produtividade do conhecimento que se quer suscitar. (BONIN, 2014).

2.2.3 A pesquisa exploratória

A pesquisa exploratória foi a mola propulsora de uma fase do trabalho inicial com os atingidos por barragens de Mariana/MG e Brumadinho/MG. Ela fez eclodir leituras, observações, encontros, desencontros e frestas para novos caminhos. Vez que a entrada em campo não se deu de imediato, pois numa primeira mirada verificamos as notícias trazidas pela mídia. Essas eram apontadas cuidadosamente num diário para que posteriormente ao iniciar as caminhadas pudéssemos contrastar o que era noticiado, o que estava nas redes sociais com os discursos dos atingidos e os discursos do poder público, das empresas que era narrado através das mídias. Tudo isso, era necessário para que fosse deixado de lado o falso deslumbramento, para que o olhar não estivesse contaminado e a abordagem do processo de construção da investigação fosse sensata em relação à produção de conhecimento envolvido com as dinâmicas sociais.

A pesquisa exploratória traz contribuições importantes para a construção investigativa. As pistas e constatações relativas ao fenômeno investigado, geradas através dela, facilitam a construção e a concretização dos problemas/objetos de pesquisa; permitem trabalhar na elaboração de configurações teóricas sensíveis aos objetos concretos da realidade comunicacional e suscitam o aprofundamento de dimensões que se revelam importantes na sua configuração. (BONIN, 2014, p. 43).

Tal pesquisa nos auxilia a constituir discussões entre as dimensões empírica e teórica, acender e movimentar disposições metodológicas, bem como conhecer e/ou reconhecer as conjunturas em que situa o objeto empírico. Com a participação de sujeitos comunicantes, que é o caso da nossa pesquisa, foi necessário refletir e problematizar as formas em que o pesquisador buscava para determinar os laços e interações com as comunidades atingidas e os sujeitos que a compunham, juntamente com suas identidades, culturas, saberes ancestrais, suas relações com a natureza, seus vínculos de pertencimentos dentre outras questões e contextos.

Assim, apesar de morar num dos municípios atingidos pela queda da barragem de Fundão em Mariana/MG, não tinha segurança para adentrar em campo por meio da pesquisa exploratória, pois já sabia por meio da mídia e das minhas idas e vindas a Governador

Valadares que os atingidos às vezes evitavam falar sobre o acontecimento, porque como já passavam dois anos e seis meses do crime vários desdobramentos estavam em andamento, inclusive um desprezo por parte das autoridades e das empresas em relação aos atingidos no que tange as indenizações e aos acordos sacramentados pela justiça.

Então, à época, ainda refletindo sobre o fazer da *pesquisa exploratória*, cercada de incertezas conheci o jornalista Nilmar Lage por meio de uma orientada da graduação da instituição da qual faço parte, que me confidenciou que o mesmo já tinha feito algumas matérias com os atingidos da queda da barragem de Fundão em Mariana/MG. E a partir dessa apresentação, o bate papo e os próximos passos da pesquisa fluíram.

Imediatamente convidei-o para ser o colaborador da pesquisa e que me acompanhasse em campo. Convite aceito, começamos a traçar nossas metas. Ele logo me perguntou: por onde quer iniciar? Falei: quero ter contato com alguém do jornal *A Sirene*²⁰. E em questões de segundos fui informada que ele tinha o contato telefônico de Sérgio Papagaio²¹ que vivia no município de Barra Longa/MG e certamente nos receberia.

Ligação feita, encontro confirmado. E no dia 08 de junho de 2018 iniciamos a exploratória. A bordo levava comigo um diário para anotações, o celular para gravar as conversas e quem sabe também fazer algumas fotos, mesmo tendo do meu lado e como colaborador o jornalista supracitado.

Confesso que naquela ocasião apesar das fases da *pesquisa, teórica e metodológica* estarem quase completas não tinha conseguido pensar numa metodologia que abarcasse toda a empiria. E essa questão também estava a bordo dos meus pensamentos naquele primeiro dia de campo.

Portanto, no trajeto Nilmar me perguntou se eu queria ir direto à casa de Sérgio Papagaio ou se não me importava de iniciar o trajeto de rejeito tóxico de minério pelo distrito de Fonseca, município de Alvinópolis/MG, acompanhando o curso do rio? Nossa, naquele momento, no emaranhando dos meus pensamentos sobre qual a metodologia utilizar, dei preferência por acompanhar o curso do rio. Mal sabia eu que a partir dali surgiria um combinado de metodologias, ou seja, uma miscelânea de métodos através da transmetodologia.

²⁰ Jornal produzido pelos(as) atingidos(as) pela Barragem de Fundão (*Samarco*), que se rompeu em 05 novembro de 2015. Eu já tinha conhecimento de tal jornal por meio das páginas do facebook. Aqui vale dizer que essa rede social era um dos meus observáveis antes da entrada propriamente em campo.

²¹ Sérgio Papagaio, atingido escreve a coluna “Papó de Cumadres”, que conta a realidade enfrentada pelos(as) atingidos(as) através das comadres Consebida e Clemilda.

Afinal não tinha nada estruturado, seja entrevista, qual atingido iria abordar, pararia em alguma comunidade? Fotografaria os lugares, sujeitos e paisagens apenas? Não. Definitivamente não. Tudo que estava abaixo dos meus olhos era importante demais para que trabalhássemos um método apenas. Ora eu era um andarilho voyeur de Certeau (2011), em outros momentos me via na etnografia de Geerts (2008), de Lévi-Strauss (2001) da história oral através da memória de Bosi (2003) e dos lugares e não lugares de Augé (1994).

E assim, os dois dias primeiros da coleta de campo dessa pesquisa. Fizemos um trajeto longo, conhecemos e falamos com muitos atingidos. Também não faltou observação à paisagem que traz em seu âmago as marcas da lama, seja no tronco das árvores, no curso dos leitos dos rios, nas cercas a beira das estradas de terra, nas casas destruídas etc. Mas, o distrito que foi o primeiro a ser atingido, Bento Rodrigues não esteve ao nosso alcance na primeira ida a campo. Lá está tudo cercado e vigiado pela *Samarco/Vale/ BHP Billiton*, empresa de minério causadora do crime. Para adentrar Bento só com autorização, anunciou o vigia.

Mesmo diante de um diálogo intenso com o vigia, nossa primeira caminhada chegava ao fim, pois a barreira estava intransponível para curiosos e pesquisadores conforme relatou o trabalhador da empresa a época. Diante disso, Nilmar sugeriu que retornássemos as nossas residências e ele, posteriormente faria contato telefônico com Mônica Santos, atingida de Bento para que fosse autorizada nossa entrada no distrito.

Dezoito de agosto de 2018, estávamos novamente em Bento Rodrigues, dessa vez conseguimos adentrar ao distrito, conforme relatado, Mônica Santos não só atendeu a solicitação feita por telefone por Nilmar como também nos recebeu para uma conversa. Ela faz parte de um coletivo intitulado “loucos por Bento”. Esses, por sua vez são moradores que sempre aos finais de semana retornam ao distrito, pois é lá que se sentem seguros e realizados. Inclusive, nesta caminhada em específica encontramos com outros atingidos que se juntaram a Mônica naquela manhã de sábado.

Saindo de Bento seguimos para a chamada “lavoura”, lugar em que foi selecionado pelos atingidos de Bento e que está em obra para o “novo Bento”. Lá deparamo-nos com várias máquinas e trabalhadores na preparação das novas moradias dos atingidos do distrito. Não podíamos demorar muito por lá, pois ainda tínhamos que ir à primeira I feira da saúde organizada por atingidos de diversos municípios, mas que ocorria na cidade de Barra Longa/MG.

Seguimos para Barra Longa/MG. Já era no final de uma tarde de sábado. Quando lá chegamos à I feira construída pelo coletivo de saúde com o lema “Venha ajudar a pensar a saúde dos atingidos” que já estava no final, mas ainda em tempo de encontrar e ouvir relatos

dos representantes do jornal *A Sirene*, de algumas benzedadeiras e de vários atingidos das redondezas, como Paracatu de Baixo e Gesteira. Regiões essas bem diferentes de Bento, pois tinham aspectos bem rurais. Somente a fé e as tradições dos saberes milenares que não destoavam, pois em Bento, os atingidos tinham a celebração e festa de São Bento. Já em Paracatu de Baixo era a tradição de Folia de Reis²² e em Gesteira a devoção a Nossa Senhora da Conceição.

Depois das observações a I feira e de tudo cuidadosamente anotado, gravado e fotografado seguimos para pernoitar em Mariana/MG, pois no domingo era a vez de caminhar pelas estradas rurais do município de Barra Longa/MG (Paracatu, Paracatu de Baixo, Gesteira Nova e Velha, Córrego do Onça, Pedras). Nosso domingo também não foi diferente do sábado, pois a cada parada era uma observação seja da paisagem, de algum objeto ou escuta atenta a algum atingido/atingida que encontrávamos pelas estradas.

Nossa, o domingo passou sem notar. Já era o início da noite, momento de retornar pra casa. No trajeto entre uma conversa e outra com o colaborador Nilmar Lage, tomava a consciência que para a próxima estada em campo, novas leituras, reflexões, pensamentos e rupturas eram necessários. Neste sentido corrobora Bonin (2014, p. 43): “A pesquisa exploratória também oportuniza experimentar, vivenciar e testar métodos e procedimentos para compor e construir arranjos metodológicos sensíveis às demandas da problemática e das lógicas dos objetos empíricos”.

O exercício e a reflexão de novos arranjos para a pesquisa a partir da experiência e vivência do campo eram necessários para que pudéssemos fazer uma abordagem aberta à pluralidade encontrada no campo tendo como compreensão a participação de cada sujeito atingido incluindo assim, a percepção dos processos de construção de fazeres e de saberes, como formas transformadoras de olhar e de interpretar as várias dimensões dos seres, conforme assinala Maldonado (2014; 2013) ao citar a epistemologia transmetodológica.

Assim, após alguns meses de imersão nas teorias e reflexões situadas no saber humanístico. (MALDONADO, 2013), planejava o retorno ao campo quando ocorreu o segundo crime da *Vale S.A.* O Estado também foi Minas Gerais, o município, Brumadinho/MG, a barragem, a do Córrego do Feijão. Era 25 de janeiro de 2019, uma sexta-feira, quando por *whatsapp* Nilmar Lage me comunicou que mais uma barragem tinha

²² Sr. “Zezinho”, mestre da folia faz quase 50 (cinquenta) anos e atingido que nos explicou sobre o significado e a formação da folia. *Trata-se de procissões, entregas de promessa e comemorações no dia dos Santos Reis, quando tem as “saídas”.* Essa folia passa de geração para geração. Sendo composta por: mestre, contra-mestre, 1ª voz, 2ª voz, 3ª voz, 4ª, 5ª voz e 6ª voz, que fazem a cantoria. Além das vozes eles utilizam viola, violão, pandeiro, caixa e sanfona.

estourado. Naquele momento um emaranhado de pensamentos surgiu na minha cabeça e logo, quis me deslocar para o lugar do acontecimento. Logo me informei de que só era possível se eu me juntasse aos voluntários que estavam sendo credenciados para auxílio aos bombeiros no resgate.

Ideia descartada. Eu estava trabalhando e não consegui folga. Assim, acompanhava tudo pela mídia e por intermédio de meu colaborador, que, como disse é jornalista e estava lá a serviço do Jornal *Brasil de Fato* e do *Greenpeace* e nas horas vagas falava comigo via celular.

Os dias se passaram e os números de mortos e desaparecidos não paravam de aumentar em decorrência do crime da mineradora em Brumadinho/MG. Quando retornei ao Rio Grande do Sul para uma reunião com o meu orientador professor Efendy Maldonado. E nessa reunião a decisão de inclusão do segundo acontecimento na pesquisa, portanto era necessário, a partir dali, não mais fazer um caminho exploratório e sim dois.

Já de volta a Minas Gerais repensei os percursos e através de diversas leituras e até da última reunião de orientação, verificamos que era necessário acessar alguém do MAB – Movimento de Atingidos por Barragens também para entender a interlocução dos mesmos em relação aos dois crimes. Afinal, o movimento era o mediador principal que trabalhava com os atingidos na luta e resistências pelos direitos ora solapado.

Posteriormente, em busca do contato de alguém do MAB e em conversa com o Nilmar Lage, disse a ele que gostaria de escutar algum militante do MAB. Imediatamente, o mesmo me disse que tinha o contato telefônico de uma militante do MAB chamada Camila. Ela foi a primeira pessoa da pesquisa que peguei o contato. Quando liguei, fui atendida prontamente, daí, já marcamos nossa conversa.

No dia e hora marcados para a conversa, Camila disse quando chegou: “Estamos sempre de portas abertas, quando, de fato a universidade se volta ao povo. Acreditamos muito na pesquisa, por isso estou aqui”. Esse momento foi de extrema importância para os próximos passos da investigação. A fala da Camila comigo estreitou laços logo no início e passamos a conversar sempre sobre os dois crimes, as demandas e os desdobramentos que aconteciam dia após dia. E paralelo às conversas a pesquisa também caminhava.

Portanto, numa das conversas que tive com a Camila via mensagem de whatsapp fui informada que dentro da planilha de danos levantada pela *Fundação Renova*, tinha atingidos que estavam de fora das negociações, como, por exemplo, os garimpeiros, agricultores de subsistência e atingidos de Barra Longa/MG com questões de saúde grave e sem auxílio para tratamento e todos esses tinham ocupado o escritório da *Renova* em Mariana/MG.

Em seguida quis ir ao encontro desses atingidos. Liguei para o Nilmar Lage, mas naquele momento ele tinha outra atividade e não poderia me acompanhar. Mas mesmo assim não desisti de mais uma caminhada. Conversei com meu esposo Fabiano sobre a necessidade de estar junto dos atingidos naquela ocupação ao escritório supramencionado. Ele prontamente assumiu o compromisso de viagem comigo. Só precisava saber se os atingidos me receberiam. Novamente chamei a Camila ao telefone e ela me repassou o contato da Letícia, também militante do MAB para que intermediasse a minha fala na ocupação.

Tudo certo! Partimos para Mariana/MG. Era domingo, 09 de junho de 2019, às 05h00 da manhã. Chegamos por volta de 09h00. Fomos logo recebidos por um grupo de atingidos, mas dentre eles se destacavam Marino e Sr. Bernardo que nos levou até Simone – atingida e militante do MAB, responsável por nos conduzir naquele momento da pesquisa e que convidou todos que estavam lá a se reunirem no salão e ouvir o que eu enquanto pesquisadora tinha a dizer-los.

Apresentei-me e falei da problemática e dos objetos da nossa pesquisa. Disse ainda que não trazia comigo um questionário estruturado ou predefinido. Na pesquisa em questão queria ouvi-los. Que eles estivessem à vontade para conversar comigo. Sem ordem predeterminada, sem método preestabelecido. E, que caso quisessem, poderiam fazer questionamentos sobre a investigação em andamento. Passamos juntos cerca de 03 (três) horas de conversas e trocas de saberes.

Passados um mês da ida a campo para acompanhar a ocupação dos atingidos ao escritório da *Renova* em Mariana/MG, Camila me chamou via telefone para saber se poderia enviar meu contato para uma defensora pública, Dra. Carolina Morishita. Prontamente disse meu sim. Logo Dra. Carolina me ligou e começamos a pensar no auxílio solicitado pelo MAB, junto à Defensoria para uma atingida em específico, dona Vida, moradora da cidade do Naque, na região da bacia do Rio Doce.

Para que chegássemos até dona Vida, outro militante do MAB – Thiago Alves assume a intermediação do encontro. E, a partir do dia 31 de julho de 2019, começamos a estreitar laços. Num primeiro momento conversamos sobre a possibilidade da Instituição de Ensino na qual eu trabalho assumir alguns casos individuais de assessoria jurídica além do caso da dona Vida. Acabamos por acordar acompanhar um ou outro caso apenas, pois o Núcleo de Assistência Jurídica tratava só casos da Comarca de Ipatinga/MG.

Com o Thiago, avançamos muito. Conhecemos melhor o MAB. Fizemos algumas reuniões. Tivemos a participação tanto no Seminário “Jornada de luta dos atingidos”, ocorrido em 09 de novembro de 2019, que contou com a participação dos atingidos da Bacia do médio

Rio Doce, militantes do MAB, advogados populares e estudantes do curso de Direito, quanto na Feira Popular da Saúde realizada em 23 de novembro de 2019, na comunidade de Pedra Corrida, município de Periquito/MG, que teve como premissa a luta pelo direito à saúde dos atingidos e ainda um espaço para promover acolhida e o debate com os mesmos. Esses dois eventos foram em alusão aos quatro anos do crime da *Samarco*.

Depois dessas imersões, retomamos novamente à pesquisa metodológica e teórica em busca de mais subsídios para avançarmos na escrita. E ainda com os pensamentos voltados para a coleta de campo. Ainda era necessário caminhar até Regência/ES e ir a Brumadinho/MG e ainda alguns outros municípios atingidos pelo segundo crime.

Em 13 de dezembro de 2019, através do Thiago Alves, consegui dois contatos com outros militantes do MAB. Eloá, militante atuante em Brumadinho/MG e João Paulo, membro atuante no Estado do Espírito Santo. Paralelamente, fiz contatos com ambos. E a partir da primeira conversa começamos planejar tanto a minha ida a região de Brumadinho/MG quanto à Regência/ES. Depois da troca de várias mensagens, arrumamos as malas, e no dia 09 de janeiro de 2020, chegamos ao Estado do Espírito Santo, especificamente na vila de pescadores. Era 00h39, a vila estava praticamente deserta. Chegamos à pousada Farol da Vila e fomos logo dormir para que no outro dia iniciássemos as observações.

No dia 10 de janeiro de 2020 acordamos cedo, descemos para o café e logo o dono da Pousada começou a conversar conosco. Quis saber como descobrimos aquele local, pois quem viajava até aquela praia eram surfistas, isso antes da lama chegar lá. Dissemos que estávamos ali para uma coleta de campo. Vasco, dono da pousada, professor universitário se interessou pelo assunto e a conversa foi longe.

Depois do café saímos à procura do Projeto TAMAR. Apesar de tê-lo encontrado e ter visto a soltura de filhotes de tartarugas não conseguimos escutar ninguém que trabalhava lá. Retornamos para a Vila na expectativa de encontrar algum pescador atingido que aceitasse uma boa prosa. Na caminhada vimos a Associação de Pescadores de Regência e, como a porta estava aberta entramos. Deparamos com o Sr. Leone, Presidente da Associação por mais de 20 anos. Ele nos recebeu com todo o carinho e amor, conversamos por mais de duas horas. Contou sobre a Associação desde o início até os dias de hoje, pós-crime. Mostrou a aquisição de todos os maquinários para a continuação do pescado depois da passagem dos rejeitos de minério. Levou-nos ao cativeiro que também foi montado após o acontecimento, vez que a pesca foi proibida naquele local.

No dia seguinte foi à vez de conhecer Fabrício, surfista, pescador, dono de uma escolinha de surf e de uma pousada. Tal contato foi previamente combinado por intermédio de

João Paulo, militante do MAB. Pós-crime, Fabrício conheceu o MAB e disse que foi uma bênção na vida dele e da família dele. Segundo ele, caso o MAB não os estivesse auxiliando já teria desistido da luta para ser reconhecido como pescador e como surfista e professor.

No dia 11 de janeiro de 2020 nos despedimos de Regência. No retorno pra casa teríamos só o tempo de trocar as roupas da mala e seguir para última caminhada da coleta de campo. Brumadinho/MG nos esperava.

Ao chegarmos ao município de Brumadinho nosso primeiro desafio. Tivemos dificuldade para encontrar um hotel, pousada ou hostel para hospedagem. Tudo era muito caro. Depois de muita pesquisa conseguimos um hotel na cidade de Mário Campos, município a 14 km de Brumadinho. Deixamos nossas coisas no hotel e saímos para dar uma volta pela cidade, por onde passamos e com as pessoas com as quais falamos, porém não tivemos abertura para escutar sobre o crime praticado pela *Vale S.A.* através da Mina do Córrego do Feijão. Retornamos ao hotel, afinal já era tarde e no outro dia bem cedo seguiríamos nossa caminhada.

Precisamente as 08h30 da manhã do dia 15 de janeiro de 2020 saímos do hotel em direção ao lugar do rompimento da barragem. Chegando ao lugarejo do Córrego do Feijão que leva o mesmo nome da barragem, ninguém quis conversar sobre o acontecimento. O lugarejo é pequeno, mas tem cerca de 5 (cinco) ruas/vielas. Lá nenhuma escuta apenas observações. Vimos diversos trabalhadores da *Vale S.A.* e de outras empresas que acreditamos serem terceirizadas executando diversos trabalhos, dentre eles, um caminhão pipa lavando as ruas.

Nesse momento sentimo-nos impotentes, pois sequer tínhamos conversado com um atingido que fosse. Daí, não tivemos outra saída que não fosse usar a rede de contatos da Eloá, militante do MAB, conforme já relatado anteriormente. Ela tinha nos repassado o contato de pescadores, de agricultores e de uma aldeia indígena. Fiz contato com cada atingido que eu estava de posse do número telefônico. Alguns atenderam outros não. À medida que atendiam ao telefone eu me identificava, falava um pouco da pesquisa e perguntava se por acaso poderíamos ir ao encontro deles para uma conversa, uma escuta.

De todos os contatos consegui ouvir 03 (três) atingidos distintos, Dona Eliane – pescadora de Cachoeira do Choro, no município de Curvelo/MG; Rogerio Rezende – agricultor do município de Juatuba/MG e Claudia – agricultora do município de Mário Campos/MG.

E assim, encerramos a coleta de campo, mas é muito importante ressaltar que não considerávamos os movimentos de caminhada e observação como estanques, determinados e fíndos. Desse modo, algumas constatações que realizamos no início das observações foram

sendo rearranjadas, aperfeiçoadas e reiteradas. Outras negadas, desconstruídas e corrigidas durante todo o percurso da coleta.

Sabemos que para além dos *sujeitos comunicantes* atingidos da pesquisa, suas experiências, vivências, saberes, questões culturais, questões da natureza, objetos, afetos, memórias fora necessário de nossa parte perceber os ambientes, as relações e inter-relações que permitiram um olhar maior das realidades comunicacionais problematizadas. No entanto, a pesquisa exploratória se constitui num fio condutor de toda a investigação, que acende, floresce e abre probabilidades de desestruturar para avançarmos na construção sólida da mesma.

3 O ROPIMENTO MOTIVOU O INÍCIO: DISPOSIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Olhai as montanhas,
 Olhai as montanhas, mineiros,
 Como a Serra do Curral, mutilada,
 Vós que não as defendeis, olhai-as enquanto vivem pois,
 A golpes de tratores vão sendo assassinadas,
 Pela culpa única de suas entranhas de ferro.
 Mineiros, por que não percebeis que essa ferrugem que vos empoeira os olhos,
 Essa terra, vermelha, é o vosso sangue,
 Injustamente derramado, na luta que vos abate.

Olhai as montanhas, mineiros,
 Como o Itabirito solitário,
 Vós que as desprezais, olhai-as enquanto vivem, pois,
 A patadas de caminhões vão sendo massacradas,
 Pelo crime hediondo de te recortarem o céu,
 Mineiros, fechai os vossos olhos e tentai sentir pela última vez,
 Esse imenso abraço verde que vos envolve.
 Abraço de amor, abraço feito de terra,
 Chorai a imponência que vos formou o caráter.

Olhai as montanhas, mineiros,
 Como o Itacolomi dos inconfidentes,
 Vós que vos omitis, olhai-as enquanto vivem pois,
 Em centenas de vagões, como urnas funerárias,
 Vão sendo levados seus pedaços, inermes
 (Carlos Drummond de Andrade).

Os versos proféticos do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, em “Olhem bem as montanhas”, já acusavam, na década de 1970, as violências da exploração extensiva do minério de ferro em Minas Gerais. Sabemos que a história é mestra da vida, mas, por diversas vezes, a literatura também nos serve de alerta para o futuro, para que os erros não sejam repetidos.

O aprendizado com os erros deveria ter cominado às empresas de mineração a uma completa mudança de paradigmas, já que temos condições de sermos autores da nossa própria história. Todavia, percebemos, ainda, condutas inconsequentes derivadas da ambição do capitalismo com total desrespeito aos direitos de outrem, não raras vezes precedidas da omissão ou incompetência de autoridades públicas responsáveis pelos licenciamentos ambientais.

A partir dessa reflexão, apresentamos as razões e configurações presentes no nessa pesquisa através dos ensinamentos de Geertz (2008), que se preocupava, essencialmente, com a construção social dos significados que ordenam a experiência humana. Por meio dela é que podemos admitir as limitações de nossa situação particular enquanto observadores e a contar

daí lidar com dados concretos, circunstanciados. A partir desse ponto de vista, o resultado é sempre incompleto através de uma lógica ininterrupta entre a menor das particularidades e a mais global das estruturas.

Cada pesquisador se coloca no lugar de observador, sendo essencial compreender todos os aspectos por meio das reflexões teórico-metodológicas em contraponto com as questões comunicacionais, sociais, jurídicas, políticas, culturais, afetivas, ambientais e científicas que desenhamos a problemática, juntamente com os objetivos e a justificativa.

Dito isso, as questões em que permeiam as empresas de minério e os desdobramentos trazidos pelas mesmas, seja ao meio ambiente, as comunidades e aos sujeitos carecem, por ora, de estudos, uma vez que não podemos deixar que a literatura prossiga imitando a vida, seja no caso de Mariana/MG, onde se deu o rompimento da Barragem de Fundão da *Samarco/Vale/BHP Billiton* ou ainda em Brumadinho/MG, com a queda da barragem da Mina do Córrego do Feijão, da *Vale S.A* - sem contar as outras tantas barragens que estão na iminência de romper. Quantas vidas serão ceifadas e quantas faunas e floras serão destruídas para que, em algum momento, os governos e as empresas compreendam que o modelo de mineração usado até então não pode permanecer?

3.1 Mobilizações²³ para a pesquisa

Nasci e fui criada na zona rural. Apesar de ter saído de lá para a cidade para dar continuidade aos meus estudos, sempre nos finais de semana, feriados e férias eu estava de volta, na labuta diária com os meus pais. Tal fato serviu para eu observar o quão é difícil e, ao mesmo tempo, prazerosa a vida do homem do campo que trabalha com a agricultura para a subsistência. E isso acabou despertando o meu interesse pelo estudo acerca das minorias e da disputa pelo poder.

Assim, no Mestrado interdisciplinar que realizei, trabalhei conflitos socioambientais numa Unidade de Proteção Integral, onde a disputa de poder pelo território é pautada nas questões capitalistas. Investiguei na dissertação sobre os grandes empreendimentos imobiliários que são construídos em áreas “proibidas” pela Legislação Ambiental, mas apenas quando se trata do sujeito desprovido de recursos econômicos, ribeirinhos, agricultores de

²³ O pronome pessoal na primeira pessoa do plural é empregado no texto pelo sentimento de aprendizado em uma criação coletiva. Porém, especificamente neste item, solicito licença para o uso da primeira pessoa do singular, pelas experiências particulares vividas e reveladas.

subsistência, dentre outros grupos minoritários. Quando se trata de pessoas “influentes”, as licenças para as construções civis são, na maioria das vezes, obtidas sem quaisquer restrições.

Concomitante à minha dissertação ocorreu o crime praticado pela Samarco em Mariana/MG. Esse acontecimento me deixou, de novo, extremamente reflexiva em relação às minorias e grupos vulneráveis, pois, como moro na região do crime, a todo o tempo acompanhava, de perto, a movimentação relativa ao acontecimento, como por exemplo, a busca desesperada pela água potável em Governador Valadares/MG, por meio de filas intermináveis, sem falar que a quantidade por família era limitada.

Paralelo a isso, vi e acompanhei toda a inquietude e luta dos atingidos e atingidas para ver exteriorizado o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, ou seja, compreender a cidadania para além dos direitos e deveres trazidos no capítulo dos “Direitos e Garantias Fundamentais” esculpidos pela Constituição de 1988.

Ato contínuo, no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, parece que as lições de Mariana não trouxeram ensinamentos para as empresas envolvidas, para os governos e até mesmo para o Ministério Público, uma vez que novamente Minas Gerais padeceu dos desmandos do capitalismo, agora no município de Brumadinho. Lá também não foi diferente: novamente os direitos e garantias fundamentais foram atropelados e, mais uma vez, os atingidos e atingidas têm que lutar para ter voz e vez.

Figura 5 - Nos campos da pesquisa - Sr. João - atingido e a autora



Foto: Nilmar Lage, 2018.

Por isso, agora, no Doutorado, também interdisciplinar, busco pesquisar novamente os grupos minoritários e vulneráveis. Hoje, o faço a partir do ponto de vista dos processos comunicacionais por meio da cidadania comunicativa; através dos *sujeitos comunicantes* – os atingidos. Logo, a Ciência que busco produzir aqui é comprometida e, por isso, tem um olhar avocado que atravessa o exercício de motivação, observação, configuração e reflexão que, como tal, correm certos riscos de contaminação. Nada obstante, são riscos que admito por perceber que, em meu caso particular, seria impossível isolar a pesquisadora, da moradora de Minas Gerais e que vive na região acerca dos acontecimentos e que nem ao menos conservaria adesão à realidade comunicacional que me toca viver.

3.2 Problematização: onde Mariana/MG e Brumadinho/MG se encontram

A queda da barragem de Fundão - que armazenava rejeitos de minério, operada pela mineradora *Samarco/Vale/BHP Billiton* e situada em Mariana/MG, ocorrida no dia 5 de novembro de 2015, tarde de uma quinta-feira, mais ou menos às 16h30, era anunciada pela mídia o tempo todo. Com poucos detalhes sobre o ocorrido, números eram noticiados repetidamente, numa busca pela atualização e sistematização das informações reais. Evidenciamos, a partir da data supramencionada, as mídias voltadas às terras mineiras, sempre com o foco no inimaginável, na força desoladora de um acontecimento impressionante.

No contexto de um desastre tecnológico - que não tem origem em causas naturais, mas sim são atribuídos a intenções, erros e negligências humanas ou falhas em sistemas elaborados por homens (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2015), sendo assim escolhas técnicas, econômicas e política de determinado instituição, grupo ou pessoa o cenário é ainda mais conflituoso, de disputas e desconfiança. O que se deve ao fato de que além de ter ocorrido o desastre em si com efeitos devastadores, também por consequência, pode ter havido crimes. Sendo assim, o espaço da tragédia também é a cena do crime, que passará a ser escondida e controlada pelos interessados diretos. Nestes espaços emergem territorialidade violentas ou, segundo Robert Sack (1986), estratégias de controle do espaço, de pessoas e recursos. (WANDERLEY; GONÇALVES; MILANEZ, 2016, p. 32).

Nomeada como o maior²⁴ crime²⁵ socioambiental do país, quiçá do mundo, diversamente do que estava previsto no EIA – Estudo de Impacto Ambiental, a violência do

²⁴ Segundo o dossiê da empresa de consultoria americana Bowker Associates, em parceria com o geofísico David Chambers. O crime bate três recordes mundiais na história da mineração nos últimos 100 anos: I. O derramamento de uma quantidade de lama inédita, entre 32 e 62 milhões de metros cúbicos. Se for visto o

rompimento da barragem não se limitou às áreas de extensão prefixadas (as três barragens – Germano, Santarém e Fundão, mais o povoado de Bento Rodrigues). A lama lançou destruição por mais de 663 km através dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, até chegar à foz do último, onde submergiu 80 km² ao mar²⁶. Há, ainda, que mencionarmos as perdas humanas que totalizaram 19 pessoas mortas - trabalhadores subcontratados da Samarco e moradores de Bento Rodrigues; mais de 1.200 pessoas ficaram desabrigadas; pelo menos 1.469 hectares de terras foram destruídos; fora o prejuízo a pescadores, ribeirinhos, agricultores, assentados da reforma agrária e populações tradicionais, como a tribo Krenak e os demais moradores das cidades ao longo dos rios atingidos. (SERRA, 2018). A Figura 6 demonstra o caminho que a lama percorreu.

volume de rejeitos vertidos - 50 a 60 milhões de metros cúbicos (m³), o acontecimento em Mariana/MG corresponde, quase, à soma dos outros dois episódios do tipo já lançados no mundo - ambos nas Filipinas (1982 - 28 milhões de m³; 1992 - 32,2 milhões de m³). Embora a pesquisa tenha sido calculada com base no tamanho da barragem mineira - 60 milhões de m³ de rejeitos, a Samarco informa que o montante correto é de 32 milhões de m³; **II**. Uma extensão de destruição ao longo de mais de 600 km de trajeto seguidos pela lama. No histórico deste tipo crime, em segundo lugar aparece a Bolívia, em 1996, com metade da distância do trajeto da lama, 300 quilômetros; e **III**. O custo. O investimento para ressarcir as perdas geradas, nesse crime, foi orçado pela consultoria em US\$ 5,2 bilhões. O maior valor aferido foi após os anos 1990, na China, com perdas próximas a US\$ 1 bilhão. Disponível em: <https://lindsaynewlandbowker.wordpress.com/2015/12/12/samarco-dam-failure-largest-by-far-in-recorded-history/>. Acesso em: 01 jun. 2018.

²⁵ Nas palavras de (GRECO, 2017), o crime, do ponto de vista do Direito Penal, pode ser conceituado levando em conta os aspectos material, legal ou analítico. **Aspecto material:** Crime é toda ação ou omissão humana que lesa ou expõe a perigo de lesão bens jurídicos penalmente tutelado. Considera-se a relevância do mal produzido. **Aspecto legal:** O conceito de crime é fornecido pelo legislador, no art. 1º da Lei de Introdução do Código Penal: Art. 1º - Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente. **Aspecto analítico:** Funda-se nos elementos que compõem a estrutura do crime. Existe a teoria tripartida (crime é o fato típico, ilícito e culpável) e a bipartida (crime é o fato típico e ilícito). O CONCEITO DE CRIME RESUMIDO NADA MAIS É QUE: a conduta descrita em lei, contrária ao ordenamento jurídico e reprovada socialmente, à qual é prevista uma sanção penal, como forma de proteção dos bens mais importantes da sociedade. E de acordo com a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, a partir da conclusão de diversos inquéritos policiais, ocorreram “crimes” (no plural). Dentre eles, o de poluição qualificada (art. 54, §2º, I, III, IV e V da Lei 9.605/98), crimes contra a fauna (art. 29 e art. 33 da Lei 9.605/98), crimes contra a flora (art. 38, art. 38-A, art. 49 e art. 50 da Lei 9.605/98), crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural (art. 62, I, da Lei 9.605/98), crimes contra a administração ambiental (art. 68, 69 e 69-A da Lei 9.605/98), inundação (art. 254 do Código Penal), desabamento e desmoronamento (art. 256 do Código Penal). A Samarco/Vale/BHP Billiton só pode ser responsabilizada criminalmente pelos crimes relacionados à legislação ambiental, de acordo com a legislação brasileira (art. 225, §3º, da CRFB/88). Os outros crimes são imputados às pessoas físicas, de acordo com a peça acusatória formulada pelo Ministério Público Federal. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Denuncia_compilada_final.pdf. Acesso em: 29 set. 2018.

²⁶ E a extensão do dano não parou no mar do Estado do Espírito Santo, seguiu pelo mar adentro até Abrolhos, na Bahia, conforme comprovado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro em fevereiro de 2019, após 03 e 03 meses do crime da Samarco. Disponível em: <http://www.uerj.br/noticia/pesquisa-da-uerj-comprova-contaminacao-de-abrolhos-por-residuos-da-samarco/>. Acesso em: 09 fev. 2019.

Figura 6 - O caminho da lama da Barragem de Fundão em Mariana/MG



Fonte: *Greenpeace*²⁷

Assim, em meio às lutas travadas para ver exteriorizadas às ações protagonizadas pelos governos, pelas empresas, pelo judiciário e pelos atingidos e atingidas, eis que Minas Gerais, o Brasil e o mundo são surpreendidos novamente por mais um crime praticado pela *Vale S.A.* Dessa vez, foi a barragem da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho, na data de 25 de janeiro de 2019, em que matou dezenas de pessoas. Nesse episódio, até a presente data, mais de 240 corpos já foram encontrados e identificados, havendo, porém, muitos outros desaparecidos.

A lama devastou a área administrativa da mineradora, incluindo o refeitório, a usina ITM de beneficiamento, bem como vagões de trens e veículos que estavam na empresa. Posteriormente, os rejeitos atingiram as comunidades de Brumadinho, destruindo casas, inclusive uma pousada, propriedades rurais, sem olvidar a contaminação do Rio Paraopeba, um dos afluentes do Rio São Francisco (G1-MG). “A lama-rejeito sublinhou ainda o modo pelo qual o Estado brasileiro alia-se permissivamente às corporações mineradoras e desenvolve o modelo produtivo econômico a partir da pilhagem territorial e da injustiça ambiental”. (MILANEZ *et al.*, 2019, p. 14).

²⁷ Disponível em: https://www.greenpeace.org.br/hubfs/Campanhas/Agua_Para_Quem/documentos/Relatorio_Greenpeace_saude_RioDoce.pdf. Acesso em: 25 ago. 2018.

Para melhor compreensão da extensão territorial alcançada pela lama da barragem da Mina do Córrego do Feijão, os geógrafos elaboraram um mapa, conforme demonstra logo abaixo a Figura 7, para ressaltar a disseminação da lama no leito do Rio Paraopeba e as outras tantas barragens de rejeito que estão no entorno e que continuam representando ameaça e perigo para as comunidades próximas. Dito isso, vale observar que, conforme os dados do Plano de Segurança de Barragens da Agência Nacional de Águas²⁸ existem barragens de rejeitos em todo o Quadrilátero Ferrífero, afora aquelas em que as estruturas não estão cadastradas no Plano, como diques, barragens e gabião²⁹. Deste total, o dano potencial é alto para 70 delas e baixo para 12 é o que informa o relatório. Caso haja rupturas, as bacias do rio Doce, rio das Velhas, Paraopeba e rio Pará serão as mais atingidas³⁰.

Geógrafos e pesquisadores do GT Agrário Rio/Niterói - Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), do IFbaiano/campus Valença e do grupo de pesquisa PoEMAS (Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade) elaboraram um mapa detalhado que mostra a dispersão da lama no leito do Rio Paraopeba e as barragens de rejeito que estão no entorno. O mapa foi elaborado utilizando dados da Agência Nacional de Água (Hidroweb); IBGE; Plataforma I3GEO (MMA); Instituto Pristino e do Plano Nacional de Segurança de Barragens.

Segundo dados do Plano de Segurança de Barragens da Agência Nacional de Águas, existem 114 barragens de rejeito em todo o Quadrilátero Ferrífero (QF), além de 104 estruturas não cadastradas no Plano, entre barragens, diques, gabiões. Essas estruturas decorrem da exploração mineral na região, especialmente ferro, ouro, argila e gemas. Deste total, o dano potencial associado (dano ocasionado caso ocorra uma ruptura) é alto para 70 delas e baixo para apenas 12. Em caso de rupturas, bacias do rio Doce, rio das Velhas, Paraopeba e rio Pará serão as mais atingidas.

O jornal *Folha de São Paulo*, em 04/02/2019 trouxe uma matéria que tratava da fala do secretário de Brumadinho de que, segundo os órgãos de fiscalização ambiental, o nível de oxigenação no Rio Paraopeba é zero já que foi agredido por sedimentos matando o rio em pelo menos 40 km de extensão desde o ponto do crime conforme confirmado por análises feitas pela ONG SOS Mata Atlântica.

²⁸ Disponível em: <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/panorama-das-aguas/barragens>. Acesso em: 30 mar. 2019.

²⁹ Recipiente de arame galvanizado, cheio de pedras, usado em barragens, taludes, diques etc., como estrutura de escoamento ou contenção de erosões. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=gabi%C3%A3o>. Acesso em: 30 mar. 2019.

³⁰ Disponível em: <http://www.snisb.gov.br/portal/snisb/relatorio-anual-de-seguranca-de-barragem/2017/rsb-2017-versao-enviada-ao-cnrh.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.

Figura 7 - Dispersão da lama no leito do Rio Paraopeba e as barragens de rejeito do entorno.



Fonte: CPPNACIONAL³¹

³¹ Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/noticia/o-rastro-da-destrui%C3%A7%C3%A3o-mapa-revela-o-impacto-da-lama-e-barragens-no-entorno>. Acesso em: 30 mar. 2019.

Nesse ínterim, uma questão que salta aos olhos no caso das barragens é a extensão geográfica, a amplitude da população atingida, o tamanho da destruição ambiental e os impactos nas atividades econômicas dos municípios tragados pelos crimes ocorridos. É por isso que se demanda, urgentemente, apurar as perdas no seu sentido amplo, ou seja, na esfera criminal devido às mortes das vítimas. Noutra giro, na esfera ambiental por meio da legislação específica e da própria Constituição Federal/1988, em que trouxe em seu bojo a ampliação da responsabilidade, ao projetar o dever de reparação para além das fronteiras da conduta culposa dos indivíduos devido teoria do Risco Integral³², que tem como um dos fundamentos legais o art. 927 do CC: “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187) ³³, causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo”. (BRASIL, 2002).

Ademais, os atingidos e as atingidas perderam também seus vínculos culturais, sua noção de vizinhança e a identidade³⁴ – tais perdas são vistas como uma forma de identidade coletiva característica de um grupo social que partilha as mesmas atitudes³⁵. E, geralmente

³² O legislador pátrio, impulsionado pelos princípios constitucionais da igualdade, da solidariedade social e da justiça distributiva, reconheceu a severa condição de desigualdade a que é submetido o cidadão comum na aplicação da teoria subjetiva, ao impor-lhe o dever de fazer prova da culpa do agente na ocorrência do dano que lhe vitimara, quando tal agente se tratasse do Estado ou de outro ente (público ou privado) detentor de situação econômica ou jurídica superior à da vítima. Para tanto, tal prova foi substituída pelo legislador pela culpa presumida, a qual inverte o ônus probatório para o agente causador do dano, imputando a este o dever de fazer prova que não foi o causador do ilícito, que é a chamada Teoria do Risco. E no Direito Ambiental ela é classificada em Teoria do Risco Integral, em que mesmo se fosse culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior, deverá existir o ressarcimento dos danos sofridos, distribuindo-o entre toda sociedade (SOUZA, 2015, p. 62/63).

³³ **Art. 186.** Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. **Art. 187.** Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes (BRASIL, 2002, grifo nosso).

³⁴ A destruição do lar - as fotografias, os utensílios, os móveis etc; as raízes locais; a falta de perpetuação de valores no que se refere às posições históricas como as benzedeiras da alma, corpo e coração; as festas religiosas; as igrejas históricas; as imagens de santos; a geleia de pimenta biquinho produzida por uma associação formada por mulheres desde o ano de 2002; os crochês; os bordados; folia de reis; as conversas de fim de tarde; o bar e restaurante da “Sandra”; dentre tantos outros, ou seja, a perda imaterial é imensurável (rotinas, dinâmicas, cultura, tradições, trabalho, estilo de vida, relação das pessoas com o espaço, saberes tradicionais, etc...); o patrimônio memorial de uma comunidade. A perda abrupta gera uma nostalgia exacerbada. A defesa do território diz, mais para os atingidos do que para qualquer outro sujeito, porque diz respeito ao luto, uma forma de superar o passado e construir o futuro.

³⁵ *Nesses 3 anos, a vida já não é mais a mesma de antes. Estamos vivendo na esperança de que as empresas façam alguma coisa, mas até agora, nada. Tudo está do mesmo jeito. Temos muitas reuniões, mas nada é decidido e nem sabemos quando vai ser. Vivemos em um lugar que não é nosso. Tivemos que vir pra cidade, viver de aluguel, de cartão. Essa não é a nossa vida. Eu cuidava da minha casa, vivia tranquila, cuidava das minhas plantas. Agora acabou a nossa liberdade. As empresas acham que o direito é deles, que podem pisar em nós. Não estamos sendo reconhecidos. Atingido não tem valor para eles. Isso não é certo. A culpa é das empresas. Foram elas que cometeram um crime. Tenho ido a reuniões, por exemplo, e fico pensando no meu povo de Paracatu. Muitos já perderam a esperança. Às vezes, olho para as pessoas e vejo isso nos olhos de muitos. Uns estão doentes, outros já se foram e nem puderam ver o novo Paracatu. Sabemos que nossas casas não vão ficar prontas em 2019. Tudo o que queremos é justiça e a empresa nega nossos direitos. Não conseguiram devolver a nossa vida ainda. Para a Maria Geralda de antes, eu diria que tudo está muito diferente. Agora eu vivo preocupada, pensando quando vamos sair dessa. É muito sofrimento, muita dor, muito desespero. São três anos de angústia e sofrimento. Eu diria que essa marca nunca vai apagar, essa*

apoiadas num passado com um ideal coletivo projetado e que se fixa como uma construção social estabelecida e faz os sujeitos se sentirem mais próximos e semelhantes, isto é, o pertencimento a uma história (simbólica), a um ambiente que moldou os modos de vida, juntamente com as recordações acumuladas no decorrer de suas vidas.

Nesse sentido, os crimes socioambientais de Mariana e Brumadinho nos impõem a obrigação de ir além das possíveis criminalizações dos responsáveis, das sanções ou indenizações, uma vez que é cogente (re) discutir o arquétipo de “desenvolvimento” que o mundo globalizado e o capitalismo selvagem têm imposto. A nós está fulgente que o modelo hodierno praticado pelo Brasil e até mesmo por outros países latinos é colonialista. Nossas riquezas minerais são sacadas pelas transnacionais, exportadas a preços vis e, quando retornam, depois de industrializadas, são comercializadas com valores exorbitantes.

Não obstante, os acontecimentos indicam que tais fatos, por sua vez, se inserem num contexto maior, qual seja a atividade de mineração brasileira. É de conhecimento geral que a atividade mineradora implica numa grande fonte de recursos para o Estado Nacional, principalmente para Minas Gerais³⁶. Essa ocorrência vem desde o tempo em que erámos colonizados/explorados por Portugal e a colonização perdura até os dias atuais, apenas os autores/colonizadores que mudaram. E isso independe da relação da mineração com determinada comunidade e seu território, ou seja, a questão não se trata simplesmente das minas, mas de toda infraestrutura e logística que sustenta esse Estado.

De mais a mais, as comunidades observam o “desenvolvimento” industrial concomitantemente ao aniquilamento de seu patrimônio natural já faz séculos, pois se compararmos a concentração de recursos (minério) nas empresas brasileiras e até mesmo os benefícios para o Estado e comunidades, este é limitado em relação ao descaso das transnacionais no que tange à exploração das *commodities*³⁷, conforme declaração,

A empresa vê nos múltiplos territórios dela a garantia de diversificar fontes de matérias-primas, o aperfeiçoamento da competitividade e, conseqüentemente, a continuidade de sua lógica de acumulação e, portanto, de viabilização de seus empreendimentos e interesses de permanência

marca vai ser pra sempre, mas a gente vai aprendendo com a vida. (Jornal *A Sirene*. Ed. 32, 2018 - Maria Geralda, moradora de Paracatu de Baixo).

³⁶ Conforme dados do IBRAM (2012), grandes investimentos no setor da mineração seriam realizados entre os anos de 2012-2016 (período esse em que ocorreu o crime da Samarco), nos estados de Minas Gerais (36,65 bilhões de dólares) e do Pará (26,6 bilhões de dólares). Estados esses têm o minério de ferro como principal recurso explorado e a Vale como principal empresa extratora.

³⁷ Podem ser definidas como mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, que são produzidas em larga escala e comercializadas em nível mundial. As *commodities* são negociadas em bolsas de valores, portanto, seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional.

continuada nos mercados internacionais (COELHO; NUNES; WANDERLEY, 2010, p. 279).

As mineradoras acarretam danos imensuráveis, que não há como calcular e tampouco reverter num piscar de olhos. As comunidades sedes das empresas que trabalham com minério sabem bem o custo final, isto é, o quanto pagaram e o quanto pagam pela vinda da atividade para determinado território.

A cada implantação de uma indústria pesada, energética, mineral, metalúrgica ou petroquímica, decorre que todos os outros projetos possíveis para os mesmos locais são tornados indesejáveis, inviáveis, até impossíveis. Em muitos casos, monumentos naturais, locais espetaculares e sagrados são mutilados ou mesmo aniquilados (FILHO, 2010, p. 116).

Assim, em vários casos, após ter consumido quantias consideráveis para mitigar os estragos ambientais, as comunidades padecem por décadas antes de ter seu patrimônio natural³⁸ restaurado. Tais impactos causados pelas empresas nacionais e pelas transnacionais são muitas vezes descobertos após vários anos de atividade ou ficam escondidos pelos empreendimentos e não são contados para as comunidades, como afirma Martinez-Alier (2007). Tal questão foi intitulada pelo autor ora citado como um fenômeno denominado Mochila Ecológica³⁹.

Se analisada do ponto de vista da condução da ampla entrada de capital e da participação internamente urbana gerada pela mineração, a empresa mineradora podia oferecer condições sólidas para criação de diversas oportunidades econômicas para a região. Sem embargo, a transnacional em inserção periférica acentua antagonicamente as desigualdades socioespaciais, pois sua forma de seleção e concentração executa ínfimas alternativas de apropriação local dos benefícios produzidos pela extração de recursos. Até o

³⁸ “Ah, a relação que a gente tinha com o rio era muito forte. A vida inteira nossa foi tomando banho lá, pescando. E era o lugar onde o gado matava a sede. A gente também tinha plantação na beira do rio, plantava milho, feijão e ainda fazia telha e tijolo na nascente. Tirava a argila, amassava, colocava na forma e deixava secar pra por no forno. O Gualaxo significa muita coisa. A natureza traz coisa demais pra mim. A gente tem que cuidar dela porque já tá quase acabando. Agora acabou tudo. Fácil não é não. E é como se tivessem cutucando o machucado, ficar lembrando de coisa que não tem mais” (Lia Mol Carneiro, moradora de Paracatu de Baixo (atualmente reside em Águas Claras)).

³⁹ Trata-se da complexidade de se concluir sobre qualquer valor físico ou pecuniário as riquezas naturais e, além disto, as relações humanas em volta daquelas riquezas e os "custos" de seu banimento. Os índices de (in)sustentabilidade são instrumentos, embora incipientes, mas podem fornecer uma nova maneira de pensar o metabolismo da sociedade. A apropriação Humana da Produção Primária Líquida (AHPPL) e, deste modo, a própria Produção Primária Líquida (PPL); a pegada ecológica; o Rendimento Energético dos Insumos de Energia (REIE); as matérias-primas por unidade de serviço e as "mochilas ecológicas"; a contestação sobre o conceito de capacidade carga, discutindo os limites do crescimento demográfico em relação à capacidade ambiental. (MARTINEZ-ALIER, 2007).

número de empregos gerados é limitado, em disparidade com a comunidade que é atraída para o território.

Segundo o COMEX STAT⁴⁰, as empresas que têm suas funções fincadas nas atividades relativas ao minério colaboram terminantemente para gerar a balança comercial brasileira de superávits. O comércio exterior do setor mineral, que abrange a mineração – (indústria extrativa, sem petróleo e gás) e indústria da transformação mineral (metálicos, não metálicos e compostos químicos inorgânicos) – fechou o ano de 2016 com superávit de US\$ 18,1 bilhões, somando exportações de US\$ 36,6 bilhões e importações de US\$ 18,5 bilhão⁴¹.

Minas Gerais é um dos Estados mais importantes para o setor da mineração. Porém, a relação de Minas Gerais com a mineração é atravessada pelos sentimentos de apropriação e medo. Um exemplo desses sentimentos ocorreu após o rompimento da barragem de Fundão, quando o prefeito de Mariana/MG, à época, disse que se a *Samarco* saísse de lá, a cidade pararia. Tal fala se deu após o crime, mesmo em meio ao caos e às perdas incontáveis (O TEMPO, 2015).

Por isso, entendemos que as autoridades públicas não estão preocupadas com as perdas materiais, simbólicas, culturais, morais etc, dos atingidos e atingidas, mas com as cifras que a extração dos recursos naturais, especialmente o minério representa em termos de tributos para o ente público, conforme relato do atingido Marino:

Uma vez o prefeito reuniu aqui com os atingidos em Mariana pra tentar levar atingido daqui para fazer parte da câmara técnica da Renova. E aí na fala dele ele falou que Mariana estava passando por muita dificuldade. Que a renda da prefeitura era 28 milhões antes do rompimento e passou para 19 milhões depois. Aí eu pedi pra falar e falei pra ele: engraçado rapaz, Mariana com 28 milhões não tem um hospital de qualidade, não tem uma segurança, não tem uma UTI neonatal porque eu já presenciei mãe e criança morrer por falta de uma UTI. E falei: as pessoas de Mariana saem e vai se tratar em Ponte Nova. Lá é referência com relação a saúde, referência com relação a educação e não tem mineração lá. E a arrecadação de Ponte Nova é de 6 milhões, então, Mariana com 19 milhões continua muito rica. Ele não falou “a”. Nunca mais reuniu com nós também. Sumiu, graças a Deus. Então é isso que a gente vê. Não adianta que a mineração dá imposto se o imposto não é bem empregado⁴².

⁴⁰ Portal para acesso gratuito às estatísticas de comércio exterior no Brasil. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁴¹ Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/10584/2674215/Boletim+Informativo+do+Setor+Mineral+2017+%28PDF%29/416c7c4c-6046-4ab6-bfbb2251f87b656;jsessionid=0AD844B866F387B10D006A755DA6F3C8.srv155>. Acesso em: 27 ago. 2018.

⁴² Essa fala foi gravada dia 09/06/19, na ocupação dos atingidos no escritório da Fundação Renova em Mariana, onde eles solicitam 19 pontos de reivindicações.

Observem que a primeira fala do prefeito de Mariana foi dada para o Jornal “*O Tempo*”, jornal este de circulação comercial. Passados mais de três anos e sete meses do rompimento, o atingido Marino ainda relembra a reunião sobre os desdobramentos do derramamento da lama com o prefeito, pois também não foi diferente no município de Brumadinho:

O prefeito de Brumadinho, Avimar de Melo (PV), disse em entrevista ao **G1** nesta terça-feira (29) que tem medo que, após a tragédia, os governos federal e do estado “virem as costas” para a cidade. “Nós estamos no calor da situação. [Agora] o governo fala: “nós vamos ajudar”. Segundo ele, se a cidade não receber mais os *royalties* da mineração, chamado CFEN (Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais), Brumadinho “não vai ter estrutura para atender às demandas essenciais do município”. O valor representa cerca de um terço da arrecadação. Brumadinho, cidade com a população estimada em 39.520 pessoas, segundo o IBGE, depende economicamente da mineração. Sem o CFEN, “aí a cidade para”, afirma. “Mas a Vale garantiu para a gente que não vai cortar o CFEM da gente no momento não”.⁴³

Ato contínuo, quando sobrevêm acontecimentos como o ocorrido em Mariana, em novembro de 2015, e em Brumadinho, em janeiro de 2019, as notícias alastraram-se velozmente, sendo divulgadas por todos os meios de comunicação nacionais e internacionais, indiferentemente do tamanho ou abrangência, pois acontecimentos como esses não são excluídos de qualquer que seja o noticiário. Dito isso, percebemos que a veiculação e/ou menção das quedas das barragens nos municípios mencionados, quando analisadas do ponto de vista linguístico, foi e são propagadas por distintos gêneros do discurso. Igualmente, como a comunicação faz parte da vida humana, é fundamental ponderar que os gêneros do discurso estejam presentes em todas as práticas desenvolvidas pelas atividades humanas.

Dessa forma, os danos causados pelas empresas mineradoras só ganharam notícia nas mídias porque obtiveram níveis assombrosos. Logo, as implicações sociais e ambientais da exploração do minério nem sempre são retratadas nos noticiários da América Latina, porque “mexer com as entranhas da mãe terra, por décadas ficou atividade escondida e pouco noticiada, já que a mineração é para alguns promessa e bênção, para outros ameaça silenciosa e violenta”. (BOSSI et al., 2010).

Tais discussões, vislumbradas do ponto de vista estritamente econômico, social e ambiental, consubstanciam um jornalismo que efetivamente não costuma cobrir os acontecimentos supracitados, mas, caso cubra, apenas quando for dramático, como os casos

⁴³ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/30/prefeito-de-brumadinho-tem-medo-que-mg-e-uniao-virem-as-costas-apos-tragedia.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2019.

em tela. E é através de tal agonística que buscamos, então, problematizar as formas de lutas, de efetiva transformação da realidade e constituição de poderes por meio de articulações dos discursos midiáticos e das cidadanias jurídico políticas, sociais e comunicativas dos atingidos, tendo como questão geral: *Como se dão os usos, apropriações e produções dos processos comunicacionais pelos sujeitos comunicantes atingidos nos seus modos ou formas interpessoais, alternativos, comunitários e empresariais a partir das ações de lutas e transformações socioculturais e socioambientais na constituição da cidadania comunicacional?*

Igualmente, para materializar a pergunta central, um conjunto de questões específicas e inter-relacionadas compõe um bloco de ideias que são importantes para as indagações e aprofundamentos da pergunta, bem como para saber o nível de compreensão, articulação e complexidade da investigação que determinam exterioridades da problemática a ser examinada. Tal roteiro foi estabelecido considerando que a pesquisa não se trata de tentar capturar uma verdade interpretativa – mas sim de perceber as diferentes “lógicas” e “significados” que são acionados na tentativa de fazer prevalecer esta ou aquela interpretação como “verdadeira”:

- I – O(s) discurso(s) do(s) o(s) sujeito(s) comunicante(s) atingido(s) se diferencia dependendo do meio que a comunicação se estabelece? (Verificar os discursos a partir da organização, resistência e luta pela cidadania – mídias hegemônicas, contra hegemônicas e *facebook*).

Bloco I – Vida/Morte/Violência/Relação de produção/Relação política/Relação econômica/Relação com a natureza.

- II – Quais as particularidades fundamentais da exploração mineral nos países Latino Americanos? E as legislações têm regulamentado o setor? (Refletir sobre as lógicas da colonização em face dos países periféricos e a forma como são construídas suas legislações).

Bloco II – Extrativismo predador/Violência/Estratégias/Lógicas/Eficácia Jurídica/Aspecto econômico/Político/Social.

- III – Como são construídos, explicitados e justificados os discursos das empresas *Samarco/Vale/BHP Billiton* em Mariana/MG e *Vale S.A* em Brumadinho/MG na mídia hegemônica? (Tendo isso em vista, que o primeiro crime não serviu de lição para

evitar o segundo ou até mesmo outras quedas de barragens similares no setor da mineração).

Bloco III – Estratégia discursiva/Processo de produção/Relação de trabalho/Aspectos Econômicos/Apropriação/Lógicas/Relação com a terra/Com os sujeitos.

IV – Como a *Fundação Renova* tem discursado? Sendo ela mediadora empresarial, em que alcance tal mediação está levando em consideração as necessidades das populações atingidas? Ou ela está se restringindo à posição e interesse das empresas envolvidas no crime?

Bloco IV – Economia política da existência/Resolução dos problemas sociais/Relação com os sujeitos atingidos/Relação com as empresas mineradoras.

V – Como as ações de determinadas Instituições – Movimento de Atingidos por Barragem - MAB, Ministério Público - MP e Defensoria Pública DP – têm ocorrido dentro das mídias hegemônicas e contra hegemônicas? Aliados em determinadas situações e dificultadores em outras?

Bloco V – Ações/Regras/Valores/Ideologias.

VI – Quais são os processos comunicacionais dos atingidos por barragens face aos aspectos midiáticos, econômicos, sociais, territoriais e culturais e suas relações com o desenvolvimento da cidadania comunicativa, em particular nos sujeitos e cenários investigados?

Bloco VI – Processos comunicacionais/Discursos midiáticos/Sujeitos comunicantes/Cidadanias.

VII – Quais as principais características do(s) discurso(s) que constitue(m) o jornal *A Sirene*, o jornal laboratório *Lampião* e a revista laboratório *Curinga*? – os dois últimos do Curso de Jornalismo da UFOP (Pensar os discursos que circulam nesses meios comunicacionais. E ainda o empoderamento e os processos de produção do sentido).

Bloco VII – Estratégias/Narrativas/Fontes/Estéticas das produções/Processo de produção/Apropriação/Retórica/Lógicas.

VIII – Quais as principais características do(s) discurso(s) que constitue(m) o jornal *Estado de Minas*, o jornal *BBC Brasil*, o jornal *Folha de São Paulo*, *Jornal Brasil de*

Fato, jornal das comunidades - *Fundação Renova* e os Redescobridores/Vale S.A? (Pensar os discursos que circulam nesses meios comunicacionais. E ainda o empoderamento e os processos de produção do sentido).

Bloco VIII – Estratégias/Narrativas/Fontes/Estéticas das produções/Processo de produção/Apropriação/Retórica/Lógicas.

Tais perguntas e blocos de palavras são amparados por meio do que já foi relatado previamente. Para conseguirmos assimilar à problemática, faz-se imprescindível percebermos as conexões introduzidas nas formas dos múltiplos contextos que expõem o tema e, ainda, localizar inicialmente Bento Rodrigues, subdistrito de Santa Rita Durão, pertencente ao município de Mariana/MG⁴⁴ e primeiro local a ser atingido e que foi totalmente devastado, uma vez que aquele se localizava em torno de 2,5 quilômetros da barragem de Fundão. Apesar de estar em um terreno abaixo e na direção da represa, Bento Rodrigues não tinha um plano de contingência, tampouco rotas de fugas que admitissem aos moradores se deslocarem a tempo para regiões seguras. (POeMAS, 2015).

Bento Rodrigues, apesar de vilarejo, possuía uma história importante e de orgulho entre os seus conterrâneos. Localizado na parte baixa de Mariana, era, no passado, lugar de parada para repouso dos tropeiros que marchavam os caminhos de Minas Gerais na busca pelo ouro. O seu nome foi dado em homenagem ao bandeirante português que esteve na região por volta de 1798 e que deu origem ao povoado, que no século XVIII, foi um importante local de mineração. Nessa ocasião, nasceram vias/passagens que conectavam os centros ao litoral, criando a histórica Estrada Real. (CAMARGO, 2018).

Assim, conforme divulgado⁴⁵ na época, a rua principal de Bento Rodrigues, um dos principais acessos ao subdistrito, ficou debaixo de aproximadamente 15 metros de altura de rejeitos e, praticamente, todas as casas foram destruídas; as que ficaram de pé, de acordo com o Corpo de Bombeiros, estão com as estruturas abaladas. Além das casas, na rua principal existia uma policlínica, a escola municipal, as igrejas centenárias de São Bento e de Nossa Senhora das Mercês, com obras sacras e monumentos de notória relevância cultural e o bar e restaurante da Sandra etc.

⁴⁴ Situada a 110 km de Belo Horizonte e 12 km de Ouro Preto, Mariana é uma cidade turística integrante do chamado Circuito do Ouro, um conjunto de cidades coloniais da região central de Minas Gerais. (SILVA; BOAVA; MACEDO, 2016, p. 66).

⁴⁵ Enxurrada de lama destrói Mariana a barragem rompeu! Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XD_8y3VweZc. Acesso em: 31 dez. 2018.

O relatório realizado pelo Ministério Público de Minas Gerais através da criação de uma Força Tarefa mensurou algumas das perdas⁴⁶ dos moradores de Bento Rodrigues: “Vale lembrar que Bento Rodrigues é um pequeno distrito, de aproximadamente 600 habitantes [...] suas empresas, certamente foram afetadas e representam impactos na forma direta de subsistência de seus administradores”. Mais adiante: “Como o distrito de Bento Rodrigues foi completamente afetado deverá haver uma recolocação das famílias, será necessário, no âmbito dessa recolocação, planejar a retomada das atividades desses empresários”. E detalha: “Mais especificamente, com relação à produção de geleia biquinho, essa era administrada pela Associação dos Hortigranjeiros de Bento Rodrigues” (MINAS GERAIS, 2016, p. 35).

Bento Rodrigues é (foi) um distrito que, conforme o Relatório de Avaliação dos Efeitos e Desdobramentos do Rompimento da Barragem de Fundão, possuía 200 casas e contava com 620 habitantes, mas, o distrito deixou de existir, em razão do crime socioambiental.

Hoje, o que se vê é um aglomerado de destroços consumado pelos rejeitos, mesclado ao verde do mato que cresceu entre os estragos. Só quando aproximamos é que percebemos que são casas (Figura 8). E a outra parte do distrito foi submersa pela construção do Dique S4⁴⁷. De acordo com Maurício Boratto Viana (2012), em uma pesquisa⁴⁸ a respeito do índice de sustentabilidade da mineração, 74% dos moradores residiam em Bento Rodrigues fazia mais de 20 anos. O autor supramencionado apontou na sua pesquisa, também, que em 2011/2012, quase dois terços dos entrevistados de Bento recebiam perder seus imóveis, sejam “desapropriados ou adquiridos pelas empresas de mineração”. (VIANA, 2012, p. 215).

Fundamentado nos dados exibidos na pesquisa de Viana (2012), entendemos que a mineradora *Samarco*, que extraía milhões de toneladas de minério de ferro no entorno de Bento Rodrigues, não tinha intenção em expandir suas ações para promover o desenvolvimento econômico local do subdistrito. Ficou ainda comprovado que, mesmo antes do rompimento, a mineradora já acarretava danos socioambientais na vida dos moradores da comunidade.

⁴⁶ As perdas tratadas referem-se não somente à destruição física dos bens culturais, mas à aniquilação da relação dos moradores, por exemplo, com as igrejas.

⁴⁷ Segundo a mineradora *Samarco/Vale/BHP Billiton*, tal obra impede que a lama continue seguindo até o Rio Doce.

⁴⁸ Tese de doutorado intitulada “Avaliando Minas: índice de sustentabilidade da mineração (ISM)”, que expôs sobre o sistema de avaliação para a construção do Índice de Sustentabilidade da Mineração (ISM) com embasamento na proposição e agregação de indicadores econômicos, sociais e ambientais, tal como seu cotejo em unidades operacionais minerárias. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/10542>. Acesso em: 29 dez. 2018.

Figura 8 - Restos de uma das casas da rua principal de Bento Rodrigues



Foto: A autora, 2018.

Fato é que, ser de Bento Rodrigues representa não somente o local de nascimento e moradia, mas a essência da vida das pessoas. É o lugar de vivências expressivas, uma parte complementar dos sujeitos e sujeitas, como se fosse integrante dos corpos e consciências. São gerações que faziam daquele espaço um lugar com predicados particulares. Não era um lugar sem história e sem memória, tampouco um lugar dormitório, mas uma comunidade, onde partilhavam existências, vidas, aprendizados, conhecimentos e sabedorias cheias de significados intersubjetivos.

Nessa toada, podemos ter como referencial para as internacionalidades e os sujeitos comunicantes de Bento Rodrigues e sua história, que “a lembrança é a sobrevivência do passado”. (BOSI, 1979, p. 15). É por meio dela que o passado é narrado novamente e eternizado. “A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações”. (BOSI, 1979, p. 09). Ou seja, estão no presente, mas retornam ao passado para alterar as imagens das mensagens a serem comunicadas, junto aos sentimentos e percepções que acompanharam o vivido ou que são ressignificadas no presente. São por meio da lembrança/nostalgia/memória que reelaboramos

o presente, que evitamos aquele momento sofrido, aterrorizante e intolerável para aproximarmos de imagens doutros tempos de alegria e bem-estar. As lembranças e histórias se tornam curadoras. E nas idas a campo é o que vivenciamos o dia a dia dos atingidos.

Já num segundo momento da história, precisamente após três anos, dois meses e vinte dias, como que num filme de terror ou uma brincadeira de mau gosto, Mariana/MG e Brumadinho/MG se encontram, não em extensão territorial, nem para discutir melhorias e desenvolvimento para ambos os municípios que têm na sua base o turismo. O encontro vem de outrora, quando a biografia do ciclo do ouro provocou seus assentos das narrativas de Brumadinho/MG, pois os primeiros povoados e distritos surgiram no final do século XVII, com o início da ocupação portuguesa em Minas Gerais.

Tal ocupação se deu quando os bandeirantes, orientados por Fernão Dias Paes Leme, começaram os trabalhos pela região do Espinhaço Meridional, local onde hoje se situa o município de Brumadinho/MG, à procura da “Serra das Esmeraldas”. Primeiramente, parte do seu território foi constituída em lugares de apoio para a passagem das bandeiras⁴⁹, que entraram o sertão mineiro à procura de ouro ou da escravização indígena. Em seguida, determinados pontos de apoio se transformaram em povoados maiores para municiação dos núcleos mineradores. (JARDIM; JARDIM, 1982).

A data oficial da emancipação de Brumadinho/MG é no ano de 1938. Sua criação está vinculada às alterações que o advento da ferrovia causou à região, no início do século XX, devido à edificação do Ramal do Paraopeba, com o escopo de mitigar o tráfego de trens entre o Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A construção do Ramal do Paraopeba iniciou em 1914; foi inaugurada em 1917 a Estação de Brumadinho, cuja atividade continua até os dias atuais no que alude ao transporte de carga.

Portanto, foi no início do século XX que a mineração voltou à cena na região, pois as empresas estrangeiras de mineração adquiriram propriedades grandes ao longo da Serra da Moeda. De um lado, tais empresas conservaram parte das terras como reserva, empregada, em vários casos, para concepção de empreendimentos como condomínios fechados (BORGES,

⁴⁹ As bandeiras foram usadas por homens empenhados na captação e escravização dos índios, particularmente guarani e outros, das fronteiras hispano-portuguesas da América do Sul, especialmente em torno de São Paulo e cidades vizinhas. O nome vem, talvez, do costume Tupiniquim, referido pelo padre Anchieta, de criar uma bandeira em um sinal de guerra. A expedição era dirigida por um líder supremo, com poderes mais amplos, senhor da vida e a morte de seus subordinados. Abaixo disso, com alguma graduação, marchavam pessoas que resolviam parte das despesas ou forneciam pessoas e, por suposto, a tropa bandeirante composta principalmente de mestiços de vários tipos, incluindo índios e escravos negros. Para mais informações sobre isso, veja Jaime Cortesão. Introdução à história das bandeiras. Lisboa, Portugal editora, 1955, dois volumes (em Obras Completas de Jaime Cortesão, volumes 2 e 3)” (Apud Venegas Delgado e Venegas Marcelo. “Indígenas, bandeirantes y fronteras coloniales ibéricas en américa”. Projeto História, São Paulo, v.59, p.137-169, abr./jul. 2017).

2012). Já, de outro ponto, a exploração de ferro prosseguiu duramente, estando presente através das seguintes mineradoras: *FERTECO Mineração S.A* (construída em 1976 e adquirida pela *Vale S.A* no ano de 2001); *Mineração Anselmo Santalena*, Empresa de *Mineração Esperança S.A*; *MIPASA (Minas do Paraopeba LTDA)*, *Mannesmann Mineração Ltda*; *Mineração Vista Alegre Ltda*; *Mineração Rio Bravo Ltda*; *Mineração Casa Branca, Extrativa Paraopeba Ltda*; *MBR* e *Mineração Fernão Dias Ltda*; e *Itaminas Ltda*.

Tais questões fazem com que Brumadinho/MG seja um município de conformação desigual, com ênfase nos interesses relacionados à exploração mineral e à expansão urbana metropolitana. O município está entre uma das maiores áreas territoriais da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. Com localização excepcional, em meio às generosidades apresentadas pelos biomas da Serra da Moeda, Serra do Rola Moça e Morro dos três irmãos, mas conectada as várias construções e resquícios do passado colonial. A partir da construção de hotéis fazendas, teve o turismo impulsionado na região, sem deixar de mencionar a abertura do Instituto Inhotim em 2006, dando maior expressão ainda ao turismo⁵⁰.

Tanto o rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG quanto o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho/MG causaram comoção no Brasil e no mundo, seja pelas vidas humanas perdidas ou pelo imensurável dano ao meio ambiente. Sem olvidar que as lições do primeiro crime não foram aprendidas e que nada ou muito pouco foi feito, no que diz respeito à segurança das barragens.

As relações entre os dois acontecimentos são diversas, mas nesse momento destacamos a falha no monitoramento, análise do risco e confiabilidade das estruturas, a participação das empresas mineradoras e a não adoção das medidas cautelares de evacuação.

Nas montanhas das Minas Gerais, no território do quadrilátero ferrífero temos dor e ferida, ambas eivadas pela ambição, atreladas ao descaso com o ser humano, juntamente com a tristeza, depressão e angústia pelos bens devastados, fora os sujeitos que ainda não foram localizados, flagelada pela exploração. Quantas Marianas e quantos Brumadinhos existirão de juntar para que o homem reflita e reconsidere a maneira de inter-relacionar com a mãe terra? O aprendizado de Mariana/MG e de Brumadinho/MG evidenciou o custo de vidas humanas e da fauna e flora e dos rios, que a hegemonia do capital em detrimento da vida, acarreta fatalmente, à incivilidade.

⁵⁰ Para construirmos os parágrafos sobre a caracterização do município de Brumadinho/MG foram feitas várias pesquisas em livros de história local, *site* da prefeitura, *site* da Vale S.A. e, por fim, foram ouvidos moradores antigos do município.

Minas Gerais continua sendo a terra das montanhas, mas jamais será a mesma. Apesar de ainda suspirar o jeitinho manso e desconfiado do mineiro, de continuar produzindo os melhores queijos e pães de queijo, de ser o berço da goiabada cascão, da linguagem no diminutivo e do “uai sô”, “trem”, porém, para sempre, ficará assinalada pelo amargor realizado pela acumulação por espoliação⁵¹ (HARVEY, 2004).

3.3 Objetivos

A partir da questão-problema central delineada, e das indagações e blocos de ideias ulteriores que colaboraram para conduzir a pesquisa, apresentamos os objetivos da tese (geral e específicos), sobre os quais assento valores investigativos.

3.3.1 Objetivo geral

(Re) construir com os atingidos os processos comunicacionais nos discursos produzidos pelos *sujeitos comunicantes* em articulação com suas ações políticas, sociais, culturais, jurídicas e ambientais nas multidimensionalidades e na construção da cidadania.

3.3.2 Objetivos específicos

- Contextualizar os *sujeitos comunicantes* como cidadãos que fazem parte de determinada comunidade ou de um movimento sociocomunicacional ou de um território, avaliando aspectos sociais, interculturais, históricos, políticos, ecológicos e comunicacionais que constituem seu contexto de existência e de ação comunicacional;
- Interpretar os aspectos econômicos, sociais, e culturais relacionados à história da mineração na América Latina, assim como as legislações e suas evoluções;
- Refletir sobre a ação da *Samarco/Vale/BHP Billiton* na queda da barragem de Fundão e a ação da *Vale S.A* na queda da barragem da Mina do Córrego do Feijão sobre as comunidades e as inter-relações entre os discursos e seus desdobramentos relativos aos processos adotados;

⁵¹ Essa acepção incide numa constante e periódica técnica predatória de “acumulação primitiva”, que Harvey pondera, na trilha de Rosa Luxemburgo tendo modo constante. O conceito foi estabelecido a partir da exibição da natureza do capitalismo, por meio da obra *The limits to capital*. Nele, o processo de desenvolvimento capitalista e, igualmente, a reprodução da ordem social, é percebida pela afinidade contraditória das lógicas do território e do capital, avaliando que, em todo período histórico-geográfico dado, uma ou outra dessas lógicas pode prevalecer.

- Examinar as dinâmicas discursivas da *Fundação Renova* construídas nos cenários vinculados às necessidades das populações atingidas;
- Reconstruir os conceitos de cidadania (jurídico-política, social e comunicativa), os processos/discursos midiáticos (mídias alternativas e mídias comerciais) e dos sujeitos e instituições (MAB, empresa e MPF);
- Compreender as construções sociais dos atingidos, suas produções simbólicas, valores, regras, seus modos de vida, a relação com a mãe terra e às concretizações, possibilidades e limitações ao aprendizado e exercício da cidadania comunicativa composta na investigação;
- Verificar os usos e apropriações produzidos pelos discursos tanto dos jornais comerciais (*Folha de São Paulo, Estado de Minas e BBC Brasil*) como também daqueles contra hegemônicos (jornal *A Sirene*, do jornal laboratório *Lampião* e da revista laboratório *Curinga* e o jornal *Brasil de Fato*), bem como as páginas das redes sociais do EU LUTO – Brumadinho vive.

3.4 Justificativa

Nossa escolha por estudar os desdobramentos relativos tanto à queda da barragem de Fundão, quanto da barragem da Mina do Córrego do Feijão, se dá devido às repercussões na vida dos sujeitos e sujeitas das comunidades atingidas; os distintos danos suportados sejam estes materiais, morais, sanitários, ocupacionais, ambientais e psicossociais, dentre outros. Estes estão atrelados a uma questão muito maior que é a exploração de minério pelas transnacionais e suas sócias, principalmente no Estado de Minas Gerais, onde a concentração de minério é enorme. Aliás, o próprio nome do Estado já indica e sinaliza sobre as nossas riquezas. Assim, é necessário discutir a (in)ação do Estado brasileiro diante das perdas suportadas pelas comunidades e pelo meio ambiente doravante as legislações existentes, bem como a postura dos governos a partir do mercado de capitais sustentado pelo capitalismo.

O escopo proposto se justifica porque elegemos determinados discursos construídos a datar dos dois acontecimentos socioambientais, mesmo que em época distintas, mas que são da mesma natureza, sem falar que a mineradora *Vale S.A* tinha parte na *Samarco/Mariana* e é a responsável, em 100%, pela Mina do Córrego do Feijão/Brumadinho.

Isso, sem olvidar a relevância científica em trabalhar a comparação dos crimes socioambientais por meios de múltiplos olhares, múltiplas mídias, através de um protagonismo dos sujeitos atingidos numa pesquisa acadêmica de comunicação. Existe uma

relevância social em trabalhar tais acontecimentos pelo viés comunicacional, mas não é porque estou trabalhando com mídia que se torna comunicacional, pois o próprio olhar nosso enquanto pesquisadores mobilizam as questões de mediatização, estimulam os debates discursivos e das disputas narrativas, que por sua vez traz uma grande contribuição na aceção de compreender como é que simbolicamente distintos sujeitos operam para construir sentido dentro desses acontecimentos.

Por isso é importante pesquisar os sujeitos comunicantes e os processos comunicacionais, pois eles articulam todos os discursos, quais sejam:

I. A mineradora Samarco/Vale/BHP Billiton⁵² – empresa brasileira, composta por capital estrangeiro, que frequentemente financia campanhas eleitorais⁵³ de políticos nas diferentes escalas de governo⁵⁴ e, assim, são legitimadas pelo poder público e avalizada pela flexibilização de leis e licenças ambientais.

A *Samarco* Mineração foi a primeira empresa que trocou o transporte ferroviário do minério de ferro, entre a mina e o porto, pelo primeiro transporte tubular. O surgimento, em 1977, fez parte dos “grandes projetos industriais” da ditadura militar no Brasil, praticados entre 1970 e 1980. No ano de 2000, a *Vale* adquiriu 63,06% do capital total do Grupo *Belgo-Mineira* e 79,27% do capital votante da *Samitri*, que detinha 51% da *Samarco*, formando uma *joint-venture* com a australiana *BHP Billiton* (LAMOSO, 2001). No ano de 2014, a *Samarco* atuava em três minerodutos e estava classificada na 10ª posição, entre as maiores exportadoras do Brasil. Nesse mesmo ano, portanto, um ano antes do crime, sua capacidade nominal produtiva foi de 30,5 milhões de toneladas na mina de Germano (Mariana – MG), unida pelos minerodutos ao complexo de quatro usinas de pelotização e o porto em Anchieta/Ponta de Ubú/ES⁵⁵.

II. A mineradora Vale S.A - fundada em 1943 com o nome de *Companhia do Vale do Rio Doce* (CVRD), a empresa estatal nasceu entre os Acordos de Washington e do governo Vargas. O Pico do Cauê, em Minas Gerais, retinha uma das maiores jazidas do mundo, que era da *Itabira Iron Ore Company*, bem como a Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM). A

⁵² Disponível em: <https://www.samarco.com/acionistas/>. Acesso em: 02 jan. 2019.

⁵³ Disponível em: <http://www.tramas.ufc.br/wp-content/uploads/2015/08/Quem-e-Quem-ele%C3%A7%C3%B5es-2014.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

⁵⁴ No Brasil, a possibilidade do financiamento de campanha por empresas privadas tem criado uma série de distorções no sistema de democracia representativa, por meio da qual o poder econômico empresarial aprofunda assimetrias já existentes na representação política. As empresas mineradoras têm por prática financiar diversos candidatos de diferentes partidos (POEMAS, 2015, p. 44). Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fosse-mais-leve-a-carga-vers%C3%A3o-final.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

⁵⁵ VALE S.A. Nossa História. Capítulo 8. Anos de Transformações, p. 260-261. Disponível em <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/book-ourhistory/paginas/default.aspx>. Acesso em: 02 jan. 2019.

Itabira Iron Ore Company nasceu em junho de 1911, pela multinacional inglesa *British Itabira Limited* (MINAYO, p. 48, 2004). Tinha como premissa a criação de uma empresa estatal especializada na exportação de minério de ferro. Por isso, o Governo Vargas, por meio dos Acordos de Washington, criou a CVRD, acrescentando a seu patrimônio todas as jazidas de ferro que eram propriedade da *Itabira Iron Ore Company*.

A empresa foi pautada na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro um ano após a sua criação, em 1943, e na Bolsa de Valores de São Paulo em 1968. Em maio de 1997, a Vale foi privatizada e, em julho de 2000, suas ações passaram a ser comercializadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYMEX). A partir daí seu capital social só foi-se expandindo e, em 2001, a *Vale S.A* comprou a *FERTECO Mineração S.A.*, em Brumadinho. O lucro líquido da *Vale*, em 2018, só no terceiro trimestre do ano, foi de R\$ 25,657 bilhões⁵⁶.

A *Vale S.A.* não preza apenas pelos valores do capitalismo por espoliação e pelo extrativismo predador, mas em seu *site*, traz contextos midiáticos para demonstrar por meio de vídeos e textos em forma de matéria que ela é uma empresa “maravilhosa”. Tal fato é exteriorizado no *link* intitulado (RE)descobridores⁵⁷ em que lá rematem ao descobrimento, a Cabral. Vez que eles continuam sendo os “donos”, os “reis” que estão descobrindo o continente. E no caso específico dos dois crimes de Minas Gerais, seja o de Mariana ou o de Brumadinho os vídeos do *link* supramencionado traz diversos vídeos dizendo que estão “redescobrimo a sustentabilidade”, o “trabalho”, a “tecnologia”, a “saúde”, a “preservação”, o “equilíbrio”, dentre outros. Contudo, isso tudo tem uma perversidade, pois existe um sequestro de sentidos em tudo que está no nos vídeos produzidos.

III. A Fundação *RENOVA*⁵⁸ - surgiu, conforme já relatamos, por meio de um Termo de Transação de Ajustamento de Conduta. A função da Fundação era avocar todo o trabalho de recuperação, restauração e reparação dos impactos do rompimento da barragem de Fundão, “antes conduzidas pela *Samarco* e suas acionistas”⁵⁹. Posteriormente, iniciaram o cadastramento para a indenização dos atingidos, mas, num primeiro momento, sob a condição

⁵⁶ O Diretor-Presidente, Fabio Schvartsman, disse na época: “Os fortes resultados do 3T18 mostram a mudança estrutural nos mercados de minério de ferro e aço chineses. Somos a empresa de mineração mais bem posicionada para nos beneficiarmos da tendência estrutural de flight to quality, dada a crescente participação de produtos premium”. Ele concluiu: “Estamos transformando a Vale em uma empresa muito previsível, entregando desempenho operacional sólido, maior realização de preço, menores custos e alocação de capital rigorosa”. Disponível em: http://www.vale.com/PT/investors/information-market/quarterly-results/ResultadosTrimestrais/Vale_IFRS_4Q18_p%20final.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

⁵⁷ Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/redescobridores/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 27 mar. 2019.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/sobre-o-termo/>. Acesso em: 30 dez. 2018.

⁵⁹ Site da “Fundação Renova está no ar”. Disponível em <http://www.samarco.com/2016/08/26/site-dafundacao-renova-esta-no-ar/>. Acesso em: 03 jan. 2019.

de renunciarem a quaisquer ações judiciais existentes ou futuras contra a fundação ou a *Samarco*. Na época, até a mídia comercial⁶⁰ divulgou que o acordo celebrado eximia a mineradora de culpa, uma vez que esse novo ator (RENOVA), designado sinteticamente, blindava a *Samarco*.

IV. O Ministério Público⁶¹ - Trata-se de um órgão independente, que não está vinculado a nenhum dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). E, conforme preceitua a Carta Magna, é uma instituição permanente, que tem autonomia e independência funcional. Sua independência é uma distinção essencial, já que exerce a função fiscalizadora do poder.

V. O Movimento de Atingidos por Barragens - MAB⁶² - trata-se de um movimento social em defesa dos direitos dos atingidos e atingidas, em defesa da água e da energia e pela construção de um Projeto Popular para o país. O movimento teve início no final da década de 70, na ditadura militar, ocasião em que sucedeu a remoção forçada de direitos civis e políticos. Enquanto a ditadura restringia os direitos, a indignação em desfavor do regime fazia emergir várias formas de organização e luta; o MAB foi uma delas. Posteriormente, para melhor se organizarem, foram criadas diversas comissões regionais de atingidos, conforme a conformação de cada região.

A organização em nível regional desencadeou muitas lutas, mas em contrapartida obtiveram conquistas enormes para os atingidos, como, por exemplo, o caso dos atingidos pela UHE Itá, em 1987, quando as famílias conquistaram um acordo sobre a construção de reassentamentos coletivos. Tal acordo é referência até hoje para a luta por reassentamentos nas diversas regiões onde os atingidos estão organizados.

As experiências de luta, por sua vez, desencadearam em um processo de articulação e, em 1989, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, que contou com a participação de representantes de várias regiões do país. Naquele encontro realizaram um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o país. Todavia, a partir daí, decidiram estabelecer uma organização mais forte, a nível nacional, para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens.

⁶⁰ “Acordo com governo federal exige mineradoras de culpa. Chefe do núcleo de meio ambiente do MPMG aponta falhas em acerto entre Executivos e empresas”. Disponível em <http://www.otempo.com.br/cidades/acordo-com-governo-federal-eximemineradoras-de-culpa-1.1262732>. Acesso em: 30 dez. 2018.

⁶¹ Lei Complementar nº. 40, de 14 de dezembro de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp40.htm. Acesso em: 30 dez. 2018.

⁶² Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/historia>. Acesso em: 29 jan. 2019.

VI. O jornal *A Sirene*⁶³ - surgiu pós-crime, tendo como lema: “Feito pelos atingidos. Para os atingidos. Para não esquecer”. Trata-se de um meio de comunicação em princípio alternativo e de militância, e que num primeiro momento os atingidos e apoiadores apenas pensaram num veículo de comunicação, sem saber em qual plataforma ou periodicidade circularia.

Então, o projeto seria uma oficina coordenada pela *Nitro Imagens*, nos padrões de outros trabalhos sociais já desenvolvidos pelo coletivo, onde os sujeitos são içados à qualidade de protagonistas de seus discursos e produtores de suas formas de visibilidade. De tal modo, é convocado o maior número de atingidos e colaboradores, através do boca a boca, que desembocou em reunião numa noite de uma sexta-feira, nas dependências do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto – ICSA, UFOP (FERREIRA, 2018).

Este jornal virou uma realidade e teve a edição 0 lançada em 05 de fevereiro de 2016 e, a partir de então, todo o dia 05 de cada mês uma nova edição é lançada. A data faz alusão ao dia do rompimento da Barragem de Fundão. Os exemplares são gratuitos e distribuídos da praça central de Mariana, e ao toque da sirene, para lembrar que, no dia do crime, a mesma não foi acionada.

VII. O jornal laboratório *Lampião*⁶⁴ – elaborado por acadêmicos do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, através da disciplina obrigatória Laboratório de Impresso I – Jornal, ofertada no 5º período. Surgiu em maio de 2011. Circula na edição impressa e têm acesso também via internet.

Procurando se firmar como veículo de comunicação local, o *Lampião* se insere no contexto das cidades de Ouro Preto e Mariana e se coloca como um veículo transformador da realidade, à medida que aprofunda e reflete os conflitos, necessidades e memórias advindas do âmago dos cidadãos desses municípios históricos, que ainda sofrem com algumas marcas do passado. (LOURENÇO *et. al.*, 2012, p. 2).

Conseqüentemente, com o público atento no lugar à qual se põe o jornal local, por meio de seus produtores, os mesmos obtêm tanto na linguagem comunicacional quanto no discurso uma produção mais assertiva a seu público, diversamente do notado em mídias globais. De tal modo, compreendemos que o jornal-laboratório aciona técnicas que são atributos do jornalismo local, visto que busca exercer um enfoque de caráter regional, seja em assuntos ou nas fontes, ademais procuram particularizar os sujeitos, dando-os voz, que por

⁶³ Disponível em: <http://jornalasure.com.br/sobre>. Acesso em: 29 nov. 2018.

⁶⁴ Disponível em: <http://www.jornalismo.ufop.br/lampiao/quem-somos/>. Acesso em: 03 fev. 2020.

vezes não são caracterizados pela mídia hegemônica. Por ser um jornal da região do crime praticado pela *Samarco/Vale/BHP Billiton*, que acompanhou de perto o derramamento da lama e o protagonismo de cada atingido e atingida.

VIII. Revista laboratório *Curinga*⁶⁵ - Trata-se de um produto laboratorial também do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, cuja obra é executada pelos graduandos da disciplina Laboratório Impresso II – Revista sob orientação de professores de texto/redação, planejamento visual e fotografia. Traz em seu bojo conteúdos variados. Esta tem um maior alcance para o público jovem sobre as distintas maneiras de viver o mundo.

É uma revista inspirada nas cartas de baralho, portanto, traz consigo a noção de dualidade. Tal dualismo está retratado nas editoriais basilares: “Eu no Mundo” e “O Mundo em Mim”, que operam para narrar de formas opostas e complementares sobre o que é habitar o mundo. A revista tem distribuição gratuita na região de Ouro Preto/Mariana, na região central de Minas Gerais, além de disponibilização de todo o conteúdo via internet e gratuito também. Assim, apesar de ter suas matérias voltadas para o público universitário, como está inserida no epicentro do acontecimento também relatou o rompimento da barragem de Fundão e entendemos ser importante compreendê-la a partir das narrativas tratadas em suas matérias específicas sobre o dia 05 de novembro de 2015.

IX. Jornal *Estado de Minas*⁶⁶ – Teve o seu primeiro número publicado em 7 de março de 1928. Naquele dia e ano, bem cedinho, milhares de pessoas se conduziram ao local em que sua sede foi instalada para conhecer a novidade. Quase todos que lá estiveram, saíram com um exemplar da publicação. Eram 12 páginas de um novo veículo de comunicação que se firmou como porta-voz dos mineiros.

Tal jornal se solidificou com os anos e em janeiro de 1996, tornou-se o primeiro jornal do Brasil a ser provedor de acesso à rede mundial. Três anos depois, o portal UAI entrava para o rol dos 10 maiores do Brasil. Todavia, por estar entre os jornais mais lidos e estar inserido no Estado em que ocorreram os dois acontecimentos, entendemos que seria necessária uma análise do mesmo para compreendermos como a mídia comercial e hegemônica tratou os crimes.

X. Jornal *BBC Brasil*⁶⁷ - O início do serviço de notícias em português, em 14 de março de 1938, e, hoje, tem colaboradores em diversos países. Também produz conteúdos que são

⁶⁵ Disponível em: https://www.jornalismo.ufop.br/revistacuringa/?page_id=25. Acesso em: 10 nov. 2019.

⁶⁶ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/90-anos/2018/12/12/interna_90_anos,1012636/estado-de-minas-e-o-sentimento-mineiro-uma-historia-de-90-anos.shtml. Acesso em: 07 nov. 2019.

⁶⁷ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/institucional/090120_expediente_tc2 Acesso em: 05 jan. 2020.

transmitidos por outros veículos de comunicação. A escolha desse jornal se faz importante por ser reconhecido internacionalmente e como os dois crimes tiveram uma noticialidade enorme, devido aos danos ao meio ambiente e ao ser humano, as vidas perdidas, identidades, culturas etc, vimos que tal veículo contribuiria e muito para as nossas investigações midiáticas. E por estar sob o domínio da BBC britânica, que é o maior veículo de domínio público do mundo.

XI. Jornal *Folha de São Paulo*⁶⁸ - A história da Folha inicia em 1921, com o nascimento do jornal “Folha da Noite”. Em julho de 1925, é criado o jornal “Folha da Manhã”, edição matutina. Posteriormente é criada a “Folha da Tarde”. E em 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa se fundem e surge o jornal *Folha de S. Paulo*. Assim, dos primeiros passos até a liderança na imprensa nacional.

Ato contínuo, tendo tal jornal abrangência nacional também não deixou de noticiar sobre os acontecimentos ocorridos em Minas Gerais referentes as empresas mineradoras e seus crimes, sendo assim um meio comercial importante para ser agregado à nossa pesquisa.

XII. Jornal *Brasil de Fato*⁶⁹ - O Brasil de Fato (BdF) é um *site* de notícias e uma radioagência. Possui jornais regionais em várias capitais. Foi lançado em 25 de janeiro de 2003. Circulou por mais de dez anos com uma versão impressa nacional.

Têm trabalhos a partir de luta por uma sociedade justa e fraterna, aliados a democratização dos meios de comunicação. Os movimentos populares criaram o Brasil de Fato para colaborar no debate de ideias e na exame dos fatos do ponto de vista da indignação de transformações sociais em nosso país.

Portanto, a importância e a relevância da caracterização dos recortes se justificam devido ao compromisso da pesquisadora em relação “à realidade em que estamos inseridos, implica estar atento aos problemas relevantes colocados e suscitados por esta realidade, de modo que os conhecimentos possam responder aos problemas e desafios do seu tempo histórico”. (BONIN, 2011, p. 23).

E, para responder aos problemas e desafios do seu tempo histórico, conforme asseverado por Bonin (2011), surge uma questão crucial que tem sido escoltada por diversos tipos de violência por meio da desregulação socioambiental em curso, nas quais andam lado a lado com ações que têm em vista a despolitização e a criminalização de atingidos, movimentos e grupos envolvidos na oposição à mineração e aos pesquisadores críticos. Isso tudo, sem mencionar o momento político atual que passamos a viver, a partir de 2018, no

⁶⁸ Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/fofha/circulo/historia_folha.htm#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Folha%20come%C3%A7a,da%20%22Folha%20da%20Noite%22.&text=Em%201%C2%BA%20de%20janeiro%20de,Paulo](https://www1.folha.uol.com.br/fofha/circulo/historia_folha.htm#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20Folha%20come%C3%A7a,da%20%22Folha%20da%20Noite%22.&text=Em%201%C2%BA%20de%20janeiro%20de,Paulo.). Acesso em: 19 jun. 2019.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/quem-somos>. Acesso em: 19 jul. 2019.

Brasil, juntamente com a posse do Presidente Jair Bolsonaro, mediante os anúncios de retrocessos institucionais e uma maleabilidade das legislações, que tem colocado em xeque a nossa democracia.

De mais a mais, os acontecimentos relacionados à *Samarco/Vale/BHP* e *Vale S.A* chamaram a atenção não apenas pela magnitude dos impactos ambientais, econômicos, sociais, culturais, territoriais e acadêmicos, mas também sobre o ponto de vista comunicacional devido à forma como o jornalismo, em geral, e todas as mídias se envolveram nas discussões. Além disso, o campo jornalístico exerce papel basilar na elaboração, estruturação e formação da cidadania e, por isso, justifica-se, ainda, a escolha da comunicação para o contorno desta pesquisa.

Ademais, pensamos que esta tese deva desempenhar papel emblemático, examinando os conceitos, arquétipos, composições, ações e práxis, acendendo questionamentos e guiando outras pesquisas associadas ao objeto. Somamos a isto a emergência de estudos e trabalhos fundamentados que possam contribuir com o aperfeiçoamento do “ser” social, ético, cultural, político e comunicacional, que precisam ter voz e vez por meio dos sujeitos comunicantes, compreendendo a maneira em que os envolvidos se colocaram, avocaram responsabilidades e responderam à sociedade.

Ainda é essencial asseverar que essa pesquisa, mesmo diante de todos os seus recortes não é isenta de posição política e ideológica, pois todo o caminho percorrido na investigação seja os teóricos ou os do campo da pesquisa ou os de observação e dos recortes dos meios midiáticos são frutos de reflexividade tendo a movimentação como base teórica e metodológica. Como, por exemplo, disse-me Dorinha, moradora do Córrego Guerra do município de Barra Longa/MG “*esse povo não tem medida, não sabe o que a gente tinha e o que a lama levou. Eu mesmo tinha um bacião que eles não colocaram no cadastro que a Renova veio aqui em casa fazê*”.

A lama juntamente com a “falta de medida” também nos atingiram sobremaneira, pois a partir das observações, caminhadas e da convivência com os atingidos e com as atingidas, robusteceram ainda mais nossas inquietações que vinham desde o projeto e assim, passaram a ser o fio condutor desta pesquisa, vez que temos como premissa maior a exteriorização das cidadanias sob o ponto de vista dos *sujeitos comunicantes*.

Aliás, “não ter medida” significa passar por cima de qualquer coisa - seja da identidade, da cultura, da ancestralidade, dos modos de vida, da saudade, dos saberes milenares - e essa não é uma realidade que está imbricada apenas para Dorinha (Figura 9), mas na vida dos Joãos, Josés, Marias, Marianas, Joaquins e de toda uma sociedade. Por que as

empresas mineradoras e a *Renova* faltam com “medida” com a mãe terra e todos os outros seres vivos humanos e não humanos? Por que os crimes da *Samarco/Vale/BHP Billiton e Vale S.A*, continuam renovando com o passar do tempo? Em resumo, “vale”:

[...] Tu Antecipaste a hora.
 Teu ponteiro enlouqueceu,
 enlouquecendo nossas horas.
 Que poderias ter feito de mais grave
 do que o ato sem continuação, o ato
 em si,
 o ato que não ousamos nem
 sabemos ousar
 porque depois dele não há nada? (CARLOS DRUMMOND).

Como sabemos cada verso do trecho do poema acima está carregado de diversas possibilidades de interpretação (muitas delas antagônicas), que nos desafiam constantemente a um apurado trabalho de reflexão, de pesquisa, de diálogos, de estudos e de práticas sociais e pedagógicas cotidianas, para não cairmos na repetição de banalidades, nos clichês e nas verdades absolutas que assentem a produção de minério na nossa América Latina. É necessário despertar, porque quantas Dorinhas têm gritado sem ser ouvida.

Figura 9 - Dorinha, atingida, moradora de Guerra, subdistrito de Barra Longa/MG



Foto: Nilmar Lage, 2018.

Sem embargo, o compromisso com a luta e a resistência dos atingidos e das atingidas é nossa também, visto que enquanto pesquisadores empenhados com um fazer científico sempre estamos buscando transformar as opressões e desigualdades dos sujeitos latino americanos que por ora continuam sendo explorados.

Para alcançar o mundo, as empresas transnacionais, através do mercado internacional e da espoliação buscam insensatamente investimentos a qualquer preço, onde os países latinos entregam suas riquezas. Já nos anos setenta Eduardo Galeano já nos chamava a atenção para as aspirações do mercado mundial e os pesadelos dos países latinos americanos que se sujeitam e se vinculam aos caprichos do capital.

[...] Essa triste rotina dos séculos começou com o ouro e a prata, e seguiu com o açúcar, o tabaco, o guano, o salitre, o cobre, o estanho, a borracha, o cacau, a banana, o café, o petróleo...

O que nos legaram esses esplendores? Nem herança nem bonança. Jardins transformados em desertos, campos abandonados, montanhas esburacadas, águas estagnadas, longas caravanas de infelizes condenados à morte precoce e palácios vazios onde deambulam os fantasmas. (GALEANO, 1994, p. 6).

Em nome do progresso e da modernização, as explorações mineiras caminham a passos ligeiros para o extermínio da mãe terra e de todos os seres viventes nela.

Para tanto, nossa pesquisa, ancorada em seu período histórico, configura-se como já relatado, nos processos comunicacionais dos atingidos por barragens dos municípios de Mariana/MG e Brumadinho/MG refletindo o crime socioambiental sob o ponto de vista dos *sujeitos comunicantes* porque, ainda, nos chama a atenção para os tempos hodiernos da política vivenciada em nosso país e que nos põe diariamente num panorama de ceticismo e dúvidas, essencialmente, no que tange à mãe terra. Contudo, as nossas pesquisas, as nossas resistências e as nossas lutas, “eles” jamais poderão retirar. Os sonhos persistem em meio ao caos. Avante!

4 CONTEXTUALIZAÇÕES DA HISTÓRIA DA MINERAÇÃO

Chego à sacada e vejo a minha serra,
A serra de meu pai e meu avô,
De todos os Andrades que passaram
E passarão, a serra que não passa.

Era coisa dos índios e a tomamos
Para enfeitar e presidir a vida
Neste vale soturno onde a riqueza
Maior é a sua vista a contemplá-la.

De longe nos revela o perfil grave.
A cada volta de caminho aponta
Uma forma de ser, em ferro, eterna,

E sopra eternidade na fluência.

Esta manhã acordo e
Não a encontro.
Britada em bilhões de lascas
Deslizando em correia transportadora
Entupindo 150 vagões
No trem-monstro de 5 locomotivas
– trem maior do mundo, tomem nota –
Foge minha serra, vai
Deixando no meu corpo a paisagem
Mísero pó de ferro, e este não passa (Carlos
Drummond de Andrade).

Quando da chegada dos portugueses ao Brasil, não existiu amplo empenho exploratório nas primeiras décadas que se seguiram (CAMINHA *apud* PEREIRA, 2002). Portugal estava mais atraído pelo alargamento dos canais comerciais que muniam a Europa de especiarias. Foi, seguramente, o episódio referente às conquistas espanholas, no México e no Peru, que determinaram os interesses portugueses de explorar as novas terras, sem olvidar, igualmente, as razões religiosas sobrevividas da contra reforma, que buscou equilibrar as perdas de espaço no norte da Europa pela catequização dos povos recém-encontrados (LICCARDO; SOBANSKI; CHODUR, 2004). O sucesso das expedições espanholas foi promovido pelas proezas de povos culturalmente progressistas, especialistas dos metais, sobre outro povo que, do mesmo modo, tinha conhecimento da indústria mineral.

No território brasileiro foi o oposto. Não existiam, a olhos nus, num primeiro momento, tesouros a serem roubados. O produto exclusivo das caravanas exploratórias foi, inicialmente, a escravização do índio. E entre o período de 1500 – 1822 o Brasil Colônia tinha

apenas como atividade predominante o extrativismo dos recursos da floresta (pau-brasil) e agrícolas (açúcar).

Contudo, tal panorama foi alterado quando localizaram abastados auríferos em Minas Gerais, já no século XVII, onde a insignificante noção da técnica da mineração era atenuada pela prosperidade do jazimento e predisposição de extração do metal, liberado e rude. De mais a mais, os sujeitos escravizados⁷⁰ trazidos de países africanos conheciam a base da mineração aprendida com os árabes que, por sua vez, frequentavam a África.

De acordo com Monte-Mór (2001), o Brasil ainda se configurava como um território de pequena ocupação populacional agrupada na sua vasta faixa litorânea, cujos raros núcleos conduziam a extração de recursos naturais em extensas regiões. Ainda conforme o autor foi à riqueza mineral agrupada, essencialmente, em Minas Gerais, que compôs a colônia inteiramente, por décadas, ao estatuto de base da economia mercantilista mundial, permitindo intercâmbios políticos e culturais inéditos na colônia.

Já no século XVIII, a exploração se alargava de uma forma voraz, afetando sobremaneira o meio ambiente e, de outro ponto, assegurava o enriquecimento da Coroa Portuguesa e o ápice mineral designado “Ciclo Econômico do Ouro” (BARRETO, 2001), isso só depois de 200 anos do descobrimento. Esse ciclo durou apenas 70 anos (1700 a 1770), e o Brasil à época produziu 50% do total da produção mundial, na exploração de diamantes e esmeraldas, aproximadamente mil toneladas de ouro e 3 milhões de quilates de pedras preciosas (FIGUERÔA, 1994).

As descobertas dos metais preciosos geraram uma grande corrida, em que atraiu sujeitos de várias regiões da Colônia e até de Portugal. Esse fato determinou intensos câmbios econômicos, sociais e políticos, estimulou sobremaneira a integração territorial, por meio do comércio interno, a criação e ampliação de estradas. A mineração foi responsável por grande parte da ocupação territorial do país, principalmente do seu interior: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O avanço demográfico em volta das jazidas foi enorme, pois em um século, a população cresceu 11 vezes mais, passaram de 300 mil habitantes para 3,3 milhões e novas cidade como Vila Rica, atual Ouro Preto; Sabará e Mariana, todas em Minas Gerais. (FAUSTO, 1996) (MAGALHÃES, n.p).

Como já mencionado, as explorações se davam por meio de técnicas muito rudimentares, sem nenhuma precaução de segurança, o que provocava sérios acidentes de

⁷⁰ Possivelmente, a primeira importação de tecnologia da mineração no Brasil.

trabalho. Esse fator aboliu a exploração das minas em maior profundidade, naquele tempo em que acabou ocasionando o seu rápido esgotamento (FIGUERÔA, 1994).

Após, já no século XIX, a região de Minas Gerais acompanhou uma exploração desregrada e caótica das minas e uma natural marcha para o declínio da atividade. Partiram para outro tipo de atividade, a agricultura. Houve uma migração dos mineradores mais atentos para os alcances agrícolas, o que fez surgir o ciclo do café. Barganhavam-se produtos agrícolas retirados no Brasil por fabricados importados das mais distintas espécies. Todavia, passaram a construir uma ampla malha ferroviária e uma estrutura de portos heterogênea, o que expandiu o sistema de trocas. Foram construídas, também, modestas usinas de ferro e fábricas de tecidos e iluminação elétrica nas cidades de maior porte (ABREU; LAGO, 2010).

Mas não desistiram de minerar e, assim, a iniciativa privada passou a controlar a abertura de novas minas, seduzindo, especialmente, os ingleses, belgas e franceses, para extração de ferro e de ouro. Foram empregadas novidades tecnológicas, extremamente avançadas, como perfuratrizes pneumáticas, dinamite, escavações subterrâneas, trilhos, pilões para moer o minério e desprender o ouro, iluminação e máquina a vapor. Entre 1824 e 1834, 07 (sete) companhias inglesas se estabeleceram para lavra de ouro em São José Del Rei, Tiradentes, Sabará e Itabira do Campo. Mas, as minas de ouro e as minas de ferro entraram em decadência e, praticamente todas fecharam. Vários foram os problemas, como por exemplo, drenagem dos túneis, infiltração da água, dureza das rochas em profundidade e graves acidentes de trabalho. (LINS; LOUREIRO; ALBUQUERQUE, 2000).

Dito isto, apenas no período da Primeira República, que o país assistiu ao crescimento da importação de produtos siderúrgicos, tais como trilhos, perfis, tambores, barris e tanques e ainda implementos agrícolas. Esse quadro levou o governo a buscar novas reservas de recursos minerais. Foram descobertas enormes reservas de ferro e manganês, no Quadrilátero Ferrífero, região que pertence ao Estado de Minas Gerais. Lá se instalaram onde 15 companhias de mineração nos primeiros anos de 1900, e construíram, em 1903, a Estrada de Ferro Vitória-Minas para transportá-los. Já em 1917, iniciou operação a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, que passou a usar minério de ferro para produzir aço (ABM, s.d.).

Posteriormente, entre 1930-1945, o Brasil entrou num rápido processo de industrialização, com o advento da Segunda Grande Guerra e entreveros nas importações e a carência de matéria-prima dos países em guerra franqueou espaço para os produtos minerais brasileiros. Nesse compasso, o presidente Getúlio Vargas, aproveitou para adotar algumas diretrizes bem intensas na economia. Passou a priorizar a intervenção do Estado na economia para possibilitar a constituição do capitalismo nacional. (VILLAS-BÔAS, 1995).

Assim, a indústria mineral foi usada como função estratégica para fornecer os insumos básicos para interiorizar o chamado “desenvolvimento econômico”. Teve um enorme crescimento mineral, centralizado em alguns insumos básicos para a indústria pesada, como aço, ferro, carvão e manganês, os três primeiros tiveram sua produção duplicada em apenas 15 anos. Houve uma diversificação na extração de minerais da indústria bélica, como tantalita, berilo e tungstênio, o que majorou expressivamente as exportações. Grande parte deles foi fornecido aos Estados Unidos durante o período da Segunda Guerra Mundial (VILLAS-BÔAS, 1995).

Foram criadas ainda empresas siderúrgicas. Estas, por sua vez, através dos acordos de Washington, em que os Estados Unidos retiraram as barreiras para que o Brasil tivesse uma grande siderurgia nacional, foi criada, em 1941, a estatal *Companhia Siderúrgica Nacional* (CSN), em Volta Redonda e em 1942, a mineradora estatal de ferro, a *Companhia Vale do Rio Doce* (BONGIOVANNI, 1994) (GUIMARÃES; MILANEZ, 2017).

Este contexto evidencia que a produção da sociedade é o modo de produção do seu espaço, conforme já argumentaram Lefebvre (1991) e Santos (2006). Tais autores rejeitam o espaço como alguma coisa dada *a priori*, indiferente, ou como um vazio no qual se constituem os objetos. Lefebvre (1991) assegura que o espaço é socialmente e convencionalmente construído, baseado nas particularidades de cada sociedade. E essa ação está atravessada por relações de cooperação e de conflito.

Já em 1946, na época da terceira República, iniciou uma política liberal, e durante o retorno do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), foi criado o monopólio do petróleo e o nascimento da empresa Petrobras. E mesmo depois, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), continuava a política “desenvolvimentista”, cujo lema era “50 anos em 5”, mas com intenso recurso ao capital privado estrangeiro. (VILLAS-BÔAS, 1995).

Em seguida ao governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil passou por três anos de inconstância política, na qual ocorreu a renúncia de um presidente eleito e a deposição de outro, pois os militares assumiram o poder e instauraram a ditadura. Encerrava-se, assim, um ciclo.

A ditadura perdurou por 21 anos, e também adotou uma diretriz “nacionalista” e “desenvolvimentista”, mas unida ao capital estrangeiro. Foi aí que vários empreendimentos multinacionais se instalaram no país. Uma década após o capital estrangeiro já respondia por 44% de todos os minerais metálicos extraídos no país (FERNANDES, 1987 *apud* VILLAS-BÔAS, 1995). Falava em altos índices econômicos, mas noutra parte expressiva da população brasileira vivia abaixo da linha da pobreza (VILLAS-BÔAS, 1995).

Naquele momento, o Estado tinha como alvo o fomento da economia a qualquer custo, seja qual fosse a atividade capaz de aprimorar os indicadores econômicos, na tentativa de remover o país do subdesenvolvimento (FREIRE, 2014). Vale ressaltar que, no final da ditadura e depois, na redemocratização, houve momentos de queda no setor da mineração, mas o Brasil continuava lucrando com a indústria mineral por meio de incentivo e apoio dos governos.

Figura 10 - Arredores da Mina do Córrego do Feijão, posteriormente a queda da barragem



Foto: A autora, 2020.

Assim, já que o Brasil sempre lucrava com as empresas de extrativismo mineral, o Poder Legislativo passou a criar diversos regulamentos referentes ao Direito Ambiental para que os recursos minerais pudessem ser extraídos dentro da “legalidade”. Apesar disso, todas as demandas socioambientais que cercam a mineração foram secundarizadas e emudecidas acima do “valor” econômico da exploração mineral da qual o país e, principalmente, o Estado de Minas Gerais, tem sido subordinado, independente das causas trazidas pela exploração das jazidas de minério, sejam elas humanas, ambientais, culturais, sociais etc.

4.1 A legislação Ambiental Brasileira

As particularidades da espécie humana e, por conseguinte, o impacto causado pelas transformações no ambiente resultante das atividades da mineração, conforme já relatado, fez com que a proteção do meio ambiente se tornasse uma das inquietações da sociedade. Tal fator foi impulsionado a partir do incremento do processo de degradação ambiental, principalmente por meio da urbanização e industrialização, que tem como seqüela inúmeros prejuízos e desequilíbrios ao meio ambiente.

Se outrora o meio ambiente se compunha num meio de subsistência, que ofertava ao homem os recursos indispensáveis ao seu sustento, hodiernamente ele tem outro “valor” para o ser humano. Corrobora essa afirmação Cunha e Augustin (2014), quando afirmam que a Revolução Industrial e a descoberta de novas tecnologias transformaram expressivamente a maneira como o homem relaciona-se com o ambiente, pois, nos dias atuais, os recursos naturais são um meio de oferta de matéria prima ostensiva. Diante do exposto, a questão ambiental passou a exigir que fossem tomadas medidas para garantir a proteção do ambiente frente às transformações das atividades humanas.

Ato contínuo, no Brasil, a legislação ambiental nasceu no período colonial, com as Ordenações Afonsinas⁷¹. Nesse período, era muito discreta, voltada apenas para a proteção das florestas da terra recém-descoberta. Estabelecida no ano de 1605, a primeira legislação foi o Regimento do Pau-Brasil, que determinava a exigência de autorização real para o corte do pau-brasil, definindo limites para sua exploração no território da colônia. (CARLI, 2004). Posteriormente, a temática da proteção do meio ambiente foi ampliada e alinhada ao quadro internacional, tornando-se mais complexa e abrangente, ainda que de forma bastante fragmentada. (VIANA, 2007).

No processo de evolução da legislação ambiental, vale destacar a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, em 1921. Este órgão deu origem, posteriormente, ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (CARLI, 2004). Entretanto, foi somente após a década de 1930 que o Brasil passou a adotar efetivamente políticas que abonavam maior proteção no que tange à ocupação do território e dos recursos naturais. Foi nesse ínterim que criou legislações para tratar da proteção de seus recursos naturais, como flora, fauna e recursos hídricos. Nesse período,

⁷¹As Ordenações Afonsinas foram promulgadas durante o reinado de Dom Afonso V, e configuraram uma das primeiras coletâneas de leis da era moderna, que teve como objetivo elucidar a aplicação do direito canônico e romano em Portugal.

contemplou-se uma melhoria relativa às demandas ambientais, como: Código Florestal, estabelecido através do Decreto-Lei nº 23.793 de 1934; Código das Águas, criado pelo Decreto-Lei nº 24.043 de 1934; além da Constituição de 1934 (NEDER, 2002).

Já a Constituição de 1937, por sua vez, estabeleceu que era competência privativa da União o estabelecimento de legislação acerca de bens de domínio federal, além de minas, metalurgia, energia hidráulica, águas, floresta, caça e pesca, bem como a sua exploração. (TOZADORI, 2010). E, apenas a partir da década de 1970 que foi iniciado um processo de mudança em relação à visão da questão ambiental no país.

Enquanto em 1981 nasceu a Lei Federal nº 6.938, na qual instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, que normatizou um novo conceito para o meio ambiente, passando a entendê-lo como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (art. 3º, I). Entretanto, apesar da definição legal, em termos jurídicos, o termo meio ambiente não possui um conceito fixo e terminante, de modo que, algumas vezes, cabe ao próprio interprete o preenchimento do seu conteúdo. Ainda, acrescenta-se que “o meio ambiente natural ou físico e constituído pela atmosfera, pelos elementos da biosfera, pelas águas, pelo solo, subsolo, pela fauna e flora”. (MEDEIROS, 2015).

Todavia, foi somente em 10 de abril de 1989 que se estabeleceu o Decreto Federal nº 97.632, trazendo importantes subsídios no que diz respeito à legislação ambiental para empreendimentos de exploração mineral. Nele foram determinadas as exigências para o funcionamento das empresas de atividades minerárias, definindo a obrigação de apresentação de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA para empreendimentos como os de mineração.

No decorrer do ano de 1988 nasceu a Constituição da República Federativa do Brasil, que trouxe atenção especial ao meio ambiente, contendo um capítulo específico sobre o tema, cuja importância atribuída ao meio ambiente no texto constitucional fez com que surgissem adequações na legislação específica com a definição de infrações penais e administrativas adequadas à relevância do assunto. Isso foi possível com o advento da Lei Federal nº. 9.605, de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais. (CARLI, 2004).

Por conseguinte, ainda dentro das questões ligadas ao meio ambiente, a mineração no Brasil é tratada tanto pelo Decreto-Lei 3.365/41, quanto pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) 369/06, como uma atividade de utilidade pública, apesar dos danos que as extrações de minério causam à natureza e aos seres humanos.

Art. 5º, Decreto-Lei 3.365/41 – Consideram-se casos de utilidade pública: [...]

f) o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica;

Art. 2º, Resolução do CONAMA 369/06 – O órgão competente somente poderá autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em APP, devidamente caracterizada e motivada mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, e atendidos os requisitos previstos nesta resolução e noutras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, bem como no Plano Diretor, Zoneamento Ecológico-Econômico e Plano de Manejo das Unidades de Conservação, se existentes, nos seguintes casos:

I- Utilidade pública: [...]

c) as atividades de pesquisa e extração de substâncias minerais, outorgadas pela autoridade competente, exceto areia, argila, saibro e cascalho. (FREIRE, 2010, p. 58, grifo nosso).

Dito isso, apesar de existir todo um aparato regulatório no que tange aos licenciamentos ambientais, conforme informaremos abaixo, tais fiscalizações ainda são deficitárias devido à falta de conhecimento técnico dos responsáveis pelas análises ou pelo fato de Estado não oferecer pessoal suficiente para as fiscalizações, ou, ainda, por haver uma camaradagem por parte dos governos e das empresas de extração mineral.

4.1.1 Licenciamento Ambiental Brasileiro

O licenciamento ambiental é um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, com escopo preventivo ou corretivo e desde que preenchidos pelo empreendedor as condições reguladoras estabelecidas, licencia a localização, a construção, a instalação, a ampliação, a alteração e o funcionamento de estabelecimentos e atividades usufruários de recursos ambientais, avaliados efetiva ou potencialmente poluidores, assim como os capazes, sob qualquer forma, de ocasionar degradação ambiental.

A constituição Federal de 1988 trata da questão especificamente no art. 170, parágrafo único⁷² e art. 225, §1º, inciso IV⁷³, além de deliberar em seu art. 24, a competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal⁷⁴ para legislar, entre outros, sobre “florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição” (inciso VI), “proteção ao patrimônio [...]

⁷² É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. (BRASIL, 1988).

⁷³ Incumbe ao Poder Público [...] exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade. (BRASIL, 1988).

⁷⁴ Os municípios não foram incluídos.

paisagístico” (inciso VII) e “responsabilidade por dano ao meio ambiente, [...] a bens e direitos de valor [...] paisagístico” (inciso VIII). Entretanto, o art. 30 da mesma lei diz que, aos municípios compete, entre outros, “legislar sobre assuntos de interesse local” (inciso I) e “suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber” (inciso II).

De acordo com os parágrafos do art. 24, na esfera da lei concorrente, a competência da União limita-se a colocar normas gerais, o que não exclui a competência suplementar dos estados e do Distrito Federal, que podem até praticar sua competência legislativa plena, caso inexista lei federal sobre normas gerais. E a única ressalva feita pela Constituição é que a superveniência de Lei Maior sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual ou distrital, no que lhe for antagônica.

No entanto, passados já quase quatro décadas do advento da Lei 6.938/81, que organizou o SISNAMA, os assuntos e conteúdos do licenciamento ambiental, da AIA e do EIA/RIMA permanecem regidos somente de maneira geral, no campo federal, pela própria lei aludida e por seu regulamento. Versam sobre a matéria, entre outras, as Resoluções nº 001, de 1986, e 237, de 1997, ambas do CONAMA. Fora da esfera federal, existem ainda as legislações ambientais estaduais, do Distrito Federal e algumas municipais que abordam o tema.

Nesse mesmo compasso a Resolução do CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, traz em seu bojo o conceito formal de licenciamento ambiental:

Art. 1º, I – [...] procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (BRASIL, 1997).

Essa Resolução trata-se de um dos instrumentos de gestão ambiental já instituído anteriormente pela Lei Federal nº 6.938/81. O licenciamento está fundamentado no exercício do poder de polícia por parte do Estado, destacando-se a legitimidade e a necessidade de restrição à ação do agente particular com o escopo de proteger o interesse coletivo. Milaré (2015) afirma que o licenciamento ambiental constitui um ato único, de caráter complexo, que envolve vários órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA. Quando apto para execução, ele exige o cumprimento prévio de estudos técnicos para auxiliar sua análise, ou seja, o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

E, por derradeiro, há a Avaliação de Impacto Ambiental – AIA, regulamentada pela Resolução do CONAMA nº 001/1986.

Na realização do licenciamento são avaliados os impactos provocados pelo empreendimento a partir de vários aspectos, como a geração de líquidos poluentes (efluentes e despejos), emissão de gases para a atmosfera, geração de resíduos sólidos, potencial de risco para incêndios e explosões, entre outros aspectos. Além disso, trata-se de um instrumento de tomada de decisão, fundamentado na utilização de outros instrumentos, como a AIA, os parâmetros de qualidade ambiental e os requisitos legais. (SÁNCHEZ, 2015).

Há, ainda, conforme a Resolução CONAMA nº 237/97, outras 08 (oito) fases distintas a serem cumpridas no processo de licenciamento ambiental no país, tanto no âmbito da União, Estados ou Municípios, quais sejam: I - Definição por parte do órgão ambiental competente, contando com participação do empreendedor, no que se refere aos documentos, projetos e estudos ambientais necessários para que se inicie o processo de licenciamento; II - requerimento da licença ambiental por parte do empreendedor, acompanhado de todos os documentos, projetos, estudos ambientais pertinentes e seu anúncio público; III - análise pelo órgão ambiental competente e que faça parte do SISNAMA, em relação a todos os documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, bem como a realização de vistorias técnicas, caso seja necessário; IV - solicitação de esclarecimentos e informações complementares pelo órgão ambiental licenciador, realização ou dispensa de audiência pública; V - solicitação de esclarecimentos e complementações oriundas da realização das audiências públicas; VI - emissão de parecer técnico conclusivo e, nos casos em que for necessário, também o parecer jurídico; VII - deferimento ou indeferimento do pedido de licença com a devida publicidade; e VIII – parecer favorável do órgão licenciador.

E, se ao final do processo de licenciamento o parecer do órgão licenciador for pela emissão da licença, esta, por sua vez, possui três etapas, a saber: I - Licença Prévia (LP) concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua efetivação – prazo (cinco anos), com possibilidade de prorrogação; II - Licença de Instalação (LI), autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante – prazo (seis anos) pode prorrogar; e III - Licença de Operação (LO), autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de

controle ambiental e condicionantes determinados para a operação. Nessa última, o órgão ambiental pode aumentar ou diminuir o prazo de validade e a renovação deverá ser requerida com uma antecedência mínima de cento e vinte dias da expiração do seu prazo de validade. (CONAMA, 1997).

Ainda sobre o licenciamento Bursztyn & Bursztyn (2006) alegam que a apreciação da experiência brasileira de licenciamento ambiental expõe uma enorme dificuldade, identificada nos variados órgãos ambientais, quanto ao acompanhamento pós-licenciamento. Ainda que a adoção do EIA/RIMA esteja solidificada, há muito a ser concretizado e sazonado quanto às atuações que garantam a execução de exigências postas, bem como o domínio efetivo de cada atividade ou empreendimento.

Segundo Enríquez (2007) é indispensável aperfeiçoar as estruturas de domínio e fiscalização das atividades ou empreendimentos que se valem dos recursos naturais, para que, de fato, por exemplo, as companhias mineradoras cumpram as condicionantes e os contínuos planos de controle ambiental. A autora, durante sua tese doutoral pelo CDS/UnB entendeu que uma das críticas basilares a esses instrumentos de gestão ambiental é a ausência da fiscalização ordenada e sucessiva dos órgãos estaduais e federais de meio ambiente vez que na opinião de um dos entrevistados dela, temos a seguinte afirmação: “as análises ambientais não são acessíveis à população e não há contraprova, por parte do órgão ambiental estadual”.

4.1.2 Licenciamento Ambiental em Minas Gerais

A legislação ambiental no Estado de Minas Gerais teve sua origem em meados do século XX. Seu marco se deu através do Instituto Estadual de Florestas (IEF), por meio da Lei Estadual nº 2.606/1962, enquanto a composição da estrutura técnico-científica dirigida às questões ambientais foi feita pela Fundação João Pinheiro, com a criação da Diretoria de Tecnologia e Meio Ambiente, no ano de 1975. (VIANA, 2007).

Assim, em 1975, ao longo do I Encontro Nacional sobre Proteção e Melhoria do Meio Ambiente, assumiram que os litígios ambientais do estado não estavam todos identificados e quantificados. Caso optassem pela implantação de uma política de controle ambiental, era preciso uma estrutura que viesse a permitir a consignação de padrões e medições para o exame e conformidade dos problemas, o que demandava um corpo de trabalho especializado e amparado por uma legislação consistente.

No início dessa década, os impactos de diversas atividades econômicas já se faziam sentir com maior magnitude, tais como a poluição industrial na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no Vale do Aço, o desmatamento da vegetação nativa para alimentar as indústrias e liberar áreas para a agropecuária e, ainda, o reflorestamento com espécies homogêneas (como o eucalipto e o *pinus*) em extensas áreas, com graves prejuízos ambientais e sociais. O forte crescimento do setor extrativo mineral – 18%, em média, entre 1970 e 1974 – também passou a gerar impacto significativo no meio ambiente, especialmente quanto à erosão, poluição das águas e desfiguração da paisagem. (BORATTO, 2007, p.113-114).

Portanto, após 1975, outras legislações que contemplavam a proteção do meio ambiente foram criadas, mas aqui trazemos apenas as que consideramos mais importantes para a pesquisa: Lei Estadual nº 7.772/80, alterada pelo Decreto Estadual nº 39.424/98 e pela Lei Estadual nº 15.972/06; Deliberação Normativa COPAM nº 74/04; o Decreto Estadual 44.844/08; e Deliberação Normativa COPAM nº 177/12. Nessas legislações encontram-se as diretrizes básicas sobre o licenciamento das atividades que apresentam alto potencial poluidor sobre o meio ambiente e que estavam em vigor durante o processo de regularização do empreendimento da Samarco. E, mesmo assim, as legislações mencionadas não foram capazes de impedir o maior crime socioambiental praticado pela *Samarco/Vale/BHP Billiton*, por meio da queda da barragem de Fundão.

E ainda, posteriormente ao primeiro crime, em 2016 as autoridades públicas (Poder Legislativo e Poder Judiciário) colocam em vigor novas alterações legislativas mirando maior celeridade ao licenciamento ambiental. Nesse sentido, a Lei n.º 21.972/16, de 21 de janeiro de 2016, criou o licenciamento concomitante e a Licença Ambiental Simplificada⁷⁵, que supre a Autorização Ambiental de Funcionamento e deve ser realizada eletronicamente em fase única. (MINAS GERAIS, 2016a).

Merece atenção específica o conteúdo situado no art. 10, do Decreto n.º 46.993/2016, que isenta os órgãos estaduais no licenciamento e na fiscalização ambiental de exterioridades atinente à segurança estrutural e operacional das barragens de rejeitos. (MINAS GERAIS, 2016b). Tal dispositivo atribui ao empreendedor privado a responsabilidade pela segurança estrutural e operacional, mas fere gravemente o princípio do Poder de Polícia Ambiental estabelecido no art. 225 da CRFB/88. Conforme Meirelles (2003), o poder de polícia é considerado ato vinculado no qual não cabe discricionariedade do administrador público, e deve, portanto, ser chamado de dever de polícia.

⁷⁵ A Licença Ambiental Simplificada poderá ser autorizada eletronicamente, numa única fase, através de cadastro ou da apresentação do Relatório Ambiental Simplificado pelo empreendedor, conforme critérios e pré-condições postos pelo órgão ambiental competente. (Art. 20, da Lei n.º 21.972/16).

Passados três anos, quando se imaginava que as legislações tinham sofrido endurecimento no que tange às fiscalizações e sanções, o que vimos foi um novo crime, também praticado pela *Vale S.A.*, mas dessa vez em Brumadinho/MG. A Deliberação Normativa 217 do COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental – possibilitou a Vale a acelerar o licenciamento para alterações na barragem da Mina do Córrego do Feijão, em dezembro de 2018, causando o segundo crime praticado pela empresa, em 25 de janeiro de 2019. Tal Deliberação permitiu que o trâmite do processo de licenciamento, que era feito em três etapas, passasse por apenas uma etapa.

Além disso, é importante esclarecer, ainda que durante o processo de licenciamento ambiental é obrigatório que seja apresentada a manifestação da prefeitura municipal sede do empreendimento, a qual deve declarar que a localização e a tipologia do empreendimento encontram-se de acordo com leis e regulamentos municipais. Isto porque os Estados e Municípios também têm poder constitucional para legislar sobre mineração e meio ambiente. Afora esses órgãos do poder executivo, nos três níveis, os Ministérios Públicos Federais e Estaduais também fiscalizam, emitem normas e diretrizes, sendo a maioria delas geralmente conflitantes entre si (MMA, 2002).

Portanto, percebe-se que existem leis, federais, estaduais e municipais que, embora possuam, na maioria das vezes, eficácia jurídica, não contemplam a eficácia social sobre os critérios de projetos exclusivos, convencionadas às políticas vulneráveis e às instituições públicas de controle e prevenção desmanteladas, pois temos uma das melhores legislações ambientais do mundo, mas, a fiscalização é precária com interesses distintos, não sendo a mesma eficaz.

4.2 O Ministério Público e a defesa do meio ambiente: os instrumentos de transação e ajustamento de conduta

Através da publicação e vigor da Constituição Federal de 1988, o Ministério Público – MP adquiriu acentuada função na defesa do meio ambiente no Brasil, tanto da defesa da ordem jurídica⁷⁶ quanto às funções institucionais⁷⁷, dando à instituição plenos poderes para a defesa do meio ambiente. Portanto, temos casos, em que o sujeito deverá recorrer a ele ao se

⁷⁶ Art. 127, *caput*. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. (BRASIL, 1988).

⁷⁷ Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: [...] III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos [...]; (BRASIL, 1988).

sentir atingido, e não ao órgão ambiental. Ainda, se lhe deve a ele, em outras situações, um desempenho ambientalmente mais responsável no que tange as empresas.

No entanto, os desdobramentos dos dois artigos anteriores podem trazer uma duplicação de diligências, porque, ao examinar a ocorrência do impacto ou a infringência da lei, o MP, em regra, convoca o responsável (empresa/empreendedor) para a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, que é um título executivo extrajudicial⁷⁸ previsto no art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85 - Lei da Ação Civil Pública.

E foi justamente o que se encaminhou durante os dias subsequentes ao rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG. Onde foi necessária a intervenção do Ministério Público para que a *Samarco/Vale/BHP Billiton* exibisse saídas emergenciais. Daí em diante, foi proposta uma ação civil pública⁷⁹ em desfavor da empresa de mineração pelos Ministérios Públicos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, nas quais estavam em curso até março de 2016, quando foi assinado o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta entre governos federal e estaduais e as empresas envolvidas.

No caso específico de Mariana, parte-se do pressuposto de que o aludido acordo compõe um instrumento de política pública na medida em que orientou as relações entre os entes governamentais, os atingidos e as empresas mineradoras envolvidas através de dispositivos técnicos e sociais que apontavam para a coordenação e incremento de múltiplas ações de reparação e compensação de danos.

⁷⁸ A execução pode ser iniciada com base em documentos distintos dos títulos judiciais. Por vezes, o legislador empresta eficácia executiva a certos documentos, permitindo que os seus titulares possam acessar a via executiva sem se submeterem ao processo de conhecimento. Tem-se aí a figura dos títulos executivos extrajudiciais. A eleição de um documento como título executivo extrajudicial deve partir da constatação de que a sua titularidade, em regra, indica a existência do direito de crédito. Ou seja, o legislador, para instituir um título extrajudicial, deve fundar-se no que o documento representa em termos de credibilidade da existência do direito. Os títulos executivos extrajudiciais nada mais são do que atos ou documentos que invocam certa “probabilidade da existência do direito”, ou melhor, atos e documentos que podem representar, ainda que de forma não absoluta, boa dose de verossimilhança acerca da existência dos fatos constitutivos do direito. Embora não se tenha certeza sobre a existência do direito, o fato dele estar representado por título extrajudicial é suficiente para dispensar o processo de conhecimento e viabilizar a imediata execução. (MARINONI, ARENHART & MITIDIERO, 2020, p. 150).

⁷⁹ Inicialmente foi proposta a ação civil pública - ACP nº 0069758-61.2015.4.01.3400, proposta pela União, pelos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, assim como por algumas entidades pertencentes à Administração Pública Indireta, em desfavor das empresas *Samarco Mineração S.A.*, *Vale S.A.* e *BHP Billiton Brasil Ltda.* Mas devido à complexidade do fato que foi se esboçando a medida que as investigações eram ampliadas, entendeu-se que a ACP exigiria uma tramitação judicial muito atenta, particularizada e, conseqüentemente branda, o que não era bom para os autores da ação. Fora que a petição inicial do processo não envolvia todos os pontos que mereciam uma análise judicial, e como essa é peça processual que conduz todo o processo, a tutela final seria fatalmente insuficiente. Deste modo, foi arrazoado no campo dessa ACP a assinatura de um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), como forma de buscar a celeridade à prestação jurisdicional. Esse termo ficou conhecido como “Acordão”.

Contudo, a legislação brasileira não se ateve a uma questão essencial que, ao aceitar que cada órgão público com personalidade jurídica conceba e instrumentalize seus Termos de Ajustamento de Condutas, acabou ampliando o espaço para que os litígios ambientais fossem abordados em arenas específicas, de maneira individualizada e com a presença de atores tidos como autoridades na matéria “contribuindo, conseqüentemente, para uma reconfiguração relativa das regras do jogo vigentes no campo ambiental”. (ACSELRAD; BEZERRA, 2007, p. 13). Em que é informado genericamente, e ainda sob controvérsias, o que se pode fazer e quem pode fazer, sem apontar como fazer, os registros e as condições em que Termos de Ajustamento de Condutas são celebrados não estão dados a priori. (VIÉGAS; PINTO; GARSON, 2014, p. 130). Pelo contrário, surge a partir daí objetos de disputas politicamente guiadas em que convergem percepções adversas sobre os vários modos de vida, os usos e as apropriações dos territórios e seus recursos naturais, em síntese, o próprio desenvolvimento econômico.

No Brasil, o TAC ganhou força e legitimidade nos anos 1990, quando a crise e a inflexão do modelo desenvolvimentista demonstraram suas marcas. Visando o crescimento econômico e equilíbrio da economia, foram concretizadas reformas político-institucionais e econômicas defendidas em conformidade com o sistema neoliberal que, em meio a várias ações, que tinha como objetivo ajustar e abreviar as atividades do Estado remetendo-as para o setor privado.

Enquanto ao que dizia respeito ao sistema de justiça, foram colocadas, modificações com o escopo de nomear novas maneiras de tratamento dos litígios que não pontualmente a via judicial, mas soluções de modo “consensual”. Por essa razão, buscaram “reconfigurar instituições vinculadas às arenas tradicionais de tratamento de conflitos difusos e/ou transindividuais, como, por exemplo, o Ministério Público”. (VIÉGAS; PINTO; GARSON, 2014, p. 3, grifo nosso). Assim, os membros do MP foram reorientados a operar como “mediadores” ou “negociadores” com o desígnio de conduzir as partes litigantes no sentido a acordarem entre si, para evitar as burocracias do processo judicial (VIÉGAS; PINTO; GARSON, 2014).

Nessa continuação, o acordo reunido nas duzentas e sessenta cláusulas do instrumento mediado entre as empresas mineradoras e o governo tinham como escopo harmonizar os múltiplos e assimétricos interesses das comunidades de quarenta e um municípios atingidos. Além da *Samarco/Vale/BHP Billiton*, onze órgãos públicos assumiram compromisso no

acordo, quais sejam: cinco autarquias públicas federais⁸⁰; três autarquias do Estado de Minas Gerais⁸¹ e; três do Estado do Espírito Santo⁸². Foram instituídos quarenta e um programas que buscavam a restauração, mitigação e compensação dos danos causados. Estes foram desenvolvidos a partir de dois eixos, um socioeconômico e outro socioambiental.

O “acordão” prognosticava que os programas fossem delineados e executados por uma fundação de caráter privado, criada para essa finalidade, sob orientação, supervisão, validação, monitoramento e fiscalização de uma instância externa ampla e superior – Comitê Inter federativo (CIF) e presidido por um dos representantes indicados pelo Ministério do Meio Ambiente (TTAC, Cláusula 244, § 6º).

Mas e os atingidos? Principais sujeitos do instrumento. O “acordão” foi celebrado sem a participação de nenhum dos principais interessados, pois o desenho institucional e a estrutura de governança criada pelo TTAC, demonstrava somente a natureza das relações entre alguns sujeitos. Essa questão serviu apenas para compreender a organização e funcionamento das relações de poder entre eles, seja o poder público ou a Fundação de direito privado, juntamente com as empresas mineradoras responsáveis pelo crime.

Como no decorrer do TTAC perceberam que vários nós estavam soltos, inclusive em relação à participação dos atingidos em todo e qualquer processo e tomada de decisão relativa às possíveis soluções em relação ao crime e as reparações do mesmo, no dia 25 de junho de 2018 criaram o TAC de Governança - TACG⁸³.

Este tinha como objetivo reestruturar o aparelho institucional negociado antes, por meio do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta - TTAC⁸⁴ e de outros dois termos para instrumentalizar as ações de mitigação, compensação, reparação e indenização dos danos causados pela queda da barragem de Fundão em Mariana/MG.

⁸⁰ IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; ANA – Agência Nacional de Águas; DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral; FUNAI – Fundação Nacional do Índio. (TTAC, 2016).

⁸¹ IEF – Instituto Estadual de Florestas; IGAM – Instituto Mineiro de Gestão de Águas; FEAM – Fundação Estadual Do Meio Ambiente. (TTAC, 2016).

⁸² IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo; AGERH – Agência Estadual de Recursos Hídricos. (TTAC, 2016).

⁸³ O TACG foi assinado pelo Ministério Público Federal - MPF, Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES, Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo - DPES, União e seus diversos órgãos e autarquias, governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e seus diversos órgãos e autarquias, a Samarco Mineração S.A., a Vale S.A., a BHP Billiton Brasil S.A. e a Fundação Renova (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL et al., 2018).

⁸⁴ TTAC foi assinado em 02 de março de 2016 pela União e seus diversos órgãos e autarquias, governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e seus diversos órgãos e autarquias, a *Samarco Mineração S.A., a Vale S.A. e a BHP Billiton Brasil S.A.* (UNIÃO et al., 2016).

O TACG exibe acanhadas melhorias se comparado ao TTAC, sobretudo em relação à criação das assessorias técnicas aos grupos atingidos. Em contrapartida, a legitimação da participação, proposta como forma a compensar a dimensão de governança do TTAC, evidencia avanços muito limitados para os sujeitos atingidos. Ademais, é perceptível que tais avanços inclinam a ser mais restritos devido à demasiada obscuridade do desenho institucional proposto.

Hoje, em 13 de julho de 2020 o que se vislumbra é o mesmo cenário de antes. A *Fundação Renova* e as empresas de mineração não têm cumprido com o TACG principalmente em relação ao modo de vida dos atingidos conforme demonstra nota técnica emitida pela Fundação.⁸⁵ Diante disso o MP, juntamente com a Defensoria Pública precisa interpor ações para reverter uma questão que já estava colocada no TACG e que não teria nenhuma necessidade de ser levantada, pois não existe até o momento pesquisas, laudos ou outro tipo de estudo que ateste para a recuperação da natureza na sua amplitude, modos de vida, recuperação econômica etc, das áreas e sujeitos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão.

Diante de todo o exposto, a postura do MP diante do crime da *Vale S.A.* em Brumadinho/MG foi outro. Para início de conversa não realizaram Termo de Ajuste de Conduta com tantas cláusulas como em Mariana/MG e tão pouco envolveu o poder público nas suas mais distintas esferas e autarquias. O TAC⁸⁶ celebrado foi apenas com a empresa mineradora e tratou somente das condições da saúde pública, com ênfase nas questões atinentes a qualidade da água.

4.3 Panorâmica sobre as Barragens de Mineração

No decorrer do século XX e, especialmente, nos últimos 50 anos, a exposição dos sujeitos aos riscos de catástrofes tem aumentado não só no Brasil, mas em toda a América

⁸⁵ Após mais de quatro anos do rompimento da barragem de Fundão e o pagamento de R\$ 2,5 bilhões em indenizações e auxílios financeiros emergenciais, a Fundação Renova caminha para dar respostas definitivas aos atingidos. A conclusão do processo de indenização prevê acordos para diferentes categorias e tem expectativa de término em dezembro deste ano. Nesse sentido, a Fundação deu início ao cancelamento do pagamento do auxílio financeiro emergencial (AFE) para aqueles casos concedidos na fase emergencial que não preenchem os requisitos do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e para aqueles que já tiveram restabelecidas as condições para retomada de atividade econômica ou produtiva, com base nos resultados de estudos técnicos e científicos produzidos e compartilhados com os órgãos públicos. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/renova-informa-auxilio-financeiro-emergencial/> Acesso em: 13 jul. 2020.

⁸⁶ Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Par_%20de%20Minas%20-%20tac%20-%20Vale.pdf. Acesso em: 09 jul. 2020.

Latina, tendo como efeitos intensos e extensos os conflitos no tempo e no espaço (território). A partir dessa interpretação, os crimes da *Samarco/Vale/BHP Billiton* em Mariana/MG e da *Vale S.A* em Brumadinho/MG devem ser incluídos não como raridades, mas como resultados trazidos pela globalização. Em direção muito semelhante colabora Ianni (1996), ao argumentar que a globalização alimenta a diversidade de perspectivas, da convergência, da divergência, da integração e a diferenciação. Essas divisões contribuem para a depredação humana, social e ambiental, em que a sociedade global, “tecida por relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo, soberania e hegemonia”, desenha “uma configuração histórica problemática, atravessada pelo desenvolvimento desigual, combinado e contraditório”. (IANNI, 1996, p. 100).

Assim, se adotarmos como orientação a base de dados sobre desastres em barragens de mineração da organização *World Information Service on Energy (Wise)*⁸⁷, que fala sobre os impactos humanos e ambientais das mais diversas extrações da atividade mineradora e da produção de energia nuclear em nível global, compreendemos que, no decorrer dos últimos 50 anos, sobrevieram, aproximadamente, 37 desastres em barragens de mineração classificados como graves. O da *Samarco* é, no meio de todos, o maior no que diz respeito à quantidade de material disseminado no meio ambiente e de extensão territorial dos danos também.

Rico, Benito, Salgueiro, Díez-Herrero, Pereira (2008), pesquisadores no CSIC - Instituto Pirenico de Ecología, Zaragoza, Espanha; no CSIC - Centro de Ciências Medio ambientales, Madri, Espanha; no CERENA - Centro de Recursos Naturais e Ambiente do IST, Lisboa, Portugal e na Unidade de Perigos Geológicos, Inquérito Geológico Espanhol (IGME), Madrid, Espanha, respectivamente, juntaram-se e realizaram uma pesquisa particularizada sobre casos históricos conhecidos das falhas em barragens de rejeitos. Um corpus de 147 casos de rejeitos em todo o mundo, dos quais 26 foram localizados na Europa. Tal estudo contém seis seções, que incluem a localização da barragem, as características em que foram construídas, causas de falhas reais e putativas, consequências socioeconômicas e impactos ambientais, como: I. A manutenção deficiente das estruturas de drenagem; II. Ausência de monitoramento contínuo e controle durante construção e operação; e III. Crescimento das barragens sem adequados procedimentos de segurança, dentre outros.

Assim, apesar dos estudos terem sido realizados na década passada, observamos que a mineradora *Samarco/Vale/BHP Billiton* se encaixa perfeitamente no quesito que diz respeito à falha tanto na construção, estrutura e monitoramento, nem no processo de licenciamento

⁸⁷ Disponível em: <https://www.wiseinternational.org/>. Acesso em: 06 jul. 2018.

ambiental (LA) referente à barragem de Fundão que iniciou em 2005. A licença de operação (LO) foi outorgada em 2008 – licença esta que se achava em processo de renovação no dia do rompimento. As alterações no projeto para a renovação da LO começaram em 2012, apresentando como justificativa a imprescindibilidade de um dreno, devido ao material de rejeito da mineração em estado mais líquido auferido pela Samarco. Já em 2014, o engenheiro projetista da barragem – por sinal funcionário da Samarco⁸⁸ - advertiu sobre um início de ruptura, que surgiu após a alteração na estrutura, que fora feita há alguns anos, quando houve expansão da empresa⁸⁹.

Contudo, mesmo diante de um alerta sobre os riscos de ruptura, em junho de 2015, a mineradora recebeu a licença prévia (LP) e a licença de instalação (LI), concomitantemente para o acréscimo da barragem de Fundão, que passaria da cota de 920m de altitude para 940m e, ainda, por vindoura acumulação com a barragem de Germano, que, igualmente, encaminhava-se para alteração. Posteriormente, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais aprovou a LP e a LI tendo como resultado o rompimento da barragem de Fundão⁹⁰.

Também não foi tão diferente com a *Vale S.A.* em Brumadinho/MG, pois um relatório divulgado pela ANA – Agência Nacional de Águas, em novembro de 2018, dizia que pelo menos 45 barragens estavam vulneráveis, ou seja, que tinham potencial risco de rompimento. Tal órgão informou, ainda, que apenas 3% (três por cento) das barragens brasileiras, que na época equivaliam a um total de 780 (setecentos e oitenta), haviam sofrido fiscalização em 2017. Dessas, 211 (duzentos e onze) foram avaliadas pela ANM – Agência Nacional de Mineração, e dentre elas estava à barragem da Mina do Córrego do Feijão, que não foi considerada crítica⁹¹.

Porém, o que se viu na barragem da Mina do Córrego do Feijão foi um novo crime, devido à impunidade ocorrida em Mariana, sem falar no afrouxamento da legislação praticado pelo governador da época, Fernando Pimentel. De mais a mais, a única postura da Agência Nacional de Mineração – ANM, órgão fiscalizador do governo no dia 25 de janeiro de 2019,

⁸⁸ Pimenta trabalhou como projetista de Fundão, para a Samarco, até 2012, quando houve uma suspensão de um ano e meio no seu contrato, posteriormente retomado – e que estava em vigor em 2015. (SERRA, 2018, p. 78).

⁸⁹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/rompimento-de-barragem-na-regiao-de-mariana-mg/documentos/outros-documentos/relatorio-apresentado-em-15-12-2015>. Acesso em: ago. 2018.

⁹⁰ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/5a-legislatura/rompimento-de-barragem-na-regiao-de-mariana-mg/documentos/outros-documentos/relatorio-apresentado-em-15-12-2015>. Acesso em: ago. 2018.

⁹¹ Disponível em: <https://www.ana.gov.br/noticias/45-barragens-preocupam-orgaos-fiscalizadores-aponta-relatorio-de-seguranca-de-barragens-elaborado-pela-ana>. Acesso em: 30 jan. 2019.

dia do segundo crime, foi dizer em nota: “conforme informações declaradas pela empresa no Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração - SIGBM da ANM, baseada em vistoria realizada em dezembro último, por um grupo de técnicos da empresa, estes não encontraram indícios de problemas relacionados à segurança desta estrutura”⁹².

Compete observar que, no espaço de tempo entre o rompimento de Fundão, em Mariana/MG, e o rompimento da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG, a *Vale S.A*, empresa mineradora dos dois empreendimentos, não teve nenhum de seus pedidos de licenciamento rejeitados, somando um total de 33 processos aprovados conforme levantamento⁹³.

Além do que já foi dito, o rompimento de barragens ainda está ligado às quedas nos valores internacionais do minério. No momento em que os valores retornam para ciclos recessivos e a arrecadação das empresas diminui, nascem, portanto, austeros efeitos para a segurança e sequência da escala de produção, segundo Davies e Martins (2009), há uma correspondência entre os ciclos citados.

Compreendemos que a rapidez que as licenças são obtidas contribui para lucrar exorbitantes quando há alta de preços. Tal fator faz com que os exames imprescindíveis para a efetivação de barragens privilegiem a aceleração do processo. À vista disso, as inspeções e estudos não são densos, vez que usam tecnologias inapropriadas, sem contar com a pressão que as mineradoras fazem às agências ambientais e a flexibilização das legislações também contribui demasiadamente para a situação relatada.

4.4 Circunstâncias Sociopolíticas da Mineração

A partir dos anos 90, através do avanço da consumação dos metais, os conflitos territoriais e socioambientais pautados à mineração na América Latina agravaram-se. As empresas de mineração têm crescido a compasso veloz, seja em quantidade de matéria extraída, quanto pela abertura de novas minas, que são aprovadas somente pelo poder público, sem uma consulta prévia aos moradores locais.

Ainda que a extração de recursos minerais esteja vinculada a um arquétipo primário exportador e assinala a história da América Latina desde a época em que houve a colonização,

⁹² Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/1/3738-nota-de-esclarecimento-3-brumadinho>. Acesso em: 30 jan. 2019.

⁹³ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/03/08/interna_gerais,1036166/tragedia-mariana-brumadinho-vale-obteve-licencas-pedidas-minas.shtml. Acesso em: mar. 2019.

percebe-se na contemporaneidade um aumento exponencial nos investimentos do setor mineral, por parte de empresas mineiras transnacionais. Aqui vale destacar também a crescente demanda por metais por parte das economias asiáticas emergentes, ajustado à descoberta de ouro e tantos depósitos de minerais na década de 90, fazendo com que a América Latina recebesse altos investimentos, principalmente para o Peru, Chile e Brasil. Anthony Bebbington (2007), asseverou em sua investigação que entre os anos 1990 a 1997, o investimento em mineração a nível mundial somou 90%. Enquanto, na mesma época, o continente Latino Americano teve um acréscimo de 400% de investidores.

Com esse crescimento da indústria mineral ainda na década de 90, surgiu também uma resistência progressiva das populações atingidas, que têm-se organizado para obstaculizar tal atividade nos territórios. Vez que se trata de um molde unilateral de desenvolvimento e que não respeita a vida humana e sequer o meio ambiente.

Em contrapartida, a tática dos grupos transnacionais se dá, em dimensão global, por meio da convergência de projetos extrativos no Sul global e em algumas periferias. A absorção predominante é do Sul para o Norte, onde os recursos naturais (metais) e materiais têm origem, sobretudo na América Latina e África e nas periferias da Europa, como Portugal, Espanha e Grécia, sendo o destino final os Estados Unidos, o Canadá e a União Europeia, além da China (COSTA, 2000).

Ademais, não podemos perder de vista uma questão primordial, em que a mineração é inicialmente implantada e posteriormente, é concedida a operação. Tudo isso está sendo feito sem observar nenhuma norma internacional sobre as práticas para o seu exercício, mas sempre para favorecer os administradores empresariais minerais; sem olvidar a parca direção dos países receptores.

Segundo Martínez Alier (2007), por diversas vezes o Estado age como um ator “antiambiental” seja poluindo, ou se omitindo ao não normatizar o mercado ou exigir a execução das leis. E, por vezes ainda, atua transversalmente em desfavor da resistência dos grupos e populações atingidas por meio do envolvimento direto da força policial na coerção dos grupos sociais que se contrapõem.

No Brasil, esse cenário em relação à atividade mineradora envolve comunidades tradicionais imemoriais (índios e quilombolas), comunidades ribeirinhas; populações urbanas e as comunidades rurais que habitam territórios na área de influência da mineração. E a mesma situação é verificada também em outros países da América Latina.

Para mais, há, também, populações que possuem valores de relevantes interesses e múltiplos saberes sobre o que é desenvolvimento, como por exemplo, os que envolvem em

áreas de patrimônio natural, produção tradicional ou atividade turística. Em vários territórios desses, as comunidades pleiteiam a preservação da natureza e a interrupção das ações econômicas que embatem com suas práticas ancestrais e culturais, de ocupação e uso do território.

Mas e o chamado licenciamento ambiental? Não auxilia de certa forma essas populações e comunidades? O procedimento de licenciamento para se instalar, operar e produzir atividades de mineração no Brasil foi idealizado para designar uma posição cômoda aos empresários do setor no que se refere à probabilidade de um antagonismo das populações. As licenças ocorrem em âmbito administrativo e as populações e comunidades dos lugares que receberão as empresas de minério não têm poder de veto. O ordenamento jurídico brasileiro é frágil no que diz respeito à proteção daquelas populações, pois pautam-se somente em ferramentas mitigatórias e compensatórias.

Assim, tanto no Brasil quanto nos demais países Latinos Americanos, o Estado é o proprietário dos recursos naturais e concede a terceiros o direito de exploração. Mas em nosso país, o subsolo é deliberado pela Constituição Federal de 1988 como realidade jurídica distinta da do solo para fins de benefício mineral - pesquisa e lavra – relativo à União, a quem compete à permissão do direito de pesquisa e exploração. (BRASIL, 1988). Mas o Código Mineral em vigor prevê aos proprietários e posseiros dos territórios em que está a jazida que o direito de indenização pelos prejuízos ocasionados pela atividade e participação no resultado das lavras, contudo não institui a possibilidade de os proprietários ou posseiros renunciarem a atividade mineral (BRASIL, 1967).

Conforme preceitua Canales Nettle (2003) a demanda sobre a propriedade e sobre o império e imputação dos recursos minerais efetivos, bem como os que possam ser encontrados, origina juridicamente três grandes sistemas, sendo: I. Direito fundiário, pois o dono da terra tem o domínio dos minerais que se acham na sua propriedade - solo ou subsolo. Tal sistema está em vigor nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Reino Unido e Irlanda do Norte. Sendo aplicado ainda a determinadas substâncias minerais como, rochas, areia e algumas outras de uso industrial⁹⁴. II. Direito de ocupação, e sustenta que os minerais existentes⁹⁵ não pertencem a ninguém, incluídos o Estado. Esse foi aplicado em alguns países desde a Revolução Francesa até a Segunda Guerra Mundial e não se faz mais presente na

⁹⁴ Pertence a numerosas legislações mineiras de países como a Europa, a África, a Ásia e quase todos os países de América Latina e Caribe.

⁹⁵ Do solo e do subsolo.

contemporaneidade. III. Adjudica ao Estado enquanto como marca de sua soberania territorial⁹⁶.

Esse terceiro sistema proposto por Canales Nettle (2003) diz que os minerais são sopesados juridicamente separados do domínio que o sujeito tem sobre a propriedade do solo, seja qual for o *status* jurídico. Na contemporaneidade tal sistema influencia todas as legislações que se referem exclusivamente aos recursos minerais Latino Americanos. Geralmente, o Estado outorga direitos minerários aos particulares através da concessão. Nessa sequência o título minerário conforma uma maneira específica de propriedade que se distingue da propriedade privada plena, pois se alude ao uso e ao usufruto de uma riqueza que concerne ao Estado, entretanto que tem sido concedida sobre os alicerces dos direitos e obrigações.

Fato é que todas as legislações ponderam a mineração como de interesse público, de utilidade pública ou de interesse social. Na Colômbia, por exemplo, a concessão para a exploração se efetua por intermédio de um contrato administrativo entre o Estado e o concessionário com um limite de duração. (ACUÑA, 1999). No Brasil impera o sistema administrativo tanto autorização quanto concessão, através do Ministério de Minas e Energias e do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, nos quais são empregados em regra para todos os minerais, com exceção dos resguardados por monopólio (petróleo, gás natural e substâncias minerais radioativas). Portanto, a concessão nada mais é do que um grande indicador dos interesses estatais na extração do minério conforme preleciona Martínez-Alier, vejamos:

Sua influência (a do Estado) sobre o manejo dos recursos naturais dependerá da lógica pela qual ele é regido. Se o Estado, enquanto proprietário, consentir que as comunidades apliquem sua própria lógica de uso para os recursos (como acontece no caso dos manguezais utilizados sustentavelmente por grupos locais), a situação certamente irá diferir daquela na qual o Estado, direta ou indiretamente (através de concessões administrativas para empresas privadas), aplica uma lógica comercial à exploração desses bens naturais. (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p. 118).

Creemos que as circunstâncias sociopolíticas ligadas à mineração decorre da divisão jurídica feita pelo legislador entre a propriedade do solo e a do subsolo. No Brasil, a

⁹⁶ O domínio dos recursos minerais são inalienáveis e imprescritíveis.

separação entre solo e subsolo vem desde o Código de Mineração e foi conservada na Constituição Federal de 1988. Já no Código Civil ela está esculpida no artigo 1.230⁹⁷.

Por derradeiro vale lembrar que não foi só o avanço das mineradoras que marcou a década de 1990, mas também o contexto do capitalismo neoliberal pós-ditaduras. Desde aquele período a maioria dos países do continente Latino-americano inseriu alterações em seus marcos regulatórios⁹⁸ referente à mineração. Apenas o Chile tinha modificado sua legislação mineira desde 1983. Através da maleabilidade da política e da legislação mineira as mudanças das normas patrocinaram não só a inauguração de capitais estrangeiros, como já relatado, como afiançou o estabelecimento dos direitos das grandes corporações, bem como a anuência dos regulamentos cunhados nos espaços transnacionais (SVAMPA et.al., 2009).

A partir daquele momento instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL também organizaram o “*Seminario regional sobre la modernización de la Legislación Minera de América Latina y Caribe*”⁹⁹, realizado em 1994, em parceria com a Organización Latinoamericana de Minería – OLAMI, para compreender melhor toda a dinâmica que estava imbricada nas alterações das legislações. Já em 1999 o CEPAL produziu um texto “*Estabilidad política y seguridad jurídica*”¹⁰⁰:

La estabilidad política y la seguridad jurídica son factores muy apreciados por los inversionistas. La estabilidad política implica la existencia de pautas de convivencia que no pongan en riesgo el pacto implícito en las normas constitucionales y que supongan la existencia de mecanismos para garantizar los derechos de los inversionistas. Se trata en última instancia, que las reglas de juego correspondan a un estado de derecho, ajeno a la arbitrariedad de las autoridades. Estas condiciones sirven de marco para garantizar la estabilidad jurídica de los derechos mineros otorgados.

La predominancia de regímenes democráticos, sin duda, ha creado mejores condiciones de estabilidad política para las inversiones junto con la igualdad de tratamiento entre inversionistas nacionales y extranjeros a que se ha hecho referencia anteriormente.

Las reformas mineras, por otro lado, han apuntado a garantizar la seguridad de los derechos mineros y a modernizar los regímenes de concesiones. Se ha tendido a fortalecer las instituciones, por cuanto los resultados de las políticas mineras dependen, en gran medida, de las atribuciones y capacidad técnica y administrativa de los organismos encargados de ejecutarlas.¹⁰¹ (CEPAL, 1999, p. 6).

⁹⁷ A propriedade do solo não abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos em leis especiais. (BRASIL, 2002).

⁹⁸ Conjunto de normas, leis e diretrizes que regulam o funcionamento dos setores nos quais agentes privados prestam serviços de utilidade pública.

⁹⁹ Seminário regional sobre a modernização da legislação mineira na América Latina e no Caribe. Tradução livre.

¹⁰⁰ Estabilidade política e segurança jurídica. Tradução livre.

¹⁰¹ A estabilidade política e a segurança jurídica são fatores muito apreciados pelos investidores. A estabilidade política implica a existência de diretrizes de convivência que não ponham em risco o acordo implícito nas

Diante de todas essas circunstâncias fica claro que apenas as empresas transnacionais e os governos que embolsam fortunas, enquanto as populações mais vulneráveis sofrem com os conflitos decorrentes dos empreendimentos econômicos das mineradoras. Por isso tem crescido os movimentos de resistência à expansão da atividade mineral.

4.5 Brasil e outros Países Latino Americanos: neoextrativismo¹⁰² e conflitos socioambientais

Não é de se espantar que os governos incitem e apoiem a atividade mineradora, uma vez que esta é uma das faces do capitalismo. Cumpre dizer que a mineração compõe um ciclo de atividades extrativistas que apresentou um *boom* na economia dos países latinos no início deste século. O aumento pela demanda mundial de metais e combustíveis trouxe novas aquisições extrativas para a América Latina. Portanto, em vistas ao mercado asiático, os países latinos buscaram elevar a extração e exportação de produtos primários¹⁰³.

Nesse sentido, atitudes idênticas foram adotadas em diversos países da América Latina, como no caso do Equador, que expôs um quadro de conflitos socioambientais com a complexa mudança de um Estado uninacional a outro plurinacional. Mediante esse quadro, houve dificuldade de se praticar novos paradigmas de desenvolvimento num país que tem dependência econômica do extrativismo de produtos primários. Numa sociedade heterogênea e distinta como a equatoriana, o desafio foi determinar valores e prioridades nacionais na busca de acordos harmoniosos entre os atores, como no caso do Ex-presidente, Rafael Correa, que acabou violentando a Constituição da Revolução Cidadã e o seu Programa de Governo –

normas constitucionais e que pressuponham a existência de mecanismos de garantia dos direitos dos investidores. Em última análise, trata-se de que as regras do jogo correspondem a um estado de direito, para além da arbitrariedade das autoridades. Estas condições servem de quadro para garantir a estabilidade jurídica dos direitos mineiros concedidos. O predomínio de regimes democráticos criou, sem dúvida, melhores condições de estabilidade política para os investimentos a par da igualdade de tratamento entre investidores nacionais e estrangeiros acima referida. As reformas da mineração, por outro lado, visam garantir a segurança dos direitos minerários e modernizar os regimes de concessão. As instituições tendem a se fortalecer, pois os resultados das políticas de mineração dependem, em grande medida, dos poderes e da capacidade técnica e administrativa dos órgãos responsáveis por sua execução. Tradução livre.

¹⁰² O neoextrativismo é definido como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho. O fenômeno vem sendo associado a diferentes tensões, sejam ligadas ao baixo crescimento econômico de longo prazo, sejam associadas a impactos sociais e ambientais diversificados. (MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 119).

¹⁰³ Asseverou Mansur et al. (2016, p. 18): “Este megaciclo pode ser associado ao período entre 2003 e 2013, quando as importações globais de minérios saltaram de US\$ 38 bilhões para US\$ 277 bilhões (um aumento de 630%). O atendimento a essa demanda por minérios recaiu, porém, sobre poucos. Em 2013, apenas cinco países foram responsáveis por dois terços das exportações globais de minérios, tendo o Brasil se destacado com um “orgulhoso” segundo lugar, respondendo por 14,3% das exportações de minério no mundo”.

Plano Nacional do Bem Viver (PNBV), porque firmou acordo com a China para leiloar três dos seus oito milhões de hectares de selva amazônica com empresas chinesas para a comercialização de minério (DIARIO CORREO, 2013).

Na última década foi o Peru que vivenciou o *boom* da mineração, que pode ser explicado por uma conjuntura que combinou fatores internos e externos. Todavia, os tempos de riquezas das exportações de matérias-primas foram conduzidos e acompanhados de protestos e de crescentes conflitos nas regiões mineiras e de hidrocarbonetos, com distintos níveis de violência. Entretanto, devido à dispersão geográfica existente no Peru, vale dizer que os conflitos não têm amplos referenciais de organização e objetivos de extensão nacional, especialmente, aqueles gerados em torno da expansão da mineração. As causas não só se remetem à questão política, econômica e social, mas a posições ideológicas e concepções de desenvolvimento dos atores envolvidos nas atividades mineradoras (ALARCÓN, 2005; TANAKA Y HUBER, 2007).

Já na Colômbia, quando Juan Manuel Santos era o presidente daquele país, quando ocorreu a Rio+20 no Brasil, tal presidente anunciou que ia converter 17,6 milhões de hectares da Amazônia e do Pacífico - as regiões mais ricas em biodiversidade do país, em zonas estratégicas de mineração. O governo, naquela feita, argumentou que a intenção era acabar com o caos que reinavam na atividade mineradora na região, orientando a exploração sustentável. Essa postura demanda pensar analiticamente, porque há que mensurar os impactos ambientais, levando em consideração as comunidades locais (LAS2ORILLAS).

O Chile é outro país extremamente rico em recursos minerais, com proeminência para as reservas de cobre. Todavia, a mineração chilena, desde o ano de 2010, ficou marcada pelo desmoronamento de uma mina de cobre em San José, que deixou 33 trabalhadores presos a uma distância de quase 700 metros da superfície durante 69 dias. Neste episódio, foi necessário fazer um duto de 66 cm de diâmetro para o resgate ser realizado (BBC BRASIL, 2015).

Diante do exposto, é importante relatar que, nos últimos dez anos, houve um *boom* no valor das *commodities*, especificamente por minérios como ouro, ferro, bauxita, cobre etc. Tal fato estimulou tanto de forma legal, quanto ilegal, um grande impacto social e ambiental na exploração desses minerais em larga escala, principalmente no Brasil, na Colômbia e no Peru. A alegação em torno do estímulo de políticas de atração de Investimento Estrangeiro Direto - IED girou em torno de uma proposição, qual seja: a liberalização tem, como efeito, o acréscimo nas taxas de investimento que atrai um aumento econômico (CEPAL, 2012). Nessa perspectiva, o IED atribuído ao extrativismo mineiro é visto como um recurso político

essencial para o desenvolvimento econômico, porém, se verificada a baixa regulação ambiental e controle democrático, pode ser considerado oneroso para a qualidade ambiental de países subdesenvolvidos como o nosso. Ainda, vale ressaltar que, para cada 2 milhões de dólares em investimento na mineração, cria-se apenas um posto¹⁰⁴ de trabalho (MORALES, 2012).

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe¹⁰⁵, uma parte relativa ao IED do Brasil, da Colômbia e do Peru, nos últimos anos, foi encaminhada a programas de exploração de recursos naturais, dos quais a mineração foi um dos campos mais expressivos economicamente. Ainda que setores econômicos vinculados à exploração de *commodities* reclamem da morosidade no licenciamento ambiental¹⁰⁶, o brasileiro, particularmente, e o colombiano, recentemente, diante do peruano, foram os de menor regulamentação ambiental.

Esses aspectos acabam por promover um ambiente econômico benéfico ao IED e aquém dos passivos ambientais em países como os latinos americanos, como o nosso, e, do outro, uma repartição pública dependente de investimento para abrir portos e estradas para acolher o escoamento da extração mineral, afora a conduta predatória das empresas transnacionais. Nesse sentido, mesmo que um país com abundância de *commodities* apreenda políticas de remanejamento dos *royalties* entre departamentos, Estados ou Municípios, elas não atuam, essencialmente, nos indicadores sociais e tão pouco nos ambientais.

Tal fato nada mais é do que a reprimarização da economia, que Svampa (2013) chama de “*consenso de los commodities*”¹⁰⁷.

[...] desde el punto de vista de la lógica de acumulación, el nuevo “Consenso de los Commodities” conlleva la profundización de la dinámica de desposesión o despojo de tierras, recursos y territorios y produce nuevas y peligrosas formas de dependencia y dominación. Entre los elementos

¹⁰⁴ Esse dado é interessante, pois conforme relatado por Simária Quintão, moradora de Bento Rodrigues, em toda a existência do subdistrito apenas três pessoas ocuparam posto de emprego direto na Samarco.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br>. Acesso em: 23 jul. 2018.

¹⁰⁶ Trata-se de um instrumento empregado pelo Brasil com o objetivo de exercer controle prévio e de realizar o acompanhamento de atividades que usem recursos naturais, que sejam poluidoras ou que possam causar degradação do meio ambiente. O processo é gerido com base na Constituição Federal e regulamentado por distintas normas jurídicas e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), pelo Ministério do Meio Ambiente e órgãos estaduais e municipais. O procedimento de concessão da licença pode passar por três etapas, dependendo do porte do empreendimento: licença prévia, licença de instalação e licença operacional. Elas preveem a elaboração de diferentes relatórios e a realização de audiências públicas. Contudo, estão em tramitação no Congresso Nacional projetos que preveem a dispensa de licenciamento, assim como prazos ainda mais dilatados para licenças e condições especiais e simplificadas para empreendimentos considerados estratégicos para o país.

¹⁰⁷ Implica no aprofundamento da dinâmica da expropriação ou desapropriação de terras, recursos e territórios e produz novas e perigosas formas de dependência e dominação. (SVAMPA, 2013).

comunes de esta dinámica podemos destacar la gran escala de los emprendimientos, la tendencia a la monoproducción o la escasa diversificación económica y una lógica de ocupación de los territorios claramente destructiva. En efecto, en función de una mirada productivista y eficientista del desarrollo, se alienta la descalificación de otras lógicas de valorización de los territorios, los cuales son considerados como socialmente vaciables, o lisa y llanamente como “áreas de sacrificio”, en aras del progreso selectivo.¹⁰⁸ (SVAMPA, 2013, p. 32-34).

Segundo a autora, tais ações ocasionam um esquadrinamento da dinâmica de desapropriação, que pode ser de: terras, recursos naturais e territórios, produzindo, pois, novas formas de dependência e dominação (SVAMPA, 2013). Assim, tal metodologia é caracterizada como neoextrativismo para Gudynas (2012), uma vez existe um novo modelo de desenvolvimento econômico imerso na apropriação de recursos naturais. Como resultado, o Estado atua ativamente na economia e explica tais ações através da apropriação e redistribuição da renda gerada, conforme a seguinte declaração:

O conceito do neoextrativismo foi definido principalmente em referência a países da América Latina, embora possa ser também aplicado a outras regiões. Ele vem sendo utilizado tanto no contexto de países tradicionalmente extrativistas, que passam por um momento de aprofundamento do modelo, como por países que, inspirados pelas experiências regionais, buscam emular as mesmas práticas. (MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 121).

A partir da fomentação das operações primárias focadas para exportação, o ambiente (moradia, modo de vida, trabalho de muitos grupos sociais etc) caracteriza-se como um espaço de disputa territorial, nos quais os sujeitos que se colocam na disputa não exercem posições homogêneas nos embates (ACSELRAD, 2004; ZHOURI; LASCHENFSCCK, 2005, 2010). Advertimos que a heterogeneidade de posições não diz respeito somente às comparações que abarcam interesses e estratégias de sujeitos divergentes; acima de tudo, são disputas entre sujeitos inseridos em posições desiguais no cenário social. (ZHOURI; BOLADOS; CASTRO, 2016).

¹⁰⁸ [...] do ponto de vista da lógica da acumulação, o novo “Consenso das Mercadorias” acarreta o aprofundamento da dinâmica de expropriação ou expropriação de terras, recursos e territórios e produz novas e perigosas formas de dependência e dominação. Entre os elementos comuns a esta dinâmica, podemos destacar a grande escala dos empreendimentos, a tendência à mono-produção ou baixa diversificação econômica e uma lógica claramente destrutiva de ocupação dos territórios. Com efeito, a partir de uma visão productivista e eficiente do desenvolvimento, incentiva-se a desqualificação de outras lógicas de valorização dos territórios, que são considerados socialmente vazios, ou simplesmente como “áreas de sacrificio”, no interesse do progresso seletivo. Tradução livre

Nessa sequência, vale evidenciar que existe no Brasil uma vulnerabilização social quadro no quais milhões de cidadãos estão sujeitos a perigos múltiplos, por diversas vezes, sem informação, cujas condições materiais os impossibilitam de solicitar algum tipo de estratégia, alteração, defesa ou denúncia da situação vivenciada. (ACSELRAD, 2006).

A mineração, por sua vez, é uma das principais responsáveis pela captação de receitas financeiras, visto que ela impulsiona tanto o setor industrial, quanto o de serviços, mas suas contradições entre desenvolvimento, direitos dos povos e direitos da natureza constituem numa questão central da América Latina contemporânea.

Mas não podemos perder de vista que essas empresas de extração de minério, só pensam na captação de receitas e em momento algum se importam com a vida dos sujeitos e tão pouco do planeta e tudo o que tiver que ser feito para garantir o lucro será feito. Existem outras formas de desenvolvimento aliadas a outras percepções de “progresso”. Um dos primeiros passos sobre a percepção é a informação.

Seguindo essa toada, vale dizer que os países centrais, nos quais são sede das empresas transnacionais, só seguirão ricos se explorarem até o último recurso natural dos países periféricos. E, em contrapartida não existe “desenvolvimento” nos países periféricos dentro do sistema capitalista, porque é da estrutura do capitalismo que, para haver o centro, haja uma periferia. Portanto, a mineração é atualmente uma das úlceras dos países em desenvolvimento.

Minas a céu aberto, o retorno de métodos arcaicos e extremamente poluidores como a lixiviação – que é a extração de minérios com água e cianureto – barragens com rejeitos tóxicos (como foi a de Fundão e da Mina do Córrego do Feijão), tudo isso vem mobilizando comunidades em países como a Argentina, Brasil, Chile, Nicarágua, Equador, El Salvador, Costa Rica, Paraguai, Uruguai a lutarem e resistirem em desfavor desses grandes empreendimentos. Para melhor compreensão do neoextrativismo, nos itens abaixo abordaremos sobre a situação dos povos e comunidades de três países da América Latina.

4.5.1 O Chile e as comunidades tradicionais: luta e resistência ao neoextrativismo

No Chile, a discussão sobre neoextrativismo e suas consequências, bem como os conflitos socioambientais estão centrado numa diversidade de extração dos recursos minerais¹⁰⁹ como, o cobre, o lítio, a hidroeletricidade, dentre outros. Tais recursos minerários

¹⁰⁹ Grande parte do desenvolvimento da mineração no Chile está concentrada na parte norte do país, no chamado *deserto de Atacama*, cuja maior extensão foi anexada ao Chile como resultado da Guerra do Pacífico

reforçam através de estudos de distintos cientistas que as desigualdades socioambientais são históricas. Essas foram carregadas desde o período colonial e acentuadas pela atuação do Estado no período pós-colonial, a partir da ditadura de Pinochet (1973-1989), em que foram extremadas por meio do neoliberalismo¹¹⁰. (BOLADOS 2014) (BOLADOS; BABIDGE 2016) (MOLINA 2012 e 2014) (ROMERO-TOLEDO; GUTIÉRREZ 2016) (GÖBEL 2013; GÖBEL 2014) (NAMUNCURA 1999).

Tais ocorrências se firmaram quando advieram as privatizações das empresas e dos recursos naturais e as normas *ad hoc* para a desregulamentação de recursos, aprofundando os processos de desapropriação das comunidades locais, principalmente os povos indígenas. Os territórios foram convertidos em mercadorias, e isso acabou por transformar o meio ambiente e a sociedade. As comunidades locais têm resistido a esse processo, por vezes com maior e outras, com menor êxito.

Deste modo, os autores Hugo Romero Toledo e Felipe Gutiérrez demonstram no texto intitulado “*Conflictos socioterritoriales mineros: la expansión minera y la articulación nidentitaria indígena em el Norte Grande de Chile*” (2016), que a região do “*Norte Grande*”¹¹¹ se baseia na mineração, cuja atividade econômica é a extração de minério. Lá, diminuíram as atividades tradicionais e desconsideraram os povos indígenas massivamente.

(1879-1883), motivada pelo controle da indústria de salitre, portos do Pacífico e relações comerciais com potências estrangeiras. O ciclo do salitre durou do final do século XIX até meados do século XX e envolveu uma transformação socioambiental sem precedentes no deserto de Atacama. Isso gerou a construção social da vocação produtiva desse território, construído política e historicamente como orientado para a extração de minerais, mas também para a instalação de infraestrutura necessária ao desenvolvimento da mineração, como a construção de acampamentos e assentamentos. urbana, atração de mão de obra externa para a região, coleta e concentração de recursos hídricos e sua transferência para locais produtivos e centros urbanos, e uma rede de portos, aeroportos, redes ferroviárias e rodovias para mobilizar produtos e mão-de-obra, que conectam a seção andina - onde estão localizados os depósitos - com a costa e os mercados mundiais. Ou seja, o território mineiro do Norte foi produzido através da materialização da cadeia produtiva de bens, desde extração, processamento e transporte, gerando diferentes tipos de conflitos nos diferentes territórios andino, pampa e costeiro, e com diversos atores, principalmente as comunidades aimarás, que historicamente habitam altas áreas andinas, de onde a água é extraída para processos de mineração, e áreas pré-andinas, onde os depósitos estão localizados. (ROMERO-TOLEDO, 2017).

¹¹⁰ As alterações neoliberais sobrepostas no pós-golpe de Estado estimularam “os investimentos estrangeiros diretos (1974)”, privatizando e redirecionando o uso “da terra (1979)” e “da água (1981)” para a atuação da mineração do cobre empreendida pelas empresas transnacionais (ZHOURI, BOLADOS, CASTRO, 2016, p. 73).

¹¹¹ A produção do território mineiro do Norte Grande é resultado das grandes narrativas político-econômicas do século XX. Em 1966, o governo de Eduardo Frei Montalva, pertencente à Democracia Cristã, iniciou a compra dos depósitos de mineração de cobre para colocá-los nas mãos do Estado, no processo chamado de *chileanização do cobre*. Isso significou a incorporação do cobre como uma das principais fontes de financiamento para políticas sociais. Em 1971, com o apoio unânime do Congresso Nacional, o governo socialista de Salvador Allende promulgou *nacionalização e nacionalização* da grande mineração de cobre, reforçando a importância do cobre para o futuro do país. A presença do estado na produção de cobre não mudou durante o período da ditadura militar de Pinochet, que em 1976 fundou a National Copper Corporation (CODELCO). (ROMERO-TOLEDO, 2017).

De outro ponto, mesmo com o boom minerário, os povos indígenas se organizaram e fortaleceram, buscando o fortalecimento das organizações de povos indígenas¹¹², que tem como questão o reconhecimento de suas existências e identidades culturais, bem como o restabelecimento do território e das águas. Segundo (ROMERO-TOLEDO; GUTIÉRREZ, 2016).

Salienta-se que naquelas culturas locais, as águas têm um valor simbólico. As práticas dos povos indígenas do Chile em relação às águas estão na grandeza do cuidado, vez que, na primavera, fazem a purificação dos condutos como festejo e forma de afirmação territorial “baseada no uso efetivo e permanente da terra e da água”. (GARCÍA, 2016, p.103). Assim, as empresas de mineração que se fixam como ilhas que somente se prendem aos lugares com finalidades específicas em referência ao mercado global de *commodities* atravessam não só o território constituído ancestralmente, mas também os modos de vida dos povos e comunidades que lá vivem. (ROMERO-TOLEDO; GUTIÉRREZ, 2016).

Fato é que a produção de territórios, como o “território de mineração”, é fruto de contrassensos. Atualmente é impossível pensar no Chile e nas atividades minerárias sem um conflito indígena e ainda que estejam conexos aos recursos hídricos e à preservação de sua cultura. E mesmo diante de vários conflitos, lutas e resistências por parte das comunidades e povos tradicionais, a busca pelo “desenvolvimento” por meio da extração dos recursos minerais não param. Abaixo apresentaremos um gráfico elaborado pelo Observatório Latino-americano de Conflitos Socioambientais – OLCA, que traz a real situação da implementação dos projetos minerários nos últimos meses de 2020¹¹³, mesmo num momento tão crítico não só para a América Latina, mas para o mundo, quando vivemos tempos de desafios impostos pelo vírus da COVID-19¹¹⁴, vejamos:

¹¹² Quechuas, Atacamenõs e Aymaras. (ROMERO-TOLEDO; GUTIÉRREZ, 2016).

¹¹³ En los tiempos de Covid, la inversión en proyectos que dañan la naturaleza y los territorios se quintuplica. Disponível em: <http://olca.cl/articulo/nota.php?id=107987>. Acesso em: 18 jul. 2020.

¹¹⁴ Trata-se de uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Alguns pacientes podem apresentar dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Esses sintomas geralmente são leves e começam gradualmente. Algumas pessoas são infectadas, mas apresentam apenas sintomas muito leves. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 18 jul. 2020.

Gráfico 1 - Número de projetos ingressados durante a pandemia/2020



Fonte: OLCA

Não existe discurso econômico na esfera da pandemia, que explique a submissão do grande número de projetos minerários no Chile nesse momento. Esses, por sua vez excedem sobremaneira a capacidade de avaliação nesses tempos de pandemia. Assim, apesar das Associações de Funcionários Públicos dos Serviços Ambientais¹¹⁵ da Região do Estado, terem solicitado o congelamento de todos os processos, enquanto durar o período de calamidade, pois do contrário a avaliação ambiental será precária e deficiente e afetará a proteção ambiental e direitos das comunidades. Contudo, o governo foi no sentido adverso e incentivou a entrada de novos projetos no SEIA e especialmente no modo DIA. (BERGER; PONCE, 2020).

O governo, em conjunto com os empreendedores e a classe política, extrai benefício da pandemia para facilitar as normas ambientais sob a alegação de revigorar a economia para encarar a conjuntura atual, colocando mais uma vez em risco o bem-estar social e ambiental dos os territórios já comprometidos pela atual crise sanitária, social e econômica. Isso tudo só serve para demonstrar o descaso do governo com os recursos naturais, com as comunidades e

¹¹⁵ La autoridad ambiental ha congelado el trámite de evaluación ambiental, durante el Estado de Excepción, para proyectos que tienen incorporado la Participación Ciudadana (PAC) y/o deben hacer consulta indígena, esto es esencialmente los EIA que están en esa etapa del proceso. También considera las DIA en que, a solicitud de la ciudadanía, se hubiese otorgado un periodo de PAC excepcionalmente, situación casi inexistente. Los proyectos afectados por esta Resolución de suspensión serían 68 (12%) de los más de 500 actualmente en trámite en el SEIA, se incluyen en esta medida los 9 proyectos que se encuentran actualmente en calificación con consulta indígena, todos presentados en la modalidad EIA, según lo informado en la página del Servicio de Evaluación Ambiental. O órgão ambiental congelou o processo de avaliação ambiental, durante o Estado de Exceção, para projetos que incorporaram a Participação Cidadã (PAC) e / ou devem fazer consulta indígena, trata-se essencialmente dos EIAs que estão nessa fase do processo. Considera também o EIA em que, a pedido dos cidadãos, teria sido concedido excepcionalmente um prazo de PAC, situação quase inexistente. Os projetos afetados por esta Resolução de suspensão seriam 68 (12%) dos mais de 500 atualmente em tramitação no SEIA, esta medida inclui os 9 projetos que estão atualmente em qualificação com consulta indígena, todos apresentados na modalidade EIA, conforme relatado na página do Serviço de Avaliação Ambiental. Disponível em: <http://olca.cl/oca/informes/Informe-sobre-ingreso-abusivo-de-proyectos-al-SEIA-en-tiempos-de-Pandemia.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

povos tradicionais diante das consequências socioambientais em um contexto de pandemia e crise ecológica global. (BERGER; PONCE, 2020).

4.5.2 Peru: a desigualdade social causada pelo neoextrativismo

A extração de minério no Peru vem desde sua conquista pelos espanhóis, mas, como no Brasil, foi a partir de 1990 que o setor obteve um rápido crescimento. Este foi dado como resultado das políticas praticadas no governo de Alberto Fujimori (1990-2000), com o escopo de instituir no país um ambiente político e econômico que impulsionasse a participação dos empreendimentos privados na economia. Por conseguinte, Fujimori requereu reformas, deu início ao programa de privatizações, concretizou alterações nas normas jurídicas, investiu em obras de infraestrutura, etc. (BEBBINGTON; CONNARTY; COXSHALL; O'SHAUGHNESSY; MARK, 2007).

Fato é que a ordem econômica constitucional no Peru evidenciou-se por atrair e estimular investimentos¹¹⁶ em capital para projetos empresariais minerários, por isso a necessidade de abonar maiores investimentos fez com que o Estado peruano reimplantasse as suas instituições e legislações do setor minerário no período de 1993-2010¹¹⁷, onde se aprofundou o “desenvolvimento”. Apesar de alguns analistas em mineração dizerem que embora o “momento econômico seja positivo, o Estado está em permanente turbulência causada pelo elevado percentual de peruanos na faixa de pobreza extrema, a baixa qualidade no mercado de trabalho e da qualidade de vida e os conflitos socioambientais pela extração

¹¹⁶ Este interés de la inversión por la minería —pero también por los hidrocarburos— ha generado múltiples conflictos por el uso de la tierra y el agua entre las empresas inversionistas (en su mayoría extranjeras) y las comunidades campesinas y nativas, propietarias de las tierras [...]. Los motivos de conflicto han sido varios: desde el propio uso que se le va a dar a la tierra, que en el caso de las minas de tajo abierto es excluyente (o minería o actividad agropecuaria), o el aprovechamiento del agua, hasta la distribución de los beneficios económicos derivados de la minería, pasando por los efectos negativos —particularmente en el medio ambiente— que afectan la salud de la población y la productividad de los suelos. Los conflictos se han presentado en diferentes regiones del país y, en ellos, el Estado ha tendido a privilegiar las condiciones favorables para la inversión minera y de hidrocarburos (MESA DE CONCERTACIÓN PARA LA LUCHA CONTRA LA POBREZA, 2007).

¹¹⁷ El aumento del flujo de inversiones en exploraciones y explotación minera demandó que el Estado peruano iniciara un proceso de refundación de las instituciones y las normas del sector minero. Este proceso significó la transformación de las relaciones de poder entre los actores del desarrollo nacional, lo cual implicó un cambio en la lógica y contenidos, por ejemplo, de los derechos de las comunidades campesinas y nativas sobre la propiedad comunal de la tierra. La promulgación de la Constitución de 1993, por ejemplo, le otorgó la posibilidad a las comunidades nativas y campesinas de negociar con terceros la propiedad de las tierras comunales, produciendo entonces un doble efecto: por un lado, el Estado abrió la posibilidad para que las comunidades propietarias de este bien colectivo participaran del mercado de tierras y capitalizaran este recurso; pero del otro lado, estas no se encontraban preparadas para asumir los retos de esta incorporación a una lógica de relaciones capitalistas de libre mercado. (ECKHARDT et al., 2009. p. 24-25).

dos recursos minerários no país”. (MONTALVO, 2010, p. 58). Vejamos o que diz González Espinosa (2013, p. 105):

[...] la inversión extranjera asociada a dicha explotación permitiría, según los defensores de esta tesis, cubrir el déficit de capital y proporcionar importantes reservas internacionales e ingresos para que los Estados pudieran mejorar la prestación de servicios públicos y [...] infraestructura¹¹⁸. (GONZÁLEZ ESPINOSA, 2013, p. 105).

Avaliados por números como a pobreza e a desigualdade, o investimento estrangeiro traz dados em seu escopo da não reversibilidade de benefícios diretos da mineração para as comunidades. Essas comunidades suportam os conflitos diretos e indiretos da atividade econômica, apesar da entrada de IED ser alta e contínua e do Estado apontar que os investimentos serão para os déficits de capitais e para ajudar na composição da infraestrutura pública. Há uma expressiva separação entre receber *royalties* e reduzir a desigualdade social, portanto.

Logo, o Peru não destoa do Brasil e tão pouco do Chile em relação aos conflitos socioambientais conforme demonstra relatório do Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina do ano de 2017, em que diz que os mesmos continuam representar 62,2% do total. Ancash é a região com o maior número de conflitos (a grande maioria ligada à mineração), acima de Puno, Piura, Apurímac, Cusco, Loreto, Ayacucho e Cajamarca. (OCMAL, 2018).

4.5.3 Colômbia: o investimento estrangeiro direto e os conflitos socioambientais

A Colômbia é um dos países que tem a legislação ambiental mais adequada à condução do investimento estrangeiro direto - IED para a extração de minério, sem contar com a prática de fomento de políticas insuficientemente responsivas no que tange ao meio ambiente. O Estado transmitiu para a iniciativa privada a exploração de recursos minerais a partir da promulgação do Código de Minas em 2001, ficando só com os *royalties* da exploração. Enquanto que o Decreto nº 1.728 de 2002¹¹⁹ (COLOMBIA, 2002), eliminou o requisito de licenciamento ambiental e apresentação de Estudo de Impacto Ambiental,

¹¹⁸ [...] o investimento estrangeiro associado à referida exploração permitiria, segundo os defensores desta tese, cobrir o déficit de capital e disponibilizar importantes reservas e receitas internacionais para que os Estados pudessem melhorar a prestação de serviços públicos e infraestrutura [...]. Tradução livre

¹¹⁹ Disponível em: <https://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Normal.jsp?i=5548>. Acesso em: 10 jul. 2020.

trazendo uma maior flexibilização da legislação ambiental em favor de da celeridade para as empresas de mineração.

Na Colômbia não existe restrições a qualquer tipo de investimento, inclusive não há também diferença entre empreendedores nacionais e estrangeiros, criando incentivos tributários. Já a Lei nº 963 de 2005 (COLOMBIA, 2005), instituiu contratos de estabilidade jurídica, no qual se sobrepõe a projetos que ultrapassem um milhão de dólares e tenham, no mínimo, uma vigência entre 3 e 20 anos.

Por tudo isso, há uma nítida relação entre a quantidade e a intensidade dos conflitos ambientais e o modelo de “desenvolvimento” extrativo dos governos da Colômbia, que se deu com a abertura econômica e a desregulamentação da maior parte das atividades produtivas e extrativas pelo Estado ainda nos anos 90, quando difundiram as bases do modelo extrativista.

A partir desse contexto, observamos que a Colômbia em particular promoveu a abertura neoextrativista por meio da prática de uma cadeia de políticas estabelecidas pelos por um grupo específico de sujeitos que compõem o poder público, dentro de um contexto internacional que os promove. Assim, a especificação produtiva não foi uma ação natural, mas uma construção política por meio de economia, impostos, subsídios, investimentos em infraestrutura, alterações institucionais e estruturas regulatórias e legais.

Além de tudo, isso provocou uma mutação radical no uso da terra, que abalroa com os modos de vida das comunidades camponesas, urbanas, indígenas e afrodescendentes, em que pôs em risco a continuidade de diversas espécies, fora a disponibilidade de água para consumo humano. E, várias atividades relativas à extração dos recursos minerais estão situadas nesses territórios, acendendo ou intensificando conflitos socioambientais.

Há um esforço daquele país no sentido de tentar resolver os conflitos mencionados, como algumas ações associadas a meios pacíficos, como negociação, estudo técnico ou uso de instrumentos legais, mas de outro ponto, há também o uso de meios violentos nas tentativas relatadas. Tais condições evidenciam a bipolaridade da sociedade colombiana que se emoldura nos limites entre negociação, legalidade e violência.

Isto posto, as vozes das mais distintas comunidades têm sido invisíveis, apesar do número de mobilização e resistência. Muitos sujeitos são vítimas de repressão, perseguição, desaparecimento e assassinato e, acerca das comunidades onde estão inseridas as empresas minerais, as condições de vida nos territórios foram cambiadas, pois tudo se arruinou devido ao avanço do custo de vida, à adulteração das cadeias produtivas, à perda de trabalho, à deterioração de tecidos sociais, sequelas irreversíveis no meio ambiente e aumento de conflitos socioambientais.

Os autores Auty e Warhust (1993) na última década do século XX já assinalavam sobre a emaranhada afinidade entre mineração e “desenvolvimento” econômico. A alta lucratividade alcançada pela mineração gera uma exacerbada precificação cambial e inflação salarial entre os mineiros. Por isso, o investimento estrangeiro direto remetido ao extrativismo mineiro é avaliado como um recurso político essencial para o “desenvolvimento” econômico, porém, na perspectiva de observação e entendimento a baixa regulação ambiental e controle democrático, onera a qualidade ambiental do país. (CEPAL, 2012). E, não podemos perder de vista para cada 2 milhões de dólares em investimento cria-se apenas um posto de trabalho nas atividades voltadas para a mineração. (MORALES, 2012).

E os efeitos do tão sonhado “desenvolvimento econômico” de acordo com Benavides et al. (2000) aquilata o alcance nulo dos *royalties* do IED no crescimento econômico das regiões colombianas, sobretudo a curto prazo. Ao considerar os dados disponíveis pelo Departamento Nacional de Planeación¹²⁰, a maioria dos municípios e departamentos colombianos que auferem *royalties* não conseguiu preencher as finalidades proposta nos projetos de cobertura mínima em indicadores como mortalidade infantil, educação e saneamento básico.

4.6 Mineração e globalização: os recursos naturais em disputa

Certamente, uma das questões atreladas tanto à eficácia jurídica quanto a eficácia social das legislações ambientais brasileiras está centrada na globalização¹²¹.

O vocábulo globalização sobreveio, mesmo, a incorporar ao mundo dos negócios na década de 70, momento em que era pensada a progressiva aplicação das relações entre países e grupos econômicos, onde ganharam maior abrangência e intensidade. As várias datas cominadas à entrada da globalização provêm das diversas acepções existentes e do foco de abordagem dada a ela de acordo com a investigação. Aqueles que conferem à globalização a uma origem mais antiga observam, claramente, o enfoque econômico. E há aqueles que atribuem uma procedência mais recente, a veem como meios de aproximação nas dimensões políticas, comunicacionais e culturais. Nessa pesquisa, iremos integralizar as duas acepções

¹²⁰ Para consulta dos dados, acessar DNP (2015).

¹²¹ **globalização** | s. f. derivação fem. sing. de globalizar. **glo·ba·li·za·ção** (*globalizar* + *-ção*) substantivo feminino. 1. Ato ou efeito de globalizar ou globalizar-se. 2. Fenômeno ou processo mundial de integração ou partilha de informações, de culturas e de mercados. = MUNDIALIZAÇÃO. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/globaliza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 23 maio 2020.

explanadas, pois compreendemos que a mineração passa por essas duas definições, e não apenas uma isoladamente.

De acordo com diversos autores, Anthony Giddens (1990), foi um dos primeiros a definir a globalização como “[...] a intensificação das relações sociais mundiais que ligam as localidades distantes de tal forma que os acontecimentos locais são moldados por eventos que ocorrem a muitos quilômetros de distância e vice-versa”.¹²² (GIDDENS, 1990, p. 64). No mesmo sentido corrobora Boaventura de Sousa Santos:

[...] desde a globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras, à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou às deslocções em massa de pessoas, quer como turistas, quer como trabalhadores migrantes ou refugiados (SANTOS, 2011, p. 25).

Para Santos os intercâmbios transnacionais tem se fortalecido sobremaneira nas últimas três décadas. O sociólogo afiança que a ação é pungente, onde o processo da globalização é um elemento multifacetado “[...] com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”. (SANTOS, 2011, p. 26).

Por isso, ao tratar nesta tese sobre os processos comunicacionais dos atingidos por barragens de Mariana/MG e Brumadinho/MG, foi necessário também examinar o impacto das empresas de mineração na voz dos sujeitos atingidos, sem deixar de lado os reflexos diretos do processo da globalização. O argumento holístico está fundado no discurso de desenvolvimento global e sustentável, porém segundo Quijano (2005) e Porto-Gonçalves (2012) tal fato é designado de “sistema-mundo moderno-colonial”. A globalização nada mais é do que o ponto mais alto do processo de colonialidade, de preponderância, no qual “[...] um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica de dominação colonial”. (QUIJANO, 2005, p. 107, grifo nosso).

Para que saibamos de fato a definição “sistema-mundo moderno-colonial” antes, é cogente deliberar como se formou o poder colonial e onde era a sua força. As relações de dominação que brotaram a partir da conquista da América, inseriram a ideia de raça, e as relações sociais passaram a ser atravessadas com essa apreciação. Deste modo, “[...] produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu

¹²² Fragmento original: as the intensification of worldwide social relations which link distant localities in such a way that local happenings are shaped by events occurring many miles away and vice versa.

outras”. (QUIJANO, 2005, p. 107). Tanto é que o autor afirma que as relações sociais entre os colonizadores se conformavam em relações de dominação. Por essa razão “[...] tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha”. (QUIJANO, 2005, p. 107). Para Quijano (2005) a colonialidade na América Latina continua a despeito do colonialismo ter estado no passado.

Ademais, Mariana/MG e Brumadinho/MG são acontecimentos ilustrativos de um atributo do colonialismo, onde “vale” a busca do lucro “acima de tudo e de todos”. Tais crimes apontam a displicência e apatia com vidas de trabalhadores e trabalhadoras. Isto posto, fica claro o mapa da mineração brasileira, com semelhanças densas a um passado colonial que dava ares de longínquo, com uma temporalidade incomum ao nosso tempo republicano e independente, porém que, por ora continua e tende a se conservar.

É incontestável que a dominação, o poder e a superioridade, produziram riquezas para os dominadores e pobreza para os dominados. Porto-Gonçalves afiança que o sistema hierárquico do poder, moderno-colonial sobreveio com “[...] trabalho escravo, sobretudo dos negros, e no trabalho servil, quase sempre indígena, que grande parte das florestas da América foi dizimada, seus melhores solos praticamente esgotados e as principais minas de ouro e prata exauridas”. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 25). A dominação sobre os sujeitos, sopesados desimportantes em todos os significados, não constituiu o único ato dos colonizadores, pois ainda sustentaram a dominação sobre a própria natureza. Tal prática permanece hodiernamente, como por exemplo, nos casos específicos da extração de recursos minerais em que as sociedades e a natureza são dominadas, fazendo com que essas relações signifiquem uma revelação real de poder, sob a configuração de globalização.

Contudo, esse processo de dominação que vem sendo exposto como sendo a globalização, trata-se de um modelo de desenvolvimento aportado ao sistema capitalista, vez que nada mais é do que “[...] uma incorporação ao novo e comum padrão de poder mundial”. (QUIJANO, 2005, p. 113). Porém, tal modelo tem gerando uma crise mundial que, cada vez mais, avança no desmatamento, nas jazidas de minério e tantas outras causas que afetam o meio ambiente, como, a poluição ambiental, desloca milhares de sujeitos de seus locais de origem onde vivem, interferindo sobremaneira nos saberes milenares, simbologias, identidades e culturas de cada comunidade atingida.

[...] os grupos dominantes do homo sapiens na “Colonialidade” Global de Poder, em especial desde a “revolução industrial”, têm levado à espécie a impor sua hegemonia de exploração sobre as demais espécies animais e uma

conduta predatória sobre os demais elementos existentes neste planeta. E, sobre essa base, o Capitalismo Colonial/Global pratica uma conduta cada vez mais feroz e predatória, que termina colocando em risco não somente a sobrevivência da espécie inteira no planeta, senão a continuidade e a reprodução das condições de vida, de toda vida, na terra. Sobre sua imposição, hoje estamos matando-nos entre nós e destruindo nosso lar comum. (QUIJANO, 2013, p. 52-53).

Não tem como pensar na globalização e no capitalismo que estão sempre atrelados a uma mineração que abarca infimamente as regras sociais que detêm a destruição da natureza, dos trabalhadores e tudo mais ao seu redor. Sabemos que a mineração faz parte da lógica e do próprio nascimento do capitalismo, através da indústria inglesa que assenhorou do minério por meio da colonização, conforme Marx e Engels ponderaram. Necessário ressaltar ainda que no decorrer de três séculos de exploração nas minas de Potossí, no Alto Peru, 8 milhões de vidas indígenas foram dizimadas nas duras condições daquele período. (GALEANO, 1994).

Tal dominação se comparada à mineração é como um corte profundo nas veias da América Latina (GALEANO, 1994). A exploração, coligada ao trabalho de africanos escravizados, transportava à riqueza externa e provocava a pobreza interna - pelo menos da esmagadora maioria. Isso evidencia a não sustentabilidade das atividades mineradoras, instaladas com uma riqueza efêmera, mas que fornecem substancial fortuna em terras distantes, pois na sua maioria as empresas mineradoras são transnacionais.

Diante dessa conjuntura o que vemos é que as implicações e os conflitos ocasionados tanto sobre o meio ambiente físico, social, ecológico, ambiental e cultural, têm-se exacerbado cada vez mais. Como isso, vários autores têm se dedicado a estudos e teorias para compreensão desse cenário capitalista e globalizado. Assim, Giddens (1990) foi um dos primeiros a conceituar a globalização como “[...] a intensificação das relações sociais mundiais que ligam as localidades distantes de tal forma que os acontecimentos locais são moldados por eventos que ocorrem a muitos quilômetros de distância e vice-versa”. (GIDDENS, 1990, p. 64).

Nessa mesma toada Boaventura de Souza Santos igualmente entende que os intercâmbios transnacionais intensificaram de maneira veloz nas últimas três décadas.

[...] desde a globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras, à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou às deslocções em massa de pessoas, quer como turistas, quer como trabalhadores migrantes ou refugiados. (SANTOS, 2011, p. 25).

Conforme Santos, a ação da globalização é um fato multifacetado “[...] com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”. (SANTOS, 2011, p. 26). Enquanto, Carlos Walter Porto-Gonçalves declara que a globalização não tem neutralidade, vez que a responsabilidade de modificar a escala local em global não se trata de tarefa das sociedades que tem relação conexa à natureza, todavia é gerada pelas “[...] grandes corporações transnacionais, as organizações multilaterais – o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial de Comércio, as organizações (que) não (querem) governos nacionais (ONGs)”. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 12).

Quando Porto-Gonçalves (2012) menciona as sociedades que apresentam uma relação ligada à natureza traz à baila os povos originários, comunidades quilombolas, camponeses que, por vezes são avaliados como atrasados, sem cultura ou selvagens, ou ainda na visão remota designados de bárbaros na compreensão dos romanos. E com esta visão o capitalismo se acolchoa e atua com uma missão civilizatória sobre os sujeitos e comunidades, tudo sob o pálio do sistema democrático.

Para o jurista Comparato (2015), o capitalismo mudou a sua estratégia nesse século que estamos vivendo. Esse mesmo autor ao participar da mesa redonda Crise Global Contemporânea¹²³, alegou que em meados do século XVIII era o capitalismo industrial, que, naquela época, ocasionara uma transformação tanto no mundo daquele tempo quanto nos séculos seguintes. Aplicava-se em produção de bens numa cadência veloz e, a partir de tal prática, um estímulo ao consumo como nunca existido e convivido na história da humanidade. Ainda de acordo com Comparato (2015), quem colocava as normas na arena política internacional eram os emissários do capitalismo industrial.

Mas, nas últimas décadas o panorama modificou, porque o capitalismo industrial foi trocado pelo capitalismo financeiro e quem põe os regulamentos agora são os banqueiros¹²⁴. Logo, para Comparato (2015), a dominação econômica do século XXI, foi acesa pelo neoliberalismo e está intensamente conectada ao sistema de comunicação. Tanto o domínio quanto o controle deste sistema de comunicação estão agrupados nas alianças financeiras, que, por seu turno, evitam que a sociedade tome ciência desta articulação que movimenta o planeta.

¹²³ Evento ocorrido no dia 28 de outubro de 2015, promovido pela Escola de Governo e Ação Educativa de São Paulo.

¹²⁴ “[...] os bancos não produzem nenhuma riqueza. Eles, na melhor das hipóteses, são auxiliares na produção através do crédito. Mas, hoje, bancos ganham muito mais além do crédito, fora do crédito”. (COMPARATO, 2015).

[...] el efecto fragmentador de Internet ha desplazado el papel de los medios de comunicación tradicionales, en todo caso entre las nuevas generaciones. Antes de que entrasen en juego estas tendencias centrífugas y atomizadoras de los nuevos medios, la desintegración de la esfera ciudadana ya había empezado con la mercantilización de la atención pública. Estados Unidos y su dominio exclusivo de la televisión privada es un ejemplo espeluzante. Ahora, los nuevos medios de comunicación practican una modalidad mucho más insidiosa de mercantilización. En ella, el objetivo no es directamente la atención de los consumidores, sino la explotación económica del perfil privado de los usuarios. Se roban los datos de los clientes sin su conocimiento para poder manipularlos mejor, a veces incluso con fines políticos perversos¹²⁵. (HABERMAS, 2018).

No fragmento acima Habermas assevera sobre os preceitos de comunicação e informação e seus desejos, liderados por grupos econômicos, em que tal ato não é resultado de uma técnica seja natural ou casual, porém tudo bem refletido e avaliado, “[...] algo que pode ser produzido pela ação das pessoas, por seus cálculos, suas intenções, suas decisões, portanto como algo que pode ser projetado e, conseqüentemente, ter sentido”. (QUIJANO, 2005, p. 114).

Para exemplificarmos o que Habermas (2018) e Quijano (2005) temos o veículo produzido por essa mídia que é a internet. Essa labora em encadeamento, tanto internamente, na sua forma em hipertexto, quanto externamente, no atrelamento que conecta diferentes bases de dados entre os aparatos. Entretanto, sua linguagem, o software, tem contorno plástico, e está estruturado em códigos, o que permite ser transformada em múltiplas convenções e comandos. Logo, a comunicação tem sido responsável pelos resultados que temos visto na pós modernidade, principalmente no que tange aos recursos naturais e a forma como é tratado pelo “desenvolvimento sustentável”.

¹²⁵ [...] o efeito de fragmentação da Internet deslocou o papel da mídia tradicional, pelo menos entre as novas gerações. Antes que essas tendências centrífugas e atomizantes da nova mídia entrassem em jogo, a desintegração da esfera cidadã já havia começado com a mercantilização da atenção pública. Os Estados Unidos e seu domínio exclusivo da televisão privada são um exemplo assustador. Agora, a nova mídia está praticando uma forma muito mais insidiosa de mercantilização. Nele, o objetivo não é diretamente a atenção dos consumidores, mas a exploração econômica do perfil privado dos usuários. Os dados dos clientes são roubados sem seu conhecimento para melhor manipulá-los, às vezes até para fins políticos perversos. Tradução livre.

Figura 11 - Vista parcial da barragem de Fundão, posterior ao derramamento da lama.



Foto: Nilmar Lage, 2018.

Já segundo Boaventura de Sousa Santos estamos vivendo um contrassenso entre o capitalismo e a democracia, pois a tensão entre ambos não é recente. Em grande alcance, o papel do estado em uma sociedade capitalista seria ao menos equilibrar as demandas do que o sistema estabelece e as necessidades do sujeito. Grupos vulneráveis lutam por inclusão social, enquanto as empresas disputam pelo mercado de bens e serviços.

O mercado econômico, em que se intercambiam valores com preço, e o mercado político, em que se intercambiam valores sem preço: ideias, políticas, ideologias. Vemos hoje que esses dois mercados se confundem cada vez mais, estamos entrando em um processo no qual somente tem valor o que tem preço, e, portanto, o mercado econômico e o mercado político se confundem. (SANTOS, 2007, p. 90).

Santos (2015) afirma que já houve períodos em que a democracia foi um entrave para o capitalismo e esta foi renunciada, como aconteceu no fascismo e em regimes ditatoriais. Nos dias atuais, a tática não é renunciá-la, mas somente esgotá-la. Ao avaliar o momento econômico mundial atual, o autor assegura que não podemos garantir com clareza para onde estamos indo, afora depositar dúvida sobre de fato se estamos num sistema democrático.

A agressão ao bem-estar social resulta do obstinado acometimento de conservar e dar valor a prosperidade aos que já são ricos. É como se os capitalistas permanecessem coletivamente submergidos numa competição, saltando um obstáculo após o outro, com espantosa facilidade que criam a utopia de que permanecemos sempre na terra prometida da acumulação do capital sem fim. (HARVEY, 2011).

José Saramago (1998), autor português, Prêmio Nobel de Literatura corrobora com as reflexões já trabalhadas onde ele é taxativo ao alegar que os governos constituídos democraticamente são incapazes de regressar com este quadro desorganizado, “[...] porque não lhe permitem aquelas que efetivamente governam o mundo, as empresas multinacionais e pluricontinentais cujo poder, absolutamente não democrático, reduziu a quase nada o que ainda restava do ideal da democracia”. (SARAMAGO, 1998).

Posteriormente, passados alguns anos, ao discursar no V Fórum Social Mundial, Saramago advertiu que era obrigatório todos discutirem sobre algo essencial, “[...] a democracia. Ela está aí, como se fosse uma espécie de santa no altar, de quem já não se espera milagres, mas que está aí como referência. E não se repara que a democracia em que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada, amputada”. (SARAMAGO, 2005). E o autor ainda disse que existe uma falsidade no discurso coletivo sobre a democracia:

O poder do cidadão, o poder de cada um de nós, limita-se, na esfera política, a tirar um governo de que não se gosta e a pôr outro de que talvez venha a se gostar. Nada mais. Mas as grandes decisões são tomadas em uma outra grande esfera e todos sabemos qual é. As grandes organizações financeiras internacionais, os FMIs, a Organização Mundial do Comércio, os bancos mundiais. Nenhum desses organismos é democrático. E, portanto, como falar em democracia se aqueles que efetivamente governam o mundo não são eleitos democraticamente pelo povo? Quem é que escolhe os representantes dos países nessas organizações? Onde está então a democracia? (SARAMAGO, 2005).

Através da globalização, de um sistema capitalista no qual as organizações colocam as normas, em que a democracia é desviada do seu exato significado, Porto-Gonçalves (2012) avisa sobre as armadilhas proporcionadas pelos meios de comunicação de massa quando oferecem noções, conceitos como qualidade de vida e até desenvolvimento sustentável, pois de fato o que há, são interesses escusos em jogo.

Quem manda no mundo? O mercado, o lucro, a ganância. Se os partidos que governam se submetem aos poderes econômicos, a quem serve o poder político? Apenas para adaptar legislações nacionais e ser vigia de manifestações de protesto? As multinacionais mandam no mundo. Que

democracia é essa? Prefiro chamar a isso de Ditadura do Capitalismo. Nunca fomos uma democracia. [...] É uma democracia de aparências (SARAMAGO, 2005).

E, por derradeiro Quijano aduz que a democracia não pode ser ponderada algo que agencie a cidadania como se requeresse a igualdade jurídica e civil para toda a sociedade, uma vez que os sujeitos que englobam esta mesma sociedade estão colocados de maneira dispar nas relações de poder. Aliás, se apregoa um estado democrático de direito, bem como, na verdade, “[...] as relações sociais em todos os outros âmbitos da existência social fossem radicalmente não democráticas ou antidemocráticas”. (QUIJANO, 2005, p. 115).

4.7 O Empreendedor/Colonizador Mineiro e a construção da Exploração das Minas

De acordo com Memmi (1977), tanto faz ao empreendedor/colonizador o que o sujeito colonizado realmente seja. O que verdadeiramente vale é anulá-lo antecipadamente, em direção ao encontro das relações de subjugação que vão se colocando. Um exemplo clássico que temos do pensamento de Memmi é demonstrado pela empresa *Vale S.A* que no site institucional afirma ter como missão “Ser a empresa de recursos naturais global número um em criação de valor de longo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta¹²⁶”. Mas em janeiro de 2012, a mineradora foi eleita a pior empresa do mundo, no que se refere a direitos humanos e à proteção do meio ambiente, pelo Prêmio Public Eye¹²⁷, que teve como motivação uma “história de 70 anos manchada por repetidas violações dos direitos humanos, condições desumanas de trabalho, pilhagem do patrimônio público e pela exploração cruel da natureza”, lia-se na indicação da empresa. E como sabemos não parou por aí, pois posterior a isso aconteceram os dois rompimentos, o de Fundão em Mariana/MG e o da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho/MG.

Longe de querer aprender o colonizado em sua realidade, o colonizador se preocupa em fazê-lo sofrer essa indispensável transformação. [...]. O colonizador nega ao colonizado o mais precioso direito reconhecido à maior parte dos homens: a liberdade. As condições de vida feitas para o colonizado pela colonização não levam em conta de nenhuma maneira, nem sequer a supõem. O colonizado não dispõe de saída para deixar seu estado de infortúnio: nem saída jurídica (a naturalização) nem de saída mística (a

¹²⁶ Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/mission/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 03 maio 2020.

¹²⁷ Disponível em: <https://www.publiceye.ch/en/media-corner/press-releases/detail/the-2012-public-eye-awards-infamous-awards-go-to-barclays-and-vale>. Acesso em: 08 maio 2020.

conversão religiosa): o colonizado não é livre para decidir se é colonizado ou não colonizado. (MEMMI, 1977, p. 112-123).

Diante do que foi exposto até então, adotamos a pergunta de Memmi (1977): o que falta para o sujeito/colonizado fazer? A ele resta ir à luta e resistir sempre já que o anseio de viver sua outra vida que foi arrebatada pelo empreendedor colonizador. E isso é constante. Portanto convoca o sujeito colonizado a não ser o que é, e a ser o que não tem sido, clamando a volta, ao libertar-se da expatriação de si mesmo. Resistir-se é arriscar passos na direção daquele ser livre dantes, porque nele habita sua verdade como ser humano, “não podendo abandonar sua condição em acordo e comunhão com o colonizador, tentará libertar-se da colonialidade por meio da revolta”. (MEMMI, 1977, p. 168).

Deste modo, no projeto colonial o critério racial caminhou junto com a forma de produzir, conforme Quijano (2005). Toda a concepção de alvitação racializada sobre os povos não europeus abonou o uso desses como mão-de-obra escrava para construir riqueza nas minas e posteriormente, nas lavouras de cana-de-açúcar. O “rei açúcar”, como designou Galeano (1994), “trazia na sua doçura o amargo da escravidão de milhões de homens e mulheres africanos”. Tanto Galeano (1994), como Quijano (2005), quanto Cajigas-Rotundo (2007) e Wallerstein (1992) aclaram sobre a colonialidade do poder na América Latina e asseveram que as Américas não foram englobadas dentro de uma já efetiva economia mundial capitalista; diversamente, não teríamos uma economia capitalista mundial sem a existência da América Latina.

O acúmulo de riqueza retirada da América com mão de obras escravizadas permitiu que a Europa desenvolvesse invenções de instrumentos tecnológicos de domínio da natureza e dos povos fora do continente, e usasse tais tecnologias na constituição do que se chamou de sistema-mundo capitalista e a Revolução Industrial.

A expansão colonial iniciada no século XVI, com as grandes navegações e o “descobrimento” das Américas – posteriormente incrementada com o neocolonialismo do final do século XIX, que promoveu a repartição da África e Ásia – é vista, nessa abordagem, como condição sine qua non para a existência e a manutenção do capitalismo industrial-mundial. (ASSIS, 2014, p. 613, grifo nosso).

Desde a “descoberta” da América a Europa se pôs como o centro do universo não só na acepção geográfica, mas histórica também. Se auto concebendo dessa forma, lança seu projeto civilizador do *velho mundo* sobre o mundo não europeu, denominado agora de *novo*

mundo, habitado por povos considerados bárbaros. Dussel (1993) adverte que de bárbaros os europeus passaram a civilizados e centro do universo.

Dos países Latinos Americanos foram extraídos recursos que municiaram os lucros dos interesses do capital de alguns países europeus como, por exemplo, a Espanha, Portugal e Inglaterra, submetendo os territórios “descobertos” na Divisão Internacional do Trabalho no que tange a exportação de matéria-prima. Mais de cinco séculos se passaram e a América Latina permanece a serviço de fazer os desejos dos interesses hegemônicos dos países ricos industrializados por produtos primários, ou seja, [...] continuamos aplaudindo o sequestro dos bens naturais com que Deus, ou o Diabo, nos distinguiu, e assim trabalhamos para a nossa perdição e contribuímos para o extermínio da escassa natureza que nos resta [...]. (GALEANO, 1994, p. 5).

A partir da primeira década do século XXI, com a valoração das *commodities* minerais, a extração de minério segue expandindo e sagrando sobre as veias abertas dos territórios Latino Americano. Tal ação possui sincronia com o crescimento expressivo do consumo mundial de minérios, principalmente de países asiáticos como a China. Tanto dos minérios metálicos ferrosos, quanto os não ferrosos têm trazido novas explorações e investimentos por parte dos empreendedores/colonizadores. As principais empresas transnacionais que estão à frente da produção de minério neste vasto espaço territorial, são: *BHP Billinton, Glencore Xtrata, Anglo American, Rio Tinto, Vale S.A, Newmont y Gold Corporation, Barrick Gold Corporation e Anglo Gold Ashanti.* (VELÁSQUEZ, 2012).

Para compreender melhor esse espaço territorial expropriado pelos empreendedores/colonizadores cabe a nós fazer uma analogia ao espaço tratado por Milton Santos (2006) como um misto e híbrido¹²⁸ em sua forma e conteúdo. Vez que a proposta do supramencionado autor nos ajuda a refletir sobre a forma operacional do sistema capitalista colonial. A cada ocorrência, a forma da colonização se recria. De tal modo, que a forma e conteúdo (colonização) não podem ser avaliados, só, como forma e nem tão pouco só como conteúdo.

A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações. (SANTOS, 2006, p. 66).

¹²⁸ Para Santos (2006), os mistos e híbridos são um conjunto de objetos e de normas.

Santos (2006) levanta esta elucidação como parte do contexto em alegação da opinião que o exame geográfico não precisa afastar natureza de cultura. A compreensão de forma-conteúdo representada pelo sistema capitalista é igualmente uma estrutura e, assim, deve ser interpelada como fatos mistos e paradoxais de objetos e de relações que não podem viver isoladamente. Os mistos são intrínsecos ao espaço do projeto colonial no *novo mundo*. Esse se compõe de um conjunto dependente de subsistemas de exploração, tanto da natureza, quanto da mão de obra nas minas, unidos pela lógica de espoliação por meio da violência, porque o modelo de extrativismo mineral exportador desenvolvido no território Latino Americano, fundamentado nos megaprojetos minerários, fortalece estratégias de controle dos territórios e de acumulação por espoliação (HARVEY, 2013).

As conformações da colonialidade do poder na América Latina acontecem nas mais distintas maneiras, mas sem dúvida que a apropriação da terra se territorializa pelas formas hegemônicas de se produzir nela e extrair recursos naturais considerando-os como mercadorias, isso porque os territórios dos países latinos estão à margem do “desenvolvimento” capitalista, e para tanto acabam se tornando estratégicas, como “[...] o Oriente boliviano, o Chaco paraguaio e argentino, a Patagônia argentina (GUTIÉRREZ, 2003), além dos Cerrados brasileiros, “la gran sabana” venezuelana e, ainda, toda Bacia Amazônica (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) [...]”. (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 53). Há, assim, uma reinvenção desses territórios e da geopolítica de apropriação dos recursos naturais:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE, 1986, p. 411-412).

É oportuno analisar que, durante o “espaço-tempo vivido”, o território é consecutivamente multifacetado, “diverso e complexo”, oposto ao território “unifuncional” escolhido pela lógica capitalista hegemônica. As riquezas minerais, bem como a heterogeneidade cultural, da fauna, da flora e da água que esses territórios “conservam”, derivam em “[...] territorialidades em disputa, tanto no sentido hegemônico como no sentido emancipatório [...]”. (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 26). E, para abastecer o mercado

internacional de *commodities*, governos e empresas abreviam os compassos de “aquisição” da natureza e das táticas de expropriação nos países latinos que “saboreiam” o neoextrativismo.

A ocupação territorial da mineração é consequência de uma colonialidade na apropriação da natureza que intensifica continuamente num padrão de poder com descrições colonialistas, que ininterruptamente se transforma, se reconstrói e se revivifica na busca pela manutenção da exploração dos territórios.

Figura 12 - Ruína de uma das casas de Bento Rodrigues. A placa sobre o alerta "ao ouvir a sirene evacue a área" foi colocada quando a lama já tinha destruído tudo.



Foto: Nilmar Lage, 2018.

De mais a mais, o que vemos é que “As veias abertas da América Latina” continuam abertas e sangrando. Galeano (1994) quando escreveu a obra foi no intuito de denunciar a situação de exploração da terra e dos povos do continente, bem como a dependência que cultivávamos em relação aos “impérios” do *velho mundo*. Hoje, com o atual salteamento do “império”, as dominações das empresas transnacionais têm ditado às regras do mercado. Aliados a tudo isso, governos que não importam com as comunidades e suas populações. Essas têm sido objeto de um processo de vampirização.

5 OS MOVIMENTOS TEÓRICOS QUE SUSTENTAM A PESQUISA

Era rei e sou escravo
Era livre e sou mandado!

Onde a minha terra firme, África dos meus amores.
Onde a minha casa branca, minha mulher e meus filhos.
Me trouxeram para longe, amarrado na madeira, me bateram com chicote,
me xingaram, me feriram.

Era rei e sou escravo, era livre e sou mandado.
Mas por mais que me naveguem, me levando pelos mares, mas por mais que
me maltratem, carne aberta pela faca,
A memória vem e salva, a memória vem e guarda,
Guarda o cheiro da minha terra, a música do meu povo, a certeza de hoje e
sempre que ninguém vais nos tirar. A onde estiver o porto,
Por mais que eu sofra e grite,
Sou mandado serei livre, sou escravo serei rei.
(Era rei sou escravo – Canção de Milton Nascimento)

Inevitavelmente, as sociedades capitalistas, nascidas e determinadas a partir da globalização e a elas paralelas, impulsionaram os processos de sazonalidade e convergência de tecnologias de informação e comunicação. Como efeito disso, notamos o aumento das probabilidades de interação, relação e comunicação nos diversos âmbitos sociais. Nesse contexto, o campo da comunicação é estabelecido pela multiplicidade dos modos de compreender a inclusão das mídias na vida social, nos quais requerem o diálogo com os diversos campos de produção do conhecimento, porém, demandam nas suas problemáticas organizações metodológicas sólidas, que forneçam variadas decisões que conformam o problema/objeto científico.

Quando partimos desse contexto, é suscitador pensarmos o problema/objeto como um processo estruturante que municia os dados essenciais nas suas diversas óticas. Para tanto, dedicamos aos inter-relacionamentos sociais e humanos, de acordo com as relações e padrões de interconexões em que os processos midiáticos estabelecem com a sociedade. Tal fato faz com que a sociedade interaja para a construção do sentido.

Portanto, a pluralidade de exterioridade exposta pelos elementos comunicacionais busca a escavação teórica e o experimento metodológico a fim de acolher a complexidade das demandas postas pelas problemáticas do campo.

Em face ao exposto, a pesquisa se forma por meio de construção de estratégias, observações, métodos, estruturas, escolhas, caminhos, ponderações, trocas e reformulações. A originalidade de cada problemática requer a composição de processos que nos faz compreender o desafio metodológico como concepção para a geração do conhecimento, pois

“é indispensável desmontar a separação artificial da dimensão metodológica da dimensão teórica, que produz descrições, argumentos, explicações, esquemas e arguições carentes de sustentação epistêmica, e abundantes em superficialismos retóricos e/ ou empiristas”. (MALDONADO, 2019, p. 185). Por isso, a construção dessa investigação não se inicia neste capítulo, mas se faz presente desde o título da pesquisa.

Entretanto, a pesquisa empírica, a elaboração e o delineamento metodológico devem ser idealizados enquanto extensões que se interligam, pois se comunicam e se conectam entre si, vez que permitem um olhar amplo e que dê conta do problema/objeto. Porque no decorrer da investigação tudo é observado, explorado, questionado, experimentado e refletido. De tal modo que, vislumbramos distintos desdobramentos por meio das trilhas que são formadas. Além do mais somos convocados a seguir atentos numa perspectiva crítica do pensamento. (MALDONADO, 2011; BACHELARD, 1971; MILLS, 1975).

Assim, para associarmos nosso problema/objeto de pesquisa, efetivamos um diálogo com vários autores que contribuíram para as reflexões sobre as “cidadanias” no contexto dos “processos comunicacionais dos atingidos” e sua “biosfera”, bem como a construção das “identidades culturais nas multidimensionalidades” em suas distintas tramas históricas, por meio dos “discursos midiáticos”, sob o ponto de vista dos “sujeitos comunicantes” e nas diversas lógicas através da produção das variadas significações.

Esses significados são ponderados nas relações entre a comunicação, a cultura, a memória/nostalgia, as identidades, os modos de vida, a natureza, os territórios e a cidadania. Todos dentro das multicontextualidades, sopesando as argumentações do que tem sido nomeado como globalização. Tal e qual a forma como esta afeta a configuração do objeto e a junção do *ethos*¹²⁹midiatizado face aos processos de exclusão cognitiva¹³⁰.

Fato é que, na pesquisa em comunicação, devemos avaliar a contextualização como forma caracterizadora da problematização. Isto porque precisamos buscar uma visão extensiva e particular do midiático e que se referente às informações ou problemas sociais na sua relação com os elementos ou dificuldades das sociedades latino-americanas e ocidentais. (MALDONADO, 2006).

¹²⁹ Palavra de procedência grega; possui como definição com relação aos hábitos adquiridos por uma comunidade, é o que distingue um grupo social e cultural dos outros, sendo assim uma identidade social. Para apreendemos de forma mais ampla, devemos entender a definição da palavra de origem latina “*mören*”, que tem o mesmo significado de “*ethos*” e que deu origem à palavra “*moral*”. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/significado-de-ethos/50285>. Acesso em: 30 mar. 2019.

¹³⁰ Termo cunhado a partir do texto “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes”, de Boaventura de Sousa Santos (2007), pois o autor alerta que não há justiça social global sem que haja justiça cognitiva.

Todavia, a construção teórica¹³¹ nos municia de elementos para localizar os mais variados ângulos diversos por onde o problema/objeto pode ser ponderado, meditado, reexaminado e desenvolvido. E, assim vamos caminhando para compreender a construção do aprendizado, enquanto espaço que convergem experiência e conhecimento, através da observação vigilante e atenta do empírico, aos aportes dos sujeitos da pesquisa em conjunto com as vivências prévias e atuais do sujeito pesquisador.

Com base no caminhar que temos falado Lefebvre (1955), assevera que o conhecimento é a aproximação eterna, incomensurável do pensamento ao objeto, em que o ponto de partida deve ter a unidade de duas configurações contraditórias do universo, onde:

O fenomenal e o essencial, intimamente e objetivamente ligados. A análise quebra separa a totalidade, que devemos em seguida reencontrar. Impossível proceder de outra forma. Quem pensa simplesmente constatar ou descrever começa já, mesmo sem querer, a conceitualizar, isto é, procurar o essencial sob o acidental e o aparente; mas conduz mal a sua pesquisa. (LEFEBVRE, 1955, p. 42).

Logo, o pesquisador necessita operar as categorias, retalhar o objeto na epistemologia em que vai cosendo, buscando e descobrindo parcerias que vão além das próprias teorias, para não permanecer na comodidade das repetições teóricas e empíricas, tal como nos alertam as epistemologias do pensamento transmetodológico e o crítico.

Contudo, não podemos nunca perder de vista que cada objeto possui fronteiras específicas, que requerem abordagens multifacetadas dos campos do conhecimento, de quem ele, em sua prática, solicita diferentes problematizações e novos olhares de abrangência. Por isso, Milton Santos especifica que o método não surge *a priori*; ele vem de como tratar aquilo que é objeto do mundo. (SANTOS, 2004).

Com base no que relatamos, vemos os processos comunicacionais posicionados como elementos técnicos, políticos, sociais, antropológicos, culturais, linguísticos e sempre em constituição. Os mesmos devem ser pensados a partir de suas trajetórias políticas, educacionais, sociais e econômicas, de suas ações afirmativas.

Portanto, empregamos neste item as teorias que nos ajudaram a problematizar percepções das “cidadanias” e suas especificidades; os “discursos midiáticos”, tanto como mídias comerciais, quanto como mídias alternativas; os “*sujeitos comunicantes*” porque partimos da compreensão que as relações dos sujeitos com as mídias devem ser postas no

¹³¹ Segundo preleciona Bonin (2011, p. 5), “a problematização teórica é outra linha arquitetônica fundamental de um projeto de pesquisa consolidado”.

âmbito do processo de midiaticização, ponderando que as ampliações ordenadas das mídias levaram à sua penetração nos diferentes campos e domínios sociais e à reestruturação de suas dialéticas (MONJE, 2009; VERÓN, 2014). E não menos importante, a “biosfera”, para que possamos compreender o meio ambiente, a mãe terra e o território enquanto tempo e espaço, uma vez que são nesses últimos elementos que se estabelecem as relações de poder a partir dos recursos (minério).

5.1 Cidadanias por quê?

Essa é uma pergunta intrincada, seguramente. Além disso, é, no mínimo, ardilosa. Mas antes de compreendermos as cidadanias, é necessário pontuar que a origem da palavra cidadania vem do latim *civitas*, que significa cidade. Na Grécia antiga, consideravam cidadão aquele nascido em terras gregas. Já em Roma, a palavra cidadania era empregada para advertir a situação política de determinada pessoa e os direitos que aquela tinha ou podia desempenhar¹³².

De lá até os dias atuais, percebemos que a cidadania, apesar de ser um termo complexo, do ponto de vista histórico não pode ser tratada de forma singular, e sim no plural, pois ela é mais abrangente do que imaginamos. (TEIXEIRA, 2019). A cidadania está muito além dos direitos e deveres esculpidos na Constituição Brasileira.

Cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la. É poder votar em quem quiser sem constrangimento. É poder processar um médico que comete um erro. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta. É o direito de ser negro sem ser discriminado, de praticar uma religião sem ser perseguido. (DIMENSTEIN, 1994, p. 29).

Por conseguinte, a cidadania deveria ser a essência, o direito de o homem existir corretamente. Ora, a nossa Carta Magna aduz que o cidadão tem que ter o direito de ter ideias e poder manifestá-las sem ter medo de ser advertido pelo próprio homem, pois todos são iguais perante a lei. Porém, na sociedade brasileira não temos do que nos orgulharmos, já que os progressos permanecem mais no papel do que na prática.

Contudo, mesmo para termos como “cidadanias”, que seja mais no papel e menos na prática, passamos por um longo processo de luta, que por sua vez não deixou de ser uma

132

Disponível

em:

<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=131#:~:text=A%20origem%20da%20palavra%20cidadania,pessoa%20tinha%20ou%20podia%20exercer>. Acesso em: 30 mar. 2019.

forma de resistência para chegarmos, ao menos, ao conceito que temos nos dias atuais. Aqui cabe, inclusive, uma comparação, pois a cidadania aparece num primeiro momento na Inglaterra, antes mesmo da Revolução Industrial, quando já se fazia cogente assegurar e concretizar os direitos de uma forma mais ampla, a julgar pelo reconhecimento de direitos aos nobres, e depois aos burgueses e até à classe trabalhadora. Era urgente para a coordenação das relações de produção que aumentariam e se configurariam próprias da Era Moderna¹³³.

Enquanto, no Brasil, as condições históricas foram bastante desiguais - quais sejam, a exploração agrícola do Brasil colônia impedia rigorosamente a evolução do senso de cidadania; depois a independência política de Portugal; e, em seguida, a constituição de um império brasileiro - a concretização de sua dependência econômica à Inglaterra em nenhum aspecto colaborou para o progresso e tão pouco para a integração da cidadania ou de qualquer outro direito.

Ato contínuo, tivemos a ditadura e, sob a batuta de tal regime, os direitos dos cidadãos eram completamente suprimidos. Então, mesmo com a industrialização do início do século XX, os períodos ditatoriais na política, a conservação de uma estrutura econômica prevalentemente rural, atrelado a carência de organizações sociais que lutassem pela concessão de direitos não consideravam a cidadania no Brasil¹³⁴.

Contudo, é necessário compreendermos que a cidadania é assinalada pelas ações de conflitos sociais, situados de acordo com a história, os processos políticos e culturais, marcada através dos movimentos sociais e da midiaticização das sociedades. Ao mesmo tempo, a globalização, por meio das suas estratégias políticas, financeiras e econômicas, buscou limitá-la e reduzi-la. À vista disso a cidadania pode ser alcançada por suas revelações na produção de sentidos, pertencimento e direitos incluídos aos processos comunicativos que caracterizam modos de vida (social, político e cultural) posicionados em padrões, “nos quais o

¹³³ “Pode-se dizer que, pelo menos na Grã-Bretanha, a revolução política criou condições para a revolução industrial do século seguinte, e não o contrário; ou seja, as revoluções sociais precederam e tornaram possível a transformação das forças produtivas”. (COMPARATO, 2010, p. 107). Apesar disso, não foram os nobres nem a burguesia que executaram intrinsecamente a cidadania, mas, categoricamente, a indigência econômica do novo modo de produção e a organização social estabeleciam a aclamação de direitos essenciais para a elevação social e econômico.

¹³⁴ A proclamação da República consentiu a mudança do poder político, mas os direitos civis eram compreendidos como antes, ou seja, conforme as ordenações do reino (Afonsinas, Filipinas e Manuelinas), trocadas por normas jurídicas puramente brasileiras. Só em 1917, com a entrada em vigor do Código Civil, é que os direitos políticos foram reservados por meios censitários que permitiam a votação ativa e passiva só de alguns “cidadãos”. A quase inexistente industrialização e a restrita população urbana cooperavam para a concepção de um pouco de cultura em que sequer abarcavam os direitos políticos e, muito menos, os direitos sociais.

campo midiático tem um lugar estratégico na configuração das sociedades contemporâneas”. (MALDONADO, 2002, p. 6).

Portanto, nas sociedades midiaticizadas o exercício da cidadania é qualificado por uma forma de ser sujeito no espaço público, com habilidade de se compor atravessadamente de demandas e conjecturas em múltiplos campos atrelados com sua experiência. Conseqüentemente, para além dos direitos anteriormente reconhecidos, a cidadania corresponde, ainda, aos processos de práticas e lutas que permitem ao sujeito ser cidadão. Porém, a participação se torna essencial para democratizar e concretizar a forma do espaço público atual ou, como bem determina Soledad Segura, “a ideia de uma sociedade igualitária e plural só tem sentido se supormos a existência de uma pluralidade de espaços públicos onde participam diversos grupos, valores e retóricas”. (SEGURA, 2010, p. 7).¹³⁵

Assim, a participação pela concretização e democratização de conformação do espaço público citado, no Brasil, aparece entre as décadas de 70 e 80, quando vários movimentos sociais surgem no país, dentre os quais podemos destacar o MAB – Movimentos de Atingidos por Barragens. Tais movimentos, como o trazido no exemplo, enfrentaram grandes desafios e ainda os enfrentam para assegurar e ampliar o exercício da cidadania em nosso país. Pois, ser cidadão e cidadã, dentre tantas outras premissas, implica questionar o caráter excludente de nosso modelo econômico e, simultaneamente, efetivar e aprimorar a democracia. Precisamos de uma política democrática que proporcione mudanças econômicas para resolver os nossos conflitos sociais, reconhecer e defender o direito de todos os cidadãos e garantir o pluralismo e os direitos das minorias.

Eu vivia lá, sabia que tinha uma barragem da Samarco, mas não sabia do potencial que ela tinha de destruição, cê entendeu? Antes do rompimento eu tinha a Samarco como uma boa empresa, entendeu? Além do rompimento essa é uma outra decepção porque a gente vive num mundo dominado por eles, propaganda da Vale bonita, cê vê que a gente viveu num mundo desenhado pelas mineradoras. Quando a realidade vai chegando, a gente fica muito triste, sabe por quê? Principalmente com a justiça. (Marino D'Angelo, atingido da barragem de Fundão/Mariana).

Pessoal! Vocês estão vendo isso de uma forma errada. A empresa não está dando lucro pra nós. Nunca deu lucro. Nunca deu lucro. Nunca. Porque tudo que ela retira daqui de Minas é nosso. Ela explora. Tira. E dá migalha. Joga migalha. Dá milho aos pombos. Fala sério! (Silvano, atingido da barragem de Fundão/Mariana).

¹³⁵ “la idea de una sociedad igualitaria y multicultural sólo tiene sentido si suponemos la existencia de una pluralidad de espacios públicos, donde participan grupos con diversos valores y retóricas. Por definición, una sociedad semejante debe incluir una multiplicidad de públicos”.

Os fragmentos transcritos acima são dos atingidos. Na data em que foram ouvidos, em 09 de junho de 2019, estavam ocupando o escritório da *Fundação Renova*, em Mariana, por meio de ações coletivas e organizadas da direção do MAB Minas. Esses atingidos, juntamente com o movimento social, nada mais estão buscando do que o reconhecimento pelas “cidadanias”. Nos discursos dos atingidos há o grito das minorias excluídas. Daí surge a pergunta, que é parafraseada de Cortina (2005, p. 203): “Excluídos de quê?” Pois, dificilmente, podemos saber de que estamos injustamente privando as pessoas se não temos a consciência sobre quais bens lhes pertencem por direto: os bens da terra.

E será que estamos excluindo-os de somente os bens da terra? Obviamente que não. Como já relatado, apesar de cidadania ser uma palavra no singular, no nosso ponto de vista, a expressão deve ser vista no plural. Assim, estes sujeitos buscam a cidadania jurídico-política, social, econômica, cultural, identitária, simbólica e como corolário das outras cidadanias; a cidadania comunicativa, que nada mais é do que reconhecer-se cidadão a partir da luta e da resistência, onde cada atingido terá direito a voz. “Por isso, a sociedade deve organizar-se de modo a conseguir gerar em cada um de seus membros o sentimento de que pertence a ela, de que essa sociedade se preocupa com ele e, em consequência, a convicção de que vale a pena trabalhar para mantê-la e melhorá-la”. (CORTINA, 2005, p. 20).

Nesse sentido, em nossa sociedade, o exercício da cidadania não se trata de aprendizagem, mas uma construção diária, de luta por condições de vida, trabalho e educação, entre outros. De tal modo, que o *sujeito comunicante* atingido, nesse fragmento exposto, é domínio e dominador das suas práticas comunicativas, e através delas estabelece suas visões universais e, ao mesmo tempo, atua na construção social da realidade das comunidades das quais pertencem.

É por meio desses discursos que compreendemos que a linguagem não incide somente como meio de trocas de informações. Ela funciona como um organismo que requer ações. “Chamo comunicativas as interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de ação, o acordo alcançado em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjetivo”. (HABERMAS, 2003, p. 79). Tanto é que os *sujeitos atingidos* amparam-se nos processos da linguagem para estabelecer consensos, articulações e acordos sobre como compor suas práticas de existência e dispositivos comunicacionais.

Ate hoje nós não temos uma assessoria técnica homologada. A nossa luta por direito e muito grande. A Vale continua dentro do território e num sei fazendo o que porque não resolve o problema de ninguém, já um ano não resolve, fica ali de casa em casa de porta em porta cometendo crime atrás

de crime mandando empresas fotografar nossas casa entra no nossos terrenos não pede nem licença já chega do meio da rua e começa a fotografar nossas casas sem pedir licença sem se apresentar sem falar quem são por que veio.[...] eu continuo indagando isso eu usei até uma um metáfora vamos dizer assim com Rodrigo porque eu disse pra ele meu esposo tá aqui se meu esposo me agredir e eu denunciar meu esposo a primeira providencia da justiça é afastar ele de mim é me dar uma medida protetiva e afastar ele de mim eu não consigo entender porque a criminosa que tanto nos prejudico que tanta vida tirou que tanto matou continua fazendo junto com as vitima eu não consigo entender na minha mente não entra isso. [...] a Vale continua junto com suas vitimas porque a justiça esta usando isso, isso não entra na minha cabeça eu não consigo entender isso. (ELIANE, atingida da barragem da Mina do Córrego do Feijão/Brumadinho).

A República Brasileira, em mais de um século, ainda não alcançou uma política democrática. Os princípios fundamentais das democracias hodiernas, como o direito de liberdade de pensamento, moradia, associação, locomoção, manifestação de opinião por intermédio da imprensa e da propaganda, que são garantidos por lei, têm acesso restrito e/ou nenhum acesso aos cidadãos.

Mas se tais princípios estão previstos no texto constitucional, por que atingidos, como dona Eliane não conseguem alcançar os direitos e garantias fundamentais esculpidos na “*Constituição Cidadã*”? Tal situação demonstra como o capital dita as regras e não as legislações. Tanto no crime da *Samarco/Vale/BHP Billiton* em Mariana/MG quanto no crime da *Vale S.A* em Brumadinho/MG os atingidos são alvos destas mineradoras e dos desmandos do capital, porque padecem de todo o tipo de injustiça e, na prática, se veem destituídos de sua cidadania uma vez que os danos causados pelas lamas não foram reparados.

Fato é que as “cidadanias” não instituem espontaneamente as desigualdades, “elas são, antes, os meios fundamentais pelos quais os Estados-nações reconhecem e administram algumas diferenças como sistematicamente proeminentes, ao legitimá-las ou igualá-las para propósitos diversos”. (HOLSTON, 2013, p. 28). Logo, a noção de cidadania se transforma de sociedade para sociedade e no decorrer do tempo histórico em cada uma delas.

Porém, as sociedades contemporâneas são particularmente complexas, devido aos múltiplos valores culturais, religiosos e morais, com distintos entendimentos individuais do que é uma vida digna. Assim, Habermas (1995) entende que a multiplicidade de valores das sociedades apresenta uma discussão essencial na interpretação do estado democrático de direito, que uma tensão intrínseca entre o princípio do igual tratamento entre as pessoas e a busca pela proteção das identidades culturais de uma sociedade.

Tal autor explana a função do Estado na sociedade com alicerce em sua teoria da ação comunicativa, a qual apresenta uma visão instrumental da política como um sistema ativo conduzido pelo meio poder. (HABERMAS, 1995). Essa sociedade, segundo o mesmo autor tem dois níveis: um formado pelo mundo da vida, em que os agentes sociais norteiam-se pela racionalidade comunicativa através da linguagem ordinária, utilizada por discursadores que postulam ambições de legitimidade ilocutoriamente presentes no ato do discurso, e o segundo nível, é composto por aparelhos sociais especializados em alcançar funções que demandam dos agentes o conduta estratégica originada pelo resultado, entre os quais se sobressaem o mercado e a política.

Portanto, nas sociedades pós-modernas, o capital e o poder ganham uma força enorme dentro do estado desempenhando um grande controle na produção do direito, conseqüentemente nos princípios e garantias fundamentais da Constituição Federal, fazendo com que os atingidos, por exemplo, tenham que lutar e resistir para tê-los na prática, como o exercício da cidadania.

Nesse mesmo seguimento, Habermas idealiza um conceito de democracia que implica uma participação comunicativa e ativa, convencionada à representação política onde é possível ultrapassar os questionamentos quanto à legitimidade do direito, assim como sua adaptação. Por meio da teoria discursiva habermasiana é imaginável a criação de um direito autêntico, em que serão garantidas as liberdades subjetivas sincronicamente a participação ativa dos sujeitos. Essa teoria surge como uma possibilidade às concepções liberais e comunitárias do direito que não alcançaram o direito enquanto interesse universal.

Ademais, nas palavras de Canotilho, a democracia discursiva habermasiana não se estrutura em valores universais do homem, através de um ponto de vista liberal e tão pouco na moral de uma comunidade particular, dentro da visão republicana, mas em preceitos de discussão cujo alvo é propiciar uma saída universal a conflitos, morais e éticos da sociedade. (CANOTILHO, 2003).

A co-originariade da autonomia privada e pública somente se mostra, quando conseguimos decifrar o modelo da autolegislação através da teoria do discurso, que ensina serem os destinatários simultaneamente os autores de seus direitos. A substância dos direitos humanos insere-se, então, nas condições formais para a institucionalização jurídica desse tipo de formação discursiva da opinião e da vontade, na qual a soberania do povo assume figura jurídica. (HABERMAS, 2003, p. 139).

A validação do direito contemporâneo é vista por Habermas (2003) como um conflito entre direitos humanos e o princípio da soberania do povo. Ele levanta um arquétipo de auto-legislação, por meio de sua teoria do discurso, onde os destinatários são ao mesmo tempo sujeitos de seus direitos.

Tal teoria filia-se ao pós-positivismo e reorganiza os direitos humanos sob uma nova vertente, que está ancorada no agir comunicativo e na efetivação do uso da linguagem. No direito, como por exemplo, o instituto da cidadania passa a ser abarcado como um processo de construção cultural, cuja legitimidade é assinalada através da aceitação responsável dos seus destinatários quanto às assertivas regulamentares criticáveis, positivamente.

Claramente, o desafio das sociedades é fazer com que esse direito humano seja consolidado e que a desigualdade de oportunidades não seja um marco definidor de quem é mais ou menos cidadão. A cidadania está com quem tem o poder e com quem não, mesmo que sintamos com maior intensidade essa presença entre aqueles que estão com as mãos nele. Essa dialética torna a cidadania um elemento revolucionário, mas também em algum grau mantenedor dessas desigualdades. (TEIXEIRA, 2019, p. 27-28).

A base habermasiana da teoria do discurso tem seu modelo procedimental de legitimação, aportado nas composições comunicativas, pois “o conteúdo do diálogo é constituído pelos interesses que os diferentes indivíduos ou grupos consideram com direito suficiente para ser universalmente reconhecidos [...]”. (CORTINA, 2009, p. 138). O sucesso do discurso depende exatamente do êxito da legitimação, e entende-se vitoriosa a legitimação fundamentada em contextos que podem ser ratificados por todos e qualquer um, em ocorrências de discursos racionais.

Portanto, entender o agir comunicativo é fundamental para o conceito de esfera pública a partir da percepção de cidadania em Habermas, pois as informações e argumentos são expostos na forma de ideias. Essa rede é bastante intrincada e se subdivide em arenas internacionais, nacionais, regionais ou locais que se comunicam do centro à periferia. Os públicos distintos e formados por temas, interesses e grau de estruturação conseguem, em determinados ocasiões, conversar por apresentarem uma linguagem ordinária e por permanecerem unidos pelos meios de comunicação. (HABERMAS, 1997).

Aliás, em escritos mais atualizados, Habermas (2005, 2006) reitera a importância dos meios de comunicação na esfera pública em que ressalva que tais ocorrências alimentam os cursos comunicativos e deliberativos que a nutrem, organizando, via estruturas e táticas próprias, articulações entre diversas falas, isto é, do centro a periferia. Isto, porque existe uma

esfera pública dominante, mas também em contrapartida existem outras esferas públicas disputando o poder comunicativo. É preciso também pensar nas trocas, nos tratados que se estabelecem entre os sujeitos para solucionar os problemas que os afetam.

[...] para a democracia, importam não só os processos comunicativos que se estabelecem nos contextos formais de deliberação política e a amplificação do grau de visibilidade do debate na esfera pública através dos meios de comunicação, mas também aqueles contextos marginais e invisíveis onde os indivíduos aprendem, a longo prazo, a expor publicamente seus dilemas, a identificar problemas latentes, a demarcar posições e a justificar opções diante dos outros. (MARQUES, 2014, p. 35).

À vista disso, o exercício da cidadania tem-se ampliado fora do campo do exercício dos direitos civis e políticos de maneira global para congregar as extensões da heterogeneidade e da diferença. Certamente as ponderações de Cortina (2005) sejam elucidativas neste ponto, quando explica que a cidadania, em um sentido universal, fala de um conjunto de direitos, um conjunto de deveres e ainda de uma identidade, por meio da qual os sujeitos se compreendem e se notam parte de uma sociedade.

Cuida-se da cidadania comunicativa, que seria “quando se reconhece que o direito a comunicar não pertence (somente) ao meio massivo de comunicação, mas a todos os sujeitos sociais, a cidadania comunicativa é exercida [...] frente uma apropriação/expropriação desse direito por parte do meio – ou outro poder, como o Estado – (que) se demanda ou se protesta frente a ele” (MONJE et al, 2009, p. 196-197).

Tal cidadania não atrapalha a aquisição dos direitos civis, como a liberdade de expressão, direitos políticos, como participação dos cidadãos nos direitos sociais, no direito à informação, à educação, ao acesso ao conhecimento, dentre outros. No entanto, contempla sobre a possibilidade desses direitos, já conquistados, serem estendidos com a união de vozes cidadãos.

Nesse liame, percebemos que nos últimos tempos tem-se debatido sobre cidadania em várias ciências, sobretudo, na Filosofia, na Sociologia, no Direito e na Comunicação, como interfaces que se complementam devido à importância e abrangência da cidadania. Assim, Cortina (2005) aduz que a cidadania promove, antes de tudo, a justiça, mesmo que genericamente, pois sentir-se cidadão de uma comunidade nada mais é do que a cidadania em si.

Em princípio entende-se que a realidade da cidadania, o fato de se saber e de se sentir cidadão de uma comunidade, pode motivar os indivíduos a trabalhar por ela. Com isso, nesse conceito se encontram os dois lados a que nos

referimos: o lado “racional”, o de uma sociedade que deve ser justa para que seus membros percebam sua legitimidade, e o lado “obsuro”, representado por esses laços de pertença que não escolhemos mas já fazem parte de nossa identidade. Ante os desafios com os quais qualquer comunidade se depara, é possível apelar então à razão e ao sentimento de seus membros, já que são cidadãos dessa comunidade, algo seu. (CORTINA, 2005, p. 27, grifo nosso).

E é no discurso falado pela moradora de Bento Rodrigues, dona Terezinha, que percebemos claramente a busca pela justiça através da organização e da luta dos atingidos e atingidas no que tange à cidadania comunicativa.

Hoje eu vejo que parece que a gente tá brincando de casinha, né? Parece que eles estão deixando a gente brincar. Um dia eu chamei a minha irmã e falei vamos limpar minha casa pra gente passar o final de semana... aqui estava muito quebrado, que o pessoal tinha saqueado as janelas, tinha muita terra...minha casa era limpinha, os terrero era varrido. Ai eu fiz a proposta pra ela e ela aceitou... aí a gente vem todo o final de semana pra cá. Quando tem festa a gente faz as comidas aqui. Acolhe todas as pessoas aqui...eu quis limpar minha casa porque lá a onde a gente foi em Mariana eu não me adaptei... eu não nasci pra cidade...eu pedi pra eles para ir para um distrito e eu estou num distrito. Fico empurrando a semana pra chegar o final de semana e vim pra cá...a minha rotina era aqui. 2016 a gente só pode ficar na rua, lá em baixo... em 2017 a gente passou o final de ano aqui na minha casa já. Nós montava a barraca e ficava, mais aí eu falei, sobrou a minha casa... mais depois que estamos aqui três vez, entraram gente aqui e saquearam, revirou até as coisas de comer, mais a gente tá firme (DONA TEREZINHA, atingida, moradora de Bento Rodrigues, 2018).

O discurso de dona Terezinha reforça nosso entendimento de que a memória é, conseqüentemente, uma figura de rememoração coletiva que pode estar prendida a um território, seja num campo tangível ou intangível, mas continua incólume, e pertence àqueles que comumente têm a sua história silenciada. Ela se move, se reconstitui conforme as experiências individuais e coletivas. Portanto, geralmente, nesses casos, a identidade é o maior valor de que desfruta uma comunidade, dando-lhe significado. Conduz a uma perspectiva de discussão que abrange a ideia de uma identidade coletiva, culturalmente constituída, cujo modo da representação coletiva a ela incorporado deriva em um conjunto de significados compartilhados. (GARCÍA CANCLINI, 2008).

Figura 13 – Fachada da escola estadual depois da lama da *Samarco*

Foto: Nilmar Lage, 2018.

Sabemos que os lugares de memória são lugares significativos que transportam, ao seu lado, a carga simbólica do patrimônio memorial de uma comunidade, locais compostos de elementos titulados memória-arquivo, capazes de propiciar um retorno ao passado por meio dos indícios. Concebem a memória solidificada, como um símbolo, um elemento narrador, porém, não é a memória em si mesmo. Lugar de memória é, então, toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer.

A memória, na perspectiva que coloca Ecléa Bosi (2003), é exatamente essa. Para a autora, ela transcende, sem repudiar, a perspectiva individual. Cada discurso expede casos em que o narrador se submergiu em interação com outras pessoas. Tais apanhados refletem as crenças que o sujeito contraiu em seu grupo, se aporta temporalmente aos acontecimentos que perpetraram a notícia e a classificaram a época, sobre qualquer fato como os crimes praticados pelas mineradoras em tela, sobre acidentes, sobre a passagem do cometa Halley, escândalos e política etc. A vida *privada* institui o depoimento de um tempo coletivo.

Comprendemos que a história oral não é somente o testemunho pessoal, vai muito além: para nós, é a maneira de desencarcerar as camadas da população excluídas da história.

“Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu”. (BOSI, 2003, p. 69).

De mais a mais, tomando como exemplo o fragmento da fala de Claudia, atingida da barragem da Mina do Córrego do Feijão/Brumadinho, ponderamos com Cortina (2005) que aconselha o desenvolvimento de aprendizagem de construção do mundo juntos, a partir de uma perspectiva erguida na cidadania, não obstante as desigualdades naturais e sociais manifestamente presentes, ou seja, uma cidadania estabelecida nos requisitos estabelecidos por noções de justiça e de pertença, capaz de motivar cidadãos a participações ativas e concretas, não só aquelas afeitas aos direitos e obrigações.

Meu nome é Cláudia moro com minha família em Mario Campos, primeira cidade atingida pela barragem do Córrego do Feijão de Brumadinho, o Rio Paraopeba fica nos fundos de nossa propriedade, somos ribeirinhos, mudamos pra cá a 2 anos e 9 meses cheios de sonhos projetos para termos uma qualidade de vida melhor, quando nos esbarramos na lama da Vale, foi quando literalmente nossas vidas pararam para correremos atrás de nossos direitos que foram nos tirado de uma forma tão brutal, que até hoje muito pouco através de muita briga foi conquistado, uma luta diária!(CLAUDIA, atingida, moradora da zona rural de Mário Campos, 2020).

Logo, “a cidadania parte dos sujeitos, das resistências que ela implica sobre as práticas institucionalizadas, mas certamente as instituições têm um papel preponderante nesse esquema de regulação das processualidades cidadãs”. (TEIXEIRA, 2019, p. 29) pois, a prática da cidadania comunicativa contempla a natureza da ação, que é a participação nas ações na vida individual e coletiva, associada à ideia de negociar e interagir nas tomadas de decisões. Quer dizer, a condição da participação nos processos comunicacionais é o ponto de partida para a reflexão e o entendimento da prática da cidadania comunicativa.

Quando Cláudia disse: “foi quando literalmente nossas vidas pararam para correremos atrás de nossos direitos que foram nos tirado de uma forma tão brutal”, seu discurso exterioriza a luta e a forma como tem resistido para alcançar seus direitos e, conseqüentemente o exercício da prática da cidadania. Esse exercício pode ser vislumbrado ainda no manejo com a terra, quando eles tinham a plantação de hortaliças conforme demonstra a figura abaixo. Porque cuidar da mãe terra é um ato de amor¹³⁶.

¹³⁶ Los asuntos ambientales no pueden tratarse de manera aislada, fragmentaria, accesorio, ni siquiera complementaria. Se trata de una mirada a la raíz de la existencia humana y por eso se cuestiona la orientación general de la vida, su sentido, sus valores en relación con las condiciones de la casa común y el ambiente que como familia humana establecemos dentro del hogar que Dios en su inmensa bondad nos ha confiado. “No estamos hablando de una actitud opcional, sino de una cuestión básica de justicia, ya que la tierra que recibimos pertenece también a los que vendrán”²⁰. Por tanto, asumir en serio el discipulado misionero del Evangelio

Figura 14 - Visão parcial da plantação de hortaliças na propriedade de Claudia, atingida da zona rural de Mário Campos



Fonte: Arquivo pessoal de Claudia.

A família de Cláudia, como qualquer outra família tinha projetos. Projetos esses que abarcavam o cuidado com a Casa Comum (terra), mas o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão trouxe consequências não só na vida dessa família, mas, cada um com suas intimidadoras extensões na vida dos atingidos e consequências para o meio ambiente.

Por isso é importante ressaltar que a participação “[...] não é dada, é criada [...]. A participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada”. (DEMO, 1988, p. 82). Corroborando Peruzzo (1998) sobre a participação nas ações comunicacionais elencando três categorias: participação passiva, participação controlada e participação poder. Esta última representa a partilha do poder, por meio de espaços mais abertos e democráticos: “[...] são expressões do poder participação a co-gestão e a auto-gestão”. (PERUZZO, 1998, p. 81).

5.2 Discursos Midiáticos

A globalização, concomitante à maturação e ao sazonalamento tecnológico, tem determinado a ação dos meios de comunicação e afetado profundamente as práticas e relações entre os sujeitos sociais, individuais e coletivos na atualidade. É nessa situação que acontece o processo de mediação, em referência às tecnologias, às técnicas, às lógicas, às estratégias e às elocuições das mídias, que passam a compor as práticas dos distintos campos sociais.

Por conseguinte, a mídia tem modificado os processos de comunicação levantando novos intercâmbios comunicativos entre os sujeitos sociais. Por sua vez, esses processos geram códigos especiais que causam implicações de percepção, recepção e de condutas sociais. Assim, dentro desta pesquisa epistemológica, buscamos identificar a partir dos discursos midiáticos as mídias hegemônicas, comerciais, de massa e noutro ponto as mídias contra hegemônicas, alternativas, comunitárias.

Como os dois acontecimentos envolvendo a queda tanto da barragem de Fundão, quanto a queda da barragem da Mina do Córrego do Feijão foram noticiados nos meios de comunicação mineiros, nacionais e até internacionais, optamos por notícias veiculadas através das redes sociais (*facebook*) como: a *fanpage* EU LUTO – Brumadinho vive e a *fanpage* da Samarco, além do site da Vale S.A. e em jornais (*online*) quais sejam: “*Estado de Minas*”¹³⁷, que é ligado a um grupo de comunicação estadual; a “*Folha de São Paulo*”¹³⁸ que é vinculado a um grupo de comunicação nacional; o jornal “*BBC Brasil*”¹³⁹ que é um meio

¹³⁷ Disponível em: <https://www.em.com.br/>. Acesso em: 31 jan. 2019.

¹³⁸ Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

¹³⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil>. Acesso em: 15 fev. 2019.

público internacional; o jornal *Brasil de Fato*¹⁴⁰ que é um site de notícias e uma radioagência, além de possuir jornais regionais; já o jornal “*A Sirene – para não esquecer*”¹⁴¹, é produzido pelos próprios atingidos e é mantido através de um acordo entre os atingidos, o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana; o *facebook/fanpage* da *Samarco* porque foi apropriado pela mineradora como uma ferramenta da comunicação organizacional; o portal *online* da *Vale S.A.* numa página intitulada REdescobridores em que se definem como “questionadores, inquietos, desafiadores, somos redescobridores”; o jornais com a Comunidade¹⁴², da *Fundação Renova* – esse meio de comunicação foi escolhido por pertencer a Fundação que foi criada a partir do TTAC e ser a responsável pela reparação de todos os tipos de danos relacionados ao rompimento de Fundão e os atingidos; a *fanpage/facebook* da comunidade “eu luto – Brumadinho vive¹⁴³”, por se tratar também de um meio comunicação que trabalha com a comunidade como forma de informação, conscientização e luta por direitos dos atingidos pelo crime socioambiental ocorrido em Brumadinho; o portal do jornal laboratório *Lampião*¹⁴⁴, por se uma mídia local e é produzido por graduandos do curso de Jornalismo da UFOP e por derradeiro a revista laboratório *Curinga*¹⁴⁵, que também faz parte da UFOP, sendo intitulada como uma revista “aberta ao debate e fechada ao preconceito”.

Através das mídias selecionadas e que foram baseadas no nosso *corpus* e na pergunta central da pesquisa, a análise crítica do discurso e a análise de conteúdo foram às teorias utilizadas especificamente para tratar os discursos. Nesse ponto de vista, os discursos presentes nos jornais e nas *fanpage* mencionados foram considerados adotando uma perspectiva que abrange o processo de produção de sentidos para além da materialidade do código e da combinação linguística. A partir desse argumento, estão insculpidos razões de ordem ideológica, sócio histórica, identitária, sociocultural dentre outros aspectos que compõem o processo de significação.

Apreendemos que os meios de comunicação exercem, atualmente, um papel ativo no entendimento da visão que a população dissemina sobre o universo e suas relações sociais. A mídia assenhoreia presentemente, em nossa sociedade, o maior contingente de poder simbólico¹⁴⁶ – como poder de estabelecer a informação pela enunciação, de fazer ver e fazer

¹⁴⁰ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

¹⁴¹ Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/>. Acesso em: 30 mar. 2019.

¹⁴² Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/jornais-com-a-comunidade/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

¹⁴³ Disponível em: <https://www.facebook.com/eulotobrumadinhovive/about>. Acesso em: 17 maio 2020.

¹⁴⁴ Disponível em: <http://www.jornalismo.ufop.br/lampiao/quem-somos/> Acesso em: 15 maio 2020.

¹⁴⁵ Disponível em: <https://issuu.com/revistacuringa>. Acesso em: 15 maio 2020.

¹⁴⁶ Contra todas as formas de erro “interacionista”, o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou

crer, de ratificar ou de decompor a visão do mundo, e destarte, a ação sobre o mundo, consequentemente, o próprio mundo. (BOURDIEU, 2016).

Ponderando sobre a recomendação de Bourdieu, sobrepomos a ela e cremos nos meios de comunicação como lugares de luta e de vontades divergentes. Desse ponto, entendemos que não são eles puros reprodutores de uma mera e acertada realidade. Não são espaços neutros e, muito menos, desembaraçados em relação aos interesses privados. Todavia, a mídia é vista como espaço estruturado e explícito de disputa do poder, de que a locução dos interesses do capital, conectados na maior parte a grupos econômicos, não representa e nem defende, ao mesmo tempo, os interesses da sociedade.

Mas, não podemos esquecer que os meios de comunicação se encontram em todos os lugares, até quando caminhamos nas ruas, somos acanhoados por distintas informações de todos os graus e características. Outras vezes somos abordados através do celular, na TV, do jornal impresso, do autofalante do carro, dentre vários outros exemplos que manifestam, empiricamente, a onipresença dos meios de comunicação na vida humana.

Do mesmo modo, podemos descrever que os meios de comunicação atravessam a vida do ser humano, e o progresso tecnológico é a energia motora dessa realidade, isto é, ao passo que a tecnologia da informação e comunicação progride, majora a propagação de informações pelos meios de comunicação. Então, a mídia exerce autoridade em praticamente todos os níveis e instâncias socioculturais, contendo a habilidade de envolver todos os lugares por meio de seu poder de comunicação simbólica. “Assim, as questões tradicionais sobre o uso e os efeitos dos meios de comunicação precisam levar em consideração as circunstâncias nas quais a cultura e as sociedades passaram a ser midiaticizadas”. (HJARVARD, 2008, p. 55).

5.2.1 As escolhas: o discurso das mídias e a análise crítica do discurso

Por entendermos que os meios de comunicação interferem diretamente na construção e na transformação da realidade da população, além de influenciarem na percepção que cada indivíduo tem da realidade, nossos pressupostos são que os discursos midiáticos interferem na construção de uma imagem pública e/ou privada e dos discursos que a avaliam. No entanto, também reconhecemos que não se trata de um processo homogêneo: há distinções entre os

pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”. (BOURDIEU, 2016, p.7-8).

veículos de comunicação, pois uns trabalham sob o ponto de vista das mídias comerciais e outros operam por meio das mídias alternativas. Todavia, as duas mídias mencionadas têm como objetivo levar o discurso da informação.

São diversas percepções sobre discurso. Aqui, optamos pela concepção de discurso empregada por Fairclough (2001). Para elucidar o discurso, o autor dilacera a posição saussureana, na qual não se pode considerar metodicamente a fala, por ser a mesma uma atividade singular e subjetiva; Fairclough considera a posição dos sociolinguistas, que confiam que o uso da linguagem é conformado socialmente, e não individualmente.

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. (...) Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como efeito da primeira. (...) O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90-91).

Para Fairclough (2001), o discurso coopera para a constituição de identidades sociais, de relações sociais em meio às pessoas e de preceitos de conhecimento e crença. Ademais, espelha a sociedade como ela é, mas igualmente admite transformá-la, compondo uma relação dialética com o arcabouço social. Por conseguinte, o discurso pode ser empossado política e ideologicamente, nutrindo ou transformando as relações de poder e as entidades coletivas entre as quais há relações de poder, além de estabelecer, naturalizar, sustentar e transformar os significados do mundo de condicionamentos nas relações de poder.

Assim, conforme Fairclough (2001), o texto deve ser compreendido enquanto extensão do discurso, ou seja, o produto escrito ou falado da técnica de produção textual, onde o discurso é utilizado em compatibilidade aos mais variados tipos de linguagem empregada em diversas situações sociais, como por exemplo, os discursos dos jornais e o discurso das empresas. E, para a construção da análise do discurso, o autor supramencionado utiliza aportes de Foucault (2009), retirados do livro “A arqueologia do saber¹⁴⁷”, pois o mesmo traz

¹⁴⁷ [...] a arqueologia define as regras de formação de um conjunto de enunciados. Manifesta, assim, como uma sucessão de acontecimentos pode, na própria ordem em que se apresenta, tornar-se objeto de discurso, ser registrada, descrita, explicada, receber elaboração em conceitos e dar a oportunidade de uma escolha teórica [...]. A arqueologia não nega a possibilidade de enunciados novos em correlação com acontecimentos exteriores. Sua tarefa é mostrar em que condições pode haver tal correlação entre eles, e em que ela consiste precisamente (quais são seus limites, forma, código, lei de possibilidade). (FOUCAULT, 2009, p. 191).

conceitos decisivos para a abordagem do discurso, dos quais são aprofundadas análises, adotando-se percepções e teorizações a respeito do sentido e da construção do sujeito pelo discurso numa relação dialética com o meio.

Logo, a obra acima mencionada, deixou um legado arqueológico e genealógico que Fairclough apreendeu e que pode ser sintetizada em: I) o discurso é uma prática que decorre da produção dos saberes e que se articula com distintas práticas não discursivas; II) o falar e o fazer inserem-se em formações discursivas, na qual as informações são conduzidas por certos códigos de formação; III) o discurso é um jogo hábil e controverso, onde se fundam os saberes de um período histórico; IV) o discurso é o lugar em que saber e poder se vinculam - quem fala, fala de algum lugar, fundamentado em um direito reconhecido de acordo com as normas institucionais) e; V) a produção do discurso é moderada, elegida, formada e redistribuída por procedimentos que têm como objetivo definir aquilo que pode ser falado em determinado momento histórico.

Em seu exame arqueológico, Foucault (2009) resguarda que o discurso tem efeito elementar sobre a realidade. Por isso, o discurso não é apenas determinado pelas estruturas sociais e, tão pouco, somente uma réplica do mundo das coisas, mas, contrariamente, ele constrói a sociedade, porque compõe os elementos de conhecimento, os sujeitos e as estruturas conceituais.

As ponderações Foucaultianas são essenciais para o enfoque de Fairclough (2001) em três pontos. A primeira questão é a natureza discursiva do poder e o seu papel fundamental na estrutura social, como é o fato de determinados gêneros em que a assimetria de poderes é colocada em consideração, como por exemplo, quando o acusado de um determinado crime é ouvido pelo magistrado, pois naquele ato encontra-se numa posição distinta em que faz perguntas, enquanto o acusado, de um modo geral, não deve protestar, detendo-se a responder ou a permanecer em silêncio:

Essa concepção de poder sugere que o discurso e a linguagem são de importância central nos processos sociais da sociedade moderna; as práticas e as técnicas que Foucault enfatiza tanto – a entrevista, o aconselhamento, e assim por diante – são em grau significativo práticas discursivas. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 76).

Já o segundo ponto tem relação ao caráter político do discurso, isto é, existe uma colisão na busca pelo poder que se ressoa, até mesmo, nas práticas discursivas. A luta pelo poder, assim sendo, não compreende só às lutas entre classes, pois Fairclough (2001) vê a luta pelo poder manifestando-se seja na relação entre o Estado e os sujeitos/cidadãos como

também no cotidiano como, por exemplo, na família, na escola, na repartição pública etc., e, toda vez que o discurso influi no desenvolvimento, quer para sustentar ou reorganizar as relações de poder, está-se perante do seu resultado ideológico.

Enquanto a terceira e última questão dirige à estrutura discursiva da transformação social¹⁴⁸. Segundo Fairclough (2001), toda transformação social está diametralmente inventariada numa mudança discursiva, assim, não são duas coisas distintas, mas, diversamente, o discurso é uma extensão da prática social. Não se trata, apesar disso, de adjudicar poderes ilusionistas ao discurso como se a palavra apresentasse a capacidade de per si, originar uma transformação social. De outro ponto de vista, não existe quaisquer modificações na estrutura social sem que se tenha uma modificação do discurso.

Com base nas questões apresentadas para pensar o discurso podemos perceber que a partir de Foucault (2009), Fairclough retira as percepções basilares da teoria social para amparar sua proposta de enfoque da análise de discurso crítica. Aquele traz a inquirição sobre os objetos ordenados às áreas de investigação e arrazoa que a loucura, no caso da psicologia sobre as psicopatologias, não é um objeto definitivo e sim algo que está sujeito a mudanças contínuas, seja entre formações discursivas ou entre uma dada formação discursiva, observemos:

Isso significa que uma dada formação discursiva precisa ser definida de tal forma que permita a transformação de seus objetos, e Foucault sugere que a unidade de um discurso é baseada não tanto na permanência e na singularidade de um objeto quanto no espaço no qual vários objetos emergem e são continuamente transformados. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 66).

É valioso incluir nesse conjunto de embasamentos da teoria social a formação de categorias enunciativas que são, de acordo com Fairclough (2001), espécies de atividade discursiva, como descrição, constituição de hipóteses, elaboração de regulações, instrução, cada uma das quais tem integradas suas inerentes organizações em relação ao sujeito.

É importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada como dialética para evitar os erros de ênfase indevida; de um lado na determinação social do discurso e, de outro, na construção do social do discurso. No primeiro caso, o discurso é mero reflexo de uma realidade social mais profunda; no último, o discurso é apresentado idealizadamente como fonte do social. O último talvez seja o erro mais imediatamente perigoso, dada a ênfase nas propriedades constitutivas dos discursos em debates contemporâneo [...] uma perspectiva dialética também é um

¹⁴⁸ Reflexão retirada do livro “Vigiar e Punir” (FOUCAULT, 1999).

corretivo necessário a uma ênfase indevida na determinação do discurso pelas estruturas, estruturas discursivas (códigos, convenções e normas), como também por estruturas não-discursivas. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92-93).

Para compreendermos a citação acima, Fairclough (2001) mesmo refere na obra a uma metáfora quando traz um exemplo sobre trabalhadores no contexto educacional em que usam a palavra “consumidores” e não “estudantes”. Tal fato tem o poder de modificar o discurso, a opinião e as ações praticadas. A metáfora demonstrou que o estudante é tratado como cliente, abordando assim, o alcance não somente no campo discursivo, antes de tudo o comportamento da instituição/faculdade e a relação com os próprios estudantes.

Igualmente, considerar as instituições e as organizações em termos de poder quer dizer compreender e ponderar suas práticas discursivas. Segundo Fairclough (2001) uma mudança discursiva pode proporcionar, deste modo, uma transformação social, quer dizer, quando um determinado discurso aufere ânimo ou hegemonia¹⁴⁹, seu alcance atravessa as raias das crenças e transpõe, por si só, uma atuação social, atingindo, como implicação de seu resultado, uma alteração nessa mesma composição social.

Nessa continuidade, nossa escolha pela análise crítica do discurso se justifica porque escolhemos trabalhar os crimes da *Samarco/Vale/BHP Billiton e Vale S.A.*, ou seja, as quedas das barragens de Fundão e da Mina do Córrego do Feijão por meio das mídias, das empresas e dos atingidos verificando os discursos utilizados por cada um buscando compreender as forças de poder enquanto produtores de sentido em práticas discursivas exercidas numa relação entre formações discursivas.

Já com referência ao “discurso”, Fairclough (2001), em sua produção acerca da teoria social do discurso, assevera que o vocábulo tem diversos efeitos e um deles é o modo de atuação, uma maneira em que os sujeitos podem operar sobre o mundo e, sobretudo sobre os outros, como ainda um modo de reprodução. E sugere também uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, tendo mais comumente tal relação entre a prática social e a

¹⁴⁹ Esse termo foi herdado de Gramsci (1999): Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio instável. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões por meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação /subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

estrutura social, e, esta segunda é incluída pelo autor tanto uma condição quanto um efeito da primeira.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

À vista disso o discurso colabora para a constituição de identidades, de sujeitos sociais e posições destes, sem olvidarmos a contribuição na relação social entre os sujeitos e na constituição de sistemas de conhecimento e crença, satisfazendo os postos identitários e relacionais da linguagem que interrelacionam em todo o discurso.

5.2.1.1 A queda da barragem de Fundão em Mariana/MG e a mídia

Compreendemos que as mídias de informação trabalham sob uma dialética dúplice, sendo uma econômica, que pondera o veículo midiático como uma empresa que lança produtos, e a outra simbólica, pela qual se noticia da constituição da opinião pública. A primeira é considerada como um espaço externo-externo das categorias socioeconômicas de um veículo, os discursos têm uma intencionalidade, influenciados por resultados econômicos, pretende-se apreender um grande público, não como leitores, mas consumidores.

Enquanto no segundo, as características semiológicas da produção, abarcadas pelo espaço externo-interno, se compõem num lugar de práticas, e diz respeito às deliberações adotadas por um jornalista e um chefe de redação, por exemplo, sobre o que será noticiado. Nos próximos itens trazemos reflexões que corroboram com o que relatamos sobre a mídia em relação à queda da barragem de Fundão.

5.2.1.1.1 A fanpage/facebook da Samarco

Na nossa problematização trabalhamos no sentido de materializar a pergunta central, porque elaboramos um conjunto de perguntas específicas, dentre elas o discurso da *Samarco/Vale/BHP Billiton* (item 2.2) com base no *corpus* que compõe a investigação e ainda baseado na análise do discurso e na análise de conteúdo que, no caso dessa empresa em específico, entendemos por bem examinar a construção da *fanpage* da mineradora. Tal

decisão se deu devido ao número de publicação ser bem maior do que do site *www.samarco.com* e, sem contar que os comentários não são bloqueados no *facebook*. Portanto, era importante considerar também a presença dos sujeitos.

Então, consideramos os sujeitos enquanto usuários da referida rede social, vez que os mesmos correspondem a um grupo que curtem a página e colocam comentários, ora positivos, ora negativos em relação ao rompimento da barragem de Fundão. Já a mineradora, observamos que ela se apresenta com caráter institucional, reconhecida e legítima e que, representa uma coletividade. Sem embargo, é necessário observar que apesar dos sujeitos/usuários curtirem a página não indica que coparticipem da mesma ideia, pois é através dos díspares posicionamentos adotados pelos sujeitos que surge a disputa de sentidos.

Tendo como embasamento os pressupostos da análise crítica do discurso, pesquisamos como ocorre a disputa de sentidos na *fanpage* da Samarco entre mineradora/sujeitos e os usuários/seus próprios pares. Isto posto, foi necessário analisar as estruturas de realização dos discursos, levando em conta as individualidades da ambiência digital e a maneira como essa atmosfera midiática acomodou a constituição discursiva.

Então, para compreender como se desenhou a disputa de sentidos na *fanpage* da *Samarco/Vale/BHP Billiton*, consideramos as postagens da mineradora e os comentários atinentes às publicações. As matérias do recorte temporal selecionado foram referentes ao primeiro mês do crime – 05 de novembro de 2015 a 05 de dezembro de 2015, porque todas as postagens foram analisadas a partir dos princípios da análise de conteúdo conforme Bardin (2011) e que podem ser resumidas em aspectos consensuais como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2008, p. 48).

A análise das postagens e a apreciação dos comentários foram realizadas em duas etapas: (I) pré-análise e (II) estudo do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise houve um preparo e uma estruturação do material, que culminaram em algumas interpretações iniciais. Os textos selecionados foram analisados individualmente e a partir daí formamos categorias, quais sejam: “organizacional”, “recursos naturais” e “auxílio assistencial”. Tais categorias foram estabelecidas pela presença de conceitos presentes nas postagens e em sua conjuntura de ocorrência.

Nos 30 dias da análise, a mineradora efetivou 127 publicações e entre elas, 29 estavam associadas ao posicionamento da *Samarco/Vale/BHP Billiton* e à propagação de dados organizacionais a respeito de diversos contextos relacionados à ruptura; 41 abordavam sobre os auxílios assistenciais proporcionados aos atingidos e; 57 tratavam sobre o meio ambiente e, especificamente às questões relativas aos recursos naturais, como por exemplo, o abastecimento das cidades atingidas.

Assim, diante do número de publicações e com o escopo de verificar os discursos da mineradora e dos sujeitos em comunicação, utilizamos como critério para a fixação do *corpus* o número de curtidas, comentários e compartilhamentos de cada postagem. Com suporte nas categorias propostas, foram consideradas as seis postagens mais comentadas como se depreendem abaixo e que integralizam o Quadro 2.

Quadro 2 - Análise da postagem da *fanpage* da *Samarco* durante o primeiro mês do crime¹⁵⁰

Data da postagem	Categoria	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos
05/11/2015	Organizacional	01 milhão	736	1,1 mil
08/11/2015	Auxílio assistencial	632	503	187
12/11/2015	Recursos naturais	778	549	448
14/11/2015	Auxílio assistencial	1,4 mil	363	895
01/12/2015	Auxílio assistencial	808	252	358
04/12/2015	Auxílio assistencial	442	233	175

Fonte: A autora.

Figura 15 – *Prints* de recortes ilustrativos de algumas das postagens da *fanpage* da *Samarco* no primeiro mês do rompimento da barragem de Fundão



¹⁵⁰ Esta análise foi feita na *fanpage* nos dias 29 e 30 de setembro de 2020.



Fonte: *Fanpage da Samarco.*

A análise detalhada do discurso foi feita apenas sobre a postagem representada pela categoria “organizacional” a partir dos recortes representados na figura 15. Essa escolha deu-se devido ao destaque da mesma entre aquelas mais comentadas dentro do recorte temporal da investigação. E, sem perder de vista porque foi publicada no dia do crime, precisamente às 22h22 do dia 5 de novembro de 2015, por meio de um vídeo de 1min47s¹⁵¹ com o comunicado oficial do diretor-presidente da Samarco à época. A seguir transcrevemos o texto lido por Ricardo Vescovi para que fosse possível analisar os vocábulos apresentados no discurso naquela ocasião.

Quadro 3 - Transcrição do discurso do Diretor-presidente da *Samarco* Ricardo Vescovi no dia 05/11/2015

Discurso organizacional – comunicado oficial ¹⁵²
<p>Sou Ricardo Vescovi, presidente da Samarco Mineração, e venho a público lamentavelmente falar sobre o rompimento das nossas barragens¹⁵³, denominadas barragens de Fundão e Santarém, que ficam na unidade industrial de Germano, localizadas nos municípios de Mariana e de Ouro Preto. O rompimento foi identificado na tarde de hoje e a Samarco imediatamente acionou o seu Plano de Ação Emergencial de Barragens colocando em ação, juntamente com Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e outras instituições competentes, todas as ações previstas nesse Plano e mobilizando todos, absolutamente todos os esforços necessários para priorizar o atendimento e a integridade das pessoas que estavam trabalhando no local ou que residem próximas às barragens. Igualmente nós não estamos medindo esforços para contenção de danos ambientais. As autoridades competentes já foram devidamente informadas e estão prestando, nesse momento, todo apoio e toda a solidariedade. Nesse momento, também, não podemos confirmar as causas e a completa extensão do ocorrido, bem como o número de vítimas. Nosso foco, eu repito, nesse momento crítico, é a preservação da integridade das pessoas e do meio ambiente.</p> <p>Por questão de segurança, a Samarco reitera a importância de que não haja deslocamento de pessoas</p>

¹⁵¹ O link para o vídeo está disponível em: <https://www.facebook.com/SamarcoMineracao/?fref=ts>. Acesso em: 11 ago. 2020.

¹⁵² Transcrição feita pela autora por meio do vídeo institucional postado na *fanpage*.

¹⁵³ Vescovi faz menção à ruptura de duas barragens, hipótese que, depois, foi negada com a confirmação do rompimento da barragem de Fundão apenas.

para o local do ocorrido, exceto das pessoas e equipes envolvidas nesse atendimento de emergência. Como o presidente da empresa, **reforço o nosso compromisso com a transparência no fornecimento das informações**, mantendo sempre autoridades, comunidades, fornecedores, clientes, imprensa, a sociedade em geral informada sobre as proporções dos avanços na contenção desse acidente. Nós **lamentamos profundamente e estamos muito consternados com o acontecido, mas nós estamos absolutamente mobilizados** para conter os danos causados por esse trágico acidente. Muito obrigado. (grifo nosso).

A fala que compõe o discurso da empresa é iniciada: “Sou Ricardo Vescovi, presidente da *Samarco* Mineração [...]”. Deste modo, a primeira ação assumida pelo diretor-presidente, é apresentar-se ao público. Tal colocação pode ser decodificada como uma forma de se demonstrar como uma pessoa humanizada, pois a partir daquele comunicado, um rosto até então desconhecido pela sociedade passaria a representar a Mineradora. Ao se enunciar enquanto presidente da *Samarco/Vale/BHP Billiton*, Vescovi robustece o seu lugar de autoridade no discurso, o que, como um método de ratificação, “ampara” a conexão da fala dele naquele momento como: “[...] venho a público lamentavelmente falar sobre o rompimento das **nossas**¹⁵⁴ barragens [...]”. Nesse sentido, segundo aponta Fairclough (2003, p. 129) que, para identificar e caracterizar discursos podemos refletir na fala como: a) representação de uma parte do mundo e b) representação do mundo desde uma perspectiva particular. E o mesmo autor continua:

A relação dialógica/polêmica é uma maneira pela qual os textos misturam diferentes discursos, mas seus ‘próprios’ discursos são frequentemente mesclados ou hibridizados. Uma análise interdiscursiva dos textos é particularmente preocupada com a identificação de quais discursos são desenhados e de como eles estão articulados. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129).

Os discursos podem ainda ser caracterizados pelas metáforas em seu sentido habitual de metáfora lexical, que, de acordo com Fairclough (2003, p. 131), são palavras que comumente representam uma parte do mundo como sendo desdobrado a outro.

No decorrer de todo o vídeo, observamos que o discurso é construído para demonstrar a sensibilização da empresa frente ao acontecimento e o envolvimento nas ações como: “[...] mobilizando todos, absolutamente todos os esforços necessários [...]”; “[...] não estamos medindo esforços [...]”; “[...] Nosso foco, eu repito, nesse momento crítico, é a preservação da integridade das pessoas e do meio ambiente [...]”. Portanto, numa perspectiva representacional, os argumentos podem ser instituídos por três tipos de elementos: processos,

¹⁵⁴ Observe que o discurso de Vescovi é estruturado na primeira pessoa do plural “estamos”, o que demonstra que ele fala em nome da Samarco e, ainda, é porta-voz de todos que trabalham na mineradora.

participantes e circunstâncias. (FAIRCLOUGH, 2003). Isto porque, acontecimentos sociais trazem múltiplos elementos e podemos discernir os discursos através de uma ótica representacional, onde alguns elementos são eliminados, outros incluídos e, entre os incluídos, uns têm maior realce ou importância em relação aos outros.

Fato é que num quadro de instabilidade provocado pela ocorrência de um crime socioambiental como esse praticado pela *Samarco/Vale/BHP Billiton*, ela, a mineradora, se vale da utilização da linguagem, do discurso, para atenuar as consequências de suas ações, induzindo a percepção do público para consertar sua imagem e opinião, com o intuito de resgatar a normalidade. O discurso é usado como estratégia e como forma de transformar a percepção do público quanto à responsabilidade pelo crime, abonando sua reputação, sendo esse discurso centralizado em representantes da corporação e de outros administradores, como por exemplo, a mídia e o governo. (MEDEIROS; SILVEIRA; OLIVEIRA, 2018).

Tal estratégia que observamos no discurso ocorreu, por exemplo, quando tínhamos no discurso as palavras *desastre*, *acidente* e *crime*. Estas têm conotações distintas e tem o condão de distorcer a realidade a depender da forma como é empregada e utilizada. O desastre¹⁵⁵ pode ser qualificado quanto à genealogia em naturais e tecnológicos, conforme a Instrução Normativa nº 01, de 2012, do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2012). E ainda o Decreto Federal nº 7.257/2010 define desastre como o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável e que ocasiona danos humanos, materiais ou ambientais, além de prejuízos econômicos e sociais. (BRASIL, 2010).

Já no que tange à perspectiva apresentada pela palavra acidente, o dicionário Michaelis¹⁵⁶ traz a acepção de acidente como o que seria casual, fortuito, imprevisto. A expressão “por acidente” é entendida como evento não previsível, fruto do acaso. Disposição irregular de um terreno: “Observa-se, então, que [...] os acidentes predominantes da terra progridem avassalando os quadrantes do norte” (EC). O Ministério do Meio Ambiente¹⁵⁷ segue a mesma linha da classificação do dicionário uma vez que classifica acidente ambiental

¹⁵⁵ Os desastres naturais são aqueles causados por processos/fenômenos naturais e desequilíbrios da natureza, mas produzidos por fatores de origem externa, que atuam independente da ação humana. Os desastres tecnológicos, em contraposição aos desastres de origem natural, são aqueles gerados por condições tecnológicas ou industriais, abarcando acidentes, procedimentos perigosos, falhas na infraestrutura ou atividades humanas peculiares que podem ser responsáveis por perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente, à propriedade, interrupção de serviços e distúrbios sociais e econômicos. Portanto, depreende-se que os desastres tecnológicos versam sobre acontecimentos gerados por ações ou omissões humanas, o homem enquanto agente e autor. (BRASIL, 2010; 2012).

¹⁵⁶ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 11 out. 2019.

¹⁵⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br>. Acesso em: 11 out.2019.

como qualquer evento anormal, indesejado e inesperado, com potencial para causar danos diretos ou indiretos à saúde humana, ao meio ambiente ou a outro bem a proteger.

Sem olvidar a definição de crime apresentada pela doutrina especializada – como conceito formal, legal, material e analítico¹⁵⁸ – um crime pode ser compreendido como uma violação ao direito e por violar um direito, todo e qualquer crime é passível de penalização (sanção), sendo descritos e regulados por lei.

Portanto, Medeiros, Silveira e Oliveira (2018) avaliaram o comportamento da *Samarco/Vale/BHP Billiton*, tendo como essência o desengajamento moral e a retórica, presente no discurso da empresa, num cenário posteriormente ao rompimento da barragem. E os mesmos autores demonstram ainda a existência de mitos¹⁵⁹ (construção de uma imagem favorável, para criar e manter recursos de poder. Quem nós somos? Quais são nossos valores? O que aconteceu? Como e por que isso aconteceu? O que nós fizemos para isso não acontecer? E o que nós fizemos depois que isso aconteceu?) que alimentam o desengajamento moral do crime, ou seja, as declarações decorrentes do conflito ético e moral dos sujeitos dentro da empresa, de modo a explicar as ações que deram ascendência a esse mesmo crime, espanando o acontecimento, decompondo o negativo em positivo.

A mineradora, por consequência, faz uso do desengajamento moral para afastar a censura imposta a ela pelo crime praticado em que se ampara por meio de recursos, engodo discursivo para recuperar a realidade refutando a sua culpa com o escopo de apagar a condenação por suas condutas.

E o discurso dos sujeitos em comunicação? São aqueles que se referem aos que foram até a página da *Samarco* e manifestaram suas opiniões por meio de *emoji* ou até mesmo comentários. Apesar disso, o fato de os sujeitos em comunicação manifestarem em uma determinada página não significa que compartilhem de uma mesma ideia, mesmo porque é através dos vários posicionamentos avocados pelos sujeitos que surge a disputa de sentidos como demonstraremos no decorrer desse item.

Deste modo, com o propósito de alinhar a pesquisa, durante a análise, alguns comentários representativos são exibidos, por meio de um quadro, como representativos dos discursos analisados na *fanpage*. Mesmo porque tais comentários são processados para que

¹⁵⁸ Definição essa já apresentada numa nota de rodapé no capítulo 3 dessa pesquisa.

¹⁵⁹ Os mitos constituem-se em uma forma de explicar rotinas e procedimentos, interpretar eventos do passado e estabelecer compromissos com valores e ideias (Bottici & Challand, 2006; Esch, 2010), sendo criados na forma de um repertório de narrativas, imagens, símbolos e modos de ação (De Neufville & Barton, 1987). (MEDEIROS, SILVEIRA E OLIVEIRA, 2018, p.78-79).

seja possível a construção da produção de sentidos no que tange a certa(s) configuração(ões) da estruturação discursiva na página.

Ainda assim, ao se examinar um comentário a partir de um aspecto particular, não se negligencia o enredamento presente nele e, portanto, as diversas probabilidades de análise do texto. A seguir apresentamos o primeiro comentário à postagem do vídeo institucional da mineradora publicado no dia 05 de novembro de 2015 e logo em seguida uma resposta da *Samarco/Vale/BHP Billiton* a um comunicador específico e outros comentários de outros comunicadores que não foram respondidos pela mineradora, observemos:

Quadro 4 - Transcrição de alguns comentários realizados sob a postagem do vídeo do pronunciamento do Diretor-presidente da *Samarco* Ricardo Vescovi no dia 05/11/2015

Texto da publicação	Comentários dos comunicadores/empresa	Conteúdo do comentário ¹⁶⁰
Comunicado oficial do diretor-presidente da Samarco sobre o acidente nas áreas das barragens localizadas nos municípios de Mariana e Ouro Preto (MG).	1/736 (comunicador) em 05/11/2015	Ok. Quero saber quando os desabrigados sairão do chão do Arena para hotéis? Vocês tem algum planejamento para isso? (grifos nossos).
	2/736 (resposta da Samarco ao comunicador do comentário) em 06/11/2015	Oi, (usuário) ¹⁶¹ . Informamos que, até o momento, 449 pessoas já foram alocadas em hotéis e pousadas da região. Nosso apoio aos atingidos continua, através de helicópteros de resgate, entregas de kits de emergência, refeições e água. (grifos nosso).
	5/736 (comunicador) em 05/11/2015	Muito bacana o posicionamento da empresa. Houve uma tragédia sim, mas a Samarco Mineração toma uma postura proativa e transparente. É o que se espera de uma empresa séria.
	18/736 (comunicador) em 05/11/2015	Gente como muitas pessoas aqui eu estou indignada com o acontecimento mas ficar culpando a empresa nao adianta de nada agora o certo eh unir forças para ajudar as pessoas que estao desabrigadas doacoes estao sendo feitas e muitas pessoas estao ajudando e em vez de ficar criticando a samarco voces deviam era se juntar e ajudar também
	40/736 (comunicador) em	Cuidem dos desabrigados humanos E

¹⁶⁰ Os comentários foram transcritos observando a forma de publicação, vez que foram mantidos até os contrassensos de grafia.

¹⁶¹ Para preservar a identidade dos sujeitos, não citamos os nomes dos mesmos nas transcrições e, substituímos pela expressão “comunicador(es)” ou “sujeitos em comunicação”.

	06/11/2015	ANIMAIS! Ninguém tem nada a ver com a irresponsabilidade da empresa.
	78/736 (comunicador) em 06/11/2015	Naque-Minas Gerais Brasil Que nosso Deus Jesus ajude todas as pessoas Nessa Hora amem
	101/736 (comunicador) em 06/11/2015	O comunicador marca outro sujeito em comunicação no comentário.

Fonte: *Fanpage Samarco*.

No comentário 1/736, através do vocábulo “Ok”, o comunicador evidencia sua insatisfação ao discurso feito pelo diretor-presidente no vídeo publicado na *fanpage* da mineradora. O sujeito em comunicação questiona à *Samarco/Vale/BHP Billiton* sobre o fato de as vítimas terem sido conduzidas para o ginásio (Arena) da cidade de Mariana, e não para hotéis. E continua: “*Vocês tem algum planejamento para isso?*” Nesse momento, o comunicador põe em xeque a imagem da empresa séria, montada, aparelhada, organizada e que desenvolve suas ações fundamentadas em valores sociais e ambientais. Ato contínuo, o discurso do sujeito em comunicação ativa, no processo de produção de sentidos, obstáculos alusivos à competência da mineradora para administrar situações como a vivida.

A partir desse enquadramento, a empresa responde através do comentário 2/736: “[...] 449 pessoas já foram alocadas em hotéis e pousadas da região [...] através de helicópteros de resgate, entregas de kits de emergência, refeições e água” e por meio da divulgação de dados para convencer o comunicador de que há um plano de ação em andamento.

Enquanto no comentário 5/736, o sujeito em comunicação entra na defesa da mineradora e ainda abre um leque para que outros comunicadores tenham acesso a uma informação com viés positivo, vez que ele destaca “Samarco Mineração”. Por conseguinte, a marcação permite que, no transcorrer da leitura do comentário, o comunicador, procure outros elementos¹⁶² sobre a mineradora, sem olvidar que a marcação ou destaque de uma página e/ou vocábulo pode denotar, no processo de significação, uma ruptura dos sentidos.

Mas houve também comentários por meio da sensibilização causada pelas consequências da queda da barragem, como por exemplo, o autor do comentário 18/736, utilizou a *fanpage* para falar sobre a importância de ajudar, vejamos: “[...] agora o certo é unir forças para ajudar as pessoas que estão desabrigadas doações estão sendo feitas e muitas pessoas estão ajudando [...]”. Mas é necessário analisar que o envolvimento com o acontecimento não se desloca para a instância da ação, o discurso é construído com o escopo de impulsionar a participação ativa no auxílio aos atingidos. E o sujeito em comunicação

¹⁶² Tal movimento é possível devido à composição modular e hipertextual da *Web*.

continua: “[...] e em vez de ficar criticando a Samarco vocês deviam era se juntar e ajudar também”, ou seja, o comunicador censura a maneira de quem critica a *Samarco*, pois segundo ele isso não coopera para a dissolução dos conflitos.

Já o sujeito em comunicação que fez o comentário 40/736 introduz, no cenário da produção discursiva, a indignação de se cuidar igualmente dos “ANIMAIS”, vocábulo destacado pelo próprio usuário, pois a escreveu em letras garrafais. Posto isto, no contexto do discurso, ao asseverar que “[...] Ninguém tem nada a ver com a irresponsabilidade da empresa”, ele, o comunicador, expande o sentido abonado à palavra “Ninguém”, visto que abarca os animais, que também sofreram as sequelas provocadas pelo rompimento da barragem de Fundão.

De antemão, o comunicador 78/736 coloca no comentário, como *link*, a página de *Naque* – uma das cidades atingidas pela lama, que fica no Estado de Minas Gerais e integra a Mesorregião do *Vale do Rio Doce*. Logo, ele amplia as percepções em relação ao rompimento da barragem de Fundão e exterioriza elementos discursivos sobre uma cidade que foi igualmente atingida, mas que não se encontrava, até aquela ocasião, presente nos discursos dos comunicadores.

E, por derradeiro, mas não menos importante do que os comentários não trazidos à baila o 101/736, marca um comunicador apenas. Tal gesto pode ser analisado do ponto de vista em que o comunicador/autor do comentário tem intenção de que a pessoa/outro sujeito em comunicação tenha conhecimento sobre a publicação do comunicado oficial do diretor-presidente. Assim, ao receber a notificação, o sujeito em comunicação que teve o seu nome apontado na postagem pode ignorá-la, acessar o teor do comunicado/vídeo e se instruir sobre o discurso organizacional ou ainda passar a operar na disputa de sentidos, sem contar com a possibilidade de inclusão de novos sujeitos na construção discursiva que talvez não fizesse parte do processo discursivo se não fosse o recurso da marcação.

A maioria dos comentários sobre a publicação do vídeo do comunicado oficial da mineradora foi realizada no dia do rompimento e no posterior - 05 e 06 de novembro de 2015. Os conteúdos que emergiram, através dos discursos, corroboram como os sentidos estão catalogados ao contexto em que foram constituídos.

Ainda há que ressaltar sobre a forma que a mineradora discursa com os atingidos na *fanpage/facebook*. Carneiro (2017) assevera que há uma desarmonia entre o que é exposto pela *Samarco/Vale/BHP Billiton* em seu *facebook* e o que é esperado pelos atingidos, evidenciando a dificuldade da Samarco em ouvir o que era demandado pelos atingidos pelo crime. E a mesma autora observa ainda que a mineradora emprega frequentemente o discurso

de comprometimento da corporação em fazer o que é imprescindível para prover as demandas nascidas a partir do rompimento e, robustece nas notícias que espalha a sustentação da proximidade com os atingidos.

Tanto é que na *fanpage/facebook* existe em várias publicações por parte da empresa a *#FazerOQueDeveSerFeito*, onde ela busca subterfúgios para persuadir a população falando que tem responsabilidade e compromisso em suas condutas, camuflando deste modo, o crime corporativo e as condutas reprováveis sobreposta ao acontecimento.

5.2.1.1.2 Portais on-line: Jornal O Estado de Minas, Jornal Folha de São Paulo e Jornal BBC Brasil

Para ponderar os discursos midiáticos sobre a queda da barragem da Samarco, num primeiro momento coletamos os dados relacionados aos 10 (dez) primeiros dias transcorridos do acontecimento, ou seja, entre os dias 05 a 15 de novembro de 2015. Portanto, tivemos: 12 (doze) reportagens do portal *on-line* do jornal *Estado de Minas*; 15 (quinze) do jornal *online* *Folha de São Paulo*; e outras 07 (sete) do portal *online* do jornal *BBC Brasil*.

O jornalismo ganha materialidade através de um sistema de signos. Ele opera fundamentalmente com as dimensões da representação e da interpretação. Ao se colocar como instância mediadora entre a sociedade e a realidade que esta própria sociedade constitui, o jornalismo exerce a função de representar e se inscreve como linguagem: o jornalismo só existe materializado na condição de linguagem em diversos desdobramentos. Aquilo que o jornalismo representa, o seu objeto semiótico, é o mesmo fundamento que dispara processos na história e na literatura: o acontecimento. (HENN, 2010, p. 97).

O acontecimento toma como lugar lógico o próprio processo de modificação do objeto em signo. Será no cerne desse procedimento que o acontecimento concretiza-se publicamente, interferência essa que se assenta ainda como via de elevação metodológica à sua própria composição.

O portal do jornal *Estado de Minas* em seu *site* registrou a notícia sobre o crime praticado pela *Samarco*, naquele 05 de novembro de 2015, às 16h49. “Barragem de rejeitos se rompe em mineradora de Mariana: acompanhe ao vivo”, era a manchete. A Figura 15 expõe o destaque da primeira publicação *online* do Jornal *Estado de Minas*.

Figura 16 - *Print* da manchete da primeira notícia publicada no jornal *Estado de Minas*



Fonte: Jornal *Estado de Minas*, 2015.

Já no jornal *Folha de São Paulo online*, no dia 05 de novembro de 2015 trouxe 03 (três) matérias concomitantemente, relacionadas ao rompimento conforme se depreende por meio do *print screen* da figura 17. Existem, porém, imprecisões na construção do acontecimento, vejamos: “Barragem de Mineradora se rompe em MG e deixa 1 morto e desaparecidos”, mas a matéria se refere a qual mineradora? No Estado há várias mineradoras, como por exemplo, a *Vale S.A.*, a *Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)*, a *Votorantim*, *Companhia Brasileira de Alumínio (CBA)*, dentre outras. Não apresentar um nome não constituía, seguramente, uma negligência do jornal/jornalista, mas parte da artimanha de deixar em aberto o nome da empresa mineradora, para criar uma expectativa para que o leitor procurasse realizar deduções na revelação do nome. A localização espacial era identificada de forma genérica também, pois apenas se referia ao Estado de Minas Gerais, mas não havia precisão no que tange à localização geográfica.

Figura 17 - *Print* da manchete publicada no jornal *Folha de São Paulo*



Fonte: Jornal *Folha de São Paulo*, 2015.

No entanto, a publicação do dia seguinte ao acontecimento (06/11/2015), o conteúdo apresentou-se mais abrangente. A matéria tinha uma foto estampada na metade da capa que, mostrava Bento Rodrigues coberta de lama. E a primeira notícia¹⁶³ publicada trazia o depoimento de um dos atingidos, Marcos Júnior Silva, de 15 anos. A notícia narra como o jovem fez para se salvar quando ouviu os gritos de sua vizinha de que a barragem havia estourado. E, no seu discurso um trecho nos chamou a atenção: “Como a minha vida inteira falaram que a barragem iria estourar, não liguei”. Tal fala demonstra que os moradores da comunidade já não se sentiam seguros fazia tempo diante da proximidade de suas casas com a barragem.

E ainda não podemos deixar de destacar a “Mineradora da Vale diz que barragem estava em total condição de segurança”. Nessa reportagem a *Folha* apontou a *Vale* e a *BHP Billiton* como proprietárias da empresa *Samarco*. A narrativa versa somente sobre a defesa da *Samarco/Vale/BHP Billiton*, exaltando as condições de atividade das barragens, a ajuda às autoridades que trabalhavam no local do crime e o lamento do diretor-presidente.

Figura 18 – Print do jornal *Folha de São Paulo* do dia 6 de nov. de 2015



Fonte: Jornal *Folha de São Paulo*, 2015.

Também no dia 06/11/2015, teve a reportagem “Sem sirene, mineradora avisou por telefone moradores sobre acidente”, conforme apontou a Figura 18 em que a *Folha de São*

¹⁶³ “Pulei de telhado”, diz jovem que escapou da lama do rompimento da barragem de Fundão. (FSP, 06/11/2015).

Paulo deu a notícia da *Samarco* sobre a advertência dado aos moradores. Embora em matéria anterior trouxesse o testemunho de um aposentado que disse: “não teve aviso, sirene, nada”. Apesar da contradição o jornalista/jornal preferiu o uso assertivo da informação dada pela mineradora em entrevista coletiva. A mesma notícia teve como subtítulo ainda “abalo sísmico”, robustecendo o argumento de que esse poderia ser a causa do rompimento.

Nas primeiras notas veiculadas após o crime ficou nítida a reprodução do acontecimento como um mero acidente ambiental, uma eventualidade, enfoque esse comum aos três jornais. O uso da palavra “acidente”, no período levantado e pesquisado, foi muito intenso: 09 (nove) no *Estado de Minas*; 14 (quatorze) vezes na *Folha de São Paulo*; e 12 (doze) vezes na *BBC Brasil*. O dicionário de Português *on-line*¹⁶⁴ traz o significado de acidente como um desastre; acontecimento trágico, infeliz que ocasione dano, perda, dor ou morte. Geralmente, a mídia comercial, que é o caso dos três jornais ora citados, de forma genérica, minimiza as responsabilidades, dando ares de não saber esclarecer o ocorrido, suas causas e seus efeitos. “A notícia esvazia qualquer conteúdo social e fragmenta a realidade”. (NJAINE, 1994, p. 514).

No mesmo compasso agiram as autoridades quando discursaram nas entrevistas feitas pelos jornais. O governador do estado de Minas Gerais à época, Fernando Pimentel, em sua primeira entrevista coletiva, assegurou: “não existe evidência sobre o que causou o rompimento das barragens”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015)¹⁶⁵. Ato contínuo, o governador falou também sobre a falta de aviso sonoro para alertar a população de Bento Rodrigues. Ele minimizou a responsabilidade da Samarco ao pronunciar que o alarme não era determinado por lei: “Não sei se um alarme sonoro teria feito muita diferença nesse caso” (Idem).

Nesse ínterim, o ministro das Minas e Energia da época, Eduardo Braga, disse a outra mídia jornalística: “agora qualquer informação é prematura com relação ao episódio, a não ser o fato de lamentarmos profundamente o episódio pela sua magnitude, (pela) forma como aconteceu”. (BBC BRASIL, 2015)¹⁶⁶.

¹⁶⁴ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/acidente/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

¹⁶⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1703686-a-medida-em-que-o-tempo-passa-aesperanca-diminui-diz-pimentel.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2019.

¹⁶⁶ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_ministro_mariana_ms. Acesso em: 25 jan. 2019.

Figura 19 - Print jornal *BBC Brasil*

Fonte: Jornal *BBC Brasil*, 2015.

Ainda na mesma reportagem-entrevista, o deputado Leonardo Quintão, do PMDB-MG, relator na época do novo Código da Mineração, alegou: “Eu avalio (o rompimento das barragens) como um acidente gravíssimo”. E prosseguiu: “A empresa tem que arcar com todas as indenizações das famílias e recuperar o meio ambiente. Agora, a empresa estava operando dentro da legalidade. Crime ambiental só se comete quando se está operando fora da legalidade¹⁶⁷”. (BBC, 2015).

No caso do rompimento da barragem de Fundão, podemos visualizar claramente como os jornais fazem recortes, evidenciando o ponto de vista que pretendem legitimar: a representação do evento como um acidente. Utiliza-se, portanto, como estratégia a omissão de algumas informações e o emprego de depoimentos dos órgãos governamentais para ratificar a versão de um acontecimento acidental. Diante disso, temos que:

As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das

¹⁶⁷ Há na fala do Deputado Leonardo Quintão um processo de produção simbólica do crime que trabalha e opera a partir da seleção, composição, articulação de imagens e depoimentos que comprovam os jogos de poder para a enunciação do que seria a realidade. O discurso do deputado restringe ao acontecimento como fato isolado, o que dificulta estabelecer relações entre o ocorrido e o contexto legal.

distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico produz a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação; a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 2016, p. 7).

As mídias, nos fragmentos trazidos pelas reportagens expostas nesta pesquisa, até então trouxeram o acontecimento como fato isolado, o que dificultou estabelecer relações entre o acontecido e a conjuntura política, legal e econômica. Compreendemos que essa construção simbólica, como prescreve Bourdieu acima mencionado, faz com que a definição em torno da queda da barragem de Fundão seja restringida a um evento natural, encobrendo as relações de poder surgidas em decorrência da interação entre esse crime e as autoridades estatais. Os entes públicos, atuando com extremada cautela ou quiçá conforme aos interesses eleitorais, sopesaram que as mineradoras são as maiores doadoras nas campanhas eleitorais.

O jornal *BBC Brasil*, apesar de ter veiculado a palavra “acidente” diversas vezes, foi o único a tratar o crime *versus* acidente, como notado em uma de suas manchetes: “Desastre em Mariana foi acidente ou crime? ‘É precipitado avaliar’, diz ministro” conforme figura 19 supramencionada. Ainda na mesma reportagem, abordavam igualmente a repercussão do acontecimento nas redes sociais: “[...] usuários do *Facebook* e do *Twitter* vêm usando as hashtags *#NãoFoiAcidente* e *#FoiCrimeAmbiental* para cobrar a responsabilização da *Samarco* e de suas donas – a *Vale* e a anglo-australiana *BHP*, duas das maiores mineradoras do mundo”. (BBC BRASIL, 11 de novembro de 2015).

Dentro da questão ambiental, houve palavras que apareceram nos veículos de comunicação, como: “lama tóxica” surgiu 01 (uma) vez no jornal *Estado de Minas*, e ainda no mesmo jornal apareceu “turbidez” 04 (quatro) vezes; já “impactos de projetos de mineração” apareceram 03 (três) vezes no jornal *BBC Brasil*; ao passo em que o jornal *Folha de São Paulo*, no mesmo período, não trouxe nenhuma informação sobre a questão ambiental relacionada à *Samarco* na época. Contudo, tais questões não foram tratadas de forma densa, como a toxicidade da lama em emprego dos rejeitos de minério, o fornecimento de água nos municípios comprometidos pela lama e os impactos sobre a variedade biológica da região afetada.

Enquanto isso, os dias seguintes foram marcados pela cobertura midiática do jornal *Estado de Minas*, destacando as ações humanitárias de apoio às vítimas, como: “A população de Mariana e região também já se mobiliza para ajudar as vítimas do rompimento das

barragens que estão desabrigadas”; “Já está perto de R\$ 1 milhão o valor, em dinheiro, doado por centenas de brasileiros para ajudar as vítimas do rompimento da Barragem do Fundão, no subdistrito de Bento Rodrigues, em Mariana, na Região Central”. (ESTADO DE MINAS, 2015). Temos, nesse ínterim, que os alvos de produção de comunicação decorrem do interesse público provocado pelo acontecimento ao abranger várias esferas.

Nesse sentido, é necessário relacionar comunicação pública ao interesse público, tanto do ponto de vista da teoria quanto da práxis na perspectiva normativa das políticas públicas de comunicação; na produção de informação das instituições públicas; na comunicação da sociedade e de grupos; na atuação da imprensa e das mídias e até nas estratégias de comunicação das empresas privadas associadas em defesa de algum fragmento de interesse público. (WEBER, 2017, p. 40).

Portanto, as intermitências da comunicação nas democracias têm origem na informação e na participação, a começar pelos processos de visibilidade e acessibilidade que consentem saber, refletir, argumentar, se posicionar e deliberar. Isto posto, os acontecimentos podem se fundar no campo de visibilidade pública como debate igualmente público, através de duas probabilidades: de maneira projetada, quando as organizações usam dispositivos, técnicas e profissionais capazes de expandir e restringir o debate; e natural, que abrangem os acontecimentos políticos, catástrofes ambientais, tragédias sociais, que acabam por inserir-se espontaneamente no alvo desses canais. (WEBER, 2017).

Posteriormente, o foco da notícia muda, uma vez que os meios de comunicação passam a divulgar o rompimento como um possível abalo sísmico. Tal fato noticioso é trazido pelo jornal *Folha de São Paulo*, e é levantado, sobretudo, por meio de manifestações da empresa mineradora como:

a Samarco disse que houve abalos sísmicos na região às 14h. O observatório da USP registrou, a 22 km do local, tremor de 2,55 na escala Richter, mas considerado de baixo impacto (com até 3 na escala, nem costuma ser sentido pelas pessoas). O rompimento ocorreu uma hora e meia depois. A Guarda Municipal informou que também ouviu relatos de moradores da região que disseram ter sentido o abalo sísmico seguido de um estrondo. Uma hora depois, a lama tomou conta de tudo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015)¹⁶⁸.

E no jornal *Estado de Minas*, as reportagens também continuam trazendo os vocábulos “abalos sísmicos”, “tremor”, “tremores de terra”, mas a palavra que sobressai é “desastre”,

¹⁶⁸ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1702906-rompimento-de-barragens-atingedistritos-em-mariana-mg.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2019.

que é utilizada inúmeras vezes. A abordagem sensacionalista impera, minimizando as responsabilidades da empresa e as prováveis implicações. Não há nenhum destaque para as comunidades atingidas, e ainda trazem as teorias alçadas pelo Ministério Público: “o cumprimento das condicionantes do licenciamento da *Samarco*, a explosão de uma mina da Vale próxima ao local, o possível abalo sísmico e se as obras de alteamento da barragem causaram o rompimento”. (ESTADO DE MINAS, 2015)¹⁶⁹. Apesar de mencionar que o alteamento é uma possível causa, em momento algum são construídos discursos acerca dessas causas. Nenhum dos três jornais explorou essas especulações.

Imediatamente, o crime passou a ser considerado como um provável crime ambiental, uma “tragédia anunciada”, em que a *Samarco* certamente tinha operado com negligência e os resultados danosos foram causados em função de seu comportamento. Seguramente, tal variação na maneira de divulgar o acontecimento se deu devido aos leitores, nos comentários, após as reportagens terem cobrado um posicionamento ativo do poder público e também da mídia. Nessa toada, a colocação do Ministério Público colaborou ao alegar: “Nenhuma barragem se rompe por acaso, isso não é uma fatalidade. Precisamos de rigor nesta apuração”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015)¹⁷⁰.

Sob a ótica da “tragédia anunciada”, os três jornais passam a noticiar o acontecimento mais do ponto de vista do Direito Penal, uma vez que as palavras usadas pertencem, geralmente, ao viés das Ciências Jurídicas, sendo: “dano ambiental”, “responsáveis”, “inquérito”, “investigações”, “processo penal” e “pessoas atingidas”. O jornal *Estado de Minas* exhibe o Relatório da Polícia Federal, que assinala “dolo eventual” da *Samarco*, onde a empresa assumiu o risco no evento danoso. Comenta, também, que a investigação do crime ambiental é feita pela Polícia Federal e a investigação do crime de homicídio, pelas mortes, é de competência da Polícia Civil de Minas Gerais.

Compete avultarmos que, a despeito da hipótese de “crime ambiental” ter ganhado espaço nas mídias, os vocábulos sensacionalistas continuavam aparecendo, como as palavras: “avalanche de lama”, “tsunami de lama”, “mar de lama”, “onda de lama”, e, muito timidamente, as notícias traziam em seus bojos alguns questionamentos, um tanto quanto incipientes, sobre a toxicidade da lama e os danos ao meio ambiente.

Ao pesquisarmos o *corpus* das reportagens, o alvo era detectar quais hipóteses foram erguidas primeiramente pelos jornais sobre o acontecimento. Assim, realizamos uma pesquisa

¹⁶⁹ Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/09/interna_gerais,706046/nao-foi-acidente-dizpromotor-sobre-desastre-ambiental-em-mariana.shtml. Acesso em: 10 fev. 2017.

¹⁷⁰ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1702766-nenhuma-barragem-rompe-por-acaso-dizpromotor-que-apurara-caso-em-mg.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2017.

exploratória para identificar as palavras e ou/vocábulo mais usados para mencionar o acontecimento.

Quadro 5 - Palavras usadas pelos jornais para descrever o acontecimento

PALAVRAS	Jornal <i>Estado de Minas</i>	Jornal <i>Folha de São Paulo</i>	Jornal <i>BBC Brasil</i>
Acidente	09	14	12
Turbidez	04	-	-
Lama tóxica	02	-	-
Desastre	03	06	15
Abalos Sísmicos Tremores	01	06	06
Tragédia anunciada	09	10	06
Dano ambiental	-	01	08
Responsabilidade	02	01	13
Investigações e inquérito	03	01	07
Processo penal	-	-	07
Pessoas atingidas	06	03	07
Crime ambiental	-	-	08
Onda de lama Mar de lama Avalanche de lama Tsunami de lama	03	01	04

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir das palavras verificadas por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2008), podemos ponderar que o que individualiza a informação midiática como tal não se trata basicamente de um universo de acontecimentos empíricos, mas da capacidade de um universo construído. O acontecimento midiático não é, ao contrário do que se pode embutir, um conjunto de fatos correspondentes com o que ocorre no espaço público, mas efetivamente a consequência de uma construção.

5.2.1.1.3 O Ministério Público e o TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

Logo após os primeiros dias ao rompimento da barragem de Fundão foi necessária a intervenção do Ministério Público para que a *Samarco/Vale/BHP Billiton* expusesse recursos emergenciais devido ao acontecimento.

E nessa mesma toada o Ministério Público Federal noticiou em seu relatório de denúncia “a criação e incremento da situação típica de riscos não permitidos para os bens jurídicos tutelados: as origens, os problemas e as falhas do sistema de rejeitos de Fundão”. (MPF, 2016, p. 60). Nesse documento o MPF exhibe abertamente que os riscos assumidos

sobre a operação da barragem de Fundão eram de conhecimento da *Samarco/Vale/BHP Billiton*, por meio do relatório dos Estudos de Impactos Ambientais - EIA e, criada a situação típica de risco, com ela é provocada também uma “probabilidade de danos físicos e patrimoniais para as comunidades humanas e os elementos do ecossistema situados à jusante do empreendimento”. (MPF, 2016, p. 60).

Sem olvidar que ficou constatado ainda que posteriormente ao início das atividades da barragem em 2008, (devido à incapacidade da barragem de Germano de receber rejeitos) já no ano 2009, Fundão continha dificuldades em operar, especificamente no seu mecanismo de drenagem. Logo, as mineradoras responsáveis por Fundão, tinham o conhecimento dos riscos, porém, escolheram assumi-los. Outrossim, Fundão foi construído para receber rejeitos apenas da *Samarco*, mas, ilegalmente, recebia rejeitos de outra mineradora. (MPF, 2016).

Desta maneira, compreendemos o rompimento da barragem de Fundão como um caso de crime corporativo, já que, é notório que tal acontecimento foi causado na relação de agentes inter e intraorganizacionais, para a obtenção dos desígnios da empresa/corporação, originando danos à sociedade e meio ambiente e mais, segundo Medeiros (2013), o crime aconteceu não por ocorrência da vontade desses agentes e da mineradora, mas sim porque resolveram assumir os riscos. Tais riscos são assumidos por serem taticamente benéficos, basicamente, os custos das consequências causadas a partir do crime são menores do que os proveitos econômicos originados pelo risco, ou seja, o montante de capital ao assumir o risco é maior se confrontado com o que ela perde em não assumi-lo. (MEDEIROS, 2013).

O Ministério Público Federal (2016) esclarece ainda sobre as condições de incapacidade dos atingidos que moravam em comunidades a jusante a Fundão, no sentido de tomar quaisquer deliberações que impossibilitasse a sua operação, porque os atingidos não tinham ciência dos problemas que a barragem apresentava, muito menos sabiam sobre os riscos em que estavam envolvidos. Mesmo porque quando o Estudo de Impacto Ambiental - EIA foi elaborado a comunidade de Bento Rodrigues não foi considerada. Ao construir o EIA, a mineradora cadastrou como vizinha ao empreendimento unicamente as matas nativas, plantações de eucalipto e planta industrial da CVRD (*Companhia Vale do Rio Doce* – antigo nome da atual *Vale S.A.*), sendo excluído então da vizinhança a população de Bento Rodrigues. (MPF, 2016).

Mesmo ciente sobre os riscos do rompimento, a *Samarco/Vale/BHP Billiton* em momento algum implantou quaisquer sistemas de aviso sonoros para comunicar a população, seus trabalhadores e terceirizados em caso de emergência com suas barragens, e sequer

possibilitou treinamento aos envolvidos, para que soubessem lidar com ocorrência equivalente à do rompimento (MPF, 2016).

Isto posto, conforme as acepções de Medeiros (2013), é provável que a mineradora se valeu do seu poder junto à sociedade para atuar em favor de seus objetivos, ou seja, o uso do poder como autorização para cometer o crime corporativo, e, sincronicamente, eliminou os direitos e as escolhas dos sujeitos com a decisão de assumir os riscos ligados à segurança de seus trabalhadores, das comunidades e os danos ao meio ambiente.

Tanto é que, pós-crime, a mineradora foi alvo de vários indiciamentos, denúncias por negligência e ocultação de informações. (MPF, 2016). Isto ocorreu graças à organização e mobilização dos atingidos na busca por respostas e direitos, com respaldo das autoridades e órgãos públicos. (MENECHIN, 2017).

Foi a partir das lutas dos distintos discursos que houve certa “crise”, e até mesmo uma mudança, juntamente com a ruptura da normalidade, no que tange à instabilidade hegemônica, onde àqueles que detinham o poder e domínio social passassem a articular estrategicamente uma resposta a esse cenário de luta discursiva. (FAIRCLOUGH, 2001; FAIRCLOUGH, MELO, 2012), como forma de garantir o retorno da normalidade, ou melhor, o retorno de seu posicionamento hegemônico, da sua condição de dominador.

Doravante os distintos discursos que nasce um grande acordo com entidades públicas, que cria um modelo especial de governança como já antecipava o relatório do IBAMA (2015), consolidado em 02 de março de 2016, com vistas a resolver situações de litígio, numa necessidade de reparação e de ação da Samarco (FUNDAÇÃO RENOVA, 2016a).

A partir daí é que surge o acordo da *Samarco/Vale/BHP Billiton* com os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo) através do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC¹⁷¹, documento esse, celebrado entre as esferas governamentais, quais sejam: Instituto

¹⁷¹ O objetivo dos Termos de Ajustamento de Condutas é a proposição de soluções aos conflitos “de maneira alternativa à propositura de Ação Civil Pública [...], porque evita a burocratização do processo judicial”, gerando flexibilidade e criatividade para adequação a casos específicos (Viégas, 2007, p. 28). Esses termos versam sobre responsabilidades civis e sua celebração permite que os litígios ambientais possam, por exemplo, ser submetidos à apreciação de experts concedendo maior confiabilidade e celeridade as suas resoluções (Viégas, Pinto e Garson, 2014, p. 48). Contudo, ainda que se constituam em uma forma de tratamento de conflito pela via não judicial, os Termos de Ajustamento de Condutas não foram criados “com o objetivo explícito de promover o campo da resolução negociada” (Achselrad e Bezerra, 2007, p. 16). Tampouco sua origem está ancorada no campo ambiental. Contudo, a ausência de um processo de normatização (Viégas, 2007; Rodrigues, 2011), associado aos conflitos que emergem contemporaneamente em relação ao meio ambiente, permitiram que esse tipo de instrumento fosse “capturado” por aquele campo, conformando um subcampo específico dentro do campo ambiental (Achselrad e Bezerra, 2007, p. 13). Assim, ao admitir que cada órgão público com personalidade jurídica conceba e operacionalize seus Termos de Ajustamento de Condutas, a legislação brasileira mais do que permitir a adequação às necessidades específicas, concedeu, sob esse registro, amplo espaço para que os conflitos ambientais sejam tratados em arenas específicas, de forma individualizada e com a presença de atores tidos como autoridades no assunto “contribuindo,

Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Agência Nacional de Águas – ANA, Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Instituto Estadual de Florestas – IEF, Instituto Mineiro de Gestão de Águas – IGAM, Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM, Estado do Espírito Santo, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF, Agência Estadual de Recursos Hídricos – AGERH e a esfera privada, representada por: *Samarco* Mineração S.A, *Vale S.A* e *BHP Billiton Brasil* Ltda. (FUNDAÇÃO RENOVA, 2016a).

Aliás, ao incluirmos essa perspectiva a apreço de Fairclough (2001) sobre o poder hegemônico, percebemos que a elaboração do TTAC exprime o poder hegemônico, porque, ele atua no comando e dominação das esferas econômicas, políticas, culturais e ideológicas da sociedade, em virtude de nele ser deliberada as consignações futuras relativamente à recuperação dos danos causados pelo rompimento da barragem. Compreendendo, além disso, que a “hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um equilíbrio instável”. (FAIRCLOUGH, 2011, p. 122). Assimilamos que o TTAC reproduz o poder corporativo da mineradora, em acordo com as autoridades governamentais na busca do equilíbrio desse poder.

Tal Termo objetivou fundamentar as ações a serem deliberadas pela *Samarco/Vale BHP Billiton* juntamente com as esferas públicas baseado em alguns princípios, como: compete ao poder público a defesa e a preservação do meio ambiente equilibrado; concerne à Fundação a reparação, remediação, recuperação dos impactos socioeconômicos e socioambientais provocado pelo rompimento da barragem, quando possível; e, “a celebração deste acordo judicial visa pôr fim ao litígio por ato voluntário das partes” “não implicando assunção de responsabilidade pelo EVENTO”. (FUNDAÇÃO RENOVA, 2016a, p. 02-03).

Para a obtenção dos objetivos mencionados o TTAC estabeleceu ainda a criação de uma fundação – *Fundação Renova* – como já mencionada. Fundação essa, que nasce da

consequentemente, para uma reconfiguração relativa das regras do jogo vigentes no campo ambiental” (Acselrad e Bezerra, 2007, p. 13). Informando apenas genericamente, e ainda sob controvérsias, o que se pode fazer e quem pode fazer, sem especificar como fazer, os registros e as condições em que Termos de Ajustamento de Condutas são celebrados não estão dados a priori (Viégas, Pinto e Garson, 2014, p. 130). Ao contrário, são objetos de disputas politicamente orientadas em que concorrem sentidos contrários sobre os diferentes modos de vida, os usos e as apropriações dos territórios e seus recursos naturais, enfim, sobre o próprio desenvolvimento econômico. (SILVA; CAYRES; SOUZA, 2019, p. 472-473).

vontade exposta da mineradora em “celebrar o ACORDO com o fim de recuperar, mitigar, remediar, reparar, inclusive indenizar, e nos casos que não houver possibilidade de reparação, compensar os impactos nos âmbitos socioambiental e socioeconômicos”. (FUNDAÇÃO RENOVA, 2016a, p. 7).

O Termo de criação da Fundação exhibe que ela deve apresentar e tornar efetivos programas socioeconômicos e socioambientais, através de diagnósticos que forem concretizados por empresa contratada pela *Renova*, que abordem sobre as consequências do rompimento. É preciso ressaltar também que a Fundação deve centralizar as ações de fiscalização e controle, sob o argumento de tornar as ações de recuperação mais hábeis.

Portanto, quando analisamos toda essa situação de acordo com Fairclough (2001) sobre o ponto de vista da perspectiva ideológica, nota-se que a criação de uma organização (*Fundação Renova*) sem fins lucrativos, cria um espectro da realidade em que a mesma trabalha repousada na neutralidade, com intuito em resolver os problemas sociais causados pelo rompimento e não satisfazendo aos interesses hegemônicos já fixados desde a sua construção, por meio da determinação dos poderes públicos, mineradoras e suas respectivas alianças.

Porém, o discurso de que a via judicial é incapaz de suportar a complexidade das demandas socioambientais tem se tornado cada vez mais dominante. O melhor exemplo que temos por ora é o crime envolvendo a *Samarco/Vale/BHP Billiton*, vez que contraria o argumento “auto evidente” da celeridade e da eficiência da via extrajudicial. O Termo aplicado ao acontecimento não tece transação transparente e enfrenta dificuldade para possibilitar a participação dos atingidos e a fiscalização do poder público. (MILANEZ; PINTO, 2016; ROLAND et. al., 2018).

O que percebemos é que o rompimento de Fundão resultou em um processo difuso de transação de acordos sobre acordos, e que, todavia, não foram cumpridos. Tal disposição obsta a compreensão das normas em vigor porque temos: Termo de Transação e Ajustamento de Conduta - TTAC¹⁷², celebrado em março de 2016; o Termo de Ajustamento Preliminar -

¹⁷² Intitulado como “acordão”, criou a Fundação Renova, responsável por executar 42 Programas de reparação e compensação, divididos entre os eixos socioambiental e socioeconômico.

TAP¹⁷³ e o Termo Aditivo ao TAP¹⁷⁴, firmados concomitantemente, em janeiro e novembro de 2017; e, o TAC Governança¹⁷⁵, assinado em junho de 2018.

Por solicitação do Ministério Público Federal, a homologação judicial do TTAC foi anulada em agosto de 2016, devido à ausência de participação dos atingidos e do próprio MP nas negociações do acordo, mas mesmo assim o mesmo segue em vigor subsidiariamente.

A verdade é que, após 05 (cinco) anos do rompimento da barragem de Fundão, não se têm pesquisas conclusivas e independentes sobre os potenciais riscos à saúde da população atingida da bacia do rio Doce. A Câmara Técnica de Saúde (CT-Saúde) calcula que 01(um) milhão de pessoas foram atingidas em sua saúde física e/ou mental, e os resultados preliminares do Estudo de Avaliação de Riscos à Saúde Humana - EARSH, iniciado em julho/2018, evidencia presença de metais pesados no solo (Cd, Ni) e nas poeiras domiciliares (Cd, Ni, Pb, Cu, Zn). (RAMBOLL, 2018, p. 190).

5.2.1.1.4 “Jornais com a comunidade”¹⁷⁶ – Fundação Renova

A *Fundação Renova*, em seu estatuto afirma que todos os “projetos e ações” desenvolvidos por ela no decorrer da reparação serão definidos conforme estudo que pondere seja sobre os impactos socioambientais como os socioeconômicos, em decorrência do acontecimento. Tais estudos são realizados “por pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas físicas ou jurídicas, legalmente habilitadas e contratadas pela Fundação”. (FUNDAÇÃO RENOVA, 2016b, p. 2). Assim, dentro dos seus programas de execução, há um canal de comunicação¹⁷⁷ conforme seu *site* oficial:

O canal de comunicação é uma construção coletiva com as comunidades atingidas, os Jornais com a Comunidade são publicações bimestrais, distribuídas nas cidades de Mariana e Barra Longa, em Minas Gerais, e nas comunidades da Foz do Rio Doce, no Espírito Santo. (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017).

¹⁷³ Contratou peritos e assistentes técnicos para avaliação dos programas em curso e para a realização do diagnóstico dos danos socioambientais e socioeconômicos.

¹⁷⁴ Reconheceu o direito à assessoria técnica independente, para acompanhamento e mobilização dos atingidos durante todo o processo de reparação.

¹⁷⁵ Modifica o sistema de “governança” da bacia do rio Doce estabelecido pelo TTAC e pretende aprimorar os mecanismos de participação dos atingidos no processo de reparação. Apesar de ter sido firmado para possibilitar aos atingidos uma maior participação na condução da reparação dos danos. O “sistema de governança” estabelece um emaranhado burocrático de instâncias, sem paridade na composição dos órgãos dotados de poder decisório, adotando uma lógica participativa restrita e desgastante para os atingidos, e, corre o risco de só legitimar decisões já tomadas (LOSEKANN; MILANEZ, 2018, p. 36).

¹⁷⁶ Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/jornais-com-a-comunidade/> Acesso em: 03 ago. 2020.

¹⁷⁷ Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/> Acesso em: 29 jul. 2020.

Os acessos às edições do jornal são pelo site oficial da *Fundação Renova* e os mesmos estão em PDF, devido a edições específicas para a cidade de Mariana/MG, Barra Longa/MG e para a Foz do *Rio Doce*, ou seja, há um PDF exclusivo para algumas cidades e mesorregiões que foram atingidas pelo rompimento.

Para esse item em específico selecionamos apenas a edição 0, de agosto/2017 como recorte temporal. Tal fato se deu porque conforme explicado acima, o periódico da Renova além de ser bimestral, tem sempre suas edições divididas (Mariana, Barra Longa e Foz do rio Doce). As matérias foram analisadas a partir também da análise de conteúdo conforme Bardin (2008, p.15), que a define como um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

Quadro 6 - Descrição da capa, contracapa e enquadramento noticioso da ed. 0/2017 - Jornais com a comunidade/*Fundação Renova*

Jornais com a comunidade – ed. 0 julho/agosto-2017			
Formato	Foz do rio Doce	Barra Longa/MG	Mariana/MG
Capa e contracapa. Observação: o periódico não possui editorial.	- Você pode nos ajudar a dar um nome para esse jornal? (capa com fundo branco). - Com sua licença? (contracapa com uma fotografia ao fundo trazendo uma praia e a areia suja de lama).	- Você pode nos ajudar a dar um nome para esse jornal? (capa com fundo branco). - Com sua licença? (contracapa com uma fotografia ao fundo contendo uma paisagem de uma pastagem e de um rio).	- Vamos escrever juntos este jornal? (capa com fundo branco). - Com sua licença? (contracapa com uma fotografia ao fundo com restos que sobraram de uma casa e a vegetação tomando conta da mesma).
Enquadramento noticioso	- E como é que a gente faz a governança da Fundação Renova? - Viu como precisamos dar satisfação a muita gente? - Nos ajude a escrever uma nova história porque águas passadas...não movem moinhos.	- Nos ajude a escrever uma nova história. - Por que parou? - Nossa linha do tempo.	- Nos ajude a escrever uma nova história. - Agir com gentileza no lugar de hostilidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

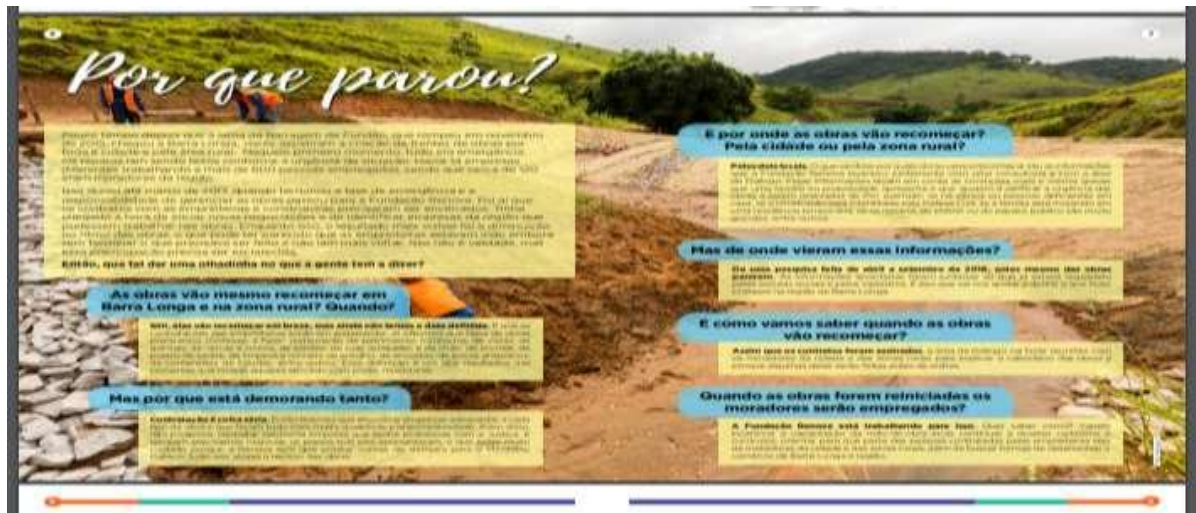
Ao fazer o estudo percebermos que num primeiro momento todas as três capas dos PDF eram brancas numa tentativa de demonstrar a transparência com que estão executando os projetos, ações e prestando contas às comunidades atingidas.

Enquanto, a matéria “com sua licença?” apresentava narrativas específicas para chamar a atenção de determinados grupos, pois eles (os jornais) trazem até destaques como:

“hoje você convive com novas pessoas e vizinhos e tem uma outra rotina que exigiu da sua família adaptar-se a uma realidade diferente e que vocês não pediram para ter. É por isso que a gente conversa tanto, discute, duvida, erra, acerta até encontrar uma solução”. Esse fala quando internalizada nos sujeitos nada mais é do que é uma forma de persuadi-los para que assim o poder hegemônico continue solidificando suas bases.

Enquanto nos enquadramentos noticiosos, tanto as matérias de Mariana/MG, Barra Longa/MG e da foz do *Rio Doce* trazem narrativas distintas conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura 20 - Print da ed. 0 - Jornais com a comunidade - Barra Longa/MG



Fonte: Fundação Renova.

Notamos que a *Renova* ao buscar articular com a comunidade uma canal de comunicação tem a sua disposição não só um aparato publicitário, mas também econômico para produzir a história dos atingidos de seu modo, o que é necessário considerar, problematizar e reconhecer um maior enredamento ao tratar do rompimento, indo muito além de desenvolver uma tentativa de diálogo social pela expectativa de como será o futuro se olvidando do passado ainda presente na vida dos atingidos, segundo o recorte apresentado.

Figura 21 - *Print* da capa da ed. 0 - Jornais com a comunidade - Mariana/MG



Fonte: *Fundação Renova*.

A edição nº 0/2017 do Jornal da *Fundação Renova* com as comunidades de Mariana - tem como fundo em branco e a “mensagem” "Vamos escrever este jornal juntos?" e logo abaixo os títulos das principais matérias e não apresenta editorial. Já a última página além de esculpir o *slogam* “escolha a melhor forma de conversar com a gente”, em que divulgam os principais canais de comunicação como telefone, telefone, endereço, e-mail e páginas da web, além de estampar uma caricatura de Eduardo Campos com uma nota ao final explicando ele é um ex-frequenter assíduo de Bento Rodrigues e até já fez parte da comissão de festeiros do padroeiro do subdistrito e que nesta edição ele foi o ilustrador de várias páginas do periódico.

As regras em toda linguagem com *força cognitiva* e com *reconhecimento social amplo* são as mais econômicas possíveis e demonstram sintonia com a realidade cultural. Portanto, tentar classificar tudo resulta absurdo, já que sabemos que nos jogos as combinações e realizações são infinitas. (MALDONADO, 2001, p. 152, grifo do autor).

Quando falamos de uma força cognitiva e de um reconhecimento social amplo em relação a um crime socioambiental como esse praticado pela *Samarco/Vale/BHP Billiton*, os discursos não ocorrem a partir de um mesmo lugar, ou seja, tal discurso se encontra num campo que se configura em disputas pela sua definição, caracterizadas por estratégias tanto discursivas quanto práticas. Ao mesmo tempo em que a visão hegemônica tende a enfatizá-lo como evento “natural”, quando são apresentados como fatalidades, nossa pesquisa vislumbra-o enquanto um fenômeno inerentemente social, onde a nosso ver sua origem está ancorada em sua estrutura e no próprio sistema social.

Figura 22 - Print das páginas 2,3,4 e 5 da ed. 0 - Jornais com a comunidade - Mariana/MG



Fonte: *Fundação Renova*.

Tanto é que nas páginas 02 a 05 das figuras acima, o entendimento do parágrafo anterior fica mais cristalino ainda, pois a matéria convida o leitor a “conhecer melhor sobre a *Fundação Renova*”, tendo, portanto, uma necessidade de se focalizarem as estratégias de persuasão que são mobilizadas para que se exerça a principal atividade da relação mídia, público-alvo e a *Fundação Renova*.

Portanto, sua primeira aproximação é “Com a sua licença?” onde elucida o que é uma Fundação e vão logo dizendo “que não tem objetivos de gerar lucro”. Em tal artifício é possível reconhecer uma conversação exclusiva com o leitor ao chamá-lo de “você”. Isso faz com que o jornal busque a participação da comunidade, esclarecendo que este meio de comunicação apesar de não ter nome, tal espaço busca o empenho e o contato dos atingidos para opinarem sobre o nome para dar ao jornal: “nos ajude a escrever uma nova história”.

Segundo Vieira (2017) o legado auferido da *Samarco/Vale/BHP Billiton* é manifesto nas práticas e estratégias discursivas da *Renova* e exhibe forte autoridade na percepção do público em geral e nos modos de interagir com as comunidades atingidas. Nessa perspectiva compreendemos que o discurso é usado como forma de representação do mundo, da realidade social, ao mesmo tempo em que age sobre esse mundo, pois o discurso pode desencadear percepções da realidade e ações futuras como subverter a ordem, a organização social, transformando-a e/ou reproduzir a mesma estrutura posta. (FAIRCLOGH; MELO, 2012).

5.2.1.1.5 Os governos, as mineradoras, o TTAC e a Fundação Renova

Conhecedores dos encargos e obrigações estabelecidos à *Fundação Renova*, especialmente às responsabilidades de identificar, indicar, determinar, detectar e descrever o

devido prognóstico ao que foi diagnosticado e também formar o controle das ações, observamos um afastamento dos entes públicos e entidades estatais enquanto agentes no processo de reparação dos danos. Tal panorama, foi denunciado pelo grupo PoEMAS (2016b), que explanam que o setor mineral teve sua ampliação a partir de 1930 como já relatado (capítulo 4) com celebração de acordos reservados com o Estado e, que hoje as mineradoras praticam seus acordos com o governo por meio de financiamentos de campanhas, tendo como objeto de barganha a defesa dos benefícios dessas empresas no processo de gestão governamental.

A contar do acordo instituído para a expansão da mineração, é nítido o afastamento do poder de interferência governamental e a visão liberal nos domínios da vida social à medida que as mineradoras elegem os locais para se instalar alicerçadas nas exigências de regalias estabelecidas às nações e ofertadas por elas pela sua condição de vinculação. Porém, difundimos ponderações não obstante a qualidade do Estado enquanto agente atenuador dos crimes corporativos¹⁷⁸, como uma comunidade que se vê presa às forças corporativas (MEDEIROS, 2013), uma vez que a denúncia do grupo PoEMAS (2016b) assevera que as empresas mineradoras retornam às regalias que ganham cooperando com patrocínios nas campanhas para que assim, propicie a manutenção dos mesmos representantes do poder do Estado e, conseqüentemente, o seu próprio poder.

“Eu e Izabella (Teixeira, então ministra do Meio Ambiente) convencemos a presidente que o acordo era o melhor caminho. Ela falou com Murilo (então presidente da Vale) e dessa conversa saiu a decisão de fazer o acordo”, contou Adams, dois anos depois do desastre, no escritório de uma grande banca de advocacia onde foi trabalhar quando deixou o governo. O formato societário da Samarco, contudo, não facilitava as negociações. Vale e BHP eram sócias na companhia, porém concorrentes ferrenhas no mercado mundial. Havia um clima mútuo de desconfiança. Ferreira passou por cima das diferenças e levou dirigentes da BHP pelo braço para conversar pessoalmente com os governadores Pimentel e Hartung. “Me empenhei ao máximo, olho no olho. O compromisso só seria sólido se a conversa fosse face a face”, disse Ferreira. (SERRA, 2018, p.250-251).

Portanto, em reflexão ao fragmento da obra “Tragédia em Mariana – a história do maior desastre ambiental do Brasil”, pela jornalista Cristina Serra, cremos que a condição do Estado está além da dependência e condição subjugada, ela se solidifica como estratégia de cooperação para a execução da dominação compartilhada.

¹⁷⁸ De acordo com Castellar (2003), em criminologia, o crime corporativo refere-se a crimes cometidos tanto por uma empresa (ou seja, uma entidade empresarial com personalidade jurídica) como por indivíduos que agem em nome de uma empresa. Giddens (2007) complementa dizendo que, a partir do século XX, todos os delitos cometidos pelas grandes corporações ou pessoas influentes em setores passaram a ser referenciados como crimes corporativos ou de “colarinho branco”. (BORGES; MEDEIROS, 2014, p. 455).

No ano de 2014, a mineradora *Vale S.A.* (uma das controladoras da *Samarco* e mantenedora da *Fundação Renova*) doou cerca de 79,3 milhões às campanhas de políticos de partidos distintos - tanto para os concorrentes aos governos estaduais quanto para os concorrentes à presidência da república. A comissão externa da Câmara dos Deputados, criada para conduzir e inspecionar as implicações do rompimento da barragem de Fundão formada por 19 membros no total e, 10 deles receberam financiamento de campanha da *Vale S.A.*, fortalecendo a opinião de que os entes públicos não defendem os interesses da sociedade em relação à extração mineral, nem sequer sobre a segurança das barragens. (PoEMAS, 2016a).

O grupo PoEMAS (2016a) informa e denuncia ainda que na celebração do TTAC, o “acordão”, o Estado cede e exonera-se da tomada ações pela busca de um controle efetivo sobre o processo de reparação e, deste modo, transfere a sua responsabilidade para a *Fundação Renova*, que é formada pelas empresas responsáveis pelo rompimento. À vista disso, o TTAC é celebrado e baseado na política de auto monitoramento, componente que deu permissividade ao acontecimento. (PoEMAS, 2016a).

Dado que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (ou, se assim se quiser, princípios de di-visão), a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado de instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. [...] A fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe [...]. (BOURDIEU, 2016, p. 169).

O promotor de justiça da comarca de Mariana/MG, Meneghin (2017), numas matérias para o jornal *A Sirene* destacou que a *Fundação Renova* tem oposição dos atingidos por não explicar transparência em suas declarações e informações, bem como por atrasar processos. Segundo o promotor o sentimento de confiança poderia acontecer apenas se houvesse transparência das atividades e participação ativa dos atingidos, o que não houve até o momento, mesmo passados quase 05 anos de rompimento, a objetividade da ação da *Renova* tem sido fonte de ilegitimidade.

5.2.1.1.6 *Jornal A Sirene – para não esquecer*

Doutro ponto, o jornal *A Sirene*, que teve sua edição 0 lançada em 05 de fevereiro de 2016, surgiu antes de qualquer fato noticioso, como direito a garantir a comunicação aos

atingidos, o qual não se denotava concebido pela ampla cobertura jornalística do rompimento da barragem de Fundão e seus desdobramentos. O processo comunicativo agrupou particularidades editoriais, que atravessaram com os padrões comerciais do jornalismo.

Esquematizados em mais alguns elementos que temos enquanto componentes da realidade dos atingidos, neste item analisamos a forma dos discursos, das denúncias, das práticas de mobilização e organização, dos resgates de memória e aprendizados diante dos enfrentamentos experimentados, narrativas e registros extraídos de recortes específicos onde trabalhamos com a análise das seguintes edições: fevereiro/2016, novembro/2016, novembro/2017, novembro/2018, fevereiro/2019 e novembro/2019.

Tais recortes se justificam por ter escolhido trabalhar com a primeira edição lançada do jornal e ainda as edições que são alusivas ao aniversário do acontecimento. Contudo, acabamos por incluir o fevereiro/2019 porque em tal edição *A Sirene* tratou de questões atinentes ao rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão.

Assim, como podemos classificar então o jornal *A Sirene*? Um periódico que no decorrer de todas as suas edições, tem sido ferramenta de publicização do lugar ocupado por uma variedade de sujeitos, como atingidos, acadêmicos do curso de jornalismo, professores, jornalistas, dentre outros no enfrentamento do rompimento da barragem de Fundão. Os atingidos se juntaram para compreender e enfrentar as forças que integram o poder e todo o jogo da mineradora e de seus aliados.

As sessões construídas no jornal despontam os empenhos de compreensão das regras de tal jogo. Portanto, evidenciamos um esforço de entendimento do aparato judicial e institucional presentes, que denunciam os contrassensos e injustiças numa luta que se dá através de condições desiguais de poder. Como por exemplo, a editoria "Direito de Entender", noticiada em todas as edições até então, que tem como escopo de esclarecer aos atingidos a respeito, sobretudo, no que tange às questões judiciais que é alimentada pelo Ministério Público, na figura do promotor que acompanha o processo.

Trazemos nesta edição questões atuais importantes. Em "Direito de Entender", a promotoria explica a finalidade do cadastro dos atingidos e faz um alerta importante: aguardar o cadastro realizado em parceria com Ministério Público, Assessoria Técnica e Comissão dos Atingidos. Cada família, cada atingidos possuía patrimônio material e moral distinto. Todos precisam ser contemplados. (A SIRENE, 2016, p. 2).

Percebemos que as sessões têm ainda um cunho educativo, pois é usado um discurso com linguagem menos rebuscada para que os atingidos tenham uma compreensão de uma

racionalidade adversa à suas experiências, que revela inclusive uma relação mercadológica estabelecida pelo poder econômico com o meio ambiente e que é necessário ser entendida também.

Figura 23 - *Print* ed. 0 de 05 de fevereiro de 2016 - Jornal *A Sirene*



Fonte: Jornal *A Sirene*.

A tira da notícia acima compõe a primeira edição da *Sirene* que tem como característica na produção de textos que apresentam formas emergentes de textualidade, nas quais não se emolduram nos padrões ordinários e tradicionais dos gêneros jornalísticos. Essa premissa é denotada no texto supramencionado cujo título “Seu Filomeno¹⁷⁹ me contou” (ed. fevereiro/2016), que notamos invocação aos pré-discursos¹⁸⁰, sobretudo sob a forma do uso do nome próprio, que, surge da alusão feita a seu Filomeno que é tido como um dos protetores e defensores da memória de Bento Rodrigues. O próprio título da matéria refere a essa autoridade que lhe é confiada, lembrando representações discursivas incluídas as crenças e saberes compartilhados pela comunidade.

Os elementos discursivos, que são o alicerce para a criação dos próprios discursos, são mais manifestos na narrativa “Um dia, Seu Filomeno contou a história do Bento para o Elias”, na medida em que se ampara ainda de elementos discursivos referentes à “história do Bento”, como conjunto de saberes subentendidos pautados a essa comunidade e por eles

¹⁷⁹ A edição de julho/2016 da *A Sirene* estampa na sua capa uma foto de seu Filomeno e ao final do periódico tem uma matéria toda dedicada a ele intitulada “Seu Filomeno: a festa dentro de um homem”.

¹⁸⁰ Essa perspectiva tem consequências importantes sobre a circunscrição da unidade de análise pertinente para uma análise do discurso integrando o componente cognitivo, numa ótica distribuída: essa não é mais reduzida aos discursos emitidos e às suas condições sócio históricas de produção. Ela deve integrar também as ferramentas daquilo que chamo doravante de tecnologia discursiva. (PAVEAU, 2013, p. 145).

compartilhados. Tal história, assinada pelo narrador Elias – que “procurou nos livros e viu que estava do mesmo jeito” – encadeia, em uma trama recursiva e cíclica, como uma série de outros nomes próprios citados, como “Mariana, Ouro Preto, Serra de Antônio Pereira, Rio Gualaxo, Rio Gregário e Bento Rodrigues”, que são menções que compõem as narrativas sobre os Bandeirantes naquela região. Os nomes simbolizam modos de solicitação a quadros discursivos que permitem a emergência do conto em questão, em termos de propagação diacrônica das tramas memoriais. Essa argumentação é muito forte no jornal tanto que Lídia Ferreira (2017)¹⁸¹ desenvolveu uma pesquisa de dissertação de mestrado na Universidade Federal de Ouro Preto sobre as representações das memórias e nostalgias nas páginas do *Jornal A Sirene*.

Figura 24 - *Print* das páginas 4 e 5 - ed. n. 8 de 05 de novembro de 2016 - *Jornal A Sirene*



Fonte: *Jornal A Sirene*.

“O que ficou com você?” (ed. novembro/2016), trata do valor imaterial dos pertences que foram recuperados em meio à lama. Segundo Vargas (2017, p. 103) “Os cenários de desastres socioambientais têm como uma de suas principais e mais dramáticas expressões o comprometimento da experiência de moradia e vinculação com o Lugar [...]”. É possível assegurar que os objetos que compõem os elementos tratados no discurso convergem para a reafirmação de uma identidade, a do lugar, que passa a transportar a marca de atingido (o sujeito, a coletividade, o território).

De acordo com Halbwachs (1990), o retorno aos lugares nos quais estivemos antes, colabora para a reconstrução da memória. Essas lembranças a partir da ritualização com esses

¹⁸¹ Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/10038>. Acesso em 10 fev. 2018.

“lugares” é a conformação das consequências atuais a uma memória passada. Nessa perspectiva, a reconstituição da lembrança se coloca na reconstrução de uma identidade em detrimento da perda dos objetos materiais e imateriais, que são como um gatilho à memória e que reforça as identidades.

Mas nem por isso *A Sirene* deixa de ter o jornalismo como uma espécie de locução social que desempenha uma função fundamental nos dias de hoje, já que, ao lançar suas próprias dialéticas, converte-se num eixo basilar para envolver o presente. Lembrando que a atuação do profissional do jornalismo iniciou-se a partir do século XIX, por meio dos fenômenos sociais – industrialização, urbanização etc, da ocorrência dos *mass media* em consequência do desenvolvimento do capitalismo. (TRAQUINA, 2005, grifo nosso).

É razoável asseverar que, no senso comum, o exercício do jornalismo está fortemente conectado ao ato de reproduzir casos e expor narrativas ao público. Tais casos possuem os mais diversos contextos, dentre eles, o acontecimento de Mariana/MG. Logo, o jornalismo é “a vida em todas as suas dimensões, como em uma enciclopédia”. (TRAQUINA, 2012, p. 19). Do mesmo modo, o fazer jornalístico do periódico *A Sirene* não foge à citação: “o que aconteceu/ está acontecendo no mundo hoje?”. (TRAQUINA, 2012, p. 20).

Figura 25 - *Print* ed. n. 20 de 05 de novembro de 2017 - Jornal A Sirene



Fonte: Jornal *A Sirene*.

“Recados para a mídia” (ed. novembro/2017) fundamentam os ensinamentos de Traquina (2005; 2012), que corrobora com a produção de Medina (2003), que tutela que, a prática da narrativa precisa coexistir na coordenação dos fragmentos que compõem um fato, acontecimento ou um sujeito. “Uma definição simples é aquela que entende a narrativa como uma das respostas humanas diante do caos. Dotado da capacidade de produzir sentidos, ao

narrar o mundo, a inteligência humana organiza o caos em um cosmos”. (MEDINA, 2003, p. 47). A mesma autora continua: [...] ao desejar contar a história social da atualidade, o jornalista cria uma marca mediadora que articula histórias fragmentadas; ao traçar a poética intimista, que aflora do seu e do inconsciente dos contemporâneos, o artista conta a história dos desejos (Ibidem, p.48). E, assim, por meio de distintas narrativas, foi difundido o jornal *A Sirene* impresso, com acesso na versão digital¹⁸².

A escolha do nome faz menção ao alarme que deveria ter sido acionado para que as populações vizinhas à mineradora, (ir)responsável pelo rompimento da barragem, pudessem fugir do efeito fatal do magma irrompido, fruto da violação implacável das montanhas de minério, impávidos colossos pertencentes aos filhos daquele solo (BRITTES, 2016, p. 02).

O projeto teve como idealizador o jornalista Gustavo Nolasco, da empresa Nitro imagens, e os principais apoiadores da formação da ideia foram: Padre Geraldo Martins, Pároco da região devastada; Coletivo *#UmMinutodeSirene*; e Fotógrafos de Ouro Preto. A esse grupo fundador uniram-se professores e alunos do Curso de Jornalismo, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). (BRITTES, 2016).

Os sirenistas¹⁸³ atuaram na produção do jornal, exercendo diferentes funções jornalísticas: produção de pauta, apuração, redação, diagramação, disponibilização de espaço físico, impressão e distribuição do produto final. O acordo selado era o de não repetir as fórmulas consagradas no jornalismo e pautar-se, sempre, pelo respeito às narrativas e interesses daqueles que foram diretamente vitimados pelo rompimento da barragem de Fundão (Ibidem, p. 03).

As narrativas tratadas no periódico convertem o íntimo em comum; trazem os sentimentos mais diversos, como o afeto, a saudade, a recordação, as crenças, a nostalgia etc. Aquilo que se conservava no registro pessoal do dia a dia, nas memórias de um dia alegre, tornam-se um encontro de passado e presente interpretáveis pela linguagem por meio dos discursos, na maioria das vezes de *perlaboração*¹⁸⁴.

¹⁸² Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene>. Acesso em: 11 jun. 2017.

¹⁸³ Identificação dos atingidos e seus apoiadores. (BRITTES, 2016).

¹⁸⁴ Para chegar ao termo *perlaboração*, dois autores foram estudados. Isto porque o primeiro a cunhar o termo foi Freud, mas para ele a *perlaboração* é psíquica – é como uma ação que torna admissível ultrapassar uma experiência chocante por meio da repetição ou atuação. Todavia, a repetição que Freud cita é uma ação inconsciente, conectada ao reprimido, ou seja, o sujeito “não recorda coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas expressa-o pela atuação [...] Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; repete-o, sem, naturalmente, saber que o está repetindo”. (FREUD, 1996, p. 165). Enquanto o segundo autor Theodor Adorno

O jornal se transformou, entre as inúmeras oportunidades, em um lugar de fala, rememoração, resistência e doação de conhecimentos. A partir da reverberação da edição número 0 e das outras que continuaram, *A Sirene* tornou-se um jornal de circulação mensal, com 3.000 exemplares distribuídos gratuitamente todo dia 5 de cada mês. Ele considera as falas dos atingidos e reproduz temas como a postura da mídia na cobertura do acontecimento, a perda de bens materiais e simbólicos, as perspectivas de vida presente e futura como demonstra a figura 25 (ed. n°20/novembro/2017), os direitos dos atingidos, agenda de mobilização, as ações da *Samarco*, entre outros assuntos. Um jornal com articulação de interesses diversos, como território múltiplo.

Figura 26 - Print das páginas 8 e 13 - ed. n. 20 de 05 de novembro de 2017 - Jornal A Sirene



Fonte: Jornal *A Sirene*.

Os veículos comunicacionais, não obstante noticiem fatos atuais, arquitetam seus produtos baseados em dados simbólicos, que vincula passado e presente, cooperando para a memória simbólica social, incluindo o tempo como elemento de orientação. O uso da memória alcança os atores sociais, permitindo a importância cultural e identitária dos grupos.

(1963) concebeu a “perlaboração do passado”, ou “perlaboração histórica” partindo dos estudos clínicos de Freud, mas desenvolveu o conceito, mencionando-o a um processo histórico-social preciso: o holocausto, ou seja, o da reconstrução da Alemanha e da progressiva formação de um arquétipo capitalista apoteótico na República Federal Alemã, Adorno escreve sobre a impossibilidade de fazer face aos horrores perpetrados pelo nazismo. Ainda segundo o autor, os alemães dos anos 50 almejavam “esquecer” o passado recente, já que seu peso era muito intenso e não tinha como viver no presente; mas: “o desejo de libertar-se do passado justifica-se: não é possível viver à sua sombra e o terror não tem fim quando culpa e violência precisam ser pagas com culpa e violência; e não se justifica porque o passado de que se quer escapar ainda permanece muito vivo”. (ADORNO, 1995, p. 29).

Dessa forma, é basilar compreender os estudos sobre mídia para fundarmos nossa problemática no âmbito comunicacional. Nesse sentido, Silverstone corrobora nossas inquietações afirmando que:

Há outras metáforas nas tentativas de compreender o papel da mídia na cultura contemporânea. Já pensamos nela como condutos, que oferecem rotas mais ou menos imperturbadas da mensagem à mente; podemos pensar nela como linguagens, que fornecem textos e representações para interpretação; ou podemos abordá-la como ambientes, que nos abraçam na intensidade de uma cultura midiática, saciando, contendo e desafiando sucessivamente. (SILVERSTONE, 2002, p. 15).

O autor ora mencionado assegura à mídia enquanto discurso. Isto posto, é sustentado o discurso, por parte dos atingidos, da mudança social em vez do desenvolvimento, isso é contestado nos meios de comunicação alternativos/comunitários. Comunicação para a transformação social. É refletir uma cidadania radical, que determina uma modificação do sistema econômico e provoca epistemes econômicas.

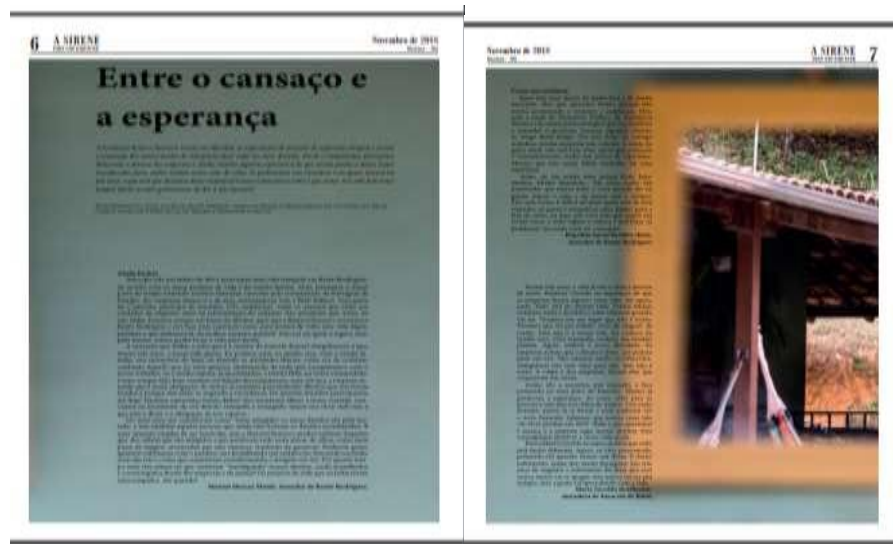
Sobrecarregada tanto pelos processos de transnacionalização quanto pela emergência de sujeitos sociais e identidades culturais novas, a comunicação está se convertendo num espaço estratégico a partir do qual se pode pensar os bloqueios e as contradições que dinamizam essas sociedades-encruzilhada, a meio caminho entre um subdesenvolvimento acelerado e uma modernização compulsiva. Assim, o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais. (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 299).

A inquietação retorna-se, logo, para a obrigação de se estudar as lógicas de produção e de seus usos. E o mesmo autor continua: “o que importa é o que configura as condições específicas de produção, o que a estrutura produtiva deixa vestígios no formato, e os modos com que o sistema produtivo” (Ibidem, p. 299), sem olvidar, entretanto que vivemos num meio hegemônico, e pouco a pouco as minorias têm conseguido avançar, como no caso do jornal em questão.

A inquietação volta-se, deste modo, para a necessidade de se examinar as lógicas de produção e de seus usos. Nesta perspectiva, Martín-Barbero exhibe o que chama de “dispositivos concretos” a pesquisar: a competitividade industrial; a competência comunicativa; os níveis e fases de decisão na produção de cada gênero; as ideologias profissionais; as rotinas de produção; e as estratégias de comercialização. Portanto, a mediação é “a circulação de significados”, conforme aduz SILVERSTONE (2002, p.33). Para

esse mesmo autor, a atenção para a mediação como processo é questão decisiva para saber por que devemos estudar a mídia.

Figura 27 - Print das páginas 6 e 7 - ed. n.32 de 05 de novembro de 2018 - Jornal *A Sirene*



Fonte: Jornal *A Sirene*.

A matéria “Entre o cansaço e a esperança” (ed. Novembro/2018) vemos claramente que apesar de no papel a *Fundação Renova* ter sido criada para atender os atingidos, não é o que acontece na prática, vez que por trás dela está a mineradora, assim temos a dimensão da relação entre poder e contrapoder, entre discurso dominante e não dominante. Portanto, para compreender melhor trazemos a noção de padrões de acesso ao discurso, estabelecida por Van Dijk (2008), em que “é importante ressaltar um elemento nas definições de poder e de dominância, qual seja, a dimensão cognitiva do controle”. (VAN DIJK, 2008, p. 88). Ainda segundo o autor, cuja obra se insere nos modelos de análise crítica do discurso:

Um elemento importante na reprodução discursiva do poder e da dominância é o próprio acesso ao discurso e a eventos comunicativos. Nesse ponto, o discurso é similar a outros recursos sociais valorizados que constituem a base do poder e cujo acesso é distribuído de forma desigual. Por exemplo, nem todos têm acesso igual à mídia ou à fala e à escrita médicas, jurídicas, políticas, burocráticas ou acadêmicas. Assim, precisamos explorar as implicações de uma questão complexa: quem pode falar e escrever para quem, sobre o que, quando e em que contexto, ou quem pode participar desses eventos comunicativos nos mais variados papéis de ouvintes. (VAN DIJK, 2008, p. 89).

Embora o periódico não se trate de um veículo midiático que adota um discurso dominante/hegemônico sobre o rompimento da barragem e seus desdobramentos, o jornal

proporciona o acesso dos atingidos ao conjunto de eventos comunicativos que o compõem, desde as reuniões de pauta até a elaboração e edição dos textos. Assim, os atingidos geralmente se manifestam num posicionamento crítico sobre o acontecimento, como é o caso da matéria supramencionada e tantas outras realizadas pela *Sirene*.

Por isso, dentre os assuntos do debate atual, o aniquilamento de instituições consideradas sólidas, diante de uma onda de consumo, têm sido alimentados e realimentados através dos meios de comunicação, como por exemplo o Estado. Assim, alerta Ianni (2001), com sua metáfora do príncipe eletrônico, em que faz alusão à mídia não mais como o “quarto poder”¹⁸⁵, “trata-se de um desenvolvimento novo, intenso e generalizado, abrangente e predominante da mídia no âmbito de tudo o que se refere à política”. (IANNI, 2001, p. 144), isto é, ele pondera que a hegemonia da mídia desafia os três poderes clássicos, trazidos por Montesquieu (2008), na obra “O espírito das leis”, bem como partidos políticos, movimentos sociais e opinião pública:

Na época da globalização, modificam-se mais ou menos radicalmente as condições sob as quais se desenvolve a teoria e a prática da política. Em primeiro lugar, a globalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório, propicia o desenvolvimento de relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica de alcance mundial. Alteram-se as formas de sociabilidade e os jogos das forças sociais, no âmbito de uma vasta, complexa e contraditória sociedade civil mundial em formação. Isto significa a emergência de grupos sociais, estruturas de poder, acomodações, tensões e lutas em escala mundial. Em segundo lugar, no bojo desse mesmo processo de globalização político-econômica e sociocultural, desenvolvem-se tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas que agilizam, intensificam e generalizam as articulações, as integrações, as tensões, os antagonismos, as fragmentações e as mudanças socioculturais e político-econômicas, pelos quatro cantos do mundo. Em terceiro lugar, e simultaneamente a todos os desenvolvimentos, nexos, contradições e transformações em curso, desenvolve-se uma nova confirmação histórico-social de vida, trabalho e cultura, desenhando uma totalidade geoistórica de alcance global, compreendendo indivíduos e coletividades, povos, nações e nacionalidades, culturas e civilizações. Esse é o novo e imenso placo da história, no qual se alteram mais ou menos radicalmente os quadros sociais e mentais de referência de uns e outros, em todo o mundo. (IANNI, 2001, p. 148).

Robustece Ianni(2001) as afinidades sobrepostas entre mídia, política e economia, uma vez que a mídia é governada pelo caráter da regra política e pelos princípios da cultura política de cada país, vez que a composição sociopolítica e econômica ainda origina o arcabouço interno do próprio sistema de mídia, suas táticas mercadológicas, do mesmo modo

¹⁸⁵Termo usado na imprensa nos fins do século XIX.

que as relações entre as diferentes organizações de mídia. Por isso, os paradigmas existentes nas teorias da Comunicação tenderam para a concretização de uma sociedade hegemônica através dos aparatos tecnológicos.

A midiaticização é um processo histórico singular que aconteceu de forma expansiva e intensa no século XX, como necessidade sistêmica das formações sociais capitalistas hegemônicas, as quais estruturaram por meio da informatização seus modelos financeiros, industriais e comerciais e suas reconfigurações. (MALDONADO, 2002, p. 6).

Porém, essa questão pode sofrer mudanças a partir do momento em que houver uma massa de cidadãos alfabetizados em mídia: “teríamos um Quinto Poder, constituído por uma cidadania informada cuja missão seria fiscalizar o Quarto Poder – ou seja, a mídia” (Trecho da entrevista de Silverstone a Ubiratan Muarrek).

Na realidade contemporânea, os processos de comunicação, os sistemas midiáticos, as dimensões de comunicação digital e os campos sociais a eles vinculados são o *contexto* nuclear de nossas problemáticas; o *midiático* condiciona de modo intenso e persistente os processos de comunicação social nas sociedades latino-americanas, ocidentais e, cada vez mais, no mundo. O *midiático* é, ao mesmo tempo, um campo de nossas problematizações e constitui um *contexto* que engloba problemas decisivos da produção científica em comunicação. (MALDONADO, 2011, p. 283-284).

Não menos importante, a criação do jornal *A Sirene* como um instrumento de comunicação voltado para os atingidos pode ser configurada com base nos conceitos que permeiam o jornalismo comunitário, a mídia e o ativismo. Além disso, o empoderamento dos sujeitos e sujeitas proporcionados pela comunicação nasce como consequência do Direito à Comunicação, que vai além do ingresso aos meios de difusão e à forma de expressão garantida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. A discussão trata a democratização do poder de se comunicar, que é garantida pela liberdade de expressão em diversas formas. Peruzzo, ao citar Osvaldo Leon (2002), em “Democratização das comunicações”, assegura que, a partir da transformação no panorama da comunicação, os sujeitos sociais são os mesmos que lançam a informação, incidindo a ser mais que apenas o emissor abrangido pelo processo comunicacional da tríade emissor, mensagem e receptor.

Figura 28 - Print do recorte da ed. 43 de 05 de novembro de 2019 - Jornal A Sirene



Fonte: Jornal A Sirene.

Observamos que na reportagem “Atingidos (as) acapam por direitos negados” (ed. Novembro/2019) há um cuidado do jornal muito importante em relação aos atingidos, vez que o mesmo desenvolve um papel de cidadania ao reconstruir as histórias e articular com o direito de ser reconhecido em tempos de crise e de atuações públicas e privadas centralizadas.

Peruzzo (2007), em seu estudo sobre comunicação comunitária, intitulado “Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania”, cita a Declaração da Sociedade Civil, instituída em 2003, que garante:

Os meios de comunicação comunitários que são independentes, manejados pela comunidade e embasados na sociedade civil, tem um papel específico e crucial na habilitação do acesso e participação de todos na sociedade da informação, especialmente para as comunidades mais pobres e marginalizadas. (PERUZZO *apud* DECLARAÇÃO, 2007, p. 5).

Essa comunicação comunitária caracteriza o jornalismo comunitário e determina a forma como ele se apresenta, isto porque, como Peruzzo assinala, o termo “comunitário” é amplo e pode distorcer sua função principal:

Não basta a um meio de comunicação ser local, falar de coisas do lugar e gozar de aceitação pública para configurar-se como comunitário. A comunicação comunitária que vem sendo gestada no contexto dos movimentos populares é produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns. É sem fins lucrativos e se alicerça nos princípios de comunidade, quais sejam: implica na participação ativa, horizontal e democrática dos cidadãos; na propriedade coletiva; no sentido de pertence (sic) que desenvolve entre os membros; na co-responsabilidade pelos conteúdos emitidos; na gestão partilhada; na capacidade de conseguir identificação com a cultura e interesses locais; no poder de contribuir para a democratização do conhecimento e da cultura. (PERUZZO, 2007, p. 3).

Ainda que tenha todas as características determinadas, Peruzzo diz que as definições de jornalismo comunitário não fazem parte de um modelo padrão e podem ser consideradas, ainda, como “um campo de conflitos”, por geralmente não serem bem aceitas na sociedade.

A Sirene faz parte de um movimento popular de remição da memória material e imaterial das comunidades atingidas pela queda da barragem de Fundão. Tal motivo transporta linhas ativistas como defesa dos direitos humanos e necessidades dos cidadãos exercendo a participação política, na busca da reconstrução de espaços físicos, sem contar a manutenção das histórias que são parte da cultura e identidade das comunidades.

Figura 29 - *Prints* de recortes da ed. n. 0/ fevereiro de 2016 e da ed. n.35/fevereiro de 2019 -
Jornal *A Sirene*



Fonte: Jornal *A Sirene*.

E por derradeiro a nossa análise, mas não menos importante destacamos duas matérias, uma da edição 0 de fevereiro/2016 e a outra da edição 35 de fevereiro/2019. E por que essas duas matérias com o mesmo título “Quem foi sua sirene?”. Para demonstrar que passados um

pouco mais de três anos do crime da *Samarco/Vale/BHP Billiton* na queda da barragem de Fundão em Mariana/MG o crime se repetiu em Brumadinho/MG através da *Vale S.A.* na barragem da Mina do Córrego do Feijão.

No discurso dos atingidos eles contam todas as formas possíveis de avisos que receberam de ambos os rompimentos, menos o toque da sirene. A partir de então, percebemos que enquanto produtor de sentidos esse meio de comunicação participa do acontecimento na possibilidade de modificações de lugares. Porque, não há acontecimento e jornalismo desassociados de uma dimensão temporal, pois há também a possibilidade de um veículo midiático rememorar o acontecimento através da categoria tempo e criar novos sujeitos, que passam a lutar por seus direitos.

5.2.1.1.7 *O jornal Lampião*¹⁸⁶ e a revista *Curinga*¹⁸⁷ - produtos laboratoriais do curso de jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto em Minas Gerais

Nesse item aliamos dois produtos laboratoriais que fazem parte da mídia local, que por sua vez trazem uma discussão teórica sobre a prática jornalística, não sendo uma simples reprodução mercadológica. (MIRANDA; MILATI, 2013). Existem reflexões durante o processo de produção e, a respeito do produto final, pois tem como premissa aliar conhecimentos teóricos, juntamente com opções alternativas de prática jornalística, mesmo que de forma subentendida.

Por consequência, o jornalismo laboratorial, enquanto prática da experimentação procura mostrar narrativas silenciadas pela mídia hegemônica, com, por exemplo, demandas políticas e sociais. E outra característica que podemos citar ainda, é em relação à independência e adaptação das regras de noticiabilidade tradicionais do jornalismo, adaptando à realidade laboratorial. (TRAQUINA, 2004 *apud* MIRANDA; MILATI, 2013, p. 36).

¹⁸⁶ É produzido na disciplina de laboratório de Impresso I por estudantes do sétimo período do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), foi criado em 2011. O nome escolhido pelos alunos, *Lampião*, refere-se “não só à iluminação do município de Mariana, com suas tradicionais lanternas, mas também à ideia de derramar luz sobre a cidade e sobre os moradores a partir da notícia e da abertura de um novo espaço para o debate”. (LAMPIÃO, 05 maio 2011). Para não confundir o *Lampião* com o cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, criou-se uma logomarca que faz referência aos postes de iluminação. Composta por traços irregulares, a logo, além de se referir à luz, remete a ideia de um traço manual, desgastado, rústico e antigo. (BRAVIN; BORGES, 2011, p. 5).

¹⁸⁷ Foi criada em 2011 e é produzido por estudantes do sétimo período do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como produto da disciplina Laboratório de Impresso II. A revista tem distribuição gratuita na região de Ouro Preto/Mariana, na região central de Minas Gerais, além de disponibilização de todo o conteúdo online gratuitamente pela plataforma online *ISSUU*, pelo site oficial da revista e página no *Facebook*. Disponível em: <http://issuu.com/revistacuringa>, <http://www.revistacuringa.ufop.br> e www.facebook.com/revistacuringa Acesso em: 19 set. 2019.

Vamos, então, analisar uma reportagem de cada mídia. No jornal *Lampião*, a reportagem traz o título “Quem paga a conta?” (ed. 21 – dezembro/2015). Observamos que a própria chamada da matéria expõe o enquadramento por questionamento, ao indicar os responsáveis pelo crime e a urgência na resolução do acontecimento devido tantas perdas humanas, materiais, imateriais e a partir de tantas perdas.

Figura 30 - *Print* jornal O Lampião - Ed. n.21 - Dezembro/2015



Fonte: Jornal *O Lampião*.

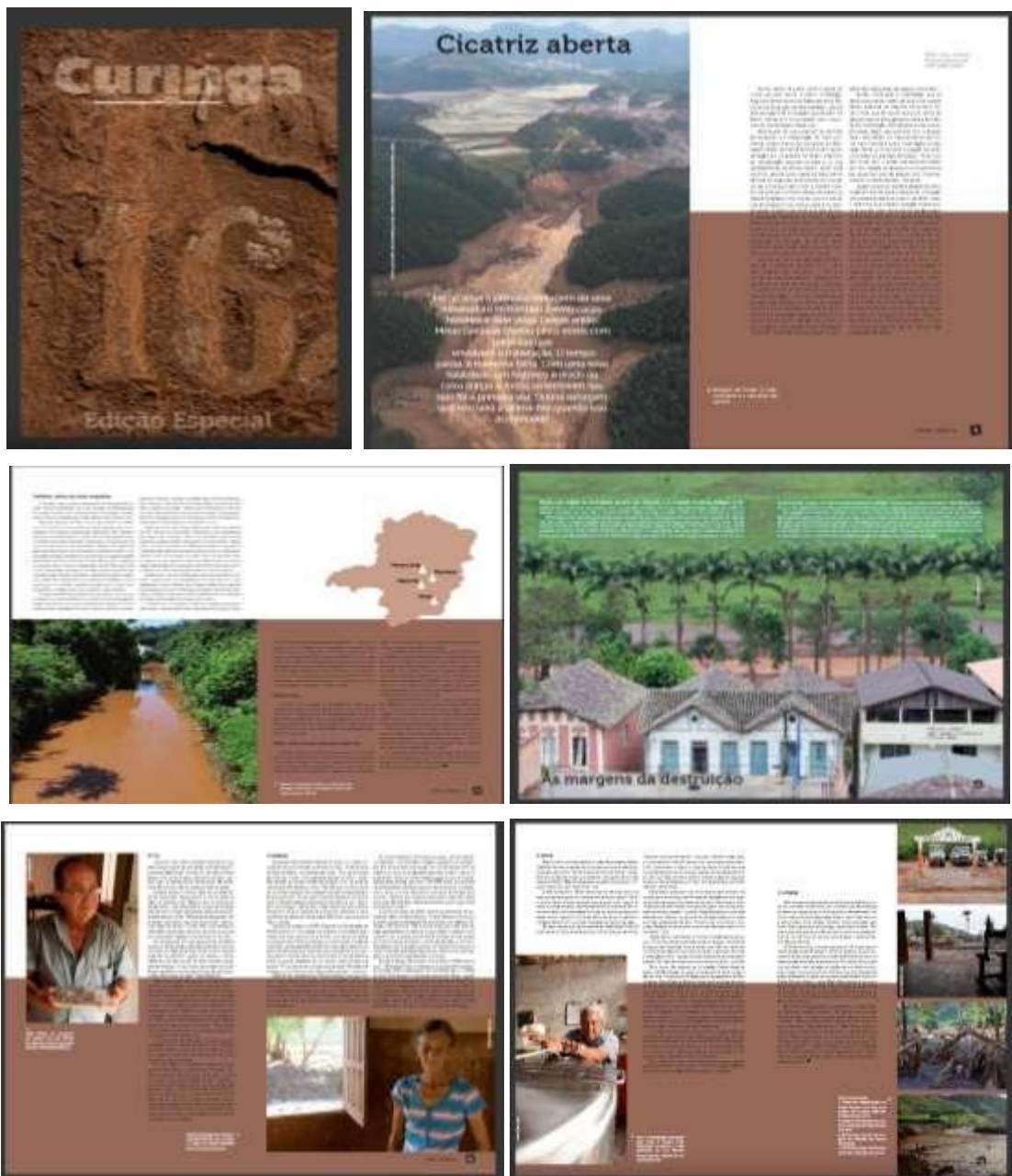
A edição de dezembro/2015 do jornal *Lampião* traz na sua capa os seguintes dizeres: “Do fim ao recomeço – quando a lama de uma barragem faz o tempo parar e o futuro persiste”, e ao fundo uma foto de um relógio de parede que marcou o horário aproximado da queda da barragem de Fundão, que tem como cor predominante o marrom.

A matéria “Quem paga a conta?” destaca a responsabilidade da *Vale S.A* e da *BHP Billiton*, mineradoras acionistas, mas que também usavam a barragem como descarte de rejeitos da mineração. Trata-se de uma reportagem informativa, pois os verbos usados foram: declarou, falou, disse, dentre outros. As fontes ouvidas são posicionamentos oficiais da *Samarco*, da *Vale S.A.* e de órgãos públicos, afora relatórios produzidos por órgãos públicos e específicos desse acontecimento e ainda legislações que abordam sobre a mineração.

Já a revista *Curinga*, na matéria intitulada “Cicatriz aberta”, buscou destacar o número de mortes e particularizou Minas Gerais como o estado que padece, chora e perde. A reportagem tem um tom mais emocional que do jornal *Lampião* em que relata a memória afetiva e ainda faz uma pergunta: até quando tragédias como as retratadas na reportagem irão acontecer?

A reportagem citada faz um resgate histórico sobre os rompimentos de barragens no estado de Minas Gerais. O texto inicia com dados do antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) sobre número de barragens no estado e, ato contínuo, diz sobre o desempenho do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, que foi a se fonte basilar para os embasamentos da matéria.

Figura 31 - Print Revista Curinga - Ed. n.16/especial - Abril de 2016



Fonte: Revista *Curinga*

A matéria selecionada por nós para a análise se divide em três subtítulos que levam os nomes das cidades que tiveram problemas relacionados a barragens juntamente com empresas

de mineração. Há ainda um mapa ilustrativo que indica a localização das cidades que foram atingidas outrora, incluindo Mariana/MG. Além do texto escrito fotos também constituem a reportagem, como a da barragem de Herculano, que atingiu o rio e município de Itabirito.

Como característica do jornal-laboratório, notamos que as duas mídias em específicos promovem a reflexão e difunde a visão crítica sobre temas atuais, com traços contra hegemônicos, abeirando-se ao jornalismo alternativo, vez que suas narrativas são voltadas para a forma como a mineração é tratada de uma maneira geral e para os atingidos, buscando a responsabilização das empresas envolvidas.

Sem olvidar ainda que os dois produtos laboratoriais têm características fundamentais para nossa análise e classificação do *corpus* porque trata-se de uma relação de assimilação do público com o produto, a começar da ideia de pertencimento e representatividade, promovidos pela contiguidade física e o convívio harmonioso entre jornal e leitores em que tais características corroboram para uma tiragem grande dos periódicos que muitas vezes são os de maior circulação na região dos Inconfidentes potencializando como um compromisso social enquanto veículo jornalístico.

5.2.1.1.8 O Movimento dos Atingidos por Barragens

O Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB¹⁸⁸ enquanto movimento social nasceu como frente às transferências obrigatórias ocasionadas pelo aumento dos projetos e construções de hidrelétricas. Ele tem como suas bandeiras principais a defesa dos direitos dos atingidos por barragens, por um modelo energético popular, e por um projeto popular para o Brasil.

Durante o período de democratização e emergência de novos movimentos sociais no Brasil, surgiram também movimentos de grupos atingidos por barragens em diversas áreas como resposta popular aos deslocamentos provocados pela conjuntura acelerada de construção de represas. O contexto do “milagre econômico” brasileiro aumentou a demanda de energia, e a crise do petróleo verificada no mundo na década de 1970 incentivou a busca por fontes energéticas mais baratas. No Brasil, o enorme potencial hídrico, com a existência de muitos rios extensos e caudalosos favoreceu a opção pela geração de eletricidade através de grandes barragens, que vieram a se efetivar em maior número, a partir daquela década. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) se forma nesta conjuntura. (ZEN, 2007, p. 57).

¹⁸⁸ O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) se auto organiza como um movimento popular, reivindicatório e político, sob a forma de “um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução”. Disponível em: <https://mab.org.br/quem-somos/> Acesso em: 23 nov. 2019.

O rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG originou uma nova demanda para o movimento, abrangendo os atingidos pelas barragens de mineração em seu alvo de ação, embora o MAB já atuasse na região fazia aproximadamente 20 anos, mas com questões relacionadas às barragens hidrelétricas da região, como a hidrelétrica de Fumaça em Diogo de Vasconcelos. Diante disso, o MAB passou a atuar diretamente com os atingidos da barragem de Fundão como intermediador, vez que passou a ouvir as narrativas da população atingida, levando em conta multiplicidade das reivindicações, num esforço de orientá-los ante a *Renova* e conectá-los às instâncias deliberativas de poder do Estado e da mineradora, pois tal movimento não age como

[...] um canal alternativo e genuíno perante as instituições tradicionais de representação política, mas como esforço de intermediação orientado a conectar segmentos da população mal ou sub-representados ao Estado e aos circuitos da política eleitoral. (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006, p. 44).

Tal intermediação e orientação é possível porque o MAB atua num contexto de intensa circulação de pessoas e ideias pelo país, mas em negociações internacionais também. Existe uma prática permanente de elaboração epistemológica com o escopo de expor processos da cultura dominante.

[...] os movimentos sociais *comunicacionais* são fundantes nos processos revolucionários em nossa América Latina, seja pelos processos de comunicação que estabelecem entre seus integrantes, seja pelo diálogo entre os mesmos e a sociedade civil e as organizações do Estado. Mais do que isso, compreendemos que os movimentos sociais de natureza comunicacional são potenciais despertadores de uma consciência crítica nos sujeitos, no sentido de que a verdadeira *transformação ocorre na mentalidade dos sujeitos* (CASTELLS, 2013), e de que *aprendemos a ser cidadãos* (CORTINA, 2005) a partir do reconhecimento de nós mesmos como sujeitos críticos, reflexivos, partícipes e dotados de autonomia social, cultural, comunicacional e política na sociedade. (SAGGIN, 2016, p. 139, grifo da autora).

São várias experiências acumuladas no decorrer da história de luta, pois há um processo que se orienta no aprendizado através de temas específicos nos cursos de formação e que também se desenvolve no contato reflexivo com diversas fontes de conhecimento, principalmente no saber existencial entre os próprios atingidos, como por exemplo, as concepções experimentadas na organização de encontros locais, nacionais e internacionais; os intercâmbios entre militâncias; as formações de base, dentre outras práticas. Esses aprendizados

recriam saberes, apontam e orientam os diálogos para as pautas reivindicatórias locais que amparam o sentido político das pautas.

A partir dessa toada, o MAB produziu uma cartilha de análise do crime causado pelo rompimento da barragem da *Samarco, Vale e BHP Billiton*¹⁸⁹.

É notável, a constante luta política e jurídica que têm acontecido até então no contexto do crime socioambiental na bacia do *Rio Doce*. O Movimento dos Atingidos de Barragens tem aparecido nessas lutas como uma importante entidade em favor das reparações dos atingidos. Observamos ainda que há uma formação e dedicação proveniente para a militância do movimento.

Figura 32 - Marcha do MAB nos atos de 01 ano de crime da barragem de Fundão/2016



Fonte: Movimento dos Atingidos por Barragens.

Alicerçados na cartilha que foi lançada em setembro de 2016, o MAB realizou o primeiro ato de denúncia em relação a *Samarco/Vale/BHP Billiton* através da Marcha de Regência a Mariana, que articulou grupos universitários, militantes e vários coletivos que fizeram o caminho inverso da lama pelo caminho e culminou no ato de protesto no dia 5 de novembro de 2016 em Bento Rodrigues. “Após um ano do crime, percebemos que em relação aos direitos dos atingidos e trabalhadores pouco foi feito. Diante desta situação, exigimos uma maior agilidade na garantia dos direitos de toda população atingida¹⁹⁰”. (MAB, 2016).

¹⁸⁹ Disponível em: <https://issuu.com/mabnacional/docs/combinepdf> Acesso em: 04 dez. 2019.

¹⁹⁰ Disponível em: <https://mab.org.br/2016/11/10/documento-final-da-marcha-e-do-encontro-um-ano-lama-e-luta-0/>. Acesso em: 03 fev. 2020.

Figura 33 - Vista parcial de Bento Rodrigues e do ato de protesto "um ano de lama e luta"



Fonte: Movimento de Atingidos por Barragens, 2016.

No fragmento acima, vemos que o MAB por meio de seu discurso denuncia e exige providências no sentido das reparações materiais, imateriais, da fauna, da flora etc. Tais discursos sobre normas de ação inserem no mínimo questões *ético-políticas* e questões *morais*, cada uma delas oportunizando uma forma específica de discurso, conforme regras procedimentais, sua matéria e seu alcance.

A fração do discurso mencionado se insere a nosso ver nas duas questões relatadas, pois as questões *ético-políticas* são discutidas à luz da identidade comum compartilhada entre os sujeitos numa comunidade; os discursos são compartilhados de tal forma que seus membros “procuram obter clareza sobre a forma de vida que estão compartilhando e sobre os ideais que orientam seus projetos comuns de vida” (HABERMAS, 2003, p.201). As decisões alcançadas nestes discursos têm alcance limitado à comunidade de valores na qual eles foram comprometidos, se aludem às convicções coletivas dos grupos por meio de uma hermenêutica que se ajusta criticamente das próprias tradições, com vista à alternativa adequada de meios para abranger fins coletivos significativos, com base nos valores e conhecimentos aplicados.

Já as normas de ações morais, têm a ver com justiça. Para deliberar uma prática justa, é cogente o “ponto de vista normativo, sob o qual nós examinamos a possibilidade de regular nossa convivência no interesse simétrico de todos” (HABERMAS, 2003, p.203); o juízo moral reflete em e para todo ser humano, uma vez que é primordial citarmos à regulação da coexistência de todos os homens no alicerce de desejos abrangentes, por meio das leis que podem ser ordenadas a qualquer um em posições idênticas, designadas a afiançar interesses com os quais qualquer um concordaria.

O discurso moral, de acordo com Cortina (2009, p.90-91), contém: a) *autoobrigação*: são morais as leis que o sujeito acolhe autonomamente, independentemente de cominações por parte de uma autoridade, são exercidas internamente, em consciência (Kant); b) *universalizabilidade* dos juízos morais: os imperativos morais comparecem como irrestrito a todo homem; c) caráter *incondicional* das prescrições morais: toda defesa possível tem de estar subentendida na própria prescrição.

Assim, os atos reivindicatórios do MAB dentro da nossa concepção apresentam-se como movimentos sociocomunicacionais, pois eles se valem dos mais distintos meios (cartilhas, jornais, *site oficial, facebook instagram, twitter, youtube*, encontros, mobilizações etc) de comunicação e de discurso para atuarem frente às grandes corporações e ao capital. O discurso intercede deste modo, ao acesso do sujeito a “sujeito *a*” - como *a* processos de expropriação, dominação e/ou deslocamento forçado, por “sujeito *de*” - uma ação de resistência ou uma mobilização.

O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e os tipos de ‘eu’ (...) Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Tal condução que não é, de maneira alguma, puramente semântica, localiza-se congregadas no próprio conjunto que delinea o sujeito atingido por barragem, apesar de a definição comportar distintas disputas¹⁹¹, nessa pesquisa o conceito tratado por Vainer (2008) foi o trabalhado e considerado pelos pesquisadores:

[...] a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e deveres de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, um objeto de disputa. (VAINER, 2008, p. 40).

¹⁹¹ O conceito varia conforme a abordagem, em que os mais utilizados são: a) no campo da afirmação de direitos, do reconhecimento de violações, rebatendo sobre processos indenizatórios, b) no seio dos movimentos sociais como identidade política coletiva c) na disputa por contra hegemonia na sociedade e; c) no meio acadêmico, na busca por sua afirmação como conceito.

Por isso a atuação do MAB como mediador do conflito entre a população atingida, *Samarco/Vale/BHP Billiton*, governos e autoridades jurídicas após o rompimento da barragem de Fundão instituiu pontes de diálogo e participação nos processos de negociação, politização e democratização dos processos ao levar em importância seus discursos, narrativas e auto-organização para a aquisição de direito à representação nos espaços decisórios.

O Movimento dos Atingidos por Barragens seguiu fazendo o trabalho de acompanhamento das autoridades no resgate e atendimento às vítimas, e o trabalho de organização das famílias atingidas. Esse trabalho é fundamental para o empoderamento da população. Para que os direitos do povo não sejam atropelados e os atingidos não sejam esquecidos, a luta e organização se fazem necessárias. Militantes do MAB acompanharam o trabalho das autoridades, conversaram com atingidos resgatados na Arena Mariana, conversaram com atingidos nos hotéis onde foram alocados, realizaram reuniões com organizações locais e seguem apurando os fatos para contribuir na organização da população atingida. (MAB, 2015a).

Conforme aponta o *site* do MAB, desde o início o movimento tem participado e criado reuniões consecutivas com os atingidos e as lideranças da região, envolvendo padres, lideranças comunitárias, sindicalistas, e outros movimentos sociais com o escopo de delinear atuações que mirem a reivindicação dos direitos das comunidades atingidas. Tudo isso sem contar os atos políticos e caminhadas que denunciem o rompimento e exijam das autoridades respostas a respeito da resolução dos danos ocasionados nos territórios atingidos. (MAB, 2015b).

Também foi a partir da atuação do MAB no desenrolar do crime da mineradora em Mariana/MG e a ação rápida que tiveram quando ocorreu a queda da barragem da Mina do Córrego do Feijão que conheci a força desse movimento, pois apesar de já estar com a pesquisa encaminhada, tinha a ocorrência do novo crime, agora em Brumadinho/MG e tal fato era importante para a investigação.

Então, no dia 29 de março de 2019 em reunião de orientação para discussão dos próximos passos da pesquisa, comentei com o professor Efendy o que eu tinha notado referente às ações que o MAB. Esse movimento tem um importante papel na sociedade, por que trabalha no sentido de conscientizar os atingidos dos dois crimes. Inclusive o que eles tinham alcançado de positivo em relação à luta por direitos em Mariana e que poderia ser usado em Brumadinho e ainda, a luta para que, de forma alguma fizessem uma composição de conflitos por meio de conciliação para reparação de todo e qualquer dano, ou seja, acordos, para não fossem surpreendidos negativamente com a criação de uma fundação privada, por exemplo, como a *Fundação Renova*.

Retornando as Minas Gerais comentei com o nosso colaborador Nilmar Lage que gostaria de me aproximar de algum militante do MAB, portanto seria o próximo caminho da investigação. Logo Nilmar me disse que tinha o contato telefônico de uma militante do MAB chamada Camila e esta foi a primeira pessoa da pesquisa que peguei o contato. Quando liguei, fui atendida prontamente, daí, já marcamos nossa conversa.

No dia e hora marcados para a conversa, ao chegar à reunião, Camila logo disse: *“Estamos sempre de portas abertas, quando, de fato a universidade se volta ao povo. Acreditamos muito na pesquisa, por isso estou aqui”*. Agradei pela receptividade e em seguida, lhe expliquei os motivos pelos quais tinham me levado a marcar tal encontro, ato contínuo asseverou a militante do MAB:

Bom, eu acho que em certos momentos uma explica a outra. Porque é isso. Mariana vem explicar Brumadinho nesse sentido. Olha, é a segunda vez que aconteceu isso e a gente saber que existe um modelo. Mas, Brumadinho também explica Mariana em outros aspectos assim. Quando a gente consegue falar assim. Olha em Mariana aconteceu isso, em Brumadinho está acontecendo a mesma coisa e vai e começa a ver, é o mesmo movimento. Se deixar vai caminhando no mesmo sentido, se deixar a empresa vai fazer a mesma coisa, a mesma forma de atuação da Vale e da Fundação Renova que a gente vê que realmente é isso. É dialético. (CAMILA, representante do MAB Minas, 2019).

A partir do posicionamento da Camila em relação ao rompimento de Fundão ocorrido em Mariana/MG e ao rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão no município de Brumadinho/MG, compreendemos porque o MAB assinala que a luta mais eficaz em um caso de conflito de interesse entre a população e as empresas causadoras de algum tipo de impacto ambiental se dá por meio da organização coletiva. Porque quando a organização e a mobilização ocorrem através da coletividade, ou seja, por meio de grupos de sujeitos atingidos, que por sua vez são coordenados por cidadão que compõe o grupo de base, a chance de ver o exercício da cidadania exteriorizado é maior e mais forte.

Por isso, eles têm um trabalho no sentido de incentivar as pessoas a ficarem juntas, compartilhar informações, para que decidam as ocorrências coletivamente de modo a pensar o Estado e as mineradoras na reivindicação dos direitos e agilidade na reparação dos danos. Caso não haja tal organização e mobilização, as mineradoras acabam por se beneficiar com a dispersão entre os atingidos, como por exemplo, na manipulação de informações, conforme asseverou a militante do MAB Camila.

Situações como os rompimentos das barragens tanto de Mariana/MG quanto o de Brumadinho/MG é abarcada enquanto fenômeno social e produto de uma estrutura social. Contudo, tais acontecimentos nunca podem ser considerados como naturais mesmo àqueles ocorridos através de fenômenos ligados à natureza, como enchentes e terremotos, vez que já estão inseridos num contexto social provocado pelas ações humanas e conexo com as interações humanas. Portanto, deve ser compreendido ainda na sua dimensão histórica, e na sua afinidade com o modelo econômico vigente, com o seu projeto de desenvolvimento, que é excludente, gerando vulnerabilidades.

Nós atingidos de Barra Longa, nos solidarizamos com o povo atingido de Brumadinho, porque infelizmente nós sabemos o que é ser atingido pela Vale, porque hoje inclusive na hora que o crime da Vale aconteceu em Brumadinho, nós estávamos no escritório da Renova reivindicando o cartão emergencial que era para ter sido entregue em 2015, quando a gente estava lá a Renova, que é a representante da Vale em Barra Longa, trancou o escritório e não nos recebeu, nós ficamos o tempo todo do lado de fora, sem água, sem banheiro, tinha muitas mulheres grávidas, tinha muitas crianças e essa é a forma como a Vale nos trata no território, então as famílias que perderam entes queridos, o meu sentimento, o meu abraço e que nós possamos somar nessa luta contra essas mineradoras que invadem os nossos quintais, derrubam nossas casas e tiram tudo o que é nosso, tiram nossos sonhos, as nossas esperanças, nossas histórias e nós sabemos que esse é mais um crime da Vale que ficará na impunidade, infelizmente, porque os nossos representantes são pessoas que prezam as empresas, igual o nosso governador de Minas há poucos dias ele deu entrevista, ele encontrou com representantes das empresas, das criminosas e ele quer acelerar o processo de volta da criminosa da Vale, aqui em Mariana, e nós somos atingidos em Barra Longa e são três anos de luta, são três anos de lama, são três anos de lágrimas, de choro, de sofrimento, então que nós possamos nos unir nessa luta pra derrubar esse gigante e nos sozinhos não somos ninguém, mas se nós unirmos e dermos as mãos, nós somos Davi e vamos derrubar esse gigante que é a Vale, ninguém solta a mão de ninguém. (Simone Silva, atingida de Barra Longa em depoimento de solidariedade aos atingidos de Brumadinho, disponível em *facebook* do MAB Minas Gerais, 26/01/2019).

“Nós atingidos” não diz respeito a uma posição ou categoria rígida e imutável. A multiplicidade e a heterogeneidade de ocorrências onde a identidade construída *por e através* desse sujeito determina que ela se estenda num conjunto de perspectivas sobre o mundo social. Em cada uma dessas perspectivas, continuamente atreladas a situações concretas, será imprescindível o apelo a vários planos ordenados com distintos “princípios de visão e divisão do mundo social”. (BOURDIEU, 1996), seja para a percepção cognitiva da situação, para efeitos de comunicação, enquanto ferramenta de ação na luta simbólica ou como forma de construção do outro - ao outro “externo”.

O que queremos dizer é que o MAB enquanto um movimento sociocomunicacional também constrói um conceito de identidade, vez que eles não a veem de forma isolada. Tal procedimento analítico é possível devido a uma linguagem entendida como plural. Mas isso só é razoável, uma vez que não rejeitamos que as relações constituídas pela linguagem são também relações de poder simbólico, “é legítimo tratar as relações sociais – e as próprias relações de dominação – como interações simbólicas” (BOURDIEU, 1996, p. 23).

Desse modo, o poder simbólico para Bourdieu (2016) é, essencialmente, um poder de constituição da realidade. Esse poder apreende os meios de asseverar o sentido imediato do mundo, estabelecendo valores, categorizações (hierarquia) e conceitos que se expõem aos sujeitos como espontâneos, naturais e desinteressados. O poder simbólico “faz ver e faz crer”, transforma a visão e a ação dos agentes sociais sobre o mundo – e desse modo, o mundo. É um poder “[...] quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) e só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário [...]” (BOURDIEU, 2016, p.14). Dito isso, apresentamos a seguir a bandeira e identidade visual do movimento de atingidos por barragens.

Figura 34 - Bandeira e identidade visual do MAB - Ocupação dos atingidos e atingidas/Escritório da Fundação Renova



Foto: A autora, 2019.

A imagem da figura 34 acima demonstrada faz referência a um sujeito crucificado em uma torre de energia criada a partir das usinas hidrelétricas, denunciando um arquétipo energético que se alimenta à custa de vidas de milhares de pessoas. Através do *slogam* “Águas para a Vida e Não para a Morte”, o MAB segue firme desenvolvendo trabalho de base e organizando a resistência pelo Brasil.

5.2.1.2 A queda da barragem da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho e a mídia da Vale S.A.

A despeito de não ser uma novidade do mundo hodierno, já que, em algum grau, crimes ambientais sempre ocorreram na história da civilização, diversamente do passado, em que as crenças induziam os indivíduos a impor esses acontecimentos aos Deuses, mitos e tradições, atualmente pode-se reconhecer grande parte dos desastres como implicações das escolhas, ações e omissões humanas. Foi assim em Mariana/MG e também o foi em Brumadinho/MG.

Deste modo, esses acontecimentos estão colocados num contexto de conflito da civilização contemporânea, o que abarca uma crise do paradigma da racionalidade, e do conhecimento científico em si.¹⁹² E a mídia em grande medida também tem sua contribuição nessa história como já vimos nos itens anteriores, mas que foram relacionados à queda da barragem de Fundão. Já nos próximos itens nossa análise estará voltada para os processos comunicacionais relacionados aos processos comunicacionais relativos ao crime ocorrido em Brumadinho/MG.

5.2.1.2.1 O Site da Vale S.A.

Com o propósito de compreender os processos comunicativos criado pela mineradora no dia do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, utilizamos a teoria social do discurso presente na abordagem teórico-metodológica da análise crítica do discurso em Fairclough para alcançar as práticas comunicativas que a empresa buscou estabelecer com a sociedade após o acontecimento de Brumadinho/MG.

¹⁹² DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. A formação sistêmica de um direito dos desastres. Dissertação. Mestrado em Direito. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3937/30.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jun. 2019.

O *corpus* desta análise é composto pelas notas oficiais noticiadas pela *Vale S.A.* logo após o rompimento, pelo vídeo com o primeiro pronunciamento oficial do presidente da mineradora a época e trabalhamos uma análise concisa sobre os elementos comunicacionais lançados pela *Vale S.A.*, que recebem o título de: “Somos REdescobridores¹⁹³”.

A primeira notícia publicada no site da *Vale*, às 14h, após o rompimento da barragem em Brumadinho (MG), em 25/01/2019, intitulada “Vale informa sobre rompimento de barragem em Brumadinho, Minas Gerais”¹⁹⁴. O texto informa:

A Vale informa que ocorreu, no início da tarde de hoje, o rompimento de uma barragem na Mina Feijão, em Brumadinho (MG). As primeira informações indicam que os rejeitos atingiram a área administrativa da companhia e parte da comunidade da Vila Ferteco. Ainda não há confirmação se há feridos no local. A Vale acionou o Corpo de Bombeiros e ativou o seu Plano de Atendimento a Emergências para Barragens. A prioridade total da Vale, neste momento, é preservar e proteger a vida de empregados e de integrantes da comunidade. A companhia vai continuar fornecendo informações assim que confirmadas. (VALE, 2019).

De modo geral, discursos contidos em matérias produzidas pelos possíveis responsáveis por acontecimentos como o de Brumadinho/MG tem uma produção própria e que foi previamente pensada, uma vez que implica em questões como ideologia, história e linguagem. Antes mesmo de a notícia ser exteriorizada ela já estava atrelada a um sistema de ideias e num contexto sócio histórico no qual ela está colocada, sendo a materialidade do texto a peça chave para suscitar pistas em relação ao que pretendem alcançar a comunicação. Nessa primeira notícia a empresa apenas informa do ocorrido sem dar nenhum detalhe.

Já na segunda¹⁹⁵ nota dada pela mineradora, o enunciador se lança no texto como um “ele” - a *Vale S.A.*, que “lamenta”, o “acidente”. Dessa forma, existe uma construção discursiva que ao mesmo tempo em que lastima, chora e sente, se exonera da responsabilidade, pois para a empresa se exime da responsabilidade pelo fato. A empresa assume uma estratégia fundamentada na manipulação, em que busca criar uma imagem e um conceito positivo de si.

Rio de Janeiro, 25/01/2019 (15h30) - A Vale informa que, no início desta tarde, ocorreu o rompimento da Barragem 1 da Mina Feijão, em Brumadinho (MG). A companhia **lamenta** profundamente o **acidente** e está empenhando

¹⁹³ Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/redescobridores/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 27 jan. 2019.

¹⁹⁴ Disponível em: <http://brumadinho.vale.com/nota.html>. Acesso em: 05 fev. 2020.

¹⁹⁵ Disponível em: <http://brumadinho.vale.com/vale-informa-sobre-rompimento-de-barragem-em-brumadinho-minas-gerais.html>. Acesso em: 05 fev. 2020.

todos os esforços no socorro e apoio aos atingidos. Havia empregados na área administrativa, que foi atingida pelos rejeitos, indicando a possibilidade, ainda não confirmada, de vítimas. Parte da comunidade da Vila Ferteco também foi atingida. O resgate e os atendimentos aos feridos estão sendo realizados no local pelo Corpo de Bombeiros e pela Defesa Civil. **Ainda não há confirmação sobre a causa do acidente. A prioridade máxima da empresa, neste momento, é apoiar nos resgates para ajudar a preservar e proteger a vida de empregados, próprios e terceiros, e das comunidades locais.** A *Vale* continuará fornecendo informações assim que confirmadas. (VALE, 2019, grifo nosso).

Além do que já foi dito, a produção do discurso que determina o poder é ponderada, preparada e remanejada analisando as interdições, que procuram abolir elementos do discurso que possam amedrontar grupos que estejam em posição de poder.

Enquanto o vídeo institucional¹⁹⁶ da mineradora colocado no ar no dia 25 de janeiro de 2019. Nele, Fábio Schvartsman, enquadrado em primeiro plano, do peito para cima, está sentado, com os braços apoiados sobre uma mesa. No vídeo, o diretor-presidente à época, desnudou-se dos ternos bem cortados que usava para comandar a segunda mineradora do mundo, deixou a barba por fazer, e vestiu-se com uma camiseta básica, azul escura, que simbolicamente remete ao luto, bem condizente com a ocasião. Tudo milimetricamente balizado para convencionar com o texto que diria a toda a sociedade:

Como vou dizer que a gente aprendeu (após o acidente de Mariana) se acaba de acontecer um acidente desses?” “O fato é que não sabemos o que aconteceu e o que ocasionou, mas certamente vamos descobrir.” [...] “Peço desculpas a todos os atingidos, a toda a sociedade brasileira, e dizer que não mediremos esforços para enfrentar essa questão da forma que deve ser enfrentada. (VALE, 2019).

Esse trecho do discurso do Presidente da *Vale S.A.* trouxe um homem prostrado, carregado de emoção, em que ele não lê o TP, mas manuseia e lê o *tablet* no início do comunicado. Isso afasta do seu discurso um efeito de programação. A partir de 0m14s até 1m45s, Fábio Schvartsman volta o rosto para a câmera, mas, seu olhar é baixo, não encara a câmera.

As entonações verbais e expressões corporais dele advertem que o “acidente” era um óbice, imprevisível. Nessa publicação do vídeo, constata-se a aplicação da tática de convencimento indireto por declaração e repetição, porque que Schvartsman usa 9 (nove) expressões distintas para pronunciar o quão aterrorizado ele está com o acontecimento.

¹⁹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4a2AxhgdYGI>. Acessado em: 02 fev. 2019.

Figura 35 - *Print* do recorte do pronunciamento do Diretor-presidente da Vale S.A.



Fonte: *Site da Vale S.A.*

Trata-se de um olhar, por conseguinte que, ao mesmo tempo em que se põe na posição de humildade, padece. A expressão vocal é desacelerada, baixa, mas a voz sai em tom grave quando diz: “é algo além e acima de qualquer coisa que eu pudesse imaginar”. A fala é no sentido de que o rompimento foi um “acidente”, um fato *inimaginável*.

Infelizmente, o rompimento aconteceu, isso é indesculpável, mas, mesmo assim, eu peço desculpas a todos os atingidos, a toda sociedade brasileira, e quero dizer que nós não mediremos esforços para enfrentar essa questão da forma como ela tem que ser enfrentada. Muito obrigado. (VALE, 2019).

O que prevalece no pronunciamento é a adoção especialmente do regime da adequação sensível, ocorrência que pode ser constatada nos distintos elementos que compuseram o plano da expressão, sem olvidar as ideias ligadas ao sofrimento, relativos ao plano do conteúdo. Enquanto a análise dos vídeos “Somos redescobridores”, “Redescobrimo o equilíbrio” “Redescobrimo a conservação” “Redescobrimo a sobrevivência”, “Redescobrir a saúde”, “Redescobrimo o trabalho”, e, “Redescobrimo a tecnologia” notamos que o processo de comunicação usado pela empresa era fundamentado mais num modelo informacional do que comunicacional e fortemente situado no emissor, pois, naquelas mídias, eram disponibilizadas informações que a *Vale S.A.* julgava ser compreensivas para o público sem se atentar com a questão da mediação ou com o que Eliseo Verón (1980; 2005) chamou de *semiose infinita*¹⁹⁷, na qual o conteúdo e os processos de intercâmbio entre os interlocutores são ininterruptos e dialeticamente transformados, determinando novos signos e símbolos.

¹⁹⁷ Um discurso sempre expede a outro discurso, ao sistema produtivo que o produziu, de forma que ele só, terminado em si mesmo, não pode ser nunca um lugar de sentido. Tem-se, aí, um processo de remissão sucessivo, em que um discurso induz a outro, um texto envia ao sistema produtivo, este igualmente remete a outros discursos, em “uma rede interdiscursiva da produção social do sentido”. (VERÓN, 2005, p. 72).

Figura 36 - *Print* do recorte do *site* Somos REdescobridores¹⁹⁸



Fonte: Site da Vale S.A.

Anthony Giddens (1997) observou que estratégias comunicacionais como as relatadas estão pautadas conforme o padrão da vida moderna exige, ou seja, que tenham uma perspectiva comum abalizada em padrões de confiança abstrata (externas das fidelidades dos grupos familiares), em que precisamos por nossa confiança. Caso venha a faltar, essa confiança na vida e na colaboração social se tornariam improváveis de acontecer. Tal processo é conformado pelo fato do discurso de representação simbólica aquiescer o *ethos* da mineradora como composto por meio das representações sociais reais e imaginárias que pressupomos serem benéficas para a sociedade ou, pelo menos, para parte dela, abrangendo valores, estereótipos ou outras formas de representação social.

A constituição desse *ethos* movimenta distintos recursos comunicacionais em acordo com o apego que a empresa adjudica a determinados princípios e valores sociais que são codificados simbolicamente para seus pretensos públicos. A partir disso, as empresas e/ou corporações hodiernas sempre partem da hipótese de que não devem ser identificadas só pelas atividades que desenvolvem, mas essencialmente pelas abstrusas construções discursivas que bancam para serem alcançadas como mensageiras de valores sociais e simbólicos reconhecidos positivamente pela sociedade. (OLIVEIRA; JOIA, 2018).

Analisando o comportamento da empresa e o material de comunicação por ela publicamente disponibilizado, estabelecemos a construção do seu *ethos* ou imagem pública empreendida antes e durante os dois crimes: estiveram baseados em uma modalidade discursiva sustentada por declarações, legenda de textos e ilustrações na qual se reiteram mais

¹⁹⁸ Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/redescobridores/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 02 fev. 2019.

a imagem idealizada pela empresa sobre si mesma do que o resultado dos processos de interação que desenvolvem ou propõem desenvolver com a sociedade, modulando signos, símbolos e palavras de ordem e de maneira a coincidirem com as expectativas e os valores politicamente corretos e desejáveis pela opinião pública.

Nessa modalidade discursiva, a imagem da empresa se apresentou sempre como uma organização responsável, compromissada com valores sociais, justiça social, sustentabilidade e, principalmente, com segurança, embora nem sempre esses valores sejam totalmente compartilhados pelos seus públicos e, em muitos casos, possam inclusive ser contestados por diferentes setores da sociedade mediante práticas contra discursivas.

Figura 37 - Print dos vídeos vinculados ao REdescobridores



Fonte: Site da Vale S.A.

A empresa buscou, ainda, a partir desse lugar, incrementar suas práticas diretas de relacionamento com as comunidades que vivem no entorno das suas unidades produtivas, além de estabelecer intensivos contatos com as estruturas de poder representadas pelos órgãos do Estado ou da sociedade civil com a finalidade de amenizar as crescentes formas de resistência e contestação de suas atividades em determinados territórios. São por essas razões também a *Vale S.A.* e outros sujeitos do setor de mineração vêm, nos últimos anos, redirecionando suas estratégias de comunicação, buscando eufemisticamente realçar seus compromissos com o conceito de sustentabilidade, de preservação ambiental, de geração de empregos e riquezas para a sociedade. Tais compromissos são ou devem ser sempre calcados em valores éticos.

Em resposta a alguns questionamentos da sociedade, a série “Somos REdescobridores” também reiterou a ideia subjacente de que não existe nada no mundo que não possa ser repensado e/ou redescoberto. Por associarem a ideia de reinventar ao futuro com a atividade mineradora, a série propõe que enxerguemos os eventos de outra forma, a fim de que seja possível reconhecer que o principal objetivo da empresa seria o de entregar minério de alta qualidade e garantir o princípio da sustentabilidade. No vídeo, que foi ao ar em agosto de 2018, a mensagem central era a de que “as redescobertas estão melhorando o mundo” e que “redescobrir é a nossa natureza”. Declarações como essas foram transformadas em lemas que se associaram à ideia de que a mineradora está melhorando o mundo.

Os vídeos dessa série, dentro de nossa análise remetem ao descobrimento, eles (*Vale S.A.*) continuam sendo “os reis”, pois estão descobrindo o continente e em específico estão (re) descobrindo a própria vida em Bento Rodrigues, Paracatu, Gesteira, Brumadinho, São Joaquim de Bicas, Cachoeira do Choro, Mário Campos e tantos outros territórios. Só que tudo isso é construído dentro de uma perversidade, porque há um sequestro de sentidos embutidos na comunicação dos vídeos.

A *Vale S.A.* tem agido como os luso-brasileiros que outrora derrubaram extensas áreas de florestas para criar plantas e animais, nativos e exóticos, produzindo marcas ecológicas na paisagem da fronteira colonial. No começo, a disponibilidade de florestas cegava as demarcações das técnicas, mas a crescente demanda comprovou a corrosão ambiental peculiares do avanço da fronteira. A expansão europeia, assim, não disseminou somente homens e ideias, mas a mãe terra (territórios, ecossistemas) e toda a sua riqueza que completaram o processo sob sua dominação.

Na época da globalização, modificam-se mais ou menos radicalmente as condições sob as quais se desenvolve a teoria e a prática da política. Em primeiro lugar, a globalização do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório, propicia o desenvolvimento de relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica de alcance mundial. Alteram-se as formas de sociabilidade e os jogos das forças sociais, no âmbito da vasta, complexa e contraditória sociedade civil mundial em formação. (IANNI, 2000, p. 144).

A ponderação mais importante que compreendemos é que o espaço deixou de ser local nas regiões colonizadas, que o caso da nossa Minas Gerais, rica em recursos minerais, onde reduziram a complexidade do mundo a uma estrutura unidimensional sob o domínio das transnacionais. Populações e territórios foram agrupados a um sistema-mundo que subordinou

lógicas locais ao comando da *Vale S.A.* As decisões agora partem de sujeitos que não têm vínculos com o lugar.

Ainda, não podemos deixar de dizer que a análise do portal da *Vale S.A. online* chamada de “Somos REdescobridores” foi feita em janeiro e fevereiro de 2019. Já em início de junho deste ano, ao retornar à página, vimos que os vídeos foram retirados do ar, ficando apenas “Redescobrimo o trabalho: projeto agir” e “Redescobrimo a saúde: projeto casa saudável”. Esses dois vídeos que lá permanecem não trazem imagens, falas e tampouco texto e legendas de Minas Gerais. Um deles, inclusive menciona Eldorado do Carajás – Pará.

5.2.1.2.2 A fanpage/facebook *EU LUTO – Brumadinho vive*

A página foi criada em 31 de janeiro de 2019. Sobre a *fanpage* existem os seguintes dizeres: “Meio de comunicação com a comunidade, conscientização e luta por direitos dos atingidos pelo CRIME SOCIOAMBIENTAL ocorrido em Brumadinho¹⁹⁹”. Segundo Castells (2001) a criação da Internet revelou toda a habilidade que o homem tem para ultrapassar regras institucionais, suplantar obstáculos burocráticos e levantar valores postos em consequência da concepção de um novo mundo, uma vez que com essa mídia as fronteiras de tempo e espaço foram fragmentadas e o mundo se transformou numa aldeia global.

Figura 38 - Perfil da comunidade *EU LUTO - Brumadinho vive*



Fonte: *Fanpage* da comunidade *EU LUTO – Brumadinho vive*.

¹⁹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/eulutobrumadinhovive> Acesso em: 02 ago. 2019.

Essa habilidade do homem em relação à internet relatada por Castells (2001) foi muito importante para os atingidos de Brumadinho/MG, pois estando eles do lado mais vulnerável do crime e sem voz e vez, porque o rompimento esteve sobre a ótica das relações inerentes entre os meios de comunicação hegemônicos e o poder empresarial, o rompimento expôs um enquadramento jornalístico pela perspectiva do inevitável a algo que deve ser superado. Então, essa *fanpage* é uma demonstração de resistência e luta pela cidadania por parte dos atingidos, pois a internet se transformou na base tecnológica que caracteriza a rede que constitui a era da informação.

Em resumo, o paradigma da tecnologia da informação não evoluiu para seu fechamento como um sistema, mas rumo à abertura, como uma rede de acessos múltiplos. É forte e impositivo em sua materialidade, mas adaptável e aberto em seu desenvolvimento histórico. Abrangência, complexidade e disposição em forma de rede são seus principais atributos. (CASTELLS, 2001, p. 113).

O autor supramencionado exhibe o paradigma da tecnologia da informação, cujas principais características versam no fato das tecnologias serem empregadas para atuarem sobre a informação, a lógica de redes e a flexibilidade sobrepujarem nas relações, além da convergência de tecnologias exclusivas para um sistema altamente conectado.

Hoje em dia, a internet propiciou uma nova forma de viver em sociedade, através da compressão do espaço-tempo, das informações em tempo real e inclusive transformou a formato de ingresso aos outros meios de comunicação. A sociedade em rede compõe um arcabouço social que deriva em uma integração na qual seus atores interatuam ao mesmo tempo das mais variadas partes do mundo, devido à base tecnológica digital fundamentada na microeletrônica.

O pensamento do autor endereça à relevância da tecnologia da informação, sobretudo a forma como a internet remodelou as relações sociais, eliminou a dicotomia de tempo e espaço e descentralizou o poder dos veículos de informação e comunicação já existentes. Para concretizar e completar esta nova aparição, Castells (2001, p. 553), diz que “a cultura da virtualidade real associada a um sistema multimídia eletronicamente integrado, contribui para a transformação do tempo em nossa sociedade de duas formas diferentes: simultaneamente e intemporalidade”.

Mas é importante não perder de vista que na sociedade temos grupos de interesses que podem criar vínculos entre si. Sobre isso Castells enfatiza o fato de a tecnologia não determinar a sociedade, mas a sociedade cultivar a tecnologia conforme as suas necessidades.

Entretanto, É possível ponderar que, de certa maneira, as tecnologias empregadas demudam a sociedade. As redes sociais, em especial, consentem aos usuários criarem grupos de interesses, como por exemplo, (re)construir identidades, além de outras formas de registros escritos. Um exemplo do poder das mídias sociais é a figura 39 nas quais informa aos comunicadores qual o objetivo da criação da comunidade virtual.

Figura 39 - Objetivos da *fanpage* *EU LUTO - Brumadinho vive*.



Fonte: *Fanpage* da comunidade *EU LUTO – Brumadinho vive*.

Assim, dentro da nossa análise a página também tem algumas características do jornal *A Sirene*, vez que informa sobre as reuniões de pauta, o significado de vocábulos antes desconhecidos pelos atingidos e compartilham todo e qualquer material divulgado nas mídias, sejam elas hegemônicas, contra hegemônicas ou acadêmicas, desde que tratem do acontecimento relativo à Brumadinho/MG. Tanto é que a publicação do dia 18 de fevereiro de 2019 (figura 39) deixa cristalino o objetivo da *fanpage*. O enunciador se vale de verbos no infinitivo, o texto é objetivo, claro e conciso.

Observamos ainda que a página em estudo tem uma forte ligação com as questões ligadas aos costumes, cultura e tradição, porque existe um número expressivo de publicação nesse sentido, principalmente falando a respeito da comunidade indígena *Naô Xohã*, suas ancestralidades e o antes e depois da lama na vida desses indígenas como é demonstrado nos recortes a seguir.

Figura 40 - III encontro de cura ancestral de Brumadinho/MG



Fonte: *Fanpage da comunidade EU LUTO – Brumadinho vive.*

Para compreendermos os rituais sagrados, juntamente com a cura ancestral nos valem da obra intitulada “A Cura da Terra” cujo texto é de Eliane Potiguará²⁰⁰. A obra narra

²⁰⁰ Filha do povo Potiguará, Eliane Lima dos Santos nasceu na capital do estado do Rio de Janeiro, em 1950, no seio de uma família indígena desalojada (sua avó e tias foram desalojadas das terras ancestrais na Paraíba). A família de Eliane Potiguará foi compelida a migrar por causa do desaparecimento do bisavô da escritora, Chico

à vida de uma garotinha indígena de nome Moína que ouviu uma história contada por sua avó e conhece o passado do seu povo como a desagregação social e as feridas emocionais ocasionadas pelas incursões aos territórios indígenas. A menina adquire amplos conhecimentos sobre a espiritualidade dos seus ancestrais e encontra o poder e a magia dos cantos e danças.

A narrativa contém ainda o segredo da sabedoria dos ancestrais para o manejo sustentável da terra e para a proteção da biodiversidade. A história, deste modo, materializa a força da ancestralidade e o papel da sabedoria feminina como poderoso legado para as novas gerações, bem como apresenta a profunda conexão das personagens com as energias da floresta, pois para os povos indígenas não há distinção entre os seres humanos, animais e vegetais e a natureza.

De tal modo, quando trazemos para a realidade da comunidade indígena *Naô Xohã* percebemos os sentimentos que os indígenas têm para com a mãe terra. Para esse povo, excede qualquer possibilidade de aferição de danos pelo homem, já que esses são de ordem espiritual.

Mesmo diante dos rituais, os indígenas pertencentes a comunidade citada tem encontrado muitos percalços depois da lama da *Vale S.A.* ter tomado conta do rio Paraopeba conforme comprova as publicações da *fanpage*. Porque em função do crime socioambiental eles tiveram que deixar suas terras e foram viver em aglomerações até que as instituições de justiça, bem como a mineradora solucionem os impasses para realocá-los num território seguro e que eles tenham como sobreviver, uma vez que o Rio Paraopeba está contaminado e não há como utilizá-lo nem para a pesca e tão pouco para banho.

Ademais a dependência dos indígenas com o rio vai além disso. De acordo com Jorge Luiz de Paula, coordenador local da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, os indígenas também dependem bastante do rio para conservar suas crenças vivas. “A etnia Pataxó tem sua cosmologia muito vinculada à água em seus rituais”, diz de Paula.

Uma das crenças é a de que o deus *Txôpai*, ou o próprio rio, criou a humanidade e, deste modo, é responsável por curar aqueles que rezam por ele.

Solón, envolvido em conflitos referentes ao recrutamento de trabalho indígena semiescravo para o agronegócio, possivelmente assassinado. Portanto, escapando de perseguições, as mulheres de sua família deslocaram a região do estado de Pernambuco e, depois, firmaram residência na capital carioca. (MELO; COSTA, 2014).

Figura 41 - O vírus da COVID-19 nas populações indígenas atingidas de Brumadinho/MG²⁰¹



Fonte: Fanpage da comunidade *EU LUTO – Brumadinho vive*.

É imperioso ressaltarmos ainda que a aldeia indígena *Naô Xohã* se fixou às margens do Rio Paraopeba há aproximadamente 04 (quatro) anos, muito provavelmente como resultado de migrações constantes do povo Pataxó e Pataxó *Hã-hã-hãe*. Essa migração pode ser explicada a partir de três episódios: O Fogo de 51; a criação do Parque Nacional de Monte Pascoal; e o reconhecimento do povo Pataxó pela Fundação Nacional do Índio, em 1971, pois o órgão da FUNAI, à época existente em Minas Gerais, poderia melhor atendê-los²⁰².

Fato é que apesar da comunidade indígena estar a pouco tempo as margens do rio *Paraopeba* não significa que não tenham sua cultura e identidade própria, pois segundo Hall (2012) para compreender o conceito de identidade, é necessário examinar como ela se insere no circuito da cultura, observemos:

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuam a manter uma certa correspondência

²⁰¹ O Ministério Público Federal (MPF) recomendou à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, a adoção de medidas efetivas para garantir o direito à saúde dos integrantes da comunidade indígena Pataxó e Pataxó *Hã Hã Hãe*, da aldeia *Naô Xohã*, atingida pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em janeiro do ano passado. A irrupção da pandemia do novo coronavírus tornou ainda mais dramática a situação vivenciada pelos Pataxós. A covid-19 vem sendo sentida mais drasticamente em populações indígenas, devido às dinâmicas culturais e societárias distintas. Há cerca de 15 dias, dois integrantes da etnia, na região metropolitana de Belo Horizonte, apresentaram os sintomas da covid-19 e, na semana passada, mais dois indígenas testaram positivo para a doença. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-recomenda-que-secretaria-especial-de-saude-indigena-preste-atendimento-efetivo-aos-indigenas-atingidos-pelo-desastre-da-vale>. Acesso em: 15 jul. 2020.

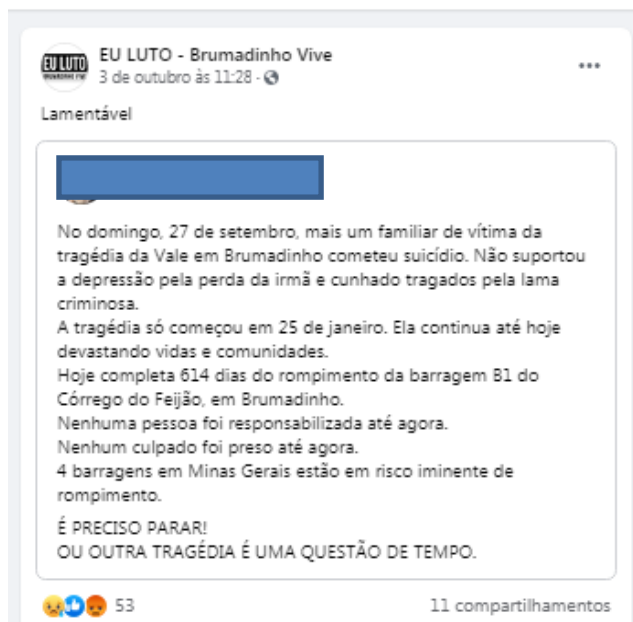
²⁰² Para melhor compreender sobre a história da desterritorialização e territorialização desse povo ver: RETOMAR A TERRA: como ser indígena na região metropolitana de belo horizonte. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado_Thiago%20Campos_Retomar%20a%20Terra.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem somos nós” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar, como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. (HALL, 2012, p. 108-109, grifo do autor).

Todavia, os indígenas da comunidade *Naô Xohã* além de uma identidade que resulta de uma produção simbólica e discursiva dentro da sua cultura específica, tem também uma história²⁰³, pois eles são os legítimos habitantes do Brasil mesmo estando sujeitos às relações de poder.

A *fanpage* também alerta para os males psicológicos que acometerem os atingidos, vez que buscam mostrar as alterações sofridas na vida cotidiana dos sujeitos em virtude do crime socioambiental. Na página há psicólogos fazendo uma alerta sobre as questões mentais, há convites para participação em palestras sobre a saúde mental, mas o que mais nos chamou a atenção foi à publicação que segue:

Figura 42 - Relato de um comunicador da comunidade *EU LUTO - Brumadinho vive*.



Fonte: *Fanpage* da comunidade *EU LUTO – Brumadinho vive*.

²⁰³ Para um maior conhecimento sobre a história dos indígenas, sugerimos a tese de doutorado cujo título é: PROCESSOS COMUNICACIONAIS, IDENTITÁRIOS E CIDADÃOS: pataxós em “territórios” de resistências e utopias. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8696> Acesso em: 03 mar. 2020.

O discurso trazendo a notícia sobre mais um suicídio é curto, mas forte. A pessoa que faz a narrativa traz um apelo “É PRECISO PARAR! OU OUTRA TRAGÉDIA É QUESTÃO DE TEMPO”. Podemos compreender que a partir da publicação que os problemas dos atingidos apresentam-se como uma rede, um emaranhado de elementos ou situações heterogêneas, cujos limites superam todos os aspectos ambientais, ecológicos, trabalhistas e de perdas materiais que trariam uma concepção limitada de mais esse crime.

Para compreender essa rede de problemas formados a partir do rompimento podemos pegar como exemplo o documentário *Vidas Barradas*²⁰⁴, que foi produzido pela *Clara Digital* e pela Comissão Internacional de Juristas Independentes, com a participação de vários atingidos. Tal documentário dá voz aos familiares das vítimas da lama da Mina do Córrego do Feijão, como o da dona Maria Regina, mãe da Priscila, funcionária a dez anos da *Vale S.A.*. Aos prantos, a mãe conta que acorda toda a noite sufocada pela lama que sai de seu nariz e boca. Ela sabe que é um pesadelo, porém crê que esteja passando pela mesma sensação que a filha passou antes de morrer. Desolado também permanece o senhor Geraldo Resende, que perdeu a filha Juliana e o genro e que, agora cuida dos dois netos, órfãos de pai e mãe.

Atos contínuos há ainda depoimentos de especialistas em saúde mental que descrevem os efeitos de um trauma, tanto para os parentes das vítimas como para aqueles que sobreviveram ao mar de lama. Passados mais de um ano após o acontecimento, a saúde mental dos atingidos vive trauma equivalente ao de quem passa ou passou por uma guerra, com o aumento de suicídios e o consumo de remédios controlados, como antidepressivos e ansiolíticos.

Dessa maneira, em nossa análise percebemos que a *fanpage EU LUTO – Brumadinho vive*, tem um papel importante para todas as comunidades atingidas da bacia do rio *Paraopeba*. Contudo, diferentemente do jornal *A Sirene* vemos que não existe uma participação expressiva dos atingidos, e, a página não tem um número grande de curtidas, comentários e compartilhamentos.

5.2.1.2.3 O jornal online *Folha de São Paulo* X o jornal online *Brasil de Fato*

Quando fizemos as análises dos discursos midiáticos do rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG, trabalhamos separadamente com o jornalismo praticado pelos meios hegemônicos de comunicação em relação aos meios de comunicação alternativos. Aqui, nesta

²⁰⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XUBwyUJfj-U> Acesso em: 21 fev. 2020.

análise escolhemos trabalhar os dois meios juntos, onde selecionamos apenas uma matéria de cada veículo, qual seja: “Barragem se rompe e casas são atingidas em Brumadinho, grande BH²⁰⁵”, publicado na versão *online* do jornal *Folha de São Paulo*, no dia 25 de janeiro de 2019, às 12h27 e “Não foi acidente, é crime! O rompimento da barragem em Brumadinho (MG), no Brasil²⁰⁶”, publicado no jornal *online Brasil de Fato*, no dia 01 de fevereiro de 2019, às 10h12.

O jornal *Brasil de Fato* é trabalhado apenas para a análise do acontecimento de Brumadinho porque nosso pensamento foi trazer um periódico que tivesse aproximação com o jornal *A Sirene* que fora utilizado para a análise do rompimento de Fundão pelo menos no que tange ao discurso utilizado para informar o leitor sobre os crimes socioambientais.

Porque para Traquina (2008), “as notícias devem ser encaradas como o resultado de um processo de interação social” e, para isso, os jornalistas trabalham em uma seleção e em uma construção do que é selecionado. Esses são os valores-notícia de seleção e construção.

A comunicação midiática tem, entre outras coisas, o objetivo de divulgar conteúdos para a sociedade, sendo capaz de induzir a opinião pública. A mídia desempenha, ainda, um poder mediador ao “selecionar fontes de informação e assuntos para as histórias, ao seguir rotinas jornalísticas consagradas, ao decidir atores representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial como será dito” (VAN DIJK, 2008, p. 73).

A comunicação midiática tem, entre outros, o objetivo de difundir temas significativos para a sociedade, podendo influenciar a opinião pública. Ressalta-se que, apesar desse papel mediador, os leitores ou ouvintes avaliam, interpretam e representam notícias jornalísticas de maneiras distintas, conforme os contextos socioeconômicos, políticos e socioculturais ao qual estão inseridos.

Salientamos que, a despeito dessa função mediadora, os leitores ou ouvintes aferem, decodificam e concebem notícias jornalísticas de formas variadas, de acordo com as situações socioeconômicas, políticas e socioculturais ao qual estão colocadas, conforme observaremos na apreciação das matérias jornalísticas feita por intermédio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2008).

²⁰⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/barragem-se-rompe-e-casas-sao-atingidas-em-brumadinho-grande-bh.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2020.

²⁰⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/01/nao-foi-acidente-e-crime-o-rompimento-da-barragem-em-brumadinho-mg-no-brasil>. Acesso em: 22 ago. 2020.

Figura 43 - Jornal *online Folha de São Paulo* - 25 de janeiro de 2019

Fonte: Jornal *Folha de São Paulo*

Os dois jornais selecionados para a nossa análise trazem matérias que tratam do mesmo acontecimento como demonstram as figuras 43 e 44. Contudo, cada um deles o reproduz de forma completamente distinta, porque cada reportagem assinala e considera o rompimento de uma forma, a começar pelo título: um expõe o rompimento da barragem enquanto o outro contrapõe acidente a crime.

Dessa maneira, podemos apreender que um dos modos de estabelecer imaginários é por meio da intitulação. No decorrer das qualificações que vão sendo adjudicadas ao crime e aos atingidos em cada texto de cada jornal, as visões vão sendo arquitetadas para o leitor, de forma que a ele sejam proporcionados imaginários diferentes, a provir de cada matéria.

Como são duas mídias com enquadramentos distintos, o exame para esse item foi gerado pela necessidade de se realizar um levantamento das experiências comunicativas no campo da esquerda com vistas à disputa de hegemonia, já que tal premissa também está inserida nas entrelinhas desta pesquisa. As reportagens tratam do mesmo rompimento, porém

cada uma delas o retrata sob uma ótica. Para esta análise elegemos duas categorias “acontecimento” e “atingidos”. A partir das categorias verificamos as palavras que mais apareciam e que estavam ligadas aos vocábulos mencionados, formando assim, subcategorias.

Quadro 7 - Palavras usadas pelos jornais para descrever o acontecimento

CATEGORIAS	PALAVRAS	Jornal <i>Folha de São Paulo</i>	Jornal <i>Brasil de Fato</i>
Acontecimento	Rompimento/rompeu	03	06
	Crime	-	10
	Desastre	03	01
	Acidente	05	02
	Tragédia	04	01
	Dano Ambiental	01	-
	Lama	02	08
Atingidos	Corpos	02	-
	Mortes confirmadas	-	01
	Desaparecidos	04	01
	Vítimas	02	-
	Funcionários	04	-
	Terceirizados	-	01
	Sobreviventes	-	-
Pessoas	04	-	

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre as subcategorias que elegemos notamos que a palavra que mais apareceu em número de vezes na reportagem do jornal *São Paulo* para designar o acontecimento foi *acidente*²⁰⁷ e a palavra *desaparecidos*²⁰⁸, empatou com as palavras *funcionários e pessoas* correlacionada à categoria *atingidos*. Já no jornal *Brasil de Fato* as palavras que mais apareceram foi *crime*²⁰⁹ e *lama*²¹⁰, sendo as duas pertencentes à categoria acontecimento.

²⁰⁷ Substantivo masculino. Desastre; acontecimento trágico, infeliz que ocasione dano, perda, dor ou morte: o acidente matou sua filha. Desnível num solo: acidente de terreno. Etimologia (origem da palavra *acidente*). Do latim *accidens.entis*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/acidente/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

²⁰⁸ Substantivo masculino [Jurídico] Indivíduo de paradeiro desconhecido, que deixou de frequentar os lugares habituais ou de ser visto com frequência, estando sob a suspeita de ter sido assassinado. Adjetivo. Que desapareceu, que deixou de ser visto, que foi ocultado; ocultado, sumido: preciso encontrar meus sapatos desaparecidos. Que deixou de existir, perdeu a existência física: documentário sobre costumes desaparecidos. (Etm. particípio de desaparecer. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/desaparecido/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

²⁰⁹ Substantivo masculino. Delito; qualquer violação grave da lei por ação ou por omissão, dolosa ou culpável; ação ilícita. [Por Extensão] Toda ação cujas consequências são desastrosas, condenáveis ou desagradáveis; o que se opõe à moral, à ética; aquilo que é socialmente condenável. [Figurado] O que traz resultados ruins para si mesmo ou para outra(s) pessoa(s). [Por Extensão] Reunião de pessoas que cometem infrações. [Por Extensão] O modo de vida de quem pratica ações ilegais. [Jurídico] De acordo com o conceito material, qualquer ação que ofende um bem que está sob tutela jurídica. Adjetivo Criminal; que se relaciona com ações ilícitas, com infrações ou delitos: ato crime. Etimologia (origem da palavra *crime*). Do francês *crime*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/crime/> Acesso em: 22 ago. 2020.

²¹⁰ Substantivo feminino. Mistura de terra, argila e água, de que resulta uma massa pastosa. Lodo. [Figurado] Vida, condição ou circunstâncias abjetas, desprezíveis, lamentáveis ou reprováveis; labéu. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/lama/> Acesso em: 22 ago. 2020.

O primeiro jornal apresenta uma realidade voltada para o gênero das novelas, porque detalha o drama de cada pessoa arrastada pela lama. Não há cobrança por justiça, mais existe um apelo ao sentimentalismo.

Figura 44 - Jornal *online Brasil de Fato* - 01 de fevereiro de 2019



Fonte: Jornal *Brasil de Fato*

Já o segundo jornal, o *Brasil de Fato*, manifesta-se assustado com os danos causados ao meio ambiente e a sociedade, evidencia sua posição ativista, estabelecendo uma relação direta com a ação ou omissão do ser humano, exorando a responsabilização da empresa *Vale S.A* pelo acontecimento.

5.3 Os sujeitos comunicantes: histórias de resistências

O termo *sujeito comunicante* é empregado para a pesquisa alicerçada na construção de um movimento real, reflexivo e conceitual, robustecido no decorrer dos anos por autores como Certeau (2011), Martín-Barbero (1997, 2008), Mattelart e Mattelart (2004) e Verón (1970-2005), Teixeira(2019), Maldonado (2008, 2013, 2014, 2019), Bonin (2014) desenrolando-se reflexões sobre o homem ordinário etc.

Mediante o processo de construção e caracterização de vários conceitos, a ideia de *sujeitos comunicantes* foi impressa, incluindo-os como cidadãos detentores de assentamentos e modos capazes de se colocar frente às mídias, de participar efetivamente na conjectura de inquirições e ações, de distinguir entre as informações que buscam e àquelas oferecidas. Além disso, como sujeitos, que derivam a comunicação nas mais diversas dimensões, sobretudo, no caso da pesquisa, refletem as formas como trabalham seus códigos e atravessamentos da cidadania comunicativa, bem como o jeito como eles próprios se veem e/ou alcançam a si e aos outros enquanto *sujeitos comunicantes*.

Para refletir sobre as apropriações comunicativas das mídias pelos atores sociais no cenário hodierno, rompemos inquirições densas de determinadas pontos de vistas, que guiaram a pesquisa. Contudo, vale ressaltarmos que tal ideia nasceu epistemológica e teoricamente dirigida pelo *funcionalismo*, no cerne da pesquisa estadunidense e se baseou num plano linear e instrumental de comunicação. Ao partirmos desse pressuposto, compreendemos que o sujeito foi colocado em uma relação de assimetria, como parcela de um *público* separado do campo de produção da comunicação. Sua atuação, arquitetada por meio de conjecturas conhecedoras do behaviorismo, foi comprimida às respostas a incitações midiáticas dominantes e/ou irrefutáveis. Ao levarmos em conta a ótica sociológica, seu espaço foi refletido baseado nas noções de *massa* e de *multidão*, como componente de agrupamentos que conceberiam mutações da vida urbana e o rompimento dos laços sociais clássicos; ainda, como indivíduos assujeitados a um esqueleto organizado e funcional, abstraído da história. (MALDONADO, 2014).

Os estudos culturais, por exemplo, através de suas influências críticas, suscitaram uma problematização do domínio da movimentação e do espaço dos sujeitos nos processos comunicacionais. A partir daí os sujeitos constituíram-se como produtores de sentido nos processos de recepção, uma vez que foram posicionados em contextos socioculturais reais, cujas formas foram legitimadas como essenciais de suas significações (HALL, 2009).

Assim, para compreendermos a movimentação dos *sujeitos comunicantes* como produtores de sentidos trazemos como experiência a ida a campo em 09 de junho de 2019, quando participei de uma reunião com militantes do MAB Minas e atingidos no escritório da *Fundação Renova* na cidade de Mariana. Naquela data fazia 09 dias que os atingidos estavam ocupando e resistindo naquele espaço exigindo reconhecimento de seus.

Logo que chegamos fomos recebidos por alguns atingidos que nos levou até Simone – atingida da barragem de Fundão e militante do MAB Minas. Todos já esperavam por nós. Pois antes fiz contato com a Camila – militante do MAB Minas na região leste, na qual me

colocou em contato com Letícia Oliveira também militante do movimento social conforme já relatado anteriormente nos arranjos metodológicos. A partir daí fomos convidados a adentrar a um salão onde todos os atingidos – aproximadamente 80 (oitenta) - que lá resistiam através da luta pela cidadania comunicativa.

Resistir é contestar os modelos sociais instituídos porque eles afetam diretamente os direitos do cidadão, colocando-os às margens das ações públicas e limitando as formas do exercício cidadão em sentido justo e igualitário. É imperioso para os mecanismos de transformação das nossas sociedades o reordenamento das lógicas de produção científica em sentido renovador, criativo e educacional, para que não sigamos reféns de ordens epistemológicas dominantes e restritivas de inventividade. (TEIXEIRA, 2019, p. 152).

Logo me deram a palavra. Queriam que eu falasse sobre a nossa pesquisa e qual era o motivo pelo qual tinha me levado até eles naquela manhã de domingo. Não demorou muito, ainda quando falávamos sobre o que é a cidadania comunicativa e qual o papel do *sujeito comunicante* na pesquisa fomos interrompidos:

Foi até um dia no centro de convenções, estava a Renova, um monte de atingido, e o promotor. E eu fiz a pergunta: eu como leigo em relação ao direito queria fazer uma pergunta, porque nós atingidos somos vítimas e temos que negociar com os criminosos, né? Porque tinha uma matriz de danos lá e a Renova não reconheceu nenhum dano da matriz, cê entendeu? E ficava só excluindo os direitos. Então é isso que me incomoda quando se fala de justiça. Dentro desse processo eu tô conseguindo entender que a maior justiça, a justiça mais justa é essa que estamos fazendo aqui hoje, que garante direito de verdade, porque a justiça do judiciário tem uma interpretação muito favorável aos poderosos. (MARINO, atingido da barragem de Fundão/Mariana, 2019).

Conforme preceitua Maldonado “as pessoas em comunicação, que se inter-relacionam contemporaneamente com os sistemas e os processos midiáticos, produzem sentido de maneira fluída, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora” (MALDONADO, 2013, p. 90). Doravante tais visões, ponderamos que os *sujeitos comunicantes* atingidos são homens e mulheres sociais existentes e vivenciadores de seus aprendizados em situações múltiplas, de campos variados, de particularidades múltiplas de vida.

E foi a partir dos inter-relacionamentos criados entre os atingidos e atingidos, que eles se deslocaram dos municípios de Mariana, Barra Longa e Acaiaca e foram até o escritório da

Fundação *Renova* para reivindicar 19 pontos e, diante da falta de resposta satisfatória, resolveram continuar ocupando o escritório.

Tais atitudes fazem parte das relações sociais que são constituídas por meio da “negociação de bens simbólicos” conforme preceitua Certeau (2011), porque no caso em tela os sujeitos estão em busca de seus direitos, pois dentre as reivindicações, estão os atrasos nos reassentamentos e a situação dos garimpeiros e pescadores, que perderam seu meio de trabalho e ainda não tiveram reconhecido sequer o direito ao auxílio emergencial.

Figura 45 - Ocupação dos atingidos no escritório da Fundação Renova



Foto: Fabiano Lopes, 2019.

Assim, Michel de Certeau (2011), adverte que são as relações sociais que produzem os termos de negociação de bens simbólicos e de tal modo que, determinam as várias culturas. Enquanto as individualidades são “o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas

vezes contraditória) de suas determinações relacionais” (Certeau, 2011, p.38). É no campo individual, nas suas assimilações, que a “produção” simbólica bancará toda a disputa para a compreensão do processo comunicativo, porque de acordo com Certeau os indivíduos não são “simples” consumidores por processos e métodos, mas muito além, pois são usufrutuários, a começar pelas estratégias de execução dos modos de fazer. Logo, o ato de resistir durante vários dias no escritório da *Renova* para ter o direito do reconhecimento foi à forma que os atingidos encontraram para demonstrar que eles são os verdadeiros usufrutuários daquele território em disputa.

Assumimos nessa discussão que, as mensagens não são unicamente recebidas, mas consecutivamente reelaboradas pelos sujeitos como consequência de seu contexto social. Nesse sentido, corrobora Martín-Barbero (1997), pois se dedicou a raciocinar o consumo e a comunicação por meio das mais distintas maneiras de apropriação cultural, como um espaço de reflexão, ou seja, é necessário que transpássemos “a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação a das tecnologias” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 297). Precisamos avistar a comunicação por um viés de inquietações de modo amplo e plural.

Entretanto, o compartilhar das experiências é essencial para que os sujeitos se estabeleçam e estruturam os mecanismos de organização, para que cada um dos sujeitos possa se fortalecer no entrosamento e tomada de conhecimento das práticas civis e políticas nos movimentos sociais. Isso denota que o sujeito e a sua consciência na formação política, social e antropológica são centrais no desenvolvimento das resistências. Não há resistência sem o experimento de vida compartilhada.

Além de ser um atingido igual a muitos também eu sou um dos sobreviventes também. Não somos respeitado por quê? Porque existe um grupo muito forte do lado deles que a gente sabe que é o governo e que as leis não é feita pra nós, porque eles conhece mais dinheiro do que lei e são forte. São forte até um determinado tempo, quando a gente não entende a razão e quando não parte pra cima também. Mas eu acho que a partir do momento que a gente entende essa razão e sabe que a luta tem que ser junta com todos, eu acredito que essa luta de classe vem fortalecer mais, porque os trabalhadores nós somos mais. Acredito que nós somos capazes de vencer todo esse opressor miserável, criminoso. [...] Porque quando chega aqui os conhecedores da lei, a gente não pode falar [...] E aí eu tenho que ficar calado. Então, a minha maior angústia é como o companheiro Hermínio e outros falaram aqui, a gente é o sujeito da história e a gente não pode falar? Só pode ouvir? (BERNARDO, atingido da barragem de Fundação/Mariana, 2019).

As narrativas de resistência, dos *sujeitos comunicantes*, expõem, o sujeito que campeamos como uma espécie de negociador de sentidos ou mediador social, para mencionar Cremilda Medina, aquele que “no extenso e pluralista trânsito social em que atua, lida com coral de vozes, com a polifonia”. (MEDINA, 1996, p.232). Baseado na fala do Sr. Bernardo enxergamos a emergência de sujeitos mais engajados, atravessados por elementos de uma nova cultura cívica, política e a cidadã.

Na metodologia da resistência, a dimensão epistemológica se dá para a crítica sistemática desse modelo dominante. Estrutura sentidos axiomáticos que sejam contestadores desses regimes vigentes, que não abrangem o diferente, que restringem os mecanismos da inventividade e dos problemas extraordinários nas sociedades contemporâneas. A resistência é também epistemológica, porque trava disputas nos campos políticos, comunicacionais, de poder e simbólicos dentro dos ambientes da ciência e de suas métricas. (TEIXEIRA, 2019, p. 153).

Marinos, Bernardos, Rogérios, Claudias, Elianes, Mônicas, Simárias, Marias, Terezinhas, Krenak, Angoho Pataxó, quantas famílias com sede, quantas panelas vazias? Quantos pescadores sem redes e sem canoas? Quantas pessoas sofrendo, quantas pessoas²¹¹? A eles restam à luta e a resistência, pois o dia a dia dos sujeitos está estruturado num contíguo de relações comunitárias completamente desfeitas. E o Estado? O que tem feito? Apesar das autoridades, enquanto representantes do Estado ser indutores e garantidores do respeito aos direitos das populações atingidas, não podendo se eximirem das leis e de serem responsáveis por fornecerem acesso à justiça de forma imparcial e de implementarem políticas públicas que garantam qualidade de vida, sem privilégios ou discriminações, não é a realidade vivida pelos atingidos.

É eu me chamo Rogerio, moro em Juatuba e bairro Francelinos eu fui prejudicado pela vale, fui atingido as margens do rio Paraopeba, não pela lamas, mas sim pelo meu trabalho, precisava da água para eu cultivar minhas culturas, minha horta, hoje estou praticamente trabalhando quase que nada no meu terreno por que não tenho água o pouco que eu tenho é de um córrego que está sustentando na época da chuva, a vale não prestou nenhum atendimento e depois do rompimento a não ser me oferecer uma água, água que não servia para mim para cultivar minhas culturas na minha região e depois de muito tempo estou endividado e, tinha trabalhadores que trabalhavam para mim hoje não tenho mais e não tenho perspectiva nenhuma que não vem ninguém aqui pra me conseguir saber o que vai acontecer se vai ter uma solução se ela vai fazer alguma coisa pra mim não posso fazer compromisso com meu serviço pois foi totalmente prejudicado com as mãos atadas é não sei estou sem rumo sem direção em relação ao

²¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zX11uEaCZIY>. Acesso em: 05 mai. 2019.

rompimento pois não tenho atendimento necessário , uma coisa que deixa a gente muito triste é ligar para assessoria da Vale ou pros funcionários da Vale que prometeram solucionar os problemas da gente que ia resolver e hoje em dia mais de um ano eles visualizam a mensagem agente liga e eles simplesmente ignoram, não fala nada, não da uma postura ai ta dificil a situação. (ROGERIO, atingido da barragem da Mina do Córrego do Feijão/Brumadinho, 2020).

Para eles ficaram os danos ocupacionais, ambientais, culturais, afetivos e socioeconômicos às populações de toda a bacia do *Rio Doce* e de toda a bacia do *Rio Paraopeba*. Por isso, “reconhecer-se como um sujeito em resistência é assumir uma dimensão técnica para a produção dos movimentos sociais [...] a consolidação da resistência não é burocrática, determinista, mas assume estratégias flutuantes que possam conceber múltiplas formas de ação e atuação transformadoras”. (TEIXEIRA, 2019, p. 149).

5.4 A Biosfera: Mãe Terra, território e natureza se entrelaçam por meio das culturas e identidades de cada comunidade

Na conjuntura da civilização contemporânea, um tema que emerge como categoria *sine qua non* é a indigência de refazer e reconstruir a nossa relação com a natureza. Afinal, somos parte da biosfera, somos natureza nós mesmos, natureza viva composta de consciência. Somos subordinados uns aos outros, com habilidade de cunhar significados e direções, de incidir e habituar a natureza às nossas necessidades.

Somos, conseqüentemente, parte da própria natureza, que nos atribui fronteiras éticas no tratá-la, cuidá-la, preservá-la e compartilhá-la entre todos e todas. Interagir com a natureza, com o seu enredamento de preceitos ecológicos, é, por definição, o viver. Isto posto, necessitamos resgatar o conceito filosófico e político precursor da mãe terra, adjudicado ao planeta, ainda presente em muitas culturas e no imaginário popular.

Planeta único e mãe de todos os humanos, de toda a vida que admitimos, a retidão do planeta terra está atemorizada pela civilização capitalista industrial. A privatização, a mercantilização e a comoditização de tudo, a dominação da vida e do meio ambiente, sem contornos, pela biotecnologia e nanotecnologia, todos são métodos que ameaçam a nossa grande mãe terra de hoje e das futuras gerações.

A *Carta da Terra*²¹² é um dos documentos axiais da nova visão da realidade e dos valores que importa assumirmos para garantir a vitalidade deste planeta. O sonho coletivo que

²¹² Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cartadaterra.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

propõe não é o “desenvolvimento sustentável”, fruto da economia política dominante, antiecológica. Mas “um modo de vida sustentável”, que resulta do cuidado para com a vida e com a Terra. Este sonho supõe entender “a humanidade como parte de um vasto universo em evolução” e a “Terra como nosso lar e viva”; implica também “viver o espírito de parentesco com toda a vida”, “com reverência o mistério da existência, com gratidão, o dom da vida e com humildade, nosso lugar na natureza”. (CARTA DE TERRA, 1987).

Mas, apesar de estarem esculpidos na *Carta da Terra* os valores existenciais, presenciemos o oposto nas questões que envolvem atualmente o território, não só enquanto espaço geográfico (terra, propriedade), mas o território normado (lei) e simbólico, ou seja, o território da mineração e sua relação com as comunidades atingidas pelos rompimentos das barragens em Minas Gerais.

Assim, buscaremos estabelecer uma fundamentação teórica que esclareça que a abordagem territorial não se trata apenas da noção de espaço físico, mas proporemos um exame do sistema territorial que situará na importância da dinâmica relacional da sociedade, presente na construção *do, no e com o* espaço geográfico, a partir da estruturação: território, trabalho e poder. Dito isso, antes de incluirmos o território, observemos os escritos de Marx, autor importante da nossa caminhada, que deixou diversas reflexões para o melhor entendimento sobre o capitalismo:

O descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento nas minas da população aborígine, o começo da conquista, o saqueio das Índias Orientais, a conversão do continente africano em local da caça de escravos negros: são todos feitos que assinalam os alvares da produção capitalista (MARX, 1867, volume I).

Marx publicou o livro primeiro “O Capital” em 1867, e, nos dias de hoje, em pleno século XXI, tais práticas prosseguem na sustentação e reprodução do capitalismo que, se na sua “abstinência”, sem embargo toda a matança, “inaugurou” avanço para a humanidade em equivalência à escravidão e ao sistema feudal que lhe precederam. Nos dias atuais, essas práticas continuam a espalhar conflitos ao meio ambiente, deixando danos irrecuperáveis à natureza e aos sujeitos. De mais a mais, atualmente existem mais de 211 conflitos na América Latina²¹³ entre comunidades indígenas, camponesas, Estados e empresas transnacionais e nacionais devido à mineração.

²¹³ Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/mais-de-211-conflitos-por-mineracao-na-america-latina/>. Acesso em: 14 jul. 2018.

Assim, para Raffestin (1993), teórico da Geografia Humana, o território não é proveniente de acondicionamento assimétrico, conservado taticamente pelo Estado, entre grupos dominantes e dominados e que refletem descensionalmente até as fronteiras socioespaciais, mas um arrolamento interespacial de poder. Porquanto, o espaço se compõe como um campo de guerra constante entre os poderes relacionais, já que “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Por consequência, nesse território estão matéria, recurso e tecnicismo, a partir dos quais, segundo o mesmo autor, os recursos (minério) são os responsáveis por realizar a liderança de um grupo, de uma instituição, dentre outras instâncias. Portanto, os recursos minerais são a fonte do surgimento do poder, uma vez que se destacam nos meios de produção.

Conforme o entendimento de que o território é determinado e demarcado por e a partir de relações de poder, é presumível entender a correspondência de forças que originam a territorialização das áreas de mineração, a partir da influência mútua entre as empresas mineradoras, o poder público e a sociedade civil no município de Mariana/MG. Tal fato significa expor que a mineração tem poder sobre o território em detrimento de comunidades locais, frequentemente comprimidas a abandonarem as áreas importantes para as empresas.

O território, para Milton Santos (1985), não é organizado somente pelo Estado, assim como não está restrito somente à dimensão política do espaço, ou seja, não é apenas um espaço delimitado pelas relações de poder. Existem, ainda, o uso e a apropriação do território por outros agentes, pois, além das relações de poder, engloba as relações econômicas e simbólicas. Nessa lógica, o território usado é concomitantemente material e socialmente, combinado por uma dialética, como o espaço geográfico. O território, enquanto forma, é o espaço material e o território usado é o espaço material acrescido do espaço social. Portanto, o território usado é composto pelo uso, apropriação, produção, ordenamento e organização pelos múltiplos agentes que o abarcam os sujeitos, as empresas e as instituições, inclusive, o Estado. (SANTOS, 1985).

E o lugar? Como é entendido? O lugar, bem como o território, é respectivamente uma materialidade e uma imaterialidade; é vivido e percebido; é a extensão espacial do cotidiano. (SANTOS, 1996). O lugar, por conseguinte, é a escala total do cotidiano. O lugar-mundo deve ser compreendido por meio da relação entre o espaço geográfico, o território usado e o lugar. Nesse contexto, a globalização tem duas faces, quais sejam: uma que se mostra como

quer que a compreendamos e em outra, que se mostra exatamente como é, ou seja, é perversa. Quaisquer das faces são produzidas pelos agentes hegemônicos do período técnico-científico-informacional. Entretanto, o lugar é a força dos sujeitos não hegemônicos, das pessoas em seu dia a dia, que criam outra globalização – a de possibilidade. (SANTOS, 2000).

É o lugar atravessado por lógicas globais. O capitalismo juntamente com a globalização produz um espaço de fluxo fluído no território da mineração. A globalização usurpou o lugar, mas o lugar não se esvaziou enquanto realidade, pois os atingidos estão abarcados pelos diversos contextos ali existentes.

Não sou poeta
Competência não tem pra ser
Algumas verdades tenho a dizer

É das nossas casas brancas com matos verdes
Onde podemos plantar e colher
Pelas suas janelas apreciamos a beleza dos rios
E assistimos o sol nascer.

Os terreiros floridos
São verdadeiros jardins
Eu falo que nossas vidas
São mais ou menos assim.

Convivemos com todos
E também com as flores
Pena que projeto de barragem
Nos provoca muitas dores.

Não falo com sábio
São palavras tiradas bem do fundo
Eu falo é dali
Daquele pedacinho de mundo.

Se homens estranhos não dão valor
Por todos nós ele é amado
Difícil demais nos conformar
Pra ver aquilo inundado.
É só olhar nos atingidos.
Vê o sinal de tristeza
Construir barragem destrói nossas vidas
E enriquece a empresa. (MOREIRA, 1999)²¹⁴.

²¹⁴ A visão de um atingido diante dos impactos causados pela construção de uma usina hidrelétrica é observada no poema de Geraldo Pinto Moreira.

A relação que este atingido tem com seu território, juntamente com a identidade que ele estabelece com o lugar onde vive tem um conteúdo ao mesmo tempo espacial e social, conforme Augé (1994).

[...] o dispositivo espacial é, ao mesmo tempo, o que exprime a identidade do grupo (as origens do grupo são, muitas vezes, diversas, mas é a identidade do lugar que o funda, congrega e une) e que o grupo deve defender contra as ameaças externas e internas para que a linguagem da identidade conserve um sentido. (AUGÉ, 1994, p. 45).

Para esse autor lugar é a porção do espaço apropriável para a vida, que é vivida e reconhecida, que cria identidade, é à base da reprodução da vida. Então, como refletir sobre o lugar, a cultura, a identidade, a relação com a natureza, os modos de vidas das comunidades atingidas tanto pela lama das mineradoras *Samarco/Vale/BHP Billiton* em diversos municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo também, quanto pelo derramamento de lama da barragem da Mina do Córrego do Feijão no município de Brumadinho/MG?

Será que a mineração é lucro pra região? Vou citar só daqui de Mariana onde a lama passou, o impacto ambiental. Será que o que ela produziu, o que ela deu de lucro aqui em valor recupera o impacto ambiental que foi pra cá? (Hermínio, atingido da barragem de Fundão).

[...] E o lucro foi muito pouco pra nós que somos donos da riqueza. E outra coisa gente! A gente tem que ter um compromisso com os nossos que vão vim depois. Que universo nós vamos deixar para essas pessoas? (MARINO, atingido da barragem de Fundão).

[...] O universo que vai ficar é o da lama que a Samarco destruiu tudo, o universo que fica é o da lama (HERMÍNIO, atingido da barragem de Fundão).

Teorias de identidade se fundam na cultura e acreditam que as duas estão entrelaçadas e que somente ganham sentido no universo das relações sociais. Cultura e identidade são conexas, porque cultura não só é um produto da vivência dos homens, mas também como um elemento dessa produção. De igual modo, a identidade é instituída onde o homem está situado. Para Castells (2008, p. 23), a identidade é abarcada como “fonte de significado e experiência de um povo”. Podemos dizer, por exemplo, que são os nomes, idiomas, culturas que simbolizem a distinção entre o eu e o outro.

Esses atributos de distinção concebem fontes de significados acentuadas pelos próprios sujeitos, confirmando que não nascemos com uma identidade, mas que a identidade é uma construção social. “Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista

sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para que isso acontece”. (Idem).

Por conseguinte, quem constrói a identidade (ou para que esta seja construída) são as causas do conteúdo simbólico desta e seu significado para os que com ela se identificam ou se excluem, seja ela coletiva ou individual. Dessa maneira, a construção da identidade acontece no âmbito das relações de poder, segundo Castells (2008). Para o autor, a construção de identidades se dá de três formas e origens distintas, quais sejam: I - Identidade legitimadora: colocada pelas instituições dominantes, tem como objetivo a expansão de sua dominação por meio dos sujeitos sociais. II - Identidade de resistência: Os sujeitos sociais se encontram em situações desfavorecidas em relação à dominação.

III - Identidade de projeto: os sujeitos sociais constroem uma nova identidade capaz de redirecionar sua posição na sociedade, representando um ideal a ser alcançado.

Foi horrível! 25 de Janeiro de 2019... Estávamos eu e meu filho menor (Gabriel 10 anos hoje) do lado de fora cortando grama, minha nora (Rayanne) na casa dela, meu pai na varanda dele e meu marido (Flavio) meu filho mais velho Lucas tinham saído, chagaram em torno de 12:00 meu almoço estava pronto, subi chamei meu pai, Lucas e Ray na casa deles tb almoçando, barulhos muito barulho de sirene de polícia. Eu e meu marido conversando não ligamos a TV, de repente um policial bate na porteira... Manda que saíssemos imediatamente, sem entender nada largamos os pratos já postos para almoçar e começamos a correr para sair, meu marido fechando a casa as janela eu catando os bichos, meu filho pequeno em pânico chorando sem parar meu pai já na casa dele sem entender nada... Este ano quero fazer diferente! Não vou deixar que a Vale pare minha vida! Nunca mais será a mesma, mas não quero passar a vida o jeito que a Vale acha que temos que ficar! (Claudia, atingida de Mário Campos, 2020).

Isto posto, observamos que, apesar de cada sujeito/cidadão das comunidades atingidas terem sua identidade, a partir do dia 05 de novembro de 2015 e do dia 25 de janeiro de 2019 estas têm sido reconstruída juntamente com a cultura já vivida por aqueles atingidos e atingidas de uma forma geral - seja do ponto de vista individual ou coletivo. Toda essa transformação tem seus frutos na nova e intensa configuração do globo trazida pela globalização, que é resultado do ciclo de expansão capitalista que, por sua vez, permitiu um grande impacto sobre a identidade cultural.

Conforme preceitua Harvey (2004), a globalização era um termo desconhecido antes da metade da década de 70. Hoje, ela abrange questões que transpõem as demandas meramente econômicas, pois refletem tanto na política como na cultura, na identidade nacional, redimensionando o tempo-espaço, as hierarquias sociais, os conflitos sociais e as

identidades coletivas numa arena pós-nacional. Porém, para o autor, mesmo esse mundo sem fronteiras não é tão global assim, já que existem heterogeneidades marcantes.

A globalização é debatida, de acordo com o tempo/espaço, na esfera do sistema-mundo, na pós-modernidade e à luz das concepções de nação, mercado mundial e lugar. Todavia, não se nota pelo viés micro o lugar que os sujeitos e sujeitas ocupam no cotidiano, porque muitos estão excluídos na unicidade de informações e no ingresso a esse mundo global. No olhar de Milton Santos (2005), a globalização denota a fragmentação, pois expressa particularismos, econômicos, étnicos e nacionais. O autor destaca a obrigatoriedade de se estudar os lugares de modo a incluir suas probabilidades de interação. É no lugar que a identidade se apropria da dimensão simbólica e material, ajustando matrizes globais, nacionais, regionais e locais.

Além de a identidade estar imbricada na cultura, ela está fortemente conexa ao espaço que o sujeito ocupa no mundo. O mundo social habitado por esse sujeito repercute sua atitude, sendo, portanto, fruto de uma construção social. O espaço determina quem somos no mundo e a posição a partir da qual notamos o mundo. Tal celeuma é abonada por Harvey:

Nossa “posicionalidade” ou “situacionalidade” é uma construção social exatamente da mesma maneira como o modo de produção é uma criação social. Essa “posicionalidade” define quem ou o que somos (ao menos neste momento). E a posição a partir da qual vemos no âmbito desse processo proporciona boa parte do material de que se ocupa nossa consciência e nosso imaginário. (HARVEY 2004, p. 311, grifos do autor).

A globalização tem contribuído sobremaneira para a distrofia das identidades culturais fragmentando-as, homogeneizando-as e, logo, debilitando-as. “À medida que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural”. (HALL, 1999, p. 74).

Para compreendermos o deslocamento das identidades tratada por Hall (1999) devido à globalização, nos valem dos ensinamentos de Beck (1995b). Segundo esse autor perigos e riscos seguem a história humana desde o seu início e, por isso, risco pode ser vislumbrado enquanto um elemento onipresente a toda e qualquer ação humana. (BECK, 1995b, p. 19). Em sua obra intitulada “*Ecological Politics in an Age of Risk*” ele fornece uma distinção entre os riscos específicos das culturas não modernas e das fases da Sociedade Industrial - SI e da Sociedade de Risco - SR. (BECK, 1995a).

Os riscos derivadas da SI eram integrados a criação e distribuição da riqueza. O que estava em jogo na SI era a luta entre capital e trabalho sobre os produtos e benefícios originados por um sistema industrial volvido com a criação de bens materiais. Enquanto na SR acontece o processo inverso. A disputa fundamental não se dá sobre o acesso e distribuição desses bens, mas, antes, com a diferença para evitar ou distribuir os males decorridos da própria modernização, onde “os problemas e conflitos relacionados à distribuição numa sociedade da escassez unem-se aos problemas e conflitos que surgem da produção, definição e distribuição de riscos técnico-cientificamente produzidos”. (1992, p. 21).²¹⁵

A Sociedade de Risco institui uma condição de igualdade negativa em que os riscos ecológicos de grande consequência (os crimes socioambientais de Mariana/MG e Brumadinho/MG) passam a ser “democráticos”, pois eles não acompanham as linhas de segregação tradicionalmente criadas. Daí surge na SR às *comunidades do perigo* – comunidades atingidas, por exemplo. “Enquanto sociedades de classe são capazes de ser organizadas como Estados-nacionais”, as “sociedades de risco engendram ‘comunidades de perigo’ que, no final das contas, podem somente ser consideradas pelas Nações Unidas”. (BECK; 1992, p. 47, grifo nosso).²¹⁶

É a América Latina, a região das veias abertas. [...] Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. (GALEANO, 1994, p. 10).

Marx nos fornece a concepção da geração de riqueza por meio da natureza e não exclusivamente do trabalho, apresentando uma posição contrária a uma declaração do social democrata Lassale.

O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força do trabalho humana. [...] Apenas porque desde o princípio o homem se relaciona com a natureza como proprietário, a primeira fonte de todos os meios e objetos de trabalho, apenas porque ele a trata como algo que lhe

²¹⁵ The problems and conflicts relating to distribution in a society of scarcity overlap with the problems and conflicts that arise from the production, definition and distribution of techno-scientific produced risks.

²¹⁶ While class societies are capable of being organized as national states, risk societies bring about ‘communities of danger’ that ultimately can only be comprised in the United Nations.

pertence, é que seu trabalho se torna a fonte de todos seus valores de uso, portanto, de toda riqueza. (MARX, 2012, p. 24).

Igualmente como o sistema do capital acende os trabalhadores, esbulhando de sua condição humana e aligeirando-os como se mercadorias fossem, a exploração dos recursos naturais pelos interesses individuais burgueses, deixam também suas marcas nos territórios. Isto acontece através da extração dos minérios, desmatamento de florestas, destruição dos rios e das águas, expulsão de seus povos tradicionais, dentre tantas outras marcas.

O capital não aceita fronteira para sua exploração e expansão, extrapola os obstáculos geográficos e se territorializa pela mãe terra inteira. A luta das comunidades pelo território, contra as ações das empresas mineradoras, por exemplo, afiança a luta pela vida, em desfavor do próprio sistema de acumulação do capital.

6 ATINGIDOS: ENTRE O LUGAR REAL E O LUGAR IMAGINÁRIO²¹⁷

Quem poderia imaginar
Que morava bem ali
No nosso quintal

O nosso algoz...
O monstro...

Atacou sem piedade
Na calada da madrugada
Sem deixar aviso

Foi desumano...
O monstro...

(...) Se veste de anjo
E sopra o que mordeu
Perito em camuflagem
De réu vira juiz.

(Desumano - música de Fafá da Barra, morador de Barra Longa e atingido pela queda da barragem de Fundão da *Samarco*).

Para amadurecermos a problemática de pesquisa, compreender e posicionar sobre o objeto de estudo, realizamos aproximações no campo que, num primeiro momento, centrava apenas no rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG. Todavia, no decorrer da pesquisa, outra barragem se rompeu a da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG. Assim, fez-se necessário incluí-la em nossos estudos, pois compreendemos que explorar o contexto midiático só de Mariana já não era suficiente para nós, pois não estamos mais diante de um crime de grande proporção, mas de dois crimes, quiçá ainda não ocorram outros nesse ínterim.

²¹⁷ As metodologias utilizadas e os detalhamentos da pesquisa quando fomos a campo está detalhada no capítulo 2 desta tese.

Mas, para nós o que importa, nesse momento, é compreender através dos processos comunicacionais se Brumadinho/MG contribui para explicar Mariana/MG e/ou se tratam apenas de dois crimes paradigmáticos e distintos.

Trazemos neste capítulo movimentos que foram pautados no decorrer da pesquisa através das idas a campo bem como as anotações advindas do diário de campo, do caminhar do andarilho voyeur, da etnografia e da história oral. Nessa investigação tivemos a colaboração do jornalista que atua principalmente com fotografia e documentário, Nilmar Lage²¹⁸, mas também nos auxiliaram alguns militantes do MAB (Camila, Thiago, Letícia, João Paulo e Eloá), Sandra Nicole (Universidade Vale do Rio doce – UNIVALE) e Fabiano (esposo da autora).

No decorrer das caminhadas não tivemos um método específico para ouvir os atingidos, pois em alguns momentos andamos a margem dos rios *Gualaxo*, *do Carmo*, *Doce* e, quem encontrava no trajeto, sempre quando possível iniciávamos uma conversa e o(a) atingido(a) ficava a vontade para contar sob o ponto de vista dele(a) sobre o primeiro rompimento. Já a conversa (ida a campo) com Sérgio Papagaio foi previamente agendada (por Nilmar Lage), pois como ele é um dos atingidos que contribui com o jornal *A Sirene*, tendo inclusive uma coluna intitulada “Papo de Cumadres²¹⁹” e era importante escutá-lo, não só sobre o rompimento, mas também sobre o trabalho que desenvolve junto ao periódico citado. Agendamos ainda um encontro com Mônica, atingida de Bento Rodrigues, como já descrito no capítulo 2.

Quando fomos a campo para acompanhar a ocupação dos atingidos no escritório da *Fundação Renova* em Mariana/MG, foi por intermédio da Camila e da Letícia, ambas pertencentes ao MAB. Para que pudéssemos passar uma manhã de domingo na ocupação as militantes do MAB fizeram a ponte entre a pesquisadora e os atingidos. Quando chegamos à ocupação, também não usamos questionários preestabelecidos, deixamos os sujeitos expressarem suas vozes da melhor forma que conviesse a cada um que se encontrava acampado naquele momento.

Falamos também com dona Vida, Sr. Bem-Aventurado e Alegria, filha do casal, atingidos da cidade de Naque/MG²²⁰. Esses atingidos foram ouvidos a pedido da Camila do MAB. O casal tinha uma demanda relacionada à saúde de dona Vida, que já era frágil,

²¹⁸ Disponível em: <https://nilmarlage.com.br/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

²¹⁹ Consebida e Clemilda sempre desenrolam uma prosa que aborda a mudança nas vidas dos atingidos, além de discutirem também questões sobre a mãe terra e os seres humanos.

²²⁰ Os nomes dos atingidos que acompanhamos na ida a campo na cidade de Naque/MG tiveram seus nomes preservados devido a uma questão de alcoolismo vivida por um dos sujeitos.

entretanto depois do rompimento e com o acúmulo das dívidas, pois seu esposo era pescador, mas não tinha carteira profissional, então não teve direito ao cartão emergencial, daí as finanças apertaram muito. E como dona Vida tinha que fazer um tratamento que custava em torno de R\$4.000,00 e não poderia esperar agendamento do SUS, necessitava de um(a) advogado(a) para interpor uma ação junto ao estado e ao município para custear os gastos em saúde. Prontamente aceitei a solicitação da Camila do MAB e o casal, juntamente com a filha passaram a fazer parte da pesquisa também.

Ainda na bacia do médio *Rio Doce* falamos com o Presidente da Colônia Z-19 de Pescadores Rodolfo Zulsque, na cidade de Governador Valadares/MG. Para chegar até ele contamos com o auxílio da Pedagoga Sandra Nicole da UNIVALE. Sandra também intermediou contato com a aldeia indígena *Krenak*, todavia, não obtivemos êxito para adentrar na aldeia e ouvir os índigenas atingidos.

A ida a campo em Regência/ES foi mediada pelo Thiago e pelo João Paulo, ambos do MAB. Como não conhecia nada daquela região precisava saber como chegar e com quem falar, a princípio. Assim, que cheguei à casa do atingido Fabrício, morador da região ora mencionada.

Quando da ida a campo a Brumadinho/MG, não podíamos novamente contar com Nilmar Lage, assim, mais uma vez nos valem os militantes do MAB. Tal caminhada foi permeada pelo Thiago e pela Eloá. Apesar de ter ido a campo com alguns contatos repassados pela Eloá, não tínhamos mudado o método. Trabalhávamos da mesma forma que fizemos em Fundão, também margeamos o *Rio Paraopeba*, mas não obtivemos êxito em relação a ouvir os atingidos. Os percebi mais receosos, assim, conversamos apenas com os sujeitos indicados pelo MAB.

Em todos os momentos das caminhadas em que estive presente no território das comunidades atingidas, meu contato sobrepujou o lugar de pesquisadora, me conectei afetivamente com os sujeitos atingidos e seus modos de vida. Em vários momentos me senti atingida psicologicamente. Tal fato me gerou um desafio enorme para me manter firme junto à pesquisa para que pudesse decompor todos os elementos e conhecimentos compartilhados e experimentados em um material metódico, sintético e de acordo com a teoria proposta nesta investigação.

6.1 A primeira caminhada – junho de 2018

Muitas foram às inquietações prévias a primeira caminhada que, por sua vez, geraram esforços por buscas de elementos e reconhecimento do cenário por meio da informação veiculada na mídia. Mas o contato real e a imersão no contexto dos 02 (dois) anos e 06 (seis) meses após o rompimento da barragem de Fundão, que devastou Bento Rodrigues e seguiu rumo ao mar, gerou fortes conflitos sociais, econômicos e ambientais que são impossíveis de contabilizar a olhos nus, mas que gerou os subsídios desta pesquisa.

Sáimos de Ipatinga/MG às 05h00 da manhã e seguimos rumo à cidade de Mariana/MG. Nossa primeira parada foi no distrito de Fonseca, que também está situado no quadrilátero ferrífero e pertence ao município de Alvinópolis, na região central do Estado de Minas Gerais, entorno do território dos atingidos. Lá, avistamos a igreja de Sant'Ana e de São João, e então resolvemos parar e fotografar, pois, além de se tratar de uma construção do século passado, estava sendo restaurada. Ela ficava numa pracinha onde havia várias pessoas conversando. Assim, logo pensamos que seria uma oportunidade para iniciarmos um diálogo sobre o crime praticado pela Samarco naquele novembro de 2015.

Não demorou muito para uma senhora, que me viu fazendo as anotações no diário de campo, se aproximar de mim. E logo surgiu a primeira pergunta: *“a senhora é de onde?”*. Logo a respondi, e iniciamos uma breve conversa. Falamos sobre aquela localidade, sobre a base da economia dali e, de repente, surge à frase: *“não fomos nós só os atingido, o Brasil, na verdade, o mundo inteiro sofre com o crime dessa empresa Samarco”* (Luzia da Consolação Cota Ribeiro, moradora de Fonseca).

Figura 46 - Igreja de Sant'Ana e São João, distrito de Fonseca/Alvinópolis-MG



Foto: Nilmar Lage, 2018.

Já passavam das 08h00 da manhã, e era hora de deixar a prosa de lado e seguir nossa caminhada. A próxima parada foi Claudio Manoel, já no município de Mariana/MG. Lá conversamos com o Sr. Edson dos Santos, que informalmente nos relatou que, para ele, “*a queda da barragem trouxe foi um desemprego grande porque muitas pessoas tinha trabalho lá*”. Ele também quis saber quem eu era. De onde vinha e porque estava ali. Após ter falado dos motivos da minha conversa com ele, fui convidada a tomar um café e ainda conhecer sua esposa, mas, como ainda tinha muito chão adiante, seguimos nossa viagem.

A parada seguinte foi Gesteira²²¹, distrito de Barra Longa/MG, que está a 60 km de Mariana/MG. Assim, mesmo passado mais de dois anos do acontecimento, por mais que imaginássemos a adversidade, nada se comparou à devastação que encontramos. Margeamos o rio *Gualaxo*, vítima e algoz desta história. Atingido pela lama de Fundão, o rio, antes de intoxicar o rio *Doce*, aterrou Paracatu de Baixo e Gesteira. No decorrer do caminho, acompanhando o leito fluvial que cruza uma bela paisagem montanhosa, é possível perceber a dimensão do crime.

Figura 47 - Vegetação às margens do rio Gualaxo

²²¹Foi uma das comunidades devastadas pela lama da Samarco. Foram nove casas destruídas, 11 lotes produtivos na beira do rio Gualaxo do Norte soterrados, um campo de futebol, uma escola, o salão comunitário e a igreja Nossa Senhora da Conceição tornados pasto e ruínas. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-pela-samarco-em-gesteira-reafirmam-sua-organiza-e-pauta-luta-para-2018>. Acesso em: 28 ago. 2018.



Foto: Nilmar Lage, 2018.

Como se não bastasse a lama quase ter alcançado as copas das árvores, transbordou do leito e soterrou toda a vegetação às margens do rio, conforme se pode notar na figura 47, acima. A natureza carrega dentro de si as marcas deixadas pela lama nos troncos dos arbustos e dentro do rio, onde há muita areia e resíduo da lama. Sem contar a contaminação do solo relatada pela moradora do Córrego do Onça, também pertencente àquele município. *“A horta foi feita agora, recente. Colocamos terra vermelha e muito esterco porque a lama está em baixo. Toda água que joga ela suga. Já plantei horta outras vezes, mais num saiu. Aí fiz essa tentativa agora. A verdura morre queimada. De dentro para fora. Da raiz, sabe?”* (Adriana atingida de Fundão, 2018).

“Menina!” continua Sr. Antônio Vale Junior, esposo de Adriana,

Cê num viu nada. Essa casa (Figura 48) foi tampada de lama. A Samarco refeiz pra nois. Nois tinha treis capinhera, perdeu tudo. A Samarco feiz apenas uma, mais o coxo de sal da criação nada. Oia lá atrás, o pé de manga tem as marca o poste pro cê vê que num é mentira. Fico com a cabeça ruim. Tô tomando remédio. Escuto a zuera da lama quando deito todo dia (Antônio Vale Junior, atingido da barragem de Fundão).

Figura 48 - Vista lateral da casa do Sr. Antônio e Adriana



Foto: Nilmar Lage, 2018.

Despedimos do Sr. Antônio e da Adriana e seguimos em frente. A próxima parada era a cidade de Barra Longa/MG. Lá fomos ao encontro de Sérgio Papagaio, mais um dos atingidos pela lama da *Samarco* e também um dos cooperadores do jornal *A Sirene*. Esse encontro não foi casual como os demais. Nilmar Lage, nosso colaborador, fez alguns contatos por telefone antes da nossa primeira exploratória para ajustar o encontro. Sérgio nos recebeu com muita presteza, e logo ofereceu-nos um café - o velho e bom costume dos mineiros. Entre uma conversa e outra, ele mostrou-nos todas as matérias produzidas após o crime pelo jornal do qual faz parte. Já emocionado, Papagaio falou: *“Fico pensando em tudo que aconteceu. Muita coisa se viu. A lama abrindo caminho, mas e o que não vê que está acontecendo agora, depois da lama. Nossa, e o pessoal de Gesteira? A saúde, o psicológico, tá quase todo mundo doente. Muita gente tomando faixa preta. Você tem noção disso?”*.

Figura 49 - Sérgio Papagaio e a autora



Foto: Nilmar Lage, 2018.

Posteriormente, agradecemos a acolhida de Papagaio, despedimos e seguimos nossa caminhada rumo a Paracatu de Baixo. Nossa parada foi na escola daquele lugarejo. A lama está dentro de todos os cômodos, hoje, petrificada. Os banheiros são os locais mais atingidos. Vê-se apenas os tetos. As carteiras estão, praticamente, todas soterradas, e ainda conservam o nome das crianças no encosto. Paracatu está silenciosa, vazia, com aspecto de local mal assombrado. Não encontramos ninguém nos arredores. Por todo lado que olhamos, vimos destruição.

Era tarde, estava para anoitecer, e precisávamos descansar. Seguimos rumo a Mariana/MG, uma vez que pernoitaríamos por lá. Contudo, no trajeto, nos deparamos com uma obra de contenção de solo, e logo paramos para fotografar novamente. De lá, de repente surgiu Flávio Roberto Barbosa - atingido.

Cês tão olhando o que a lama da Samarco fez com nós? Triste, não? Sou um apaixonado pela terra e quando você olha e vê ela doente, é triste demais. O maior problema é o invisível, porque menina, isso pertence a nois, não tenho como sair daqui, isso é minha vida, nasci aqui, tomei banho escondido do meu pai “Seu Bié da Campinas” nessa cachoeira. Eu fiquei até doente. Não consegui o cartão. Perdi minha casa por completo, tinha 13 cômodos. Perdi o curral. Eu dependia dele para viver. Preciso de uma casa aqui (Flávio Roberto, atingido da barragem de Fundão, 2018).

No outro dia, já em Bento Rodrigues, não conseguimos acesso ao distrito, pois este é controlado pela *Samarco*. Portanto, fomos impedidos de descer até o lugar em que estavam as ruínas que restaram do distrito pelo segurança “Soldadinho de Chumbo”²²². Ele trazia consigo um discurso de autoridade:

Não posso deixá-la entrar, só com permissão da Fundação Renova e da defesa civil. Tudo que tinha que ser feito foi feito. Isto a TV e o jornal não vêm filmar. Olha como Bento está bonita. Nem parece que aconteceu o derramamento. Isso as pessoa não vê. E o pessoal que está reunido do lado de lá só quer chamar atenção.

Lá, foram instaladas guaritas nos dois acessos e há guardas dia e noite para monitorar a área. Obtivemos informações que só entraríamos lá se tivéssemos autorização. Mas o que vimos do alto de uma elevação foi inimaginável. Parecia se tratar da obra “Os sertões”²²³, de Euclides da Cunha.

Assim, como não podíamos ultrapassar as guaritas, naquele momento não restava-nos outra coisa a não ser observar a paisagem completamente destruída à nossa frente. Aquele momento serviu-nos para explorar, observar e refletir sobre o significado da vida de toda a espécie humana que compõe a terra através da fala de Leonardo Boff²²⁴ “Eu acho que não conseguiremos derrotar o capital com os nossos meios. Quem vai derrotar o capital será a Terra, negando meios de produção, como água e bens de serviço, fazendo com que fechem suas fábricas, que terminem grandes projetos ilusórios de crescimento” em entrevista exclusiva ao *Brasil de Fato* e ao *Jornalistas Livres* durante a 17ª Jornada de Agroecologia, que ocorreu entre os dias 6 a 9 de junho, em Curitiba.

Em meio às reflexões da entrevista mencionada, fomos mais uma vez interpelados pelo funcionário da mineradora, que questionava: até que momento pretende permanecer por aqui? Logo respondemos que já estávamos indo embora. E assim despedimo-nos da primeira caminhada.

6.2 A segunda caminhada – agosto de 2018

²²² Nome fictício dado ao segurança pela autora.

²²³ Obra publicada em 1902, que narra os acontecimentos da sangrenta Guerra de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro (1830-1897), e que ocorreu no Interior da Bahia durante 1896 e 1897. “Não posso definir a comoção ao entrar no arraial”.

²²⁴ Conferência “Os desafios atuais da humanidade e o cuidado com a casa comum”.

Dois meses após a primeira caminhada, a motivação para esta pesquisa continuava baseada na inquietação persistente com relação ao crime da *Samarco/Vale/BHP Billiton*. Algumas questões despontaram a partir da primeira ida a campo e, fundamentalmente, a ida a Bento e a oportunidade de ouvir relatos dos atingidos que retornam àquela localidade todos os finais de semana. Isso merecia maior aprofundamento.

Para que não fossemos barrados novamente pela *Samarco* e *Renova*, fizemos contato com Mônica Santos, atingida e moradora de Bento Rodrigues. Assim, ela avisou na empresa que receberia visita e nossa entrada foi autorizada. Lá estavam os seguintes moradores: Simária Quintão, a pequena Olívia, Sr. Mauricélio, dona Maria, dona Terezinha, Mônica e, depois, chegou Quintão. Fomos muito bem recebidos e, imediatamente, a conversa tomou rumo para o dia 05 de novembro de 2015. Mauricélio disse:

O ônibus chegava de Mariana, por volta de 05 para as 04 horas ou as 04:00h da tarde. Ele parou lá daquele lado, onde era o primeiro ponto, nele desceu gente. Depois ele passou pelo segundo ponto, ninguém desceu e nem subiu. Ele passou pelo terceiro ponto. Gente desceu e subiu. Já antes de chegar no quarto ponto, só via gente correndo e gritando, corre que barragem estorou. Acredita que uma das moças que desceu do ônibus carregou o pai nas costas, ele não andava. Foi muito desespero menina (Mauricélio, atingido, da barragem de Fundão, 2018).

Rememorar e evocar fazem com que, conseqüentemente, a memória não deixe de ser lugar de partilha entre pessoas e grupos em, no mínimo, duas ocasiões, quais sejam: o momento em que os fatos ocorrem, e as ocasiões em que serão lembrados e relembrados posteriormente. “A memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (BOSI, 2003. p. 53), uma vez que o que vivo, vivo conforme as lembranças, subordinações e práticas culturais comunicadas e a mim informadas por outros. E o que nomeamos como efetivo para que permaneça ao alcance da memória consciente é motivado também por todo o contexto cultural e comunitário a que estamos sujeitos.

É incrível como os atingidos, ao falarem do acontecimento, recordam e rememoram o fato. Essas memórias e experiências, ao serem contadas como acontecimento, são conforme França (2013), atualizadas sobremaneira que recebem sentido e identidade. Para a autora, os acontecimentos não têm traços e fundamentos que lhe impõem particularidade; sua identidade é tecida a partir dos métodos e dos discursos: “ele é individualizado quando se determina aquilo que o especifica, quando ganha uma significação – e aí, sim, uma identidade – como acontecimento particular”. (FRANÇA, 2013, p. 66).

Essa individualização do acontecimento é caracterizada por Quéré (2011) como a forma se torna observável e apreensível pelos indivíduos, geralmente composta de uma unidade e de uma identidade, despontadas por um processo de configuração. É por meio da permanência do potencial de criação, da manifestação das possibilidades e da sua alteração que a identidade se esculpe e independe das suas relações espaço-temporais:

O conceito hermenêutico de acontecimento (muito claramente exposto por Romano, 1998) acrescenta assim uma dimensão nova à individualidade do acontecimento. Esta não é somente fixada pelas coordenadas espacio-temporais e as modalidades da sua ocorrência; ela provém também de uma configuração que é mais do que uma interpretação. Constitui-se progressivamente através de um processo de recepção, individual e/ou colectiva, sobre o pano de fundo de um “campo de experiência” e de um “horizonte de expectativa”. (QUÉRÉ, 2011, p. 23).

Essa construção se dá de tal modo que Quéré (2011) considera que o acontecimento, se elucidado sob uma exposição particularizada, individualiza-se por intermédio de sensações, impressões, de vivências, dentre tantas outras formas “intimamente ligada a uma função de compreensão, que explora ao mesmo tempo o passado do acontecimento, a situação que ele criou e o horizonte de possíveis que ele abre e determina, e a uma função de aplicação ou de apropriação” (Idem).

À vista disso, Simária Quintão, também moradora de Bento, reforça a ideia de Quéré (2011), de que individualização é um processo temporal, pois não é momentâneo e tem seu próprio tempo de efetivação. Entretanto, não se restringe somente ao momento da ocorrência empírica do acontecimento, pois a fala de Simária é carregada de histórias, desde o surgimento do povoado, a época dos tropeiros que lá faziam parada, a fazenda que foi erguida com muros de pedras feita pelos escravos, o bar e restaurante da Sandra, os bancos de pedra existentes debaixo das mangueiras, a igreja e suas celebrações do padroeiro.

Ah, nossa vida era boa demais. Bento Rodrigues, o melhor lugar do mundo. Cê tinha que ter conhecido aqui antes, se quiser vou mandar todas as fotos pro seu telefone de como era aqui antes. Isso aqui era maravilhoso. Fui muito feliz aqui (Simária Quintão, atingida da barragem de Fundão, 2018).

Figura 50 - Simária Quintão (à esquerda) e dona Terezinha (à direita)



Foto: Nilmar Lage, 2018.

Ao se perceber Bento Rodrigues como o melhor lugar do mundo, o qual faz parte de uma vida toda, que serviu de testemunho de histórias de uma comunidade, que lhe confere significados, pode-se dizer que o distrito suprimido pela lama da *Samarco/Vale/BHP Billiton* é fonte para interpretar as relações sociais que aconteceram (e acontecem) ao seu redor, sendo um evocador de memórias e, logo, um apoio na constituição de uma identidade a ele integrada.

Essa dialética da memória e da identidade é resumida por Candau (2012, p. 16) como “a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada”. A memória mantém a identidade. Segundo Candau (2012, p. 23) a memória pode ser classificada em três tipos por suas várias revelações. A primeira, a *protomemória*, uma memória de baixo nível, procedural ou senso prático, “que nos permite agir quando necessário sem que pergunte ‘como se deve fazer’”. Enquanto a segunda, é aquela propriamente dita, uma *memória de alto nível*, são as recordações, invocações involuntárias. Já a terceira e última, trata-se da *metamemória*, é a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, “a construção explícita da identidade”.

Contudo, a *protomemória* e a memória de alto nível necessitam da capacidade da memória, assim como quando realizamos certo gesto sem ao menos nos darmos conta, e outra pessoa o decifra, ou evocamos várias recordações, de diversos tempos. Enquanto a

metamemória é uma interpretação referente a essa capacidade, quando um sujeito tem ideia da sua própria memória, e tem a aptidão de apresentá-la de modo a ressaltar suas características.

A metamemória é uma parte da representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que ele tem e, de outra parte, o que ele diz. É uma memória reivindicada, ostensiva. Porque é uma memória reivindicada, a metamemória é uma dimensão essencial da construção da identidade individual ou coletiva. Em sua forma coletiva, é a reivindicação compartilhada de uma memória que se supõe ser compartilhada. Ela é, a esse nível, a substância mesma do discurso patrimonial que é, sempre, um discurso sobre a memória. Ora, essa metamemória tem, como toda linguagem, efeitos sociais poderosos. Ela alimenta os imaginários dos membros do grupo os ajudando a se pensar como uma comunidade e contribui para modelar um mundo onde o compartilhar patrimonial se ontologiza. (CANDAUI, 2009, p. 51, grifo nosso).

Ainda sobre a memória, corrobora Bosi (2003), porque segundo ela

[...] a memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no tempo e no espaço, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo. (BOSI, 2003, p. 31, grifo nosso).

Logo que a atingida Simária nos relatou sobre o antes da lama e depois da lama em Bento, solicitamos permissão dos “*loucos por Bento*²²⁵” percorrer toda a comunidade, ou pelo menos para ver o que tinha sobrado. Todo e qualquer canto do subdistrito tinha da lama. De perto, a vista se despontou em sua legítima extensão. Caminhamos por um labirinto de casas destróçadas e restos de construções que mal puderam suportar o peso da avalanche de lama.

Paredes inclinadas prestes a tombar (figura 51), fragmentos de lajes despencando pelos vãos das ruínas, telhados quase intactos pousados no chão. Misturados ao barro, visualizávamos móveis, geladeiras, televisores, colchões, tubos de pasta de dente, garfos, copos, roupas de todo tipo, livros, CDs, mantimentos, álbuns de fotografia, dentre tantos outros objetos que ainda resistem presos na lama petrificada.

²²⁵ Surgido em 2017, o grupo “*Loucos por Bento*” luta pelo direito de não perder o pertencer. O adjetivo que pode parecer depreciativo foi adotado, segundo ela, em uma atitude que mistura provocação e manifesto. “É uma tentativa de amenizar o nosso sofrimento, protestar e declarar o amor por nossa terra.” Eles tiveram que ir à justiça para conseguir o direito de regressar a Bento quando bem tivessem vontade.

Figura 51 - Ruínas de uma das casas de Bento - Rua principal



Foto: Nilmar Lage, 2018.

Para todos os lados que nossa vista alcançava víamos a destruição da lama. A mangueira, de mais de 200 anos, também não resistiu; dela, agora, só restam os galhos secos, conforme demonstra a próxima figura.

Figura 52 - Restos da mangueira e o galpão que foi erguido no lugar da antiga igreja católica



Foto: Nilmar Lage, 2018.

Ela que tanto era cotejada pelos moradores devido à sombra que oferecia. Ficava entre o bar da “Sandra” e a igreja. Bem debaixo dela ficava um banco de pedra. Minha irmã gostava de deitar lá. As pedras do banco também foram arrastadas pela lama. Depois de muito tempo descobrimos um pedacinho da pedra debaixo do chão. Por isso tem uma pedra cercada lá embaixo, você viu? (Simária Quintão, atingida da barragem de Fundão).

Percebemos que a memória é estabelecida com apoio na experiência do agora. As emoções, as percepções e as imagens que assumem num determinado tempo vão conduzir tanto o desenvolver do aqui e agora, as imagens-lembranças volvidas e as imagens-lembranças que serão acessadas, quanto às novas emoções que ainda sucederão. Trata-se do presente que sobrepõe ao passado, o individual, e se articula no coletivo - coletivo este que se ergue na conexão de espaços, lugares, e alusões partilhadas.

Dito isso, retornamos para a parte alta de Bento, onde os “Loucos por Bento” nos aguardavam para compartilhar um delicioso almoço, regado com mais conversas cheias de percepções e impressões.

Minha casa era do lado daquela igreja. E agora com a reconstrução do subdistrito, escolhemos o terreno, a lavoura. A gente tinha na cabeça como seria o desenho, onde ficaria as casas, onde ficaria as igrejas, só que no decorrer do processo, porque agora existe tanta lei, é lei para tanta coisa que tá sendo totalmente diferente do que era nosso desejo. Então, assim, é um processo que nem dá muito pra falar. Começou o desmatamento, ainda não começou a terraplanagem. Algumas famílias já fizeram os desenhos das casas, mas, assim, eu não consegui entender onde vai ficar o que, como que vai ser ainda, não tenho essa visão... porque o final de semana vai ser aqui em Bento... porque nosso refúgio é aqui... Então, assim, ninguém consegue compreender essa ligação, sabe? É muito forte... e a gente não quer uma igreja moderna, a gente quer uma igreja com as mesmas características que a gente tinha...fiquei uma pessoa amarga...porque eu ainda guardo um ódio, um rancor de tudo que aconteceu e vem acontecendo... (Mônica Santos, atingida da barragem de Fundão).

A identidade é o maior valor de que dispõe uma comunidade, dando-lhe significado. Traz-se à luz um ponto de vista que envolve uma discussão a respeito de uma ideia de identidade coletiva, culturalmente composta, cujo modo de representação coletiva, a ela incorporado, resulta num conjunto de significados partilhados (GARCÍA-CANCLINI, 2008).

Figura 53 - Vista parcial de Bento, 02 anos e 09 meses após o crime da *Samarco*



Foto: Nilmar Lage, 2018.

A identidade, portanto, é como um sistema de representação cultural (HALL, 2003), fomentada pela ampliação das identidades culturais. A partir desse ponto de vista, ela é plural e diversa; geralmente, é impura e, conseqüentemente, nem tanto fixa, menos unificada e menos intocável. Surge em múltiplos repertórios, desarticula e reincide em lugares remotos, distintos daqueles de origem. O algoritmo da identidade como pertencimento cultural, ou seja, descrição determinado lugar pode ser abarcada como uma elucidação da modernidade e como reflexo da homogeneização cultural, enquanto simetria hegemônica da globalização.

Se partirmos desse pressuposto, a distinção é realizada por meio do processo de significação aberto por toda cultura, em que a dialogicidade do significado tem base na filosofia de Bakhtin, a partir do qual o signo, a palavra, se forma num campo e a sua força é vista nos conflitos da luta social, pela “plurivalência social do signo ideológico [...] que torna o signo vivo e móvel e capaz de evoluir”. (BAKHTIN, 1997, p. 46).

Seguimos na caminhada. Os vínculos culturais continuam sendo retratados, dessa vez por meio do atingido, Sr. Bilu.

Antes da lama, eu coía uns 90 kilo de feijão, mio. Tinha de um tudo. Abobra, quiabo, mandioca, inhame, batata, limão, abacate, goiaba, manga, banana. Tinha horta que tinha tudo. Galinheiro cheio de galinha, umas 60, pato, e, muita coisa. Agora a terra num dá mais nada. Eu até plantei o feijão, não deu nada. E o mio, só umas pocas espigas. Em fevereiro de 2018, fui em

Barra Longa, a Renova me chamou e pediu duas testemunha. Lá eles apresentou a proposta de indenização A conta do papel eles fez lá, sem falar comigo, sem nada. Disse o homem que ia fazer o acerto e depois cortar o cartão. Eu fiquei calado porque eu não sei nada. A gente não entende nada disso. Mais hoje compro de tudo. Até verdura de foia. E elas num é boa como as que tinha aqui. Se quiser comê tem que ir na rua comprar. Nois num produz nada mais. Nem esterco nois tem mais (Bilu, atingido da barragem de Fundão).

A reivindicação se estabelece numa das possibilidades para a afirmação enquanto sujeitos coletivos em busca de um lugar social. Por isso, a luta pela terra se funda num projeto político, através do qual a comunidade reflete e determina as estratégias. Nesta perspectiva, a lei pode ser vislumbrada como mediação e reforço das relações entre grupos sociais. (THOMPSON,1987).

Figura 54 - Sr. Bilu - atingido, morador de Guerra, subdistrito de Barra Longa/MG



Foto: Nilmar Lage, 2018.

É interessante ressaltar a simplicidade, a sabedoria e a humildade do Sr. Bilu, demonstrada na Figura 54. Ele e sua esposa nos contaram que ficaram ilhados por vários dias, não tinham água e nem energia elétrica, mas mantinham-se firme na fé que eles têm em Deus e que tudo ia passar.

A cada parada que fazíamos, era impressionante o descaso da *Samarco* para com os atingidos. Até a *Fundação Renova*, que foi criada para gerir e cuidar de todas as indenizações,

não é bem vista pelos atingidos. Eles sempre falam: “se estão com a *Renova*, estão contra nós”.

E, por onde passamos, sempre tem rastro da lama. Dessa feita, foi à vez de bater um papo com o Sr. João. Na enxurrada de rejeitos de minério, ele e sua esposa ficaram ilhados por diversos dias, pois, além da lama ter chegado à porta da cozinha deles, as pontes que davam acesso a outras localidades foram levadas também. A renda dele vinha do pequeno pasto e de umas poucas cabeças de gado. Para tratar dos animais, possuía um canavial que, assim como o pasto, também foi devastado. Os gados não morreram porque estavam numa parte bem alta. Porém, segundo seu João, o gado do vizinho foi atolado pelo barro.

Figura 55 - Sr. João - atingido, morador de Gesteira/Barra Longa-MG



Foto: Nilmar Lage, 2018.

O senhor João relatou que, para tratar da pequena criação de gado, hoje depende de ajuda da *Renova*. Na figura 55 isso pode ser comprovado por meio do saco de silo que ele mostrou. Ele comentou que só está recebendo um silo bom porque foi até eles (*Fundação Renova*) e brigou demais, pois o produto que recebia antes o gado só cheirava.

Ah, o silo de má qualidade era apenas um detalhe no emaranhado de questões que cercam o rompimento da barragem de Fundão. Muitos dos atingidos têm apresentado diversas doenças, sejam males físicos ou de saúde mental. Esses fatores ocorrem principalmente na

cidade de Barra Longa/MG²²⁶, pois lá foi o único município que teve o centro da cidade invadido pela lama.

Para desobstruir e limpar o centro da cidade mencionada, o prefeito da época logo retirou os rejeitos e os levou para um local próximo ao parque de exposição da cidade. Nessa parte do município que já viviam muitas famílias em situação de vulnerabilidade; com o amontoado de lama que depois virou poeira, a população passou a ficar decisivamente exposta, tendo a saúde ficou comprometida de diversas formas, conforme relatado por (VORMITTAG; OLIVEIRA; GLERIANO, 2018, p. 15). “Os dados de saúde encontrados espelham o sofrimento da população a multivariadas queixas e doenças e ao acometimento de sua saúde e qualidade de vida plena” (Idem). Isso, sem falar da natureza, que também ficou doente. Assim, a cidade de Barra Longa/MG ofertou a I Feira da Saúde, cujo tema foi: “Venha ajudar a pensar a saúde dos atingidos”.

Figura 56 - Folder da I feira da saúde de Barra Longa/MG

**"Desde o dia em que eu nasci
Logo logo eu aprendi
Cuidar do outro é cuidar de mim
Cuidar de mim é cuidar do outro"**

A I Feira de Saúde de Barra Longa está sendo construída com cuidado e carinho pelo Coletivo de Saúde que reúne atingidos(as) da cidade. Nos últimos tempos, e, após o rompimento da barragem, percebemos o crescimento de problemas de saúde na população, sejam eles físicos ou de saúde mental. A I Feira da Saúde será o momento para que os atingidos possam se encontrar, discutir sobre os problemas de saúde mais frequentes e pensar como enfrentá-los.

Pela manhã teremos uma reflexão sobre a saúde de Barra Longa e da Bacia do Rio Doce, seguido de almoço coletivo.

A tarde serão ofertado práticas de cuidados, como massoterapia, benzeções, práticas coletivas, homeopatia, auriculopuntura, reiki, troca de plantas medicinais.

Ao fim da feira, convidamos a todos para apreciar as apresentações culturais.

Fonte: Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG.

Essa Feira se deu exatamente no final de semana em que fomos fazer a segunda caminhada. Então, aproveitamos para papear um pouco com as benzedoiras e suas sabedorias

²²⁶ Barra Longa é, atualmente, conhecida por sua hospitalidade tipicamente mineira. A beleza cênica de suas cachoeiras, sua culinária típica e suas tradicionais festas atraem significativo número de turistas. Por volta de 1711, Matias da Silva Barbosa chegou à localidade a pedido do governador da época para combater os índios botocudos e acaiabas, recebendo em troca vasta extensão de terras, onde se construiu então a Fazenda dos Fidalgos, formando-se um pequeno arraial com o nome de Matias Barbosa. A origem do atual nome da cidade deve-se a confluência dos rios Carmo e Gualaxo do Norte. Disponível em: <https://www.barralonga.mg.gov.br/index.php/prefeitura/historia>. Acesso em: 12 jan. 2019.

milenares. Dona Lourdes conserva esse conhecimento por meio das plantas medicinais e orações, ajudando a curar crianças, adultos e idosos que a buscam. Aprendeu os ofícios da benzedura aos 30 anos. Hoje, ainda exerce a atividade que, segundo ela, é a mesma coisa que reza.

Além das benzedadeiras, vários sujeitos voluntários de diversas profissões prestaram auxílio aos atingidos – aferição de pressão, acupuntura, massagens etc. A feira ainda apresentou atividades de entretenimento, conforme demonstra a Figura 57:

Figura 57 - I feira da saúde de Barra Longa/MG



Foto: Nilmar Lage, 2018.

Passadas as primeiras caminhadas, elencamos num momento de reflexão a autora Adela Cortina, que pontua: “entende-se que a realidade da cidadania, o fato de se saber e de se sentir cidadão de uma comunidade, pode motivar os indivíduos a trabalhar por ela”. (CORTINA, 2005, p. 27). Isto porque, apesar de muitos dos sujeitos e sujeitas não compreenderem o significado do termo cidadania, estão lutando, mesmo que com armas precárias, para sentirem-se cidadãos. Porque, como a autora supramencionada identifica, eles também expõem o processo de conhecimento a partir do sentimento de pertença (sentir-se parte), como um dos princípios relacionados à cidadania.

É essencial o processo de consciência e assimilação da multiculturalidade, onde, “para respeitar uma posição não é preciso estar de acordo com ela, e sim, compreender que ela reflete um ponto de vista moral com o qual não compartilho, mas respeito em outro” (Ibidem, p. 146). Por meio dessa visão, outras posições são colidentes, como a caracterização de cultura, a identificação de diversas formas de cultura, bem como a construção da identidade social, pois esta se faz necessária, através do homem para que este se note pertencente a um grupo. É condição *sine qua non* no processo identitário de cada sujeito, seja ele cultural, político, econômico ou geográfico, sobretudo, aqueles que operam em meios nos quais o processo de respeito ao outro é imprescindível.

Para Rousseau (1973), a moralidade e o sentimento de justiça são os princípios que orientam o exame das categorias em que se desenvolve a existência humana. Sua finalidade foi descobrir como o processo civilizatório disciplinado nas ciências e nas artes constituiu a desigualdade entre os homens, porque:

Torna-se inevitável entre os particulares a desigualdade de consideração e de autoridade(s), desde que, reunidos em uma mesma sociedade, são forçados a comparar-se entre si e a tomar conhecimento das diferenças reveladas no uso contínuo que têm de fazer uns dos outros. Essas diferenças são de várias espécies. Mas a riqueza, a nobreza ou a condição, o poder e o mérito pessoal sendo, em geral, as distinções principais pelas quais as pessoas se medem na sociedade. (ROUSSEAU, 1973, p. 284).

Ora, que os homens são politicamente desiguais é um fato. Mas, a questão que paira é: isso é justo? Isso é demonstrado claramente através da hegemonia suportada pela interferência dos poderes que se desviam tanto do paralelismo, quanto da perpendicularidade. Em que o poder não funcionaria se fosse desempenhado somente por burgueses sobre proletários, por brancos sobre indígenas, por pais sobre filhos, pela mídia sobre os sujeitos. Todas essas relações são travadas umas nas outras, cada uma alcança uma eficácia que, sozinha, jamais obteria. (GARCÍA-CANCLINI, 1997). Tal problemática levantada pelo autor mencionado compreende a modernização cultural na América Latina, originária de uma modernização tardia no continente, e avalia que é necessário buscar estratégias de entrada e saída nesse processo. Esta, por seu turno, está na pós-modernidade, na hibridação, nos poderes oblíquos e na desterritorialização - a relação natural da cultura com os territórios geográficos e sociais.

Dito isso, na percepção de cidadania liberal, os princípios que garantem a constituição da cidadania são baseados na liberdade, na contemporização do progresso, na proteção da propriedade privada, na limitação do poder e no individualismo. A cidadania se limita a

agrupar os indivíduos a um princípio de alcance formal e legal de direitos antecipadamente adotados. Apesar disso, a normatização de direitos não avaliza a subsistência de um espaço público e da civilidade política que a prática governada pela noção de direitos apropriada. Portanto, tal espaço público desaba, com a maneira cada vez mais forte do Estado enquanto garantidor de direitos econômicos, sociais e culturais, restringindo a legitimidade de novos direitos à sanção do Estado.

O Estado detém o poder de regular as atividades econômicas, consentindo ou não a instalação de algum empreendimento. Entretanto, tal benefício, não pode ter parte sem que seja escutada a população atingida. É que a gestão do interesse público deve se concretizar em companhia com a sociedade civil, a contar de seus interesses e dirigindo-se à consolidação do bem comum, sob pena de se dar vazão a somente parte das deliberações constitucionais.

A consequência da não participação de todos os grupos sociais nas discussões sobre as orientações das ações governamentais é identificada por Boaventura de Souza Santos como “regresso do colonizador” (SANTOS, 2009, p. 45). O Estado, ao não desempenhar dialogicamente a sua função de regulação da vida econômica, não agindo em prol dos interesses dos grupos sociais condicionados de sua atuação por se instituírem como a parte mais vulnerável nas relações sociais, acaba por dar a “poderosos atores não-estatais (...) controle sobre as vidas e o bem-estar das vastas populações”. E o mesmo autor prossegue:

A obrigação política que ligava o sujeito de direito ao *Rechtstaat*, o Estado constitucional moderno, que tem prevalecido deste lado da linha, está a ser substituída por obrigações contratuais privadas e despolitizadas nas quais a parte mais fraca se encontra mais ao menos à mercê da parte mais forte. Esta forma de governo apresenta algumas semelhanças perturbadoras com o governo da apropriação/ violência que prevaleceu do outro lado da linha. (SANTOS, 2009, p. 45).

No fragmento supramencionado, Santos identifica a ocorrência como a imersão do fascismo social, assinalado por um “regime social de relações de poder extremamente desiguais que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca”.

Do mesmo modo, constatamos que o Estado ao aceitar a instalação de determinados empreendimentos, sem sondar antecipadamente as populações diretamente por ele atingidas, partindo da premissa de que os resultados para os investidores e para a economia de mercado abonam por si só a empresa, concretiza só certo trecho do texto constitucional, abdicando

fundamentos da República, como a cidadania e a dignidade da pessoa humana (CR/88, art. 1º, II e III).

Nessa direção, Habermas (1984) adjudica centralidade à ação comunicativa para a construção e prática da cidadania. Para tanto, ele distingue a definição de esfera pública, mencionando-a como campo de desenvolvimento da vontade coletiva e de participação política e cidadã, onde o agir comunicativo é essencial, uma vez que as ações dos sujeitos abrangidos “são coordenadas não por meio de cálculos egocêntricos de sucesso, mas por meio de atos para se alcançar entendimento”. (HABERMAS, 1984, p. 86).

Neste sentido, o discernimento de cidadania ultrapassa o vínculo entre “Estado-indivíduo” e abarca a relação com a esfera pública, constituindo, primeiramente, um parecer político capaz de transformar as formas de sociabilidade e originar uma cultura mais democrática. Cidadania que, por meio da ação comunicativa, considera a participação e o seu exercício na constituição de uma sociedade democrática, pois a cidadania comunicativa perpassa pelo direito, pelo compromisso e participação, pela provocação e pelo pertencimento para, assim, lançar artifícios e táticas de comunicação que autorizem processos e arcabouços de infraestruturas enriquecedoras da diversidade cultural, da vida comunitária, dos ecossistemas e dos meios de vida pós-capitalistas nas formações sociais contemporâneas. (MALDONADO, 2012, p. 25).

6.3 A terceira caminhada – A Colônia de Pescadores Z-19

Como já dissemos, para chegarmos até o Sr. Rodolfo Zulsque, presidente da colônia de pescadores z-19, que representa o leste mineiro, situada na cidade de Governador Valadares/MG foi através da Pedagoga da UNIVALE Sandra Nicole.

Fiz o contato com o Sr. Rodolfo previamente agendei uma visita e numa quarta-feira ensolarada de setembro de 2018, viajei à cidade de Governador Valadares/MG para nossa conversa precisamente às 15h00.

Ao chegar à sede da colônia fomos recebidos pela filha do Sr. Rodolfo, de nome Jéssica. Identifiquei-me e logo em seguida ela me disse que seu pai já estava chegando para nosso diálogo. Jéssica foi extremamente solícita comigo, falou que poderia ficar a vontade, enquanto isso ela atendia uma pescadora. Ao ouvir o relato da pescadora sobre seus pescados, suas perdas, e ainda dizer que tinha a carteira profissional de pescadora, mas que não estava em dia com a anuidade porque em um dado momento teve um problema de saúde na família e o dinheiro estava curto e que teve que fazer a opção de ficar inadimplente com tal anuidade e

que isso agora estava trazendo vários transtornos, dentre eles, não tinha conseguido até então o cartão emergencial da *Fundação Renova*, pois não tinha conseguido reunir provas suficientes para provar que vivia da pesca.

De acordo com o SisRGP, em 3/10/2015 haviam 2.997 pescadores registrados em 54 dos 226 municípios da bacia do Rio Doce. Desta forma, 172 municípios não apresentavam pescadores profissionais registrados. Os pescadores estão concentrados principalmente em municípios do médio e baixo Rio Doce, a jusante de Governador Valadares. (IPEA, 2016, p. 23).

Muitos pescadores, nessa região, sobreviviam somente da pesca, segundo o Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP e o nível de contaminação no rio *Doce* ainda é ignorado, especialmente em relação às espécies que viviam no local. Famílias que dependiam da pesca para a sobrevivência tiveram de tentar outras formas para ganhar dinheiro, como o caso da pescadora que estava na sede da colônia z-19 no dia em que fomos a campo.

O setor de pesca artesanal apresenta algumas particularidades visto que está firmemente enraizado em comunidades, tradições e valores locais. Muitos pescadores de pequena escala são autônomos e, de modo geral, fornecem peixes para consumo direto de suas famílias ou comunidades. As mulheres têm um papel importante nesse setor. A pesca de pequena escala é um motor econômico e social que proporciona segurança alimentar e nutricional, emprego e outros efeitos multiplicadores para as economias locais, ao mesmo tempo que sustenta os meios de subsistência das comunidades ribeirinhas. (FAO, 2015).

Enquanto ouvia um relato e outro e refletia sobre os dados do SisRGP e sob a FAO, avistei um senhor adentrando a sala em que eu aguardava. Ele era alto, esquivo, tinha cabelos brancos, olhos azuis. Em seguida se aproximou de nós e se identificou como o presidente da colônia. E nossa conversa já iniciou. Como tinha ficado muito impressionada com o relato da pescadora já mencionada, iniciei a fala com uma pergunta: o número de pescadores sem carteira profissional aqui no leste de Minas é grande? “*Muito grande. Aqui recebemos pessoas que realmente eram pescadores, apesar de não possuir a carteira de pescador e outros que ficam querendo se passar por pescador. Temos que estar sempre atentos*”. Respondeu Sr. Rodolfo.

Figura 58 - Vista da sede da Colônia de pescadores Z-19 - Ao fundo (de pé) Sr. Rodolfo



Foto: A autora, 2018.

E o Presidente da Colônia continuou: *“No momento que disseram que a lama ia atingir o rio, a gente ainda não tinha noção. Só depois que a gente viu as toneladas de peixes mortos é que a gente viu o tamanho da tragédia”*.

Percebe-se que as causas das inúmeras infrações cometidas são variadas e demonstram o descaso e a displicência da Samarco para com as questões de manutenção e segurança e para os danos ambientais. Tal *modus operandis* produz crimes recorrentes, que em sua raiz pretendem diminuir os custos de operação, socializando os passivos ambientais com toda a sociedade. Inclusive, a empresa aposta na pouca fiscalização e na precarização dos órgãos ambientais para que parte dessas achoes ilegais não seja identificada e punida com multas, mesmo que de baixo valor. (GONÇALVES; PINTO; WANDERLEY, 2016, p. 143).

Apesar de ter uma das melhores legislações ambientais apreendemos que o direito tem sido empregado para facilitar, validar e conduzir a pilhagem de territórios periféricos, em um processo estreado no colonialismo e que prossegue nos dias hodiernos pelo desempenho das transnacionais e de agentes políticos em um contexto de capitalismo neoliberal. (QUIJANO, 2005; GALEANO, 1994).

Em mais esse diário de campo que o modelo neoextrativista (SVAMPA, 2012; MILANEZ; SANTOS, 2013) de exploração mineral no Brasil, como a negação do direito de reparação à bacia do rio *Doce* e aos atingidos nas suas mais diversas formas e modos de vida,

pela atuação indiferente da *Samarco/Vale/BHP Billiton* e da *Fundação Renova*, atuam a pilhagem do território e das comunidades, laborando em favor de um modelo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2013), assinalado pela degradação ambiental, desregulamentação, privatização e retrocesso de direitos.

6.4 A quarta caminhada – A ocupação dos atingidos no Escritório da *Fundação Renova* em Mariana/MG²²⁷

Nesta pesquisa, até o momento falamos muito do neoextrativismo, da pilhagem do capital²²⁸, da exploração dos países latino-americanos, do descaso do Estado e das transnacionais com a mãe terra, com os sujeitos que compõem o território, do abuso presentes no contexto do rompimento de Fundão e da Mina do Córrego do feijão, contudo, não podemos deixar de demonstrar que é exatamente aí que germinam as maiores lutas e resistências, vez que a realidade é consecutivamente viva e sistematicamente onde existe um enorme poder e exploração se faz presente também o oposto, isto é, a luta pela emancipação e transformação. *“A gente tem que ter compromisso com os nossos que vão vim depois. Que universo nós vamos deixar para essas pessoas?”* O que Marino²²⁹ nos narra é que não dá para calar diante da colonização operada pelas transnacionais ainda hoje, em pleno século XXI. Elas expropriam os sujeitos de seus modos de vida, de suas culturas, de suas identidades, de seus territórios. Para Folleto (2016) o sujeito comunicante enquanto produtor da cidadania comunicativa consegue criar subsídios para o enfretamento das modificações que ocorrem na conjuntura geopolítica.

Conforme os companheiros disseram não era para estarmos aqui fazendo luta. [...] é inaceitável que a raposa fique tomando conta da porta do galinheiro e eu costumo dizer também que o nosso país não é um país sério. Que se fosse um país sério a vítima não tinha que juntar prova pra provar que é vítima. Porque num país sério é o contrário. O criminoso que tem que juntar prova pra provar que ele é inocente. Nosso caso aqui tudo é ao contrário. (SIMONE, atingida da barragem de Fundão, 2019).

²²⁷ Para participar junto com os atingidos desse momento da ocupação, falei com a Camila do nosso interesse de estar em campo para acompanhar essa coletiva e que era organizada pelo MAB. Ela me atendeu prontamente e disse que a militante do MAB de nome Letícia que estava à frente de tal ato. Imediatamente, liguei para Letícia e novamente fui prontamente atendida. Assim aconteceu a quarta ida ao campo da pesquisa.

²²⁸ Harvey, 2013.

²²⁹ Atingido da barragem de Fundão.

A luta dos atingidos e atingidas contra a opressão, são lutas e resistências contra as injustiças sociais, em desfavor da exploração do sistema econômico coligado ao colonialismo e muitas vezes aos poderes público e judiciário que alija os sujeitos de condições mínimas de humanidade, para se viver como humanos com dignidade.

A cidadania é em parte responsabilidade das instituições, ao passo que forjada nas lutas sociais. Cortina (2005) aborda que o resgate das ideias de bem e virtude oriundo das comunidades é necessário para a construção dos caminhos do cidadão e implica o aprendizado por meio da tradição dos povos, das suas estratégias maneiras menos desiguais e que estejam portadas na justiça social e na diversidade. (TEIXEIRA, 2019, p. 92).

Tornar visível essas lutas e resistências foi nosso objetivo nesse item, pois apesar de no decorrer de nossa escrita já ter relatado tanto sobre a resistência quanto sobre a luta dos atingidos, percebemos que essa ação coletiva de ocupação de cerca de 80 (oitenta) atingidos de Mariana, Barra Longa e Acaica ao escritório da *Fundação Renova* é a exteriorização dos processos comunicacionais na prática.

La resistencia contra la ideología requiere una negación, la invención de una contraideología que tiene como propósito conllevar un sistema normativo de defensa de la identidad y dignidad de los oprimidos. Esta subcultura no descansa únicamente sobre la aplicación de reglas y códigos. La “antihegemonía” se desarrolla en espacios exclusivos de los subordinados: ellos aseguran la libertad de expresión y la seguridad de los que allí hablan. Explotan “nichos” de autonomía (la noche, los días de descanso, la taberna, el mercado, lugares aislados, el carnaval, etc.) para encontrar de nuevo su dignidad como persona y como grupo subordinado.²³⁰ (BACHÈRE, 2002, p. 341, grifos do autor).

As práticas de atos de oposição e resistência, por menores que sejam, ou divergentes, mesmo se experimentais geram rupturas, permitindo diverso jeito de execução, cooperando para construção das reivindicações e demandas. Tanto é que os “atingidos vieram cobrar respostas da *Renova*, negadas a 07 meses, como no caso dos garimpeiros e pescadores. Os atingidos vieram em busca também de respostas sobre os reassentamentos e sobre as moradias com estruturas abaladas devido ao tráfego de caminhões”. (MAB, 2019).

²³⁰ A resistência requer uma negação, a invenção de uma contra ideologia que tem como objetivo implantar um sistema normativo de defesa da identidade e dignidade dos oprimidos. Esta subcultura não se baseia unicamente na aplicação de regras e códigos. A “anti-hegemonia” é desenvolvida em espaços exclusivos dos subordinados: eles garantem a liberdade de expressão e a segurança de quem ali fala. Eles exploram “nichos” de autonomia (a noite, os dias de descanso, a taverna, o mercado, lugares isolados, o carnaval, etc.) para reencontrar sua dignidade como pessoa e como grupo subordinado. Tradução livre.

Figura 59 - Sr. Bernardo, - atingido e garimpeiro um dos sobreviventes que a lama tinha arrastado por quilômetros/Ocupação escritório *Renova*



Foto: Fabiano Lopes, 2019.

A mineradora *Vale S.A.* tem longos relatos de perseguição e tentativas de intimidação e silenciamento de militantes e ativistas que denunciam as violações ocasionadas pelos seus atos nos territórios em que se instala. Podemos citar como exemplo, o caso do professor Evandro Medeiros, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, que no ano de 2015, juntamente com um grupo de acadêmicos realizou manifestação em solidariedade aos atingidos da barragem de Fundão próximo à linha de trem da *Vale* na cidade paraense de Marabá. Em função de sua participação nesse ato, a *Vale S.A.* o processou na área cível e criminal. Mas, em 30 de julho de 2020, o professor foi absolvido da última acusação de outras duas que respondia. Segundo Evandro a perseguição foi grande, porém *“traz um alívio pessoal e significa uma conquista coletiva. O texto da sentença nos dá esperança. É uma juíza que se comportou de forma imparcial, ética, comprometida com a verdade, sem se deixar pressionar por interesses de quem quer que fosse”*.²³¹

²³¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-BT_iVIpY4Q. Acesso em: 02 ago. 2020.

Certamente vocês devem estar se perguntando: Mas o que a *Vale S.A.* tem a ver com a *Fundação Renova*? Tudo. Pois a Fundação além de ter o mesmo discurso da *Samarco* e suas acionistas *Vale S.A* e *BHP Billiton*, fica a serviço das mineradoras devido as sistemáticas violações de direitos humanos presentes na condução do processo de reparação que ela conduz, como no dia 03 de junho de 2019, na reunião com os atingidos.

A *Renova* recebeu a pauta de reivindicação dos atingidos contendo 18 pontos. No final do dia a Fundação realizou uma reunião com os atingidos para dar um retorno sobre as reivindicações. Sobre a pauta de reconhecimento de garimpeiros e pescadores, a *Renova* disse que não possuía respostas para dar aos atingidos nem datas e prazos para trazer uma proposta mais clara. Sobre a pauta dos reassentamentos, a *Renova* disse que discutirá todos os temas em audiência judicial. (MAB, 2019).

Portanto, lutar e resistir significa ir contra o poder das violências estruturais do capitalismo por pilhagem (HARVEY, 2013). Trata-se de um movimento de produção de vida, de pujança, daquilo que resiste através das lacunas deixadas pelo rompimento da barragem e até do controle das mineradoras, é sobre os (as) sujeitos (as) que transformam luto em luta, e que regularmente ratificam a fé na vida e ação contra as injustiças.

Estou aqui são três anos e sete meses de luta intensa. Dia e noite, noite e dia, né? Nós estamos aqui hoje no sétimo dia do acampamento. Nós não viemos para ficar, viemos entregar o ponto de pauta e sair com resposta, mas infelizmente a empresa enrolou a gente como ela enrola todas as vezes e nós estamos aqui resistindo hoje no sétimo dia de luta. Foi uma decisão coletiva de todo o mundo que tá aqui e só vai arredar o pé daqui quando tiver uma resposta positiva. Não adianta vim aqui marcar reunião e dizer tal dia assim e assim vou lá no território. Pra nós não é resposta né gente? A decisão aqui é de manter. Sair com o cartão e outras reivindicações. Você pode ver que nós estamos aqui numa organização coletiva, recebendo doações e ajuda de quem puder ajudar pra gente manter aqui na luta. (SIMONE, atingida da barragem de Fundão, 2019).

Demonstrar e analisar essas resistências tornadas públicas, não elimina a ocorrência de que haja no dia a dia outras maneiras de resistir realizados pelos atingidos em outros espaços, como nas reuniões, audiências públicas, nos encontros realizados nos territórios atingidos (as festas de São Bento, Santo Antônio, do Menino Jesus, Folia de Reis, loucos por Bento etc) e qualquer debate que trate da reparação dos danos causados pela *Samarco/Vale/BHP Billiton*.

6.5 A quinta caminhada – a ida a campo na cidade de Naque/MG – casa de dona Vida

Antes de chegarmos a campo é necessário relatar como chegamos até dona Vida. No dia 01 de agosto de 2019 tive um diálogo por whatsapp com uma liderança do MAB a qual está transcrita abaixo:

Camila: Oi Claudiane

Camila: Tudo bem?

Claudiane: Ei Camila, tudo ótimo, graças a Deus.

Camila: Há algumas semanas a Defensoria Pública de Minas Gerais esteve nas comunidades atingidas aqui da região em diálogo com os atingidos apurando denúncias e tal

Camila: Existem vários casos individuais e a Defensoria entrou em contato com a gente pra saber se poderiam nos enviar contato de alguém de faculdades de direito de Ipatinga pra fazer um trabalho conjunto

Camila: Posso enviar o seu? Não sei explicar exatamente o que é, mas a defensoria entraria em contato e explicaria

Claudiane: claro, sem problema algum

Camila: Eles estiveram em naque e comunidades proximas e tem agenda na regioao de aimorés. O caso q eles precisam de ajuda é em Naque me parece

Claudiane: posso sim ajudar

Claudiane: Sao casos em q nos no MAB nao conseguimos ajudar e o MP tbm nao consegue se envolver muito

Camila: Vou enviar seu contato agorinha. Dra. Carolina entrará em contato.

Depois daquela breve troca de mensagens via celular não restava alternativa que não fosse esperar o contato da defensora pública. Contato esse que ocorreu logo em seguida. Dra. Carolina, na ligação logo se apresentou e expôs que necessitava de um acompanhamento jurídico a uma família que tinha uma demanda judicial urgente para custear um tratamento de saúde.

De imediato me prontifiquei a propor a Ação Judiciária que fosse necessária. A defensora pública me agradeceu e disse que a partir daquele momento entraria em contato comigo o militante Thiago, também uma das lideranças do MAB. Tal acompanhamento por ele se daria devido a ser responsável pela organização e reivindicação do movimento naquela cidade.

Tal contato também não demorou e assim que nos falamos já fomos organizando-nos sobre o atendimento. E no dia 15 de agosto, por volta das 14h00 rumamos à cidade de Naque/MG. Chegando à casa da família atingida, fomos recebidos pela filha Alegria e seu pai Bem Aventurado. Alegria, rapidamente chamou pela mãe, dona Vida, que se juntou a nós na cozinha trazendo consigo vários papeis, dentre eles laudos e notificações da *Fundação Renova*.

As narrativas foram longas, densas, fortes, de histórias duras, vidas comprometidas e destruídas. Dentre os relatos anotados no diário de campo estava a história do Sr. Bem Aventurado depois da lama. Ele havia se tornado alcoólatra, pois complementava a renda da família com a pescaria. Depois que pescava caminhava até a BR381 - que corta toda a pequena cidade, para vender seus peixes. Apesar dele e da esposa serem aposentados, tinham uma despesa alta com medicação e as aposentadorias não davam para todas as despesas da casa e os cuidados com a saúde. Dona Vida tinha sofrido uma AVC em 2014 que tinha deixado sequelas, além de ter outros problemas, como hipertensão e má circulação do sangue.

Assim, depois do rompimento da barragem de Fundão não pode mais pescar e como não era pescador profissional, não teve direito ao auxílio emergencial e aí tudo se complicou. As dívidas vieram, tiveram energia cortada (e nada data que lá estivemos continuavam sem energia), o dono do mercado mandou todos os valores das anotações da caderneta²³² e ainda disse que não venderia mais fiado. E para complicar mais ainda a situação dona Vida tinha sofrido o segundo AVC e estava extremamente depressiva com tudo que passou a viver depois do dia 05 de novembro de 2015.

Então, depois do segundo AVC tinha urgência em fazer um procedimento que custava mais de R\$4.000,00 e não tinha conseguido pelo SUS do município. Depois de ouvir esses e outros tantos relatos, reunimos toda a documentação e fomos tomar providência para a propositura da Ação em desfavor do município e do estado para pagar todo o tratamento de saúde de dona Vida.

Ação distribuída²³³. Audiência marcada. Na audiência dona Vida foi ouvida pela magistrada que exigiu mais um laudo da demandante. Enquanto corríamos contra o tempo para conseguir mais um laudo médico, agora atualizado, dona Vida teve outro AVC e apesar de mais uma vez ter sobrevivido, os médicos que a acompanharam disseram que a saúde estava debilitada de tal forma que não aguentaria qualquer que fosse a intervenção médica. Quando recebemos a notícia foi um choque. Solicitamos a extinção da ação judicial e ficou a pergunta: Como fica o direito à saúde afiançada pela Constituição Federal de 1988?

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988).

²³² No interior de Minas Gerais é usual ir ao mercado comprar mantimentos para casa e só pagar ao final do mês. Daí é usado uma caderneta para anotar todos os itens que foram adquiridos em determinado período.

²³³ Significa que o advogado ingressou com a sua ação e o juiz irá receber em breve e dar o primeiro DESPACHO (decisão para andamento do processo).

Apesar de ser um direito resguardado pela Carta Magna, infelizmente, muitas vezes não é alcançado pelos sujeitos. E o crime socioambiental praticado pela *Samarco/Vale/BHP Billiton* tem se perpetuado mesmo depois de mais de 04 (quatro) anos de rompimento da barragem de Fundão, pois a ruptura brusca de modos de vida e redes de sociabilidade tem contribuído sobremaneira para uma forte expansão de distúrbios psíquicos, mas também para agravamento de problemas de saúdes que já existiam nos atingidos.

6.6 A sexta caminhada – comunidade de Regência/ES

Depois de muito planejamento era chegada de ir a campo para ouvir os atingidos que vivem na foz do rio Doce, em Vila Regência, localizada no litoral do estado do Espírito Santo no município de Linhares:

Regência é um distrito localizado na região costeira do baixo rio Doce (aproximadamente 60 km da sede do município e 125 km da cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo). O distrito litorâneo em questão está situado na margem sul da foz do Rio Doce, e 7 km da Reserva Biológica de Comboios. Na paisagem da região se destacam: a vegetação de Restinga, as praias de Regência e Comboios (caracterizadas por ondas fortes) e o próprio rio Doce. (LEONARDO, 2014, p. 79).

Antes de narrar sobre a nossa experiência de campo quisemos posicionar o leitor geograficamente sobre Regência. Tal decisão se deu pelo fato do Estado do Espírito Santo também ter sofrido as consequências da enxurrada de lama de rejeito da *Samarco/Vale/BHP Billiton* e ir a campo no distrito ora mencionado também tinha uma importância grande para a nossa pesquisa, pois pelas nossas leituras através de autores como Bicalho (2012) e Leonardo (2014) compreendemos que as famílias²³⁴ “nativas” até a lama chegar lá tinha como fonte de renda a pesca artesanal. Tratava-se, portanto, de uma comunidade que vivia essencialmente das águas do rio *Doce* e do mar.

Passada essa contextualização teórica, no dia 10 de janeiro de 2020, precisamente as 17h30 seguimos rumo a Regência e também às margens do rio *Doce*, pois na maioria do trajeto ele era observado a minha direita. Meu esposo dirigia. Tal fato me dava à oportunidade de fazer uma longa, silenciosa e reflexiva observação. Mesmo passados mais de 04 (quatro)

²³⁴ O distrito de Regência possui aproximadamente 1033 habitantes, dentre estes pescadores, comerciantes, funcionários públicos, funcionários de empreiteiras, funcionários do Projeto TAMAR e REBIO de Comboios e muitos outros que vivem sazonalmente do turismo. Há, portanto, uma grande mistura entre os novos e antigos moradores. Estes últimos são chamados localmente como “nativos ou filhos de Regência”. (LEONARDO, 2014, p. 82-83).

anos do crime socioambiental era possível ver as marcas deixadas pela lama. Muitos lugares em que o rio passava ainda o minério era visível, uma vez que os rejeitos se repousavam nos bancos de areia avistados.

No decorrer do trajeto fizemos uma parada para um lanche. A BR estava cheia, era férias e como os mineiros não tem mar, aquela era uma época de trânsito muito intenso. Nisso, meu esposo avisou que chegaríamos mais tarde do que o programado. Tínhamos reservado uma pousada para que ficássemos acomodados durante mais essa imersão em campo. Contudo, não nos informamos sobre a qualidade das estradas até a Vila e, como o trânsito estava lento, essa passou a ser uma preocupação.

Já passava das 22h30 quando de repente o asfalto acabou e a placa indicava que até a Vila de Regência a estrada era de terra, assim nossa preocupação se confirmou. Era uma noite muito escura e mesmo com o auxílio dos faróis do carro não tínhamos a real noção do nosso trajeto, não havia nenhuma placa indicando a quilometragem a ser percorrida por estrada vicinal, mas seguíamos firmes e confiantes. Quando de repente avistamos luzes e percebemos que Regência está logo ali, como nós mineiros falamos.

Chegamos à pousada os donos já estavam dormindo. Já tinham avisado que deixariam as portas abertas, quarto arrumado e um pequeno café servido. Quando fomos informados de tal fato, estranhamos, mas ainda pensamos que o porteiro estaria a nos receber. Que nada! Tudo aberto! Um modo de vida completamente diferente do que estamos acostumados.

No sábado acordamos bem cedo, afinal tínhamos que ir a campo. Quando chegamos para tomar o café, fomos interpelados pelo copeiro. *“Vocês não têm jeito de surfistas e pelo sotaque são mineiros. Antes eu até diria que vieram apreciar algum campeonato de surf ou que vieram visitar o projeto TAMAR, mas agora depois da lama nossa Vila acabou”*. Fomos logo falando que nossa ida a Regência se devia a uma pesquisa de doutorado sobre questões ligadas ao rompimento da barragem de Fundão.

Imediatamente, o dono da pousada que lá estava também se interessou pelo assunto e a conversa rendeu. Eles me contaram sobre o vilarejo antes da lama e pós-lama. A pousada, por exemplo, sempre estava cheia aos finais de semana e naquele os únicos hóspedes eram a gente. E, exatamente no momento que estavam tendo reconhecimento internacional pelas ondas que tinham no mar de lá veio à lama. E que tinha acontecido de tudo também com relação os cartões de auxílio emergencial e as primeiras indenizações.

Figura 60 - O mar da Vila de pescadores de Regência/ES



Foto: Fabiano Lopes, 2020.

Existiam pessoas que realmente moravam lá e fazia jus ao benefício, mas outros arrumaram contas de energia e água para ter acesso ao auxílio também. E outros que realmente foram totalmente prejudicados, foram ressarcidos e com o dinheiro fizeram investimentos altos, como uma grande construção ou aquisição de um carro de valor muito alto e como a pesca está suspensa por tempo indeterminado como sobreviverão num futuro próximo quando o dinheiro acabar? Escutamos atentamente todo o discurso, solicitamos permissão para mencionar na tese, agradecemos a acolhida, pedimos licença, pois queríamos ir até o projeto TAMAR.

No projeto TAMAR nenhum dos funcionários quiseram conversar, mas mesmo assim permanecemos por lá um tempo em observação. Fomos até o mar e vimos que naquela região as pessoas já estavam usando o mar para banho - Tal extensão territorial e marítima fica a 07 (sete) quilômetros da Vila. Nessa praia sem falar sobre a nossa pesquisa conversamos com alguns banhistas. Percebemos que a partir do desenvolvimento das falas eles relataram as condições das águas, tanto no tempo passado como no presente. Disseram que naquela região o banho de mar estava liberado, evocando o tempo que eles conhecem as águas. E, depois vimos uma placa informando que tal trecho estava liberado para banhos de mar.

Figura 61 - Projeto TAMAR/Regência-ES



Foto: Fabiano Lopes, 2020.

Retornamos à vila de Regência, e, fomos buscar um restaurante para almoçar. Assim que recebemos o cardápio a moça que nos atendeu disse: “*caso queiram pedir peixe, camarão ou moqueca podem ficar tranquilos, estamos comprando de fora daqui, sem risco de contaminação*”. Saboreamos aquele delicioso almoço e voltamos à pousada para dar uma descansada e tentar falar com Fabrício, surfista, pescador de fato e dono de pousada.

Marcamos nossa conversa para 17h00. Para conseguir este diálogo com o Fabrício foi por intermédio de uma liderança do MAB, o João Paulo, que atua naquela região.

Eles proíbe a pessoa de ir lá pescar porque o peixe tá contaminado, mas não proíbe a pessoa ir lá surfar porque a água tá contaminada. Quer dizer isso aí eles se omitem. Essa população que surfava aqui na foz não surfa mais e os que se der a surfar e cair por conta própria sentirão na própria pele as feridas, micoses, arranhamento, muito furúnculo. [...] e der um mergulho e se tive com um ferimento seu ferimento não vai cicatrizar mais, como normalmente cicatrizaria em qualquer banho de mar. [...] então a formação de base que tinha antes de atleta acabou, ficou impossível de você botar crianças para surfar naquele ambiente. [...] Depois da lama essa água não é mais doce, essa água é envenenada, cê vai levar uma criança pra ensinar ali [...] aí então isso ficou impossibilitado. (Fabrício, atingido de Fundão, 2020).

Os vínculos com as águas, não só na transcrição do relato acima, mas de outros sujeitos que conversamos eram contundentes, no sentido de que, para todos os atingidos, os modos de ativar o rompimento, eram próprios e específicos também, como a fala do Sr. Leone, presidente da associação de pescadores da Vila *“Eu criei meus filhos todos pescando. Nunca sai daqui. Tenho filho que fez faculdade”*. A forma de eles acionarem as condições da água é diferente, tem desdobramentos emocionais.

Estou convencido de que não se usa a água racionalmente, como querem os técnicos; nem de forma consciente, como querem os jornalistas. Dada a sua condição de elemento visceral, a água se usa, e só pode ser usada, emocionalmente. O que ocorre é que há usos emocionais mais ou menos ambientalmente felizes. (TADDEI, 2014, p. 41).

As apreciações estão conectadas a como são exteriorizadas as qualidades das águas como consequência das relações formadas com as mesmas, no significado de que os vínculos foram ativados por meio do que era emocionalmente presente e ainda nos intercâmbios sobrevividos das imersões em campo.

Nossa ida a campo para ouvir o atingido Fabrício (figura 62) foi um momento muito importante da pesquisa, até mesmo para compreender outras falas e observações que talvez não tivessem ficado tão transparentes no decorrer de todas as caminhadas feitas. Porque as falas do Fabrício foi um processo de entender as noções sensoriais, uma vez que as mudanças estavam presentes em cada canto que compunha a pousada, e que interligava as pessoas que antes lá trabalhavam, incluindo a esposa dele e aos filhos, isso porque todos exerciam atividades que estavam ligadas ao mar e à pesca.

De início já nos foi relatado que o rapaz que lá estava quando chegamos trabalhava pra ele (Fabrício) e que atualmente vive em outra cidade que não é litorânea fazendo “bicos” com o que aparece. Quando trabalhava na pousada Fabrício o delegava várias funções, como por exemplo, levar os turistas para passear, ir à praia para oferecer aulas de *surf* e cativar os turistas para se hospedarem na pousada. Ainda soubemos que a esposa de Fabrício também não foi contemplada com o cartão do auxílio emergencial.

O meu cartão, que é o cartão emergencial ele só simplesmente contempla a mim e meus filhos, não contempla minha esposa, minha companheira de trabalho aqui no meu negócio que é impossível eu tomar conta do meu negócio sozinho. [...] as mulheres são meio excluídas dos acordos mesmo. [...] Ela arruma a pousada, prepara o café, vende o almoço, o café, o bolo, então são serviços distintos, ela na ocupação dela, na empresa dela, com o

trabalho dela. E eu com o meu trabalho de trazer os mantimentos que é o caso da pesca. (Fabrício, atingido de Fundão, 2020).

Figura 62 - Fabrício - atingido e morador de Regência/ES



Foto: Fabiano Lopes, 2020.

A exclusão das mulheres atingidas²³⁵ é outra questão complexa quando falamos do rompimento. Durante toda a imersão em campo, qualquer que fosse o território percebia claramente a distinção entre o gênero masculino para com o gênero feminino. As violações são tamanhas que o MAB organizou uma atividade exclusiva para reivindicar o direito delas, quando se comemorava os três anos do acontecimento. A atividade fez parte da marcha

²³⁵ A mulher atingida, já inserida em uma sociedade machista e patriarcal, sente com muito mais intensidade todas as mudanças ocorridas no seu lar e no seio social. Um processo de reparação realizado sem um olhar especial a situação dela propiciará um aumento da desigualdade e da vulnerabilidade existente, como o que se pôde observar em relação as mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. Denúncias de aumento dos casos de violência doméstica, de divórcios e, principalmente, de doenças mentais/psicológicas vindas das mulheres atingidas demonstram que esses cuidados não foram tomados por parte da *Vale, Samarco, BHP e Fundação Renova*. (SOBRAL; CAMPOS, 2019, p. 3).

“Lama no Rio Doce: 3 Anos de Injustiça”, que percorreu os mais de 650 km atingidos pela lama de rejeitos, da foz do Rio Doce ao litoral do Espírito Santo²³⁶.

Além do mais, na medida em que existe uma extrusão no tecido social das comunidades atingidas, o processo de reparação e a indenização não podem ser vislumbrados numa perspectiva reducionista de danos recebidos de maneira vaga, pois a diversidade de sujeitos e de danos é muito ampla.

Tal amplitude em que falamos tanto aos sujeitos quanto aos danos pode ser relatada a partir de um exemplo da Vila de Regência mesmo. Quando saímos da pousada de Fabrício fomos até o encontro do rio Doce com o mar, pois tínhamos a intenção de falar com um pescador de carteira profissional.

Figura 63 - Vista parcial de onde os barcos ficam ancorados/Regência-ES



Foto: Fabiano Lopes, 2020.

Enquanto observamos o encontro do rio com o mar, víamos pequenas embarcações paradas em meio às águas amareladas e do lado oposto uma associação de pescadores com parte de uma construção nova e alguns maquinários. Aproximamos, batemos palmas como um gesto de que estávamos entrando. E não demorou muito para Sr. Leone vir ao nosso encontro. Fomos convidados a entrar e sentar. Identifiquei-me, expliquei quais os motivos me

²³⁶ Disponível em: <https://mab.org.br/2018/11/04/mulheres-resistencia-do-rio-doce/> Acesso em: 11 jul. 2020.

levavam ali e logo perguntei a ele, se aceitaria falar comigo sobre o rompimento e as atividades pesqueiras pós-crime.

Não só fomos prontamente atendidos como Sr. Leone nos explicou com detalhes sobre a história da associação²³⁷ e a luta pela sobrevivência depois da lama ter invadido a “boca do rio Doce²³⁸” como o mar da Vila de Regência. O pescador e presidente da associação desde que ela foi fundada²³⁹ nos relatou que eles tinham um comércio grande de peixes. A pescaria era farta e diante disso tiveram a oportunidade de construir uma loja ao lado que se prestaria ao comércio de utensílios de pesca, o próprio peixe e derivados – bolinhos. Quando a loja seria inaugurada veio a lama e a mesma nunca foi aberta.

Num primeiro momento ficaram sem saber o que fazer. Como seria a vida de cada pescador associado, já que não sabiam fazer na vida outra coisa que não fosse pescar. As especulações em torno do rompimento da barragem também eram muitas, sem contar os aproveitadores que apareceram no início e ainda passados mais de quatro anos ainda aparecem. *“A Renova mesmo sabendo da gente e que eu como presidente no início não me procurou para conversar e ver nossa demanda [...] agora que estamos iniciando um melhor diálogo”*. *“E continuamos nossa luta todo dia, vem vê, vou te mostrar e te explicar”* (SR. Leone, atingido da barragem de Fundão).

Prontamente acompanhei o Sr. Leone pelas dependências da associação. Ele sempre muito cuidadoso e paciente ia explicando cada detalhe dos espaços do “novo” local de trabalho, pois com alguma quantia que receberam de indenização investiram em criação de peixes. Contudo, o presidente é enfático em suas palavras: *“Minha esperança é voltar a pescar. Tenho 72 anos, mas minha vontade é de tá dentro do mar. Minha vida é no rio e no mar. Isso acabou pra mim. Eu tive indenização, mas de que adianta indenização e ficar parado? Quero estar lá dentro, onde eu sempre vivi”*.

O Sr. Leone é um homem simples, de fala mansa, caboclo, é pai de 10 filhos e um dos pescadores mais antigos que existe na vila. E como todo bom pescador ama de descrever suas histórias com o rio e com o mar. Durante toda sua vida suas experiências são e foram

²³⁷ Criada em 1998, a ASPER – Associação dos Pescadores de Regência tem como finalidade a representação, promoção do desenvolvimento econômico dos pescadores associados e a defesa dos direitos e interesses dos associados. Apesar de mais de 60 associados nem todos estão ativos. A taxa de contribuição mensal é de R\$ 5,00.

²³⁸ Linguagem usada pelos sujeitos para relacionar o encontro do rio *Doce* com o mar.

²³⁹ A ASPER tem sede própria fornecida pela Petrobrás, uma fábrica de processamento pescado (bolinho de peixe), bancadas de inox doadas pela Aracruz, uma fábrica de gelo, doada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR, horta comunitária que fornece alimentos a escola da comunidade e uma câmara fria para conservação do pescado.

marcadas e sustentadas em meio a sua relação com as águas de Regência, das águas ele tirou seu sustento, criou sua família, cultivou laços de amizade, bem como construiu uma vida.

Figura 64 - Sr. Leone e a autora nas dependências da Associação Pesqueira



Foto: Fabiano Lopes, 2020.

O exercício de relação entre experiências passadas com a dinâmica do tempo atual resulta numa memória ressignificada, onde as recordações se encontram e alicerçam a vivência dos valores e hábitos cotidianos. De acordo com Eclea Bosi (1994, p. 55) “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”.

A história do Sr. Leone inicia a partir das memórias do tempo de criança, ele delimita as horas que passava à beira do rio observando e vendo os afazeres com os peixes, notava detidamente a entrada e a saída dos barcos, a puxada da rede e a remoção do pescado. *“Minha infância, meu pai me levava muito para roça, não tenho muito estudo não, eu pedia meu pai para pescar de lança e meu pai não deixava. Ele era jangadeiro, não era pescador. E eu ia escondido. Deixava de ir pra escola.”*

As histórias juntamente com o testemunho de Sr. Leone revela os modos de vida e a força da cultura local. No rio e no mar ele se sentia livre e como ele mesmo asseverou “*Não dá pra explicar a sensação que se tem quando você olha para o horizonte e se perde entre céu e mar porque ali eles são um só*”. As memórias erguidas em volta do rio e do mar e de Regência, umas tristes outras alegres, porém percebemos no decorrer da prosa com o pescador que o caso de maior orgulho para o Sr. Leone é contar a história da associação de pescadores de Regência.

Figura 65 - Tanques dos cativeiros para criação dos peixes depois da lama/Regência-MG



Foto: Fabiano Lopes, 2020.

Como já mencionado, diante das proibições da pesca no rio *Doce*, os pescadores precisaram se reinventar e criar alternativas para complementar a renda familiar, já que o cartão de auxílio emergencial paga um valor mensal muito inferior ao que os pescadores recebiam.

Assim, vinte e poucos pescadores dos 114 associados investiram na criação de peixes em cativeiro. Foram adquiridos até o momento 24 tanques com capacidade para até 500 peixes e camarões. Sr. Leone nos contou que tinham iniciado a criação com poucas espécies, dentre elas o camarão, mas que infelizmente todos tinham morrido. Teve uma noite que faltou

energia e eles ficaram sem oxigênio. Ele nos relatou ainda que depois da lama faltar água e energia é uma constante na Vila.

Considerando a experiência dos associados juntamente com o Sr. Leone, verificamos que mesmo sendo eles detentores do saber através da pesca artesanal, foi necessário recorrer a outras formas de continuar a lida com o peixe. Segundo Giddens (1997, p. 104), “a pessoa detentora do saber ou sábia é o repositório da tradição, cujas qualidades especiais originam-se daquele longo aprendizado que cria habilidades e estados de graça”.

6.7 A sétima caminhada – comunidades atingidas pela lama da mina do Córrego de Feijão – Brumadinho/MG

Como na primeira caminhada, essa imersão ao campo em algumas comunidades atingidas pela lama da *Vale S.A.*, também causavam inquietações enormes, talvez até maiores, pois como já relatado anteriormente, em princípio a investigação se passaria em torno dos processos comunicacionais da queda da barragem de Fundão apenas, mas com o novo crime socioambiental praticado pela *Vale S.A.* não encontrávamos outra saída senão a inclusão de Brumadinho/MG, pois “se os olhos reaprendessem a chorar seria um segundo dilúvio”. (Carlos Drummond de Andrade).

Assim, no dia 14 de janeiro de 2020, precisamente às 12h40, saímos de Ipatinga/MG rumo a nossa última imersão ao campo. Mais uma vez estava acompanhada pelo meu esposo. Novamente por outros compromissos profissionais já agendados Nilmar Lage não pode me acompanhar, mas gentilmente me repassou várias fotos de outros momentos que tinha estado naquele território.

Chegamos a Brumadinho/MG em torno de 16h45. Como para as outras caminhadas fizemos reserva em hotel apenas quando estivemos em Regência/ES e tudo correu bem, não buscamos nenhuma hospedagem antes dessa última caminhada. Então, paramos para um café enquanto buscaríamos local para pernoitar.

Nosso primeiro entrave. Todas as hospedarias que buscávamos eram extremamente caras e na sua maioria lotada. Essa para nós era o primeiro traço de distinção entre Mariana/MG e Brumadinho/MG. Em todas as outras caminhadas além de não ter problema com lotação de pessoas, os preços estavam lá em baixo, mesmo sendo cidades turísticas como a do segundo acontecimento.

Depois de muito buscar pela hospedagem encontramos uma na cidade de Mário Campos a mais ou menos 14 quilômetros de Brumadinho/MG. Já caía a noite e o tempo

estava muito escuro, como se fosse chover. Não demorou 30 (trinta) minutos e uma verdadeira tempestade caiu. Ficamos meio impotentes, pois não tinha como sair, ir ao território, fazer uma primeira observação, falar com pessoas que encontrássemos no trajeto. Mas nem tudo estava perdido, pois existia uma segunda alternativa.

Através de um dos encontros com o Thiago do MAB, disse que viajaria para Brumadinho/MG e ele me ofereceu ajuda. Ele me colocou em contato com Eloá, uma das lideranças do MAB naquela região e ela, gentilmente me repassou alguns contatos de telefones de atingidos que eu poderia buscar.

Então, como boa mineira que sou me precavi. Liguei para cada sujeito de uma lista de 06 (seis) pessoas. Dessas, cinco me atenderam. Quando expliquei o motivo da ligação apenas 03 (três) poderiam me receber em suas casas no dia seguinte. As outras 03 (três) tinham situações distintas. Uma estava com visita em casa; outra estava viajando e o outro foi o indígena Angoho Pataxó, que foi muito solícito, mas que estava com um parente com a saúde fragilizada e permanecia “as voltas” com tal cuidado. Contudo, me disse para procurar por Audenon Pataxó. Fomos à busca dele, mas também não obtivemos êxito nessa caminhada.

Tranquilei o coração e fui dormir. No outro dia queria percorrer o território atingido bem cedinho. E como planejado, antes das 08h00 da manhã seguimos para o Córrego do Feijão, lugarejo que deu nome à barragem que se rompeu.

No caminho, a poucos quilômetros da entrada da cidade de Brumadinho/MG, uma parada nas margens da rodovia permitiu a vista do rio *Paraopeba*. Já passavam mais de um ano do crime, porém as marcas da lama eram perceptíveis misturadas nas águas do rio. Naquele momento percebemos que como em Mariana/MG o crime avançava e seria contínuo, estragando as distintas formas de vida e de organização nos territórios vividos por populações do campo e da cidade.

Já bem na entrada do bairro rural do Córrego do Feijão deparamos com um caminhão pipa da *Vale S.A.* lavando as ruas. Percorremos num primeiro momento de carro as demais ruas que compunham o lugar, depois avistamos uma pracinha e algumas pessoas assentadas conversando, aproximamos, mas não quiseram fazer nenhum relato sobre o rompimento da Mina do Córrego do Feijão.

Figura 66 - Caminhão pipa da *Vale S.A.* lavando as ruas do Córrego do Feijão



Foto: Fabiano Lopes, 2020.

Mesmo diante desse primeiro desafio não desistimos, fizemos outras tentativas de aproximação para ouvir pessoas com as quais encontrávamos pelo caminho, mas não obtivemos sucesso. Porém, nem tudo estava perdido, porque haviam por todo os arredores daquele território, trabalhadores que laboravam na tentativa de maquiar os danos ambientais causados e também trabalhavam na retirada dos amontoados de rejeitos de minérios que estavam por toda a parte.

Por um momento, durante o tempo que nós observávamos o vai e vem de tantos trabalhadores no meio da retirada dos rejeitos refleti mais uma vez sobre os versos de Drummond em que o poeta diz “Quer ir para Minas, Minas não há mais...”. Os versos do poema “José”, simbolizam a perambulação solitária de um sujeito que coteja com a existência de uma orbe exterminada. Não há mais o território e a moradia, tudo foi decomposto pelo elemento tempo. A inviabilidade de abrigo no passado ou de regresso para o lugar de nascimento, a origem da infância. Depois dos crimes socioambientais tanto da *Samarco/vale/BHP Billiton* em Mariana quanto da *Vale S.A.* em Brumadinho, podemos falar que “Minas” do poema de Drummond dissemina-se para milhares de sujeitos que viram suas aspirações, distante e lugares de vivência comunitária desabarem perante de milhares de

toneladas de rejeitos de minério continuam escorrendo no vale do rio *Doce* e do rio *Paraopeba*.

Figura 67 - Trabalhadores laborando na reparação dos danos



Foto: Fabiano Lopes, 2020.

As reflexões sobre o rompimento da barragem de Fundão – Mariana/MG, nesse momento já nos consentem maior mensuração sobre a vulnerabilidade dos sujeitos e dos territórios explorados pelas mineradoras, quando integradas ao rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão – Brumadinho/MG.

[...] Essa triste rotina dos séculos começou com o ouro e a prata, e seguiu com o açúcar, o tabaco, o guano, o salitre, o cobre, o estanho, a borracha, o cacau, a banana, o café, o petróleo...O que nos legaram esses esplendores? Nem herança nem bonança. Jardins transformados em desertos, campos abandonados, montanhas esburacadas, águas estagnadas, longas caravanas

de infelizes condenados à morte precoce e palácios vazios onde deambulam os fantasmas. (GALEANO, 1994, p. 6).

A exploração dos recursos naturais vem desde a colonização, onde os sujeitos sempre foram silenciados pelas empresas que se instalavam para explorar os recursos naturais e em Minas Gerais ainda há um agravante, onde os atingidos tem a falsa “promessa de emprego” e de que o poder público só consegue manter os municípios devido ao recebimento de impostos pagos pelas mineradoras. Tal fato acaba causando certo receio de alguns sujeitos em falar sobre os desmandos do capital.

Interessante ressaltar ainda que a despeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, não referir nomeadamente acerca do direito fundamental ao meio ambiente, em seu artigo 25²⁴⁰, contemplou a cultura do cuidado, ao afirmar que: “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis [...]”. No mesmo sentido, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986 norteia:

Artigo 2º §1. A pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento e deveria ser participante ativo e beneficiário do direito ao desenvolvimento.

§2. Todos os seres humanos têm responsabilidade pelo desenvolvimento, individual e coletivamente, levando-se em conta a necessidade de pleno respeito aos seus direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como seus deveres para com a comunidade, que sozinhos podem assegurar a realização livre e completa do ser humano e deveriam por isso promover e proteger uma ordem política, social e econômica apropriada para o desenvolvimento.

§3. Os Estados têm o direito e o dever de formular políticas nacionais adequadas para o desenvolvimento, que visem ao constante aprimoramento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, com base em sua participação ativa, livre e significativa, e no desenvolvimento e na distribuição equitativa dos benefícios daí resultantes²⁴¹.

Há, portanto, uma falta de cuidado de qualquer dos entes dos poderes públicos no sentido de fazer com que não só a legislação ambiental seja cumprida, mas principalmente os dispositivos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pois os sujeitos se veem atingidos na sua dignidade, na privacidade, no domicílio e no trabalho, elementos fundamentais para uma existência digna. Fora a perda de seus entes queridos que lhes foram obstados pelo crime socioambiental, tiveram escamoteado o meio de subsistência, muitas

²⁴⁰ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 29 ago. 2020.

²⁴¹ Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-Desenvolvimento/declaracao-sobre-o-direito-ao-desenvolvimento.html>. Acesso em: 29 ago. 2020.

vezes ligada à agricultura familiar, a pesca, ao turismo, conseqüentemente todos os modos de vidas como do atingido Rogério.

Precisava da água para eu cultivar minhas culturas, minha horta, A Vale não prestou nenhum atendimento depois do rompimento a não ser me oferecer uma água. Água que não servia para mim para cultivar minhas culturas na minha região [...] estou endividado [...] não tenho perspectiva nenhuma que não vem ninguém atender aqui pra mim conseguir saber o que vai acontecer se vai ter uma solução se ela vai fazer alguma coisa pra mim. Não posso fazer compromisso com meu serviço, pois fui totalmente prejudicado com as mãos atadas e não sei, estou sem rumo, sem direção em relação ao rompimento, pois não tenho atendimento necessário, uma coisa que deixa a gente muito triste é ligar para assessoria da Vale ou pros funcionários da Vale que prometeram solucionar os problemas da gente que ia resolver e hoje em dia mais de um ano eles visualizam a mensagem da gente e eles simplesmente ignoram, não fala nada, não dá uma postura aí tá difícil a situação. (Rogério, atingido da barragem da Mina do Córrego do Feijão, 2020).

Por certo, as conseqüências do rompimento não se limitam as questões relacionadas somente ao meio ambiente, as vidas perdidas, pela não oportunidade do seu auto salvamento. Elas atingem transversalmente aqueles sujeitos que mesmo sem a informação certa conseguiram sobreviver à lama, mas não aos desmando da *Vale S.A* e da pilhagem do capital.

Por derradeiro, na nossa última caminhada, o que constatamos foi o prosseguimento das táticas corporativas das mineradoras pela maximização continuada dos ganhos no setor, mesmo diante da queda do preço de *commodities*. (WANDERLEY, 2017).

Sem olvidar a flexibilização dos licenciamentos, deterioração de órgãos como a Agência Nacional de Mineração, estudos técnicos abreviados e precários, o controle parasitário das corporações junto ao Estado, a conduta permissiva e indiferente dos governos diante das coações do setor, a construção de barragens fundamentadas em técnicas simples, menos seguras e baratas como o método de alteamento a montante, diminuição de passivos operacionais, de manutenção, monitoramento e fiscalização dessas estruturas e as ingerências ambientais em larga escala nos territórios prepararam um cenário revelador de que um novo rompimento de grandes dimensões seria questão de tempo. (MILANEZ, 2019).

Figura 68 - Rogério - atingido e a autora no local onde era cultivada a horta



Foto: Fabiano Lopes, 2020.

Sobre os danos causados à população, um relatório publicado pela Fiocruz (2019) argumenta que, entre as perdas socioeconômicas, ambientais e humanas o acontecimento pode causar impactos imediatos à saúde dos atingidos com consequências de curto em longo prazo e se desdobrando por centenas de quilômetros da área de origem. Tanto é que Brumadinho/MG já apresenta um aumento significativo de adoecimento psicológico, uso de ansiolíticos e de antidepressivos, com um expressivo acréscimo no número de suicídio.

Bem nós não temos nem sequer um agente de saúde dentro de Cachoeiro do choro, agente sempre precisou de hospital procurou as cidades não tem como comprovar a residência da forma que a Vale quer, mas tem fotos, tem de mais próximas ou Felixlândia ou Paraopeba, Belo Horizonte, Sete Lagoas [...] a Vale não esta cumprindo com a obrigação dela sabe como direito do povo hoje nosso poço artesiano esta a 10 metros da calha do rio. Agora nessa época de chuva, de enchente, a água chega a invadir a caixa. Nós recebemos uma água de péssima qualidade e que antigamente era uma água muito boa hoje temos uma água de péssima qualidade e a Vale se nega dá uma água segura dentro da comunidade pro povo a gente tem que tirar da onde não tem pra comprar água pra cozinhar, pra beber e ainda continuamos usando essa água pro banho pru pra lavar roupa porque não temos outro recurso. (Dona Eliane, atingida da barragem da Mina do Córrego do Feijão, 2020, grifo nosso).

Essa individualização do acontecimento é caracterizada por Quéré (2011) como a forma se torna observável e apreensível pelos indivíduos, geralmente composta de uma unidade e de uma identidade, despontadas por um processo de configuração. É por meio da

permanência do potencial de criação, da manifestação das possibilidades e da sua alteração que a identidade se esculpe e independe das suas relações espaço-temporais.

Figura 69 - Atingida da *Vale S.A.* em Brumadinho/MG e a foto do parente que a lama levou



Foto: Nilmar Lage, 2019.

É incrível como os atingidos, ao falarem do acontecimento, recordam e rememoram o fato. Essas memórias e experiências, ao serem contadas como acontecimento, são conforme França (2013), atualizadas sobremaneira que recebem sentido e identidade. Para a autora, os acontecimentos não têm traços e fundamentos que lhe impõem particularidade; sua identidade é tecida a partir dos métodos e dos discursos: “ele é individualizado quando se determina aquilo que o especifica, quando ganha uma significação – e aí, sim, uma identidade – como acontecimento particular”. (FRANÇA, 2013, p. 66).

Na obra *A Identidade Cultural na Pós-modernidade* (HALL, 1999), o autor afiança que a identidade é um direito inviolável imbuído e abrigado pelo direito à vida. A identidade é determinada em razão da estrutura social que lhe é afeta e está intrincada na cultura, concebida por tudo que faz parte dessa concentração identitária, como locais, paisagens, tradições relacionadas aos aspectos religiosos, folclóricos, mitológicos, ainda, padrões, símbolos, modos de pensar, língua, modos de agir e laços afetivos. O ataque à identidade dos atingidos aconteceu tanto na queda da barragem de Fundão como também na queda da barragem da Mina do Córrego do Feijão, num cristalino processo de “deslocamento” das

identidades quando as vidas dos sujeitos foram aniquiladas ou deslocadas, contaminadas de transformações perdidas no tempo sem elucidação para aqueles que vivenciaram o crime. (HALL, 1999).

Figura 70 - Assembleia dos atingidos para solicitar o fornecimento de água potável



Foto: Acervo pessoal da Dona Eliane, 2020.

O compartilhar das experiências é essencial para que os sujeitos se estabeleçam e estruturam os mecanismos de organização, para que cada um dos sujeitos possa se fortalecer no entrosamento e tomada de conhecimento das práticas civis e políticas nos movimentos sociais. Isso denota que o sujeito e a sua consciência na formação política, social e antropológica são centrais no desenvolvimento das resistências. Não há resistência sem o experimento de vida compartilhada.

O que eles vieram fazer foi é tem um poço que é da COPASA, poço artesiano eles vieram aqui e falou que ia ativar esse poço pra mim, só que já tem um tempo, vieram puseram um caminhão ali e sumiram, eu mando mensagem eu ligo e não consigo falar com eles entendeu, mas tali não tem nada, não tem poço falaram que ia ativar e nada. (Rogério, atingido da barragem da Mina do Córrego do Feijão, 2020).

Os relatos sobre as condições das águas abrem para a discussão sobre as dissensões da contaminação e perda da qualidade das águas tanto na bacia do rio *Paraopeba* quanto na bacia do rio *Doce* enquanto disputas políticas, a despeito da complexidade dos crimes socioambientais, ampliando os conflitos.

Figura 71 - O Pataxó Hã-hã-hãe, da aldeia Naô Xohã



Foto: Nilmar Lage, 2019.

Os conflitos relacionados aos crimes das mineradoras podem ser de várias ordens, mas um destaca dentre os demais. São aqueles relacionados a tribo Pataxó, porque tal povo não tem para onde ir.

[...] eles se recusam a deixar a aldeia onde vivem, no município de São Joaquim de Bicas (município vizinho), mas observam com apreensão o avanço da lama e dos rejeitos pelo rio de onde o povo tira seu sustento”. Agora, "a dúvida é como a aldeia irá sobreviver às margens de um rio poluído gerando impacto em todo o meio ambiente local", disse o órgão indigenista – Conselho Indigenista Missionário. (EL PAIS, 2019)²⁴².

Para mais, a *Vale S.A.* já demonstrou das mais distintas formas que segue o modelo do darwinismo social²⁴³, enfatizada pela produção do discurso neoliberal que permitiu uma extraordinária expansão das atitudes que vêm no “salve-se quem puder”, onde os sujeitos não têm alternativa que não seja a luta pela sobrevivência.

²⁴² Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/29/album/1548769697_827819.html#foto_gal_2. Acesso em: 02 fev. 2019.

²⁴³ Foi uma doutrina que se alastrou pelo mundo ao lado do imperialismo. Logo, essas ideias tiveram vários impactos sociais e políticos. Uma das justificativas dos que defendiam o imperialismo era que a Europa estava levando a “civilização” para os povos mais “atrasados”. Contudo, o que houve realmente foi uma exploração dos sujeitos e dos recursos naturais. E o darwinismo social por sua vez ajudava a ocultar as violências sob o argumento da “sobrevivência dos mais aptos”.

Ah! Esqueci de um detalhe, depois do crime não tive mais visitas, minha família, meus amigos todos que gostavam de vir na minha casa se divertir e nos fazer companhia não vem mais, tem receio em vir! Continuam ligando mandando zap e muito raramente aparecem, o que me entristece bastante, porque sempre gostei de muita gente casa cheia e esse prazer a Vale também me tirou, o que adianta morar num sitio lugar bonito gostoso e tranquilo e estar sempre sozinho. Não ter com quem dividir. (Claudia, atingida da barragem da Mina do Córrego do Feijão, 2020).

Deste modo, torna-se cristalino que o capital, e especialmente este vinculado com a produção e exportação de *commodities* minerais favorecidos pelos governos novo-desenvolvimentistas, não somente veio ao mundo vertendo sangue e lama por todos os poros, como continua hodiernamente convencenando modos arcaicos e modernos de exploração e pilhagem continuamente revestidas sob o denso manto das construções ideológicas.

Com grande facilidade, a ideologia de mercado prossegue seu curso não só no Brasil, na América Latina, pra não dizer no mundo. Os direitos historicamente conquistados às duras lutas têm sido saqueados, junto com a mineração neoextrativista²⁴⁴. A ideologia de mercado opera incrementando aquilo que os atingidos, a academia, algumas mídias, movimentos sociais, comissão dos direitos humanos vêm denunciando faz tempos, onde as empresas (mineração e outras) em conluio com o Estado assentem cada vez mais a uma política de morte (MBEMBE, 2018). Existe tanto entre as iniciativas privadas e governos uma combinação trágica, onde a ideologia de mercado não quer um Estado Mínimo, vez que ela usa o Estado enquanto aparelho para pôr em curso uma verdadeira necropolítica (MBEMBE, 2018)²⁴⁵ predatória e criminosa.

²⁴⁴ O neoextrativismo é definido como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho. O fenômeno vem sendo associado a diferentes tensões, sejam ligadas ao baixo crescimento econômico de longo prazo, sejam associadas a impactos sociais e ambientais diversificados. (MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 119).

²⁴⁵ A obra *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*, do filósofo camaronês Achille Mbembe ganhou destaque na antropologia brasileira por meio de uma interpretação pontual do “Terceiro Mundo”. O autor se apoia na visão para as políticas da morte como uma macroestrutura produtiva em países colonizados, e seu funcionamento por meio da soberania que gerencia morte, apresentando assim, uma reflexão sobre o conceito de necropolítica realizada pelo Estado como “o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (2018, p. 5). Portanto, compreendemos que violência está ligada à estrutura que organiza as relações sociais, reproduzindo-se no cotidiano dos mais distintos grupos.

Figura 72 – Memorial aos atingidos (mortos) na barragem da Mina do Córrego do Feijão



Foto: Nilmar Lage, 2019.

E mais, imprescindível incluímos a correlação e a articulação da ideologia de mercado das mineradoras à dinâmica global da acumulação do capital, pois para o capital, pouco ou nada importa o setor e/ou ramo ou lugar da inversão, porque sua perspectiva enxerga apenas uma direção, ou seja, a taxa média de lucro que virá deste e/ou daquele setor e/ou ramo (aqui as mineradoras – *Samarco/Vale/BHP Billiton e Vale S.A.*), seja em Minas Gerais ou qualquer outro Estado do Brasil ou ainda qualquer país que foi rico em recursos minerais.

7 MARIANA/MG E BRUMADINHO/MG SE ENCONTRAM?

A experiência do ouro perdido em Minas Gerais – “ouro branco, ouro negro, ouro podre”, escreveu o poeta Manuel Bandeira -, como se sabe, não serviu para nada: o Brasil continua se desfazendo gratuitamente de suas fontes naturais de desenvolvimento. (GALEANO, 1994, p. 132).

O rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG quanto o rompimento da barragem da Mina do Córrego do feijão em Brumadinho/MG não foram situações acidentais ou simples desastres ambientais, mas o resultado de um modelo de gestão e de administração das atividades neoxtrativistas no Brasil e demais países periféricos, essencialmente na América Latina que assumem um extenso e crescente rol de crimes socioambientais com consequências visíveis e invisíveis, seja para as populações atingidas como para o meio ambiente, vez que não há como medir tanto as perdas materiais e tão pouco as imateriais e da natureza.

As motivações desses e de outros crimes socioambientais semelhantes, é intitulado por Ulrich Beck (1992) de “irresponsabilidade organizada” para anunciar de que forma os poderes públicos vem se submetendo a interesses privados que por sua vez utilizam tecnologias perigosas e intensivas em espaços de recursos naturais, fazendo com que acontecimentos como os mencionados não possam ser considerados desastres, mas crimes.

Este modelo de desenvolvimento coloca em risco a vida não só do meio ambiente, mas de toda a sociedade, para não dizer do planeta, seja por razões climáticas ou o colapso dos recursos vitais, como a água e o ar que respiramos. Trata-se do resultado indesejado das “soluções” econômicas e tecnológicas seguidas na atualidade, porém trazem riscos incalculáveis para a nossa segurança social, ambiental quanto ontológica, é chamado efeito bumerangue Ulrich Beck (1992).

A fala de Beck (1992) vai de encontro ao pensamento de Boaventura de Souza Santos (1989) quando esse segundo autor afirmou que a sociedade moderna foi pródiga em acumular muito conhecimento e muita técnica, mas pouco prudente em acumular sabedoria, recordando a *phronesis* aristotélica da arte do bem decidir. Sem olvidarmos da liberalidade entre fiscalizado (mineração) e fiscalizador (Estado) que converge para transformar esse procedimento numa condição de “jogo de compadres”.

E aí voltamos à indagação já mencionada outrora nestes escritos: Em que medida o acontecimento de Mariana/MG explica o ocorrido em Brumadinho/MG? Ou são dois crimes paradigmáticos?

Nossas pesquisas convergem para a compreensão de dois crimes socioambientais paradigmáticos, uma vez que nos caminhos percorridos vimos que cada um deles tem suas peculiaridades, apesar de carregarem cada um deles uma série de unidades que possuem traço(s) em comum e que podem se substituir mutuamente num determinado ponto da cadeia do discurso, modos de vida, saberes, culturas, identidades e tantos outros traços que ficaram sublimados somente nas observações de campo e não no diário de campo.

Segundo Martín-Barbero (2009) a globalização, tem uma estrutura econômica capitalista dimensionando uma proposta cultural pelo encanto tecnológico, sendo que esta se homogeneizou os estilos de vida ambicionáveis capazes de suprimir o regional, o local e nacional para algo defasado, suplantado ou de menor valor, congregando nesta dialética, conteúdos sociais a partir da cultura do espetáculo.

Para nos auxiliar nessa análise nos valemos dos estudos de Milton Santos (2001) que apresentam aportes sob a ótica da globalização e dos meios de comunicação. E tanto a “globalização” quanto os “meios de comunicação” são vocábulos inseridos e trabalhos durante a confecção de todo o texto, pois as mineradoras fazem parte das empresas transnacionais, que por sua vez pertence à globalização – não há fronteiras para as empresas se inserirem e os lucros não ficam nos países que aceitam as instalações das mesmas e ainda não geram empregos, como pregam. E as mídias comerciais – hegemônicas com maior ou menor participação convergem para a globalização, é o poder do capital ditando as regras. Na outra ponta os sujeitos, suas comunidades, os movimentos sociais e a mídia alternativa, comunitária contra hegemônica buscando combater as desigualdades, as vulnerabilidades causadas pelos poderes hegemônicos.

Deste modo, Santos (2001) caracteriza o mundo em três partes: I. A globalização como fábula, seria o mundo como nos fazem vê-lo, isto é, a percepção do encurtamento de distâncias, a visão da instantaneidade como algo que verdadeiramente nos informa, porém que ao mesmo tempo nos insinua a visão de um mundo homogêneo sem o aprofundamento de suas diferenças locais tão arraigadas. II. O mundo tal como ele é, ou a globalização como perversidade. Tal conceito explanado pelo autor nos apresenta a perversidade sistêmica da humanidade com um apoio descomedido aos comportamentos rivais que operam sobre as ações hegemônicas da sociedade. Estes dois mundos concebem a fragmentação de um discurso exclusivo na percepção de uma produção econômica com diversos efeitos nas visões históricas hodiernas, na cultura de massa e no mercado global. III. O mundo como ele pode ser. Outra globalização, isto é, aquele designado à produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa ou enorme relato, constituindo-se pela visão da enorme mistura de povos,

raças, culturas e gostos em detrimento do racionalismo eurocêntrico. A constatação da existência de uma universalidade empírica pelo homem.

O pai trabalha na mineração e quer que o filho trabalhe na mineração. Eu falo isso porque tem uma professora lá da roça que fez uma pesquisa com os alunos dela de 06 e 07 anos perguntou pra eles o que eles queriam ser quando crescesse? 90% (noventa por cento) falaram trabalhar na Vale. Daí a minha pergunta. Será que a Vale não chegou lá já com esse discurso para doutrinar desde pequeno? (Marino, atingido da barragem de Fundão).

Fato é que os discursos das mineradoras são reproduzidos a partir de processos institucionais materializados num jogo de linguagens e anunciados seja através dos crimes socioambientais ou por meio das mídias que talvez por muito tempo enganou muita gente, mas por todos os caminhos que percorremos na experiência de campo e ainda com todas as pessoas que indagavam sobre o corpus da pesquisa doutoral entendemos que tem surgido novas perspectivas para questões a serem desenvolvidas adiante, sobretudo sobre a importância de se promover intervenções críticas e socialmente evidenciadas pela cultura local, na busca pelo reconhecimento dos atingidos e no resgate da comunidade para o seu agir político, conseqüentemente para o exercício da cidadania comunicativa, conforme verificamos na ed. 43 (novembro/2019) do jornal *A Sirene – para não esquecer*.

Figura 73 - Recorte da matéria escrita por Marina Oliveira, moradora de Brumadinho/MG



Fonte: Jornal *A Sirene*.

Meu nome é Marina e eu sou mineira. Sou de Brumadinho. Eu fui criada romantizando o barulho do trem. Desde pequena, desenhava o trem que passava pela minha cidade. Eu chamo tudo o que é bom de “trem”. Eu fui

criada pra falar com orgulho do minério, do ferro e das coisas boas que eles me trouxeram. Eu nunca estranhei esses buracos nas montanhas e nas serras da minha cidade. O trem sempre chegou vazio e saiu cheio, sem trazer nada em troca. Me formei em Relações Internacionais na PUC-Minas, no dia 24 de janeiro de 2019. Meu sonho era trabalhar na Vale. No dia 25 de janeiro, às 12h28, eu vi a Vale matar rio, matar peixe e matar gente. Nesse dia, eu comecei a problematizar os impactos de uma mineração irresponsável, que coloca o lucro acima da vida. Eles soterraram 272 pessoas [sendo duas crianças nas barrigas de suas mães, não reconhecidas pela Vale], dezenas de casas, hortas, rio, animais, vegetações, culturas etc. Desde então, tenho atuado, contratada pela Arquidiocese de Belo Horizonte, como articuladora social das comunidades atingidas pelo crime. Meu trabalho é acompanhar as comunidades, identificar as demandas, dar os encaminhamentos possíveis e sangrar junto. Dezoito famílias ainda esperam encontrar os corpos de seus familiares para se despedirem. As buscas ainda não terminaram. Dezenas de agricultores atingidos não tiveram qualquer suporte até hoje. Muitas comunidades estão sem água por causa da contaminação dos rejeitos da barragem. O aumento da taxa de suicídio e o índice de depressão são reais. Enquanto isso, as mineradoras gastam milhões de reais em publicidade sem concluir as reparações, indenizações e compensações. Eles se preocupam apenas com a Bolsa de Valores. Eles não querem ser responsabilizados criminalmente pelo que fizeram, pois estariam criando parâmetros internacionais para crimes minerários. Eles querem continuar cometendo crimes com impunidade. Eles gostam de comprar e de controlar todo o território. É a primeira vez que eu vejo isso: o assassino que se senta à mesma mesa da vítima e ainda mostra como vai ser daqui pra frente. O Estado? Coitado. Preso na minério-dependência, não consegue sequer apoiar os(as) atingidos(as) de maneira justa. Em setembro deste ano, participei de um evento da ONU para falar de Brumadinho, no Chile. Lá, estava a representante da Vale, com seu traje social, falando sobre direitos humanos e sustentabilidade. Eles participam desses espaços para pegar o carimbo de responsabilidade social para continuar matando em outros lugares. A pergunta que eu me faço é: para quem devo gritar? Para o Estado? Para a Vale? Para a ONU? Quem vai nos ajudar? Os interesses financeiros envolvidos são muito poderosos. Quem dera existisse uma receita para a reconstrução de uma cidade. Eles estão acostumados a romper barragem: Mariana, Brumadinho... Mas uma cidade nunca estará pronta para se ver coberta de lama de rejeito. Eles chamam o que aconteceu de acidente, de evento. Evento, pra mim, é festa. Acidente, pra mim, é quando a gente se queima fritando ovo. O que aconteceu na minha cidade é um crime. Crime, porque houveram trocas de e-mails entre a chefia para relatar a instabilidade da barragem; porque eles pressionaram a empresa terceirizada a atestar o laudo de estabilidade; porque o refeitório e o prédio administrativo ficavam logo abaixo da barragem; porque as rotas de fugas assinaladas pelo relatório de risco produzido pela empresa estavam erradas. Ou seja, quem correu para os pontos que eram considerados seguros está, hoje, soterrado. Para quem gritar? Eu escolho gritar para vocês: jovens que serão os próximos engenheiros, advogados e deputados (talvez sejam os próximos atingidos também). Eu não acredito neles, mas eu acredito em vocês. Eu tenho o privilégio de viver a conversão real e profética, orientada pelo impacto de um crime contra as várias formas de vida. Espero que muitas outras pessoas possam também se converter. A gente não pode beber, comer e respirar minério. A gente pode mudar. É trabalho de gerações e gerações. Mas a gente pode. Porque, se eu aprendi que o “trem” é bom, daqui pra frente, eu vou ensinar que ele é ruim. E eu jamais, jamais, vou deixar de estranhar os

buracos que fizeram nas montanhas, na minha cidade e no meu coração. O trem é ruim. Ele levou nossas riquezas embora. Ele matou nosso rio. Ele levou nossos amigos à força. Ele destroçou nossa cidade. (Jornal *A Sirene*, ed. 43 – Novembro/2019, Marina Oliveira, moradora de Brumadinho e articuladora social da Arquidiocese de Belo Horizonte).

Tanto a fala de Marino quanto de Marina Oliveira, nos faz retomar a obra do sociólogo alemão Ulrich Beck (1992), “A sociedade de Risco”, que nos auxilia na análise das falas dos atingidos. Na sociedade de risco, os mesmos passam a ser globais. Todos, conseqüentemente, encontram-se suscetíveis aos riscos de modo igualitário e o amparo em relação aos mesmos é coletivo, e não individual. Fala-se em disposição da técnica, no que tange a análise do perigo, o medo passa a ser o produto da modernidade. E o autor faz uma pergunta: Como viver? A partir desta indagação ele sugere que busquemos uma nova ética por meio de um novo saber, de uma nova estrutura governamental com ingerência política na administração empresarial, sobretudo na garantia do direito à informação, para que seja instituída uma nova relação entre a sociedade e o meio ambiente. Enquanto a dominação do capital prevalecer acima da gestão e do planejamento territorial a histórica relação de poder continuará refletir sobre a atividade minerária.

8 NOTAS CONCLUSIVAS

O maior trem do mundo

Leva minha terra

Para a Alemanha

Leva minha terra

Para o Canadá

Leva minha terra

Para o Japão

O maior trem do mundo

Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel

Engatadas geminadas desembestadas

Leva meu tempo, minha infância, minha vida

Triturada em 163 vagões de minério e destruição

O maior trem do mundo

Transporta a coisa mínima do mundo

Meu coração itabirano

Lá vai o trem maior do mundo

Vai serpenteando, vai sumindo

E um dia, eu sei não voltará

Pois nem terra nem coração existem mais.

Carlos Drummond de Andrade

Os poemas de Drummond foram escolhidos para reflexão em alguns capítulos da tese, mas neste capítulo em especial no qual apresentamos nossas ponderações sobre as apreciações *dos processos epistêmico-metodológicos* da pesquisa é cogente trazer novamente os versos do poeta, para movimentar uma questão basilar a partir dos versos de “*O maior trem do mundo*”, porque Drummond quis ir muito além de *abordar suas raízes*²⁴⁶, *uma vez que fez uma crítica social e econômica, consentânea à exportação de minério. A terra levada para longe, tanto o minério extraído como o local onde se forma a raiz cultural e afetiva, que se perde, por não ter onde se prender.*

Dito isso fica a reflexão: As nossas escritas acadêmicas problematizam as contradições, os conflitos e as escalas dessa atividade extrativista de maneira crítica, sem

²⁴⁶ Drummond era mineiro, de Itabira/MG, onde nasceu a Companhia Vale do Rio Doce, hoje Vale S.A.

olvidarmos a condição de ser cidadão e de exercer a cidadania? Nossos atos de descodificar, decifrar, identificar, reconhecer, interpretar a escrita através dos textos e inquirições sobre o fato social transcendem os dados coletados, adjudicando comprazimento aos sujeitos da pesquisa? A história de vida dos sujeitos acomoda-se nas páginas da nossa investigação?

Os versos escritos por Drummond no poema supramencionado harmoniza-se com algumas premissas da *perspectiva transmetodológica* proposta por Maldonado (2013), como por exemplo, o *compromisso com a humanidade*, porque a pesquisa que não tem compromisso com (...) a vida, as culturas, as transformações sociais e o bem-estar do mundo, não caracteriza profundos sentidos éticos e filosóficos (MALDONADO, 2013, p.44). E o poema escolhido aprofunda a apreensão das análises que o poeta fez ao modelo de mineração territorializado em Itabira/MG e, por expansão, em Minas Gerais e no Brasil. Um modelo extrativo de minérios a céu aberto para exportação em grande escala e consumo global desigual, comprovando, portanto sua preocupação com o futuro e de certa forma o seu *compromisso com a humanidade*.

Assim, os versos de Drummond deixam cristalino que a atividade extrativa mineral, ocasionada pela transformação das “dádivas gratuitas da natureza” (Harvey, 2018) em mercadorias, exhibe a face mordaz do capital em busca de novos alcances de acumulação, como os crimes socioambientais causados tanto pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG pelas mineradoras *Samarco/Vale/BHP Billiton*, na bacia do rio Doce desaguando no mar do Espírito Santo e atingido até Abrolhos/BA, quanto o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho/MG praticado pela *Vale S.A.*

Tais crimes evidenciaram o caráter secularmente periférico do Brasil na divisão internacional do trabalho enquanto exportador de produtos primários como o minério de ferro. À vista disso, “a divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. O nosso território no mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos” (Galeano, 1994, p.10).

Esses acontecimentos apontou à sociedade brasileira o modelo de exploração mineral, predatório e criminoso, que vigora no Brasil desde o período colonial, que é alimentado por um sistema capitalista neoextrativista²⁴⁷ e periférico que saqueia as riquezas minerais finitas, destrói comunidades, modos de vida e o meio ambiente.

²⁴⁷ Ver item 4.5 do capítulo 4.

Os conflitos gerados pelos crimes socioambientais abarcam múltiplos sujeitos, como: os atingidos e suas comunidades que tiveram perdas materiais e imateriais irrecuperáveis; os danos ambientais sofridos; os técnicos e os políticos das esferas governamentais; os representantes *Samarco/Vale/BHP Billiton*; os representantes da *Vale S.A.*; as mídias e; os militantes dos movimentos sociais que lutam e resistem à maneira como as empresas de mineração realizam suas atividades no Brasil, empenhando-se na reivindicação pelos direitos dos atingidos dentre outros. Toda essa rede de sujeitos acarreta visões díspares com relação aos acontecimentos. Existe uma heterogeneidade de discursos em torno dos precedentes e dos andamentos dos rompimentos da barragem de Fundão e da barragem da Mina do Córrego do Feijão.

Todavia, o neoextrativismo que visa ao lucro a qualquer custo, além de causar danos à mãe terra e à vida dos sujeitos de comunidades inteiras, tem sua base na relação de poder que se estabelece através do financiamento empresarial das campanhas eleitorais, na falta de políticas de apoio à diversidade produtiva e na flexibilização da legislação e dos processos de licenciamento ambiental, por exemplo. Sob tal ponto de vista, é imprescindível que os políticos eleitos democraticamente constituam em verdadeiros representantes do povo e lutem pela melhoria da qualidade de vida dos sujeitos e não do lucro advindo da mineração, que integra o capitalismo periférico.

O que se tem compreendido, entretanto, é que o caminho adotado pelo Estado brasileiro em referência às empresas mineradoras tem ido à contramão de tudo o que está descrito na Constituição/1988, principalmente no que tange ao art. 5º da referida norma. De mais a mais o Estado não tem exercido seu papel de regulador/fiscalizador da atividade econômica e protetor do meio ambiente. Diversamente, denotamos que existe uma contribuição para que as empresas privadas, com maioria de capital estrangeiro, desfrutem de nossas riquezas sem nenhum ônus, que tem incidido apenas em cima da população, uma vez que a falta de espaços em que seja aprofundado o debate entre comunidade/Estado/empresa contribui para uma sociedade escravizada e desigual, e o tão almejado desenvolvimento nacional, como prediz o texto constitucional fica a margem de tudo, como no caso do rompimento das duas barragens tanto de Mariana/MG quanto de Brumadinho/MG.

Por tudo já relatado nessas linhas iniciais dessa síntese analítica, é importante advertir que a pesquisa não terminou com essa tese. Os rompimentos das barragens de Fundão e da Mina do Córrego do Feijão acenderam inúmeras inquietações, questionamentos, coberturas jornalísticas, dúvidas que geraram algumas investigações como esta que aproxima a suas

laudas finais. Fim, sem embargo, que avaliamos não existir, porque um resultado acabado, cerrado, um ponto final não há.

Com a comunicação constituída entre as mais distintas áreas do conhecimento, conseguimos avaliar e examinar as premissas apresentadas inicialmente no bloco de ideias para as indagações e aprofundamento da nossa pergunta central e confirmamos através das histórias de vida de alguns atingidos e atingidas dos crimes tanto de Mariana/MG quanto de Brumadinho/MG, que ocorreram violações ao exercício e constituição da cidadania comunicativa. Contudo, os processos comunicacionais demonstraram que os *sujeitos comunicantes* atingidos têm resistido e lutado para alcançar os usos, apropriações e produções.

Tanto é que as caminhadas que ocorreram por meio da coleta de campo evidenciaram fragilidades, mas a luta desses *sujeitos comunicantes* é por não se cercear a elas é por ser mais, por ter direito a mais, por requerer e exigir uma justiça que pondere maneiras de vida compreensíveis dentro das circunstâncias em que vivem, no qual mineradoras e o poder político econômico hegemônico só os abona como corpos matáveis.

Já as consequências dos dois rompimentos ainda permanecerão por décadas. Todavia, pode-se afirmar que sobreveio sobre os sujeitos foi o extermínio dos seus modos de vida, das suas identidades, das suas culturas, das suas ancestralidades, foi à aniquilação de toda uma história. A conclusão inicial é a de que a *Samarco/Vale BHP Billiton* em Mariana/MG e *Vale S.A.* em Brumadinho/MG, foram às causadoras dos crimes socioambientais, exatamente por ter atividade de risco intrínseca às suas atuações empresariais. Deste modo, o que concretamente há é aquilo que foi dito pelos atingidos e pelas atingidas quando estivemos em campo e está sistematizado nas páginas anteriores que estão exteriorizadas no capítulo 6.

O campo, simbolizado pela dor, ditou o tom da comunicação. As histórias de vida, regidas pelo discurso oral, confirmaram o sentimento dos atingidos e das atingidas em relação aos crimes praticados pelas mineradoras. Entretanto, percebemos um empoderamento próprio, na busca pela luta da preservação da memória e também as conquistas que vieram por meio da resistência, pois as falas dos sujeitos revelam, em verdade, o exercício efetivo de cidadania.

A importância e o desdobramento da visão dos acontecimentos por meio das histórias de vida contêm uma veracidade de uma proposição: quem descreve uma história descreve não somente seu ponto de vista, mas a descreve dentro de um argumento. Nessa lógica, para obter os objetivos esboçados nesta tese, foi fundamental analisar o discurso dos sujeitos atingidos e

ainda os discursos proferidos pelos meios de comunicação, pelas empresas mineradoras e pelas instituições que compõem o poder público.

Nesse diapasão, as matérias jornalísticas analisadas – *Folha de São Paulo*, *Estado de Minas*, *BBC Brasil*, *Brasil de Fato*, *A Sirene*, *Lampião* e *Revista Curinga*, bem como as *fanpage* oficiais das empresas – jornais com a comunidade (*Renova*) e Redescobridores (*Vale S.A.*), as redes sociais – *Samarco* e *EU LUTO – Brumadinho Vive*, ou vídeos institucionais – Ricardo Vescovi (*Samarco/Vale/BHP Billiton*) e Fábio Schvartsman (*Vale S.A.*), assim como os relatos da população atingida, coletados nas experiências, caminhadas e no diário de campo, explicitados no decorrer da escrita, apontam as relações de poder e as tensões e disputas no território não só no momento imediato aos rompimentos como também perduram devido os desdobramentos que continuam em curso.

As disputas no território puderam ser comprovadas a partir das reflexões de Milton Santos, porque esse autor traz a complexidade da globalização e a problematização da cidadania que, como processo, vai ser atravessada por divergências também, especialmente num cenário de crise de cidadania representativa no mundo. Na compreensão de espaço de Santos, o território é vivido, ele se associa a um conjunto intrínseco de objetos e ações, uma vez que existe um valor do sujeito no processo identitário que traspassa, e a cidadania vem anterior a economia. Há uma vivência relacional do lugar.

O mesmo autor fala da distribuição desigual de informação e de tecnologia. Entendemos que o grande desafio dos *sujeitos comunicantes* atingidos é exatamente erigir uma comunicação que transcorra por essa reterritorialização, recusando a desterritorialização que o sistema capitalista e minerário persiste em infligir. Isto porque as mineradoras salientam o consumo em lugar da cidadania. Negligenciam direitos pois a elas zelam por privilégios.(SANTOS, 1985, 2001, 2004, 2006).

Ademais percebemos que a cobertura da mídia alternativa sobre o rompimento da Mina do Córrego do Feijão em 2019 sustentou conexão com o rompimento da barragem de Fundão de 2015 e, cooperou para a construção de uma memória coletiva sobre um passado recente ao reatualizar as histórias daqueles que suportaram os efeitos do descaso das mineradoras e autoridades políticas para com os sujeitos e com o meio ambiente, como, por exemplo, a matéria do jornal *A Sirene* que trouxe em duas das suas edições a pergunta: Quem foi sua sirene? Num primeiro momento tal matéria estava relacionada aos atingidos da barragem de Fundão, já no segundo, dizia a respeito da queda da barragem de Brumadinho/MG. Além disso, o jornal concentrou e submergiu os atingidos em uma via de

resistência às informações consideradas distorcidas da mídia e da *Samarco/Vale/BHP Billiton* para ainda ser uma fonte alternativa e autônoma dos outros discursos.

Ainda sobre as notícias divulgadas nos jornais analisados verificamos que a mídia hegemônica prezou por uma cobertura imediatista dos acontecimentos, e que quando não há mais novidade, as consequências não merecem ser mais relatada com frequência. A invisibilidade dos atingidos pelos jornais hegemônicos é compreendida a partir da angulação ambiental, um discurso que debate mais o alcance dos danos ambientais, pois nas matérias analisadas dos dados levantados vislumbramos mais argumentos técnicos dos especialistas, informações das mineradoras sobre as ações que seriam realizadas nas áreas atingidas e depoimentos de políticos sobre as questões que tangenciam os licenciamentos ambientais.

Já sobre os discursos das empresas mineradoras, percebemos que elas trabalham o campo midiático por meio das estratégias organizacionais, isso tanto a *Samarco/Vale/BHP Billiton* como a *Vale S.A.* Logo, foi razoável entender, que é da natureza das empresas mineradoras envolvidas em conflitos socioambientais que a comunicação seja discutida como um campo estratégico e muito, além disso, que o registro dos atos e atividades ajuda a acarear possíveis reivindicações sociais. Por essa razão, qualquer evento público a respeito de uma empresa que tenha impacto ambiental e social antes de sua instalação ou após um crime é documentado para que as organizações fiquem municiadas para a necessidade de um respaldo jurídico.

A resistência dos atingidos em criar órgãos paralelos (como o jornal *A Sirene, EU LUTO Brumadinho vive*) e equipes técnicas fora as mineradoras também é uma estratégia para assinalar os equívocos e excessos que, de outro ponto de vista, passariam despercebidos, porque há uma linguagem e um discurso distante da concepção de todos os envolvidos, a iniciar pela linguagem técnica e legislativa até chegar à linguagem jurídica.

É necessário assinalar, no entanto, que ao partir das reflexões de Fairclough (2001), o discurso colabora para a constituição de identidades dos sujeitos sociais e coopera na relação social entre os cidadãos e na construção de sistemas de conhecimento e crença, harmonizando-se às funções identitária, relacional e ideacional da linguagem que interatuam no discurso num todo. As ideias e compreensões de padrões e crenças são estabelecidas no discurso, mas objetificadas em instituições e aprendizados.

Igualmente, a composição discursiva da sociedade não deriva de um jogo aberto de ideias nas cabeças dos sujeitos, mas de uma prática social que está inabalavelmente radicada em composições materiais, reais, dirigindo-se para elas. Segundo Fairclough (2001), o discurso como prática política forma, alimenta e decompõe as relações de poder e as

instituições coletivas, como por exemplo, os blocos, as comunidades e os grupos entre as quais têm relações de poder. “O discurso como prática ideológica constituiu, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

Com efeito, o modo como se funda essa relação de poder sobre o território e sobre os atingidos e como são conduzidas as informações em contextos de acontecimentos como esses em tela determina a mediação dos conflitos entre os vários sujeitos envolvidos, recomendando processos de negociação pacífica que robustecem os poderes dos grupos dominantes, no caso as mineradoras e governos, causando certa limitação na autonomia dos sujeitos atingidos.

É nítido que a mediação de conflitos instituída a contar do protagonismo das mineradoras responsáveis pelos crimes socioambientais idealiza processos hierárquicos que propendem à diminuição de perdas da empresa em detrimento à garantia de direitos básicos aos atingidos. As práticas das mineradoras têm sido a individualização da dissolução de problemas, diversamente dos movimentos sociais constituídos de base popular, como por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, em que a negociação coletiva é a coluna dorsal da aquisição dos direitos, vez que coletivamente é possível unir forças e somar a pressão social dos atingidos na negociação com as empresas de atividade mineradora.

Já em relação às histórias de resistências dos *sujeitos comunicantes* atingidos, seguimos nossas reflexões no sentido de que em nossa sociedade, o exercício da cidadania não se trata de aprendizagem, mas uma construção diária, de luta por condições de vida, trabalho e educação, entre outros. De tal modo, que o *sujeito comunicante* atingido, é ao mesmo tempo domínio e dominador das suas práticas comunicativas, e através delas estabelece suas visões universais e, ainda, atua na construção social da realidade das comunidades as quais pertencem.

Sobre as histórias/relatos escutados/contados, em todas as caminhadas, verificamos que exprimiam as memórias originadas das experiências de cada um(a) daqueles(as) atingidos (as) vinculados (as) a conjuntura de suas vidas, práticas culturais, identidades, saberes, fé e devoção. Destarte, as recordações são ensaios do passado que se materializaram por meio das histórias. E como somos seres sociais não podemos apartar a história individual da coletiva.

Ao contar sua história de vida, esses sujeitos discursavam sobre si mesmo, numa analogia em que não se separa aquilo que se vive daquilo que se é. Nessa continuidade, a construção da memória coletiva bem como a construção da identidade cultural são processos conectados as particularidades que cada sujeito traz de si e da comunidade.

Num desafio de tentar compreender toda a diversidade trazida pelos atingidos através de suas lutas e resistências, as escutas atentas sempre eram importantíssimas, porquanto, ao passo que as narrativas/discursos iam aparecendo, em conjunto com as leituras teóricas que fundamentaram esta tese, vigoravam as representações, saberes, significações, aprendizados, práticas culturais e sociais das comunidades atingidas. De acordo com Halbwachs (2003) a memória não se alimenta na história dos livros contados nas escolas, pois a memória constitui a história vivida.

É importante ressaltar, a relação íntima das comunidades com a natureza, a mãe terra, os rios e o mar. Esses elementos fazem parte de seus modos de vida, para muitos dos atingidos, são como uma divindade. Por meio dessas relações percebemos que os crimes ambientais provocaram instabilidades emocionais nas estruturas sociais das comunidades, porque os atingidos na sua maioria são agricultores de subsistência, pescadores, garimpeiros, sitiantes, surfistas, ou seja, dependem da terra e da água para viverem. Por isso, muitos atingidos entraram num estado de tristeza profunda, adoecimentos, suicídios e mortes por depressão.

Neste contexto de violação dos direitos fundamentais, os movimentos sociais se colocam e se organizam como alternativas que trabalham junto das coletividades que vivenciam de modo ordinário as violências do sistema de produção capitalista nos países periféricos. Seja na luta pelos direitos, acesso e cidadania, ou na luta revolucionária pelo poder, agregando setores progressistas da sociedade, laboram enquanto espaço de expressão da luta de classes e disputa do Estado. Reconhecer-se enquanto atingido neste conjunto, foi um porta para a construção de uma identidade de resistência (CASTELLS, 2001), sobrevivendo à importância de si mesmo enquanto sujeitos de direitos.

Apesar das violações seguirem vigentes, quando organizados coletivamente, os atingidos disseram que se sentem estimulados e encorajados, motivando conquistas objetivas nos territórios, a exemplo da assessoria técnica²⁴⁸ em Barra Longa e em Brumadinho para os atingidos, da inclusão de sujeitos que estavam excluídos das listas oficiais de atingidos e as denúncias na ONU, OIT, universidades, fóruns e eventos, dos maiores crimes socioambientais da história brasileira.

Embora da lama tenha surgido o luto, mas do luto veio à luta e a resistência que concebeu novos sujeitos que, a despeito de assinalados pelo dor estão comprometidos na

²⁴⁸ Ainda têm vários municípios que não alcançaram a assistência da assessoria técnica apesar de todos já terem escolhido através de plenárias seus representantes para atuarem junto a Renova na reparação dos danos. Tal questão ainda é um imbróglio devido aos processos terem ido todos para a 12ª Vara Cível em Belo Horizonte e o magistrado estar segurando o despacho para publicação dos editais para contratação das assessorias.

mudança do amanhã. A Luta e a resistência são instrumentos políticos que faz nascer à cidadania, impulsionando o resgate do restabelecimento comunitário, do mesmo modo que o fortalecimento psicossocial e participação enquanto sujeito no exercício da cidadania comunicativa.

Por fim, trazemos uma recomendação para a *Samarco/Vale/BHP Billiton e Vale S.A* através do fragmento de um diálogo de Polônio com seu filho Laertes em *Hamlet*, escrita por Shakespeare:

[...] Ainda aqui, Laertes? Para bordo! O vento se acha a tergo de tua vela; já te reclamam. Vai com a minha bênção, e grava na memória estes preceitos: Não dês língua aos teus próprios pensamentos, nem corpo aos que não forem convenientes.

Sê lhano (*simpático), mas evita abastardares-te (*corromper-se).

O amigo comprovado, prende-o firme no coração com vínculos de ferro, mas a mão não calejes com saudares a todo instante amigos novos.

Foge de entrar em briga; mas, brigando, acaso, faze o competidor temer-te sempre.

A todos, teu ouvido; a voz, a poucos; ouve opiniões, mas forma juízo próprio.

Conforme a bolsa, assim tenhas a roupa: sem fantasia; rica, mas discreta, que o traje às vezes o homem denuncia.

Não emprestes nem peças emprestado; que emprestar é perder dinheiro e amigo, e o oposto embota o fio à economia.

Mas, sobretudo, sê a ti próprio fiel; segue-se disso, como o dia à noite, que a ninguém poderás jamais ser falso.

Abstraiam da indiferença e insensibilidade execrável que os encobrem. Não se curvem aos sortilégios da cobiça, porém as pretensões puras dos sujeitos. Caso tenha que lutar, lute. Contudo, que seja, continuamente, em favor dos seres humanos. Constituam-se nas suas inteirezas e não apenas pelo meio. Desempenhe, com exatidão, os cuidados com a mãe terra, busque restituir o que foi soterrado pelas lamas. Temporizem suas visões para as angústias dos atingidos. Decomponham os diálogos ensoberbecidos das imagens de si próprios em políticas públicas. Façam as reparações integrais e se despeçam da renúncia ou desistência de um dever ou de um direito. E, se perseguirem os conselhos de Polônio, dia após dia, certamente alcançarão a função social que lhes salteias, porque evitarão adjetivos pejorativos como, por exemplo, assassina.

REFERÊNCIAS

- ABM Brasil. **As primeiras usinas para trabalhar ferro e aço**. Disponível em: <http://www.abmbrasil.com.br/quem-somos/historico/>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do Lago. A economia brasileira no Império, 1822-1889. **Texto para Discussão**, n. 584. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Economia, 2010.
- ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.
- ACSELRAD, Henry; BEZERRA, Gustavo das Neves. Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina. *In*: ZHOURI, Andrea; LASCHESFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010.
- AÇUCAREIRA VS Mineração. **Blog da história**. Disponível em: http://blogdahistoriaeedrc.blogspot.com.br/2014_03_01_archive.html. Acesso em: 15 mar. 2019.
- ADORNO. Theodor Wiesengrund. **Educação e emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALAYZA, Rosa. ¿Conflictos sociales tierra de nadie o tierra de muchos? **Em Coyuntura – análisis económico y social de actualidad**, año 5, n°. 24. Lima: Perú, 2009.
- ALIER, Juan Martinez. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- AMARAL, Márcia Franz Amaral. **Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes**. *In*: LÍBERO – São Paulo – v. 18, n. 36, p 43-54, jul./dez. de 2015.
- ANTES fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton. *In*: GONÇALVES, Ricardo; PINTO, Raquel Giffoni; WANDERLEY, Luiz Jardim. **Capítulo 4. Conflitos ambientais e pilhagem dos territórios na Bacia do Rio Doce**. Editorial iGuana, 2016.
- ASTE, Juan Ismael. **Perú: expansión minera y desarrollo sostenible em Economía y sociedade**. CIES, 2007.
- AUGÉ, M. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papyrus, 1994.
- AUTORIDAD NACIONAL DE LICENCIAS AMBIENTALES – ANLA. Bogotá, 2015. Disponível em: <http://www.anla.gov.co/contenido/contenido.aspx?catID=1373&conID=8044>. Acesso em: 22 set. 2019.
- AUTY, Richard; WARHURST, Amy. Sustainable development in mineral exporting economies. **Resources Policy**, v. 19, p. 14-29, 1993.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e Estado no Brasil**: da autonomia à interdependência política. In: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro 2012.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 1996.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

BACHELARD, Gaston. **O racionalismo aplicado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia a linguagem**: estética da criação verbal. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BARRETO, Maria Laura. **Mineração e desenvolvimento sustentável**: desafios para o Brasil. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2001. Disponível em: <http://pubs.iied.org/pdfs/G00580.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BBC BRASIL. **Brumadinho**: ‘Desastre deve ser investigado como crime’, diz ONU. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47027437>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BECK, Ulrich. **Risk society. Towards a new modernity**. Londres: Sage Publications, 1992.

BECK, Ulrich. **Ecological politics in an age of risk**. Cambridge: Polity Press, 1995a.

BECK, Ulrich. **Ecological enlightenment. Essays on the politics of the risk society**. New Jersey: Humanities Press, 1995b.

BEDOYA GARCÍA, César. Minería y escenarios conflictivos. **Coyuntura – análisis económico y social de actualidad**, año 3, nº 14, Lima – Perú, 2007.

BENAVIDES, Juan. *et al.* **Impacto de las regalías en la inversión de las entidades territoriales**. Bogotá: Fedesarrollo, 2000.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Tradução Zuleide Alves Cardoso Cavalcante, Denise Maria G. Lavallé. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BICALHO, Charlene Sales. **Além da superfície**: impactos do desenvolvimento na pesca artesanal de Regência Augusta - ES. 2012. 109 f. Dissertação (mestrado em Administração) Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – Programa de Pós-Graduação em Administração, Vitória, ES, 2012.

BOLADOS GARCIA, Paola. Los conflictos etnoambientales de "Pampa Colorada" y "El Tatio" En El Salar de Atacama, Norte de Chile: Procesos Étnicos En Un Contexto Minero Y Turístico Transnacional. **Estud. atacam.**, San Pedro de Atacama , n. 48, p. 228-248, nov. 2014. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-10432014000200015&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 21 nov. 2020.

BOLADOS, Paola; BABIDGE, Sally. 2016. Ritualidade e extrativismo. A limpeza de canais e as disputas pela água no salar de Atacama-norte do Chile. **Atacameños Studies Magazine**, 54: 201-206. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0718-10432016005000026>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BONGIOVANNI, Luiz Antonio. **Estado, burocracia e mineração no Brasil (1930-1945)**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Unicamp, Instituto de Geociências, 1994. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286948>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BONIN, Jiani Adriana. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, E. *et al.* **Metodologia de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

BONIN, Jiani Adriana. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. IN: ROSARIO, Nisia Martins; Bonin, Jiani Adriana. **Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013.

BONIN, Jiani Adriana. Problemáticas metodológicas relativas à pesquisa de recepção/produção midiática. In: MALDONADO, A. E. (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. Salamanca: Comunicación Social, 2014.

BONIN, Jiani Adriana. Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas. In: Claudia Peixoto de Moura; Maria Immacolata Vassalo de Lopes. (Org.). **Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. 1ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. v. p. 213-231.

BORGES, Glauco Cezar. A Serra da Moeda: formação social e caracterização do meio natural. In: **Serra da Moeda: Recursos hídricos e biodiversidade para gestão ambiental** - Institutos de Estudos pró-Cidadania - PRO CITTÀ - Belo Horizonte, 2012.

BORGES, Sabrina Rafaela Pereira; MEDEIROS, Cíntia Rodrigues de Oliveira. Crimes corporativos no Brasil: uma análise de grandes empresas no estado de Minas Gerais. **Rev. Ciênc. Admin.**, Fortaleza, v. 20, n. 2, p. 452-479, jul./dez. 2014.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSSI, Dário *et al.* Reféns da riqueza de nossa terra: os impactos da mineração sobre as comunidades. In: **Conflitos no campo - Brasil**, p. 65-74, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Bossi-2010-Ref%C3%A9ns-da-riqueza-de-nossa-terra.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In*: ORTIZ, R. (org). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155. (Grandes Cientistas Sociais, n.39).

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. Tradução Sergio Miceli, Mary Amazonas Leite de Barros, Afrânio Catani, Denice Barbara Catani, Paula Montero José Carlos Durand. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

BOWKER ASSOCIATES. **Samarco Dam Failure Largest by Far in Recorded History**. Disponível em: <https://lindsaynewlandbowker.wordpress.com/2015/12/12/samarco-dam-failure-largest-by-far-in-recorded-history/>. Acesso em: 01 jun. 2018.

BRASIL. [Constituição (1088)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 02 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008**. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6514compilado.htm. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 23.979, de 08 de março de 1934**. Extingue no Ministério da Agricultura a Diretoria Geral de Pesquisas Científicas, criada, pelo decreto nº 22.338, de 11 de janeiro de 1933. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23979-8-marco-1934-499088-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 62.934, de 2 de julho de 1968**. Aprova o Regulamento do Código de Mineração. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62934.htm. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989**. Dispõe sobre a regulamentação do Artigo 2º, inciso VIII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97632.htm. Acesso em: 30 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967**. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0227compilado.htm. Acesso em: 02 jun. 2018.

BRASIL. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Brasília, DF: Presidência da República, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em: 28 jun. 2018.

BRASIL. **Lei 7.805, de 18 de julho de 1989**. Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7805.htm. Acesso em: 13 ago. 2018.

BRASIL. **Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989**. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7805.htm. Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL. **Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL. **Lei 12.334, de 20 de setembro de 2010**. Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12334.htm. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional da Mineração 2030 (PNM – 2030)**. Brasília: MME, 2010. Disponível em: http://portaldamineracao.com.br/wp-content/uploads/2018/07/pnm_2030.pdf. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Recomendação Conjunta nº 10, de 26 de março de 2018**. Disponível em: www.mpf.mp.br/mg/sala-deimprensa/docs/recomendacao-conjunta-mpf-fundacao-renova. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL. Ministério Público Federal; Ministério Público do Estado de Minas Gerais. **Parecer nº 279/2018/SPPEA**. Avaliação participativa da minuta do Termo de Ajustamento de Conduta sobre a Governança (TAC-Governança), do processo de reparação e recuperação dos danos decorrentes do rompimento de barragens de rejeitos das Mineradoras Samarco, BHP e Vale em Mariana. Minas Gerais, 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/casomariana/documentos/parecer-no-279-2018>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise. **PGR-00150655/2018**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/documentos/parecer-no-279-2018>. Acessado em 29 jul. 2018.

BRAVIN, Adriana; BORGES, Priscila Monteiro. **Lampião ilumina a cidade: cotidiano, conflito e aprendizado à luz do “olhar estrangeiro”** em um jornal-laboratório. Disponível em: <http://www.fnnpj.org.br/soac/ocs/viewpaper.php?id=846&cf=24>. Acesso em: 10 maio 2019.

BRACO ALARCÓN, Fernando Augusto. Comunidades y minería ¿escalada de conflictos? **Em Coyuntura – análisis económico y social de actualidad**, Año 1, N° 1. Lima – Perú, 2005.

BRITTES, Juçara. **A sirene e o direito à comunicação dos atingidos pela lama**. In: XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. São Paulo: Intercom, 2016.

BURGH, Hugo de (org.). **Jornalismo investigativo: contexto e prática**. São Paulo: Roca, 2008.

CAMARGO, Cylene Oliveira Santos Ferraz de Arruda. **O município de Mariana: cidade integra o circuito de cidades históricas de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/01/17/o-municipio-de-mariana>. Acesso em: 04 jun. 2018.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2008.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EDIUSP, 1997.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Memória em Rede**, Pelotas, v.1, n.1, p. 43-58, 2009. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/54/53>. Acesso em: 2 jul. 2019.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARLI, Vilma Maria Inocêncio. **A obrigação legal de preservar o meio ambiente**. Campinas: ME Editora, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade**. Tradução de Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE – CEPAL. Centro de Desenvolvimento Sustentável. **Repositório Digital**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br>. Acesso em: 29 jun. 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity. Rethinking critical discourse analysis**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

COELHO, Celia Nunes; CUNHA, Luis Henrique; WANDERLEY, Luiz jardim de Moraes. Conflitos em áreas de mineração na Amazônia: os casos dos quilombolas e dos moradores de beiras de lagos, dos canais fluviais e de estradas em Oriximiná. *In*: ZHOURI, Andrea; LASCHESFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010.

COLOMBIA. Decreto nº 1728 de 06 de agosto de 2002, derogado por el art. 29, decreto Nacional 1180 de 2003. Por el cual se reglamenta el Título VIII de la Ley 99 de 1993 sobre la Licencia Ambiental. **Diario Oficial**, Bogotá, nº 44893, 07 ago. 2002. Disponível em: https://www.icbf.gov.co/cargues/avance/docs/decreto_1728_2002.htm. Acesso em: 29 jul. 2018.

COLOMBIA. **Ley nº 963 de 2005**. Por la cual se instaura una ley de estabilidad jurídica para los inversionistas en Colombia. República de Colombia - Gobierno Nacional, Bogotá, 8 jul. 2005.

COMEX STAT. Portal para acesso gratuito às estatísticas de comércio exterior do Brasil. **Crie consultas detalhadas das exportações e importações brasileiras com as diversas variáveis da base de dados estatísticos**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 29 jun. 2018.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA – CEPAL. **Estudio económico de América Latina y el Caribe**. Santiago, 2012. Disponível em: https://www.cepal.org/es/publications/list/field_publication_type/8068/field_publication_type/8122/field_publication_type/8130?search_fulltext=. Acesso em: 14 jun. 2018.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA – CEPAL. **Inversión extranjera directa**. Santiago, 2015. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/temas/inversion-extranjera-directa>. Acesso em: 14 jun. 2018.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. A Crise Global Contemporânea. Debatedores Boaventura de Sousa Santos e Fábio Konder Comparato. Debate na Escola de Governo de São Paulo, no dia 28 out. 2015. **Youtube**. 2:24:00. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p6a-Su-aUiI>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CONFLICTOS MINEROS EN AMÉRICA LATINA: EXTRACCIÓN, SAQUEO Y AGRESIÓN Estado de situación en 2017. Textos de: Equipo de Investigación “Modelos de Desarrollo y Políticas Energéticas”; Investigadoras docentes del Área de Sociología, ICI - UNGS-Argentina; Colectivo CASA - Bolivia; Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales, OLCA - Chile; CENSAT Agua Viva / Amigos de la Tierra - Colombia; Centro Alexander Von Humboldt - Nicaragua; Colectivo Voces Ecológicas COVEC - Radio Temblor - Panamá; Cooperación, Perú. Edición: Equipo OCMAL Alejandra Díaz César Padilla Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina, OCMAL PERU.

CORREIA, Rogério; MAGALHÃES, João. Comissão Extraordinária das Barragens. **Relatório Final**. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Disponível em: https://www.almg.gov.br/export/sites/default/atividade_parlamentar/comissoes/extraordinaria/docs/relatorio-final-comissao-barragens-versao-discussao.pdf. Acesso em: 30 maio 2018.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. Trad. de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

CORTINA, Adela. **Ética mínima**: introdução à filosofia prática. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CUENCA BERGER, Lucio; LÓPEZ PONCE, María Paz. **Informe sobre ingreso abusivo de proyectos al SEIA en tiempos de Pandemia**: (actualizado al 31 de mayo) Disponível em: <http://olca.cl/oqa/informes/Informe-sobre-ingreso-abusivo-de-proyectos-al-SEIA-en-tiempos-de-Pandemia.pdf>. Acesso 18 jul. 2020.

CUNHA, Belinda Pereira da. AUGUSTIN, Sergio. **Sustentabilidade ambiental**: estudos jurídicos e sociais. Disponível em: https://www.uces.br/site/midia/arquivos/Sustentabilidade_ambiental_ebook.pdf. Acesso em: 03 jun. 2018.

DAMONTE, G. El modelo extractivo peruano: discursos, políticas y la reproducción de desigualdades sociales. *In*: GOBEL, B.; ULLOA, A. (org.). **Extractivismo minero em Colombia y América Latina**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2014.

DAVIES, M.; MARTIN, T. Mining Market Cycles and Tailings Dam Incidents. *In*: **Proceedings of 13th International Conference on Tailings and Mine Waste**. Banff, AB, 2009.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1988.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN – DNP. **Boletín Regalías al día**. Bogotá, 2009. <https://www.sgr.gov.co/LinkClick.aspx?fileticket=KHqouj9NhRs%3D&ta>. Acesso em: 19 ago. 2018.

DIARIO CORREO. **El diario de todos**. Disponível em: <https://www.diariocorreo.com.ec/>. Acesso em: 19 ago. 2018.

DIMENSTEIM, Gilberto. **O cidadão de papel – prêmio**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro**: a origem do “mito da modernidade”. Petrópolis: Vozes, 1993.

ECKHARDT, Karen *et al.* **Empresas mineras y población**: estrategias de comunicación y relacionamiento. Lima: Ed. da Universidad ESAN, 2009. p. 180. (Serie Gerencia para el

Desarrollo, 11). Disponível em: <https://www.esan.edu.pe/publicaciones/2011/02/25/mineria-y-poblacion.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva **Maldição ou dádiva?: os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira**. 2007. Tese de Doutorado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias**. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERNANDES, Francisco Rego Chaves; LIMA, Maria Helena Machado Rocha; TEIXEIRA, Nilo da Silva. **Grandes minas e comunidade: algumas questões conceituais**. Rio de Janeiro, CETEM/MCTI, 2007.

FERREIRA, Bárbara. Minas Gerais vira ‘refém’ da mineração em relação perigosa: Estado se desenvolveu a partir da atividade, mas especialistas criticam total dependência do setor. **O Tempo**, 06/12/2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/minas-gerais-vira-refem-da-mineracao-em-relacao-perigosa-1.1185431>. Acesso em: 19 jul. 2018.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Mineração no Brasil: aspectos técnicos e científicos de suas história na Colônia e no Império (séculos XVIII-XIX). **América Latina en la Historia Económica**, v. 1, n. 1, p. 41-55, 1994.

FOLETTI, Rafael. **Desafios teóricos da pesquisa com sujeitos comunicantes: a contribuição da noção de cidadania comunicativa**. Chasqui. Revista latinoamericana de comunicación, n. 131, 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Voluntary Guidelines for Securing Sustainable Small-Scale Fisheries in the Context of Food Security and Poverty Eradication**. Rome: FAO, 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/inland-fisheries/resources/detail/en/c/1113627/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANÇA, Vera Veiga. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. *In*: FRANÇA, Vera; GUIMARÃES, César. **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 39-51.

FRANÇA, Vera Veiga. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**, [S.l.], n. 10, sep. 2013. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/3705>. Acesso em: 02 nov. 2019.

FREIRE, Mônica Bahia Galante. **A atividade minerária na efetivação da sustentabilidade através da solidariedade intergeracional e do fechamento de mina**. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise II). In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (vol. 12, p. 191-203). Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Trabalho original publicado em 1914).

FUNDAÇÃO RENOVA. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/>. Acesso em: 15 jun. 2018.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta**. Brasília, 02 mar. 2016a. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf> Acesso em: 02 jun. 2018.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 1994.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GIDDENS, Anthony. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. In: MILIBAND, David. **Reinventando a esquerda**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

GIDDENS, Anthony. **The consequences of modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=SVmkJEwWGwAC&pg=PT51&lpg=PT51&dq>. Acesso em: 13 fev. 2018.

GÖBEL, Barbara; ULLOA, Astrid (ed.). **Extratativismo mineiro na Colômbia e América Latina**. Bogotá: Biblioteca Aberta da Coleção Geral, 2014.

GÖBEL, Barbara. Mineração de lítio na Puna de Atacama: interdependências transregionais e disputas locais. **Iberoamericana**, año 13, nº 49, marzo de 2013. pp. 135-149 (15 pages). Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24369447>. Acesso em: 13 fev. 2018.

GÖBEL, Barbara. "Mineração de lítio em Atacama: disputas sociais em torno de um novo mineral estratégico". In: GÖBEL, Barbara; ULLOA, Astrid (ed.). **Extratativismo mineiro na Colômbia e América Latina**. Bogotá: Biblioteca Aberta da Coleção Geral, 2014, 167-193. 2014.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos Las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, nº 237, enero/feb. 2012.

GUIMARÃES, Carolina Lucinda; MILANEZ, Bruno. **Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação**: revisitando Itabira, v. 41, ago. 2017.

GURZA LAVALLE, A., HOUTZAGER, P., CASTELLO, G. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, p. 44-66, 2006.

GUTIÉRREZ, Guillermo. **Patagonia, una region sin realidad?** 2003. Disponível em: <http://www.manuelugarte.org/modulos/biblioteca/g/gutierrez/patagonia.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Faktizität und Geltung. Beitrage zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats**. 4. ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. *In*: HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. O direito como categoria da mediação social entre facticidade e validade. *In*: HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Vol. I. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 17-64.

HABERMAS, Jürgen. Concluding comments on empirical approaches to deliberative politics. **Acta Politica**, v. 40, p. 384-392, 2005.

HABERMAS, Jürgen. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. **Communication Theory**, v. 16, p. 411-426, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora (reflexões sobre a terra no exterior). *In*: LIV SOVIK (org.); **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2012.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- HENN, Ronaldo. **Pauta e notícia**. Canoas: Ulbra, 1996.
- HENN, Ronaldo. O acontecimento em sua dimensão semiótica. *In*: BENETTI, M; FONSECA, V. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.
- HENN, Ronaldo. **El ciberacontecimiento: producción y semiosis**. Barcelona: Editorial UOC, 2014.
- HJARVARD, Stig. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural *In*: **Matrizes**, São Paulo, ano 5, nº 2, jan./jun. 2008.
- HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. *In*: ARANTES, A. A. (org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996.
- HOLSTON, James. Insurgent citizenship in an era of global urban peripheries. **City & Society**, v. 21, n. 2, 2009.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- IANNI, Otávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS. **Laudo técnico preliminar: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf. Acessado em: 09 jun. 2018.
- IBRAM. **Informações Sobre a Economia Mineral Brasileira**. Brasília: IBRAM, set. 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Igreja/Downloads/DADOS%20SETORIAIS%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Igreja/Downloads/DADOS%20SETORIAIS%20(2).pdf). Acesso em: 12 jul. 2018.
- IBRAM. **Produção Mineral Brasileira.**: Brasília: IBRAM. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1400/1457/00000383.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA DO PERU – INEI. **Minería (2007-2010)**. Lima, 2007. Disponível em: <https://www.inei.gob.pe/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2018.

JARDIM, Décio Lima; JARDIM, Márcio Cunha. **História e riquezas do município de Brumadinho**. Brumadinho: Prefeitura Municipal, 1982.

LAGOS, Gustavo.; BLANCO, Héran.; TORRES, Valeria.; BUSTOS, Beatriz. Minería, minerales e desarrollo sustentable en Chile. **Minería, Minerales e Desarrollo Sustentable en America del Sur**, Santiago: Cipma, 2002. cap. 6, 2002, p. 341-427.

LAGOS, Gustavo.; BLANCO, Héran. Mining and development in the region of Antofagasta. *Resources Policy*, v. 35, n. 4, p. 265-275, dec. 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0301420710000413>. Acesso em: 28 jan. 2019.

LAS2ORILLAS. **Todas las historias, todas las miradas, desde todos los rincones**. Disponível em: <https://www.las2orillas.co/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

LEFVBRE, Henri. **Materialismo dialético e sociologia**. [trad. de Joaquim José de Moura Ramos]. Lisboa: Editorial Proença, 1955.

LEFEBVRE, Henrique. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1991.

LEONARDO, Flávia Amboss Merçon. **Entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental: o caso da pesca artesanal e a configuração de um cenário de injustiça ambiental em Regência Augusta - ES**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo), Vitória, 2014.

LÉVI-STRAUSS, C. Introduction a l'œuvre de Marce l Mauss, *In: Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 2001. 9-52.

LICCARDO, Antonio; SOBANSKI, Arnoldo; CHODUR, Nelson Luiz. O Paraná na história da mineração no Brasil do século XVII. **Boletim Paranaense de Geociências**, v. 54, p. 41-49, 2004. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/novembro2011/geografia_artigos/7art_mineracao_parana.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

LINS, Fernando Antonio de Freitas; LOUREIRO, Francisco Eduardo de Vries Lapidó; ALBUQUERQUE, Gildo de Araújo Sá Cavalcanti. **Brasil 500 anos: a construção do Brasil e da América Latina pela Mineração**. Rio de Janeiro, CETEM/MCTI, 2000.

LLORY, Michel; Montmayeul, René. **O acidente e a organização**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014.

LOSEKANN, Cristiana; MILANEZ, Bruno. A emenda e o soneto: notas sobre os sentidos da participação no TAC de Governança. Dossiê TAC Governança – rompimento da barragem de Fundão. **Revista Versos**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 26-45, 2018.

LUTZ BACHÈRE, Bruno. Reseña de "Los dominados y el arte de la resistencia. Discursos ocultos" de Scott James C. **Convergencia. Revista de Ciencias Sociales**, v. 9, n. 30, septiembre-diciembre, 2002. Universidad Autónoma del Estado de México. Toluca, México.

MACHADO, Maria Márcia Magela. **Construindo a imagem geológica do Quadrilátero Ferrífero: conceitos e representações**. Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MAGALHÃES, Tiago Luis. **As Minas Gerais e o século do ouro: antecedentes da descoberta do ouro**. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/asminasgeraiseoseculodoouro.pdf>. Acesso 18 jul. 2020.

MALDONADO, Alberto Efendy. **Teorias da comunicação na América Latina: enfoques, encontros, apropriações da obra de Verón**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

MALDONADO, Alberto Efendy. Produtos midiáticos, estratégias e recepção – a perspectiva transmetodológica. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, v. 9, 2002.

MALDONADO, Alberto Efendy. Práxis teórico metodológico na pesquisa. *In*: MALDONADO, A. E. *et al.* **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em início do século XXI. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do. **Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa**. João Pessoa: UFPB, 2008.

MALDONADO, Alberto Efendy. Transformação tecnocultural, cidadania e confluências metodológicas. *In*: **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Natal, 2008.

MALDONADO, Alberto Efendy. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. *In*: **Anais do XX Compós**. Porto Alegre: UFRGS/COMPÓS, 2011.

MALDONADO, Alberto Efendy *et al.* **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MALDONADO, Alberto Efendy. A transmetodologia no contexto latino-americano. *In*: MALDONADO, A. E. *et al.* (org.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul; Natal: Unidavi; Ed. da UFRN, 2012.

MALDONADO, Alberto Efendy Gómez de La Torre. **Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora**. (In) Processualidades metodológicas configurações transformadoras em

Comunicação. Jiani Adriana Bonin e Nisia Martins do Rosário (organizadoras). Florianópolis: Insular, 2013.

MALDONADO, Alberto Efendy Gómez de La Torre. **Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processo de receptividade comunicativa.** In: Maldonado, Alberto Efendy (Coord.) Programa de Investigação em Comunicação no Brasil. Processos receptivos, cidadania, dimensão digital. Salamanca: Comunicacion Social, 2014, p. 17-41.

MALDONADO, Alberto Efendy Gómez de La Torre. El pensamiento transmetodológico en ciencias de la comunicacion: saberes multiples, fuentes criticas y configuraciones transformadoras. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación.** N.º 141, agosto - noviembre 2019 (Seccion Monografico, pp. 193-214). MALDONADO, Alberto Efendy. **Epistemologia de la comunicación:** analisis de la vertiente Mattelart en America Latina. Quito-Ecuador: CIESPAL, 2015.

MALDONADO, Alberto Efendy Gómez de La Torre. Comunicação em contexto de pesquisa. In: **A PERSPECTIVA TRANSMETODOLÓGICA: PRODUTOS MUDIÁTICOS, ESTRATÉGIAS E INTER-RELAÇÕES COMUNICATIVAS.** Organizadores: Gerson de Lima Oliveira, Larissa Conceição dos Santos e Marco Bonito. - São Borja: Unipampa; Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2019.

MANSUR *et al.* Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/VALE/BHP BILLITON. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.). **Antes fosse mais leve a carga:** reflexões sobre o desastre da Samarco/ VALE/BHP BILLITON. Marabá, PA: Editorial Iguana, 2016.

MARIONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Manual do processo civil.** 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero,** ano XI, n.21, 21, jun. 2008.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesus Martin. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os exercícios do ver:** hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: SENAC, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século.** In MORAES, Denis (org.). Sociedade midiaticizada. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Cidadanias em cena:** performance, política e direitos culturais **Hemispheric Institute,** 2009. Disponível em: <https://hemisphericinstitute.org/pt/enc09->

academic-texts/item/679- staging-citizenship-performance-politics-and-cultural-rights.html. Acesso em: 23 nov. 2019.

MARTINEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. *In: Obras escolhidas de Marx e Engels*. Moscou: Ediciones em Lenguas Extranjeras, 1953.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michéle. **Pensar as mídias**. São Paulo: Loyola, 2004.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo, Edições, n. 1, 2018.

MEDINA, Cremilda. **Narrativa e cotidiano: a arte de tecer o presente**. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Povo e personagem**. Canoas: Ulbra, 1996.

MELO NETO, João Cabral de. Poemas. *In: MACHADO, Luiz Raul. Novas seletas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

MELO, Carlos Augusto de; COSTA, Heliene Rosa da. A identidade indígena em Metade Cara, Metade Máscara, de Eliane Potiguará. *In: CAMARGO, Fábio Figueiredo. Na literatura, as identidades*. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2014.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MESA DE CONCERTACIÓN PARA LA LUCHA CONTRA LA POBREZA. **Futuro sin pobreza: balance de la lucha contra la pobreza y propuestas**, 2007. p. 136-137. Disponível em: <https://www.mesadeconcertacion.org.pe/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MILANEZ, Bruno. *et al.* **Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba. Sumário Executivo**. Brasília: Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (poemas), 2019. Acesso em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2019/04/Minasnao-ha-mais-sumario-executivo-final.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MILANEZ, Bruno.; LOSEKANN, Cristiana (org.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Sales Pereira dos. Neoeextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. *In: Revista Pós Ciências Sociais*, 2013.

MILANEZ, Bruno *et al.* **Antes fosse mais leve a carga:** reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá: iGuana, 2016. 237 p. (Coleção a questão mineral, v.2).

MILANEZ, Bruno; PINTO, Raquel Giffoni. **Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta firmado entre Governo Federal, Governo do Estado de Minas Gerais, Governo do Estado do Espírito Santo, Samarco Mineração S.A., Vale S. A. e BHP Billiton Brasil Ltda.** Juiz de Fora: Poemas, 2016. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2016-Coment%0c3%0a1rios-Acordo-Samarco.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? *In: Anais*, 37º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia, 2013.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MILLS, Charles Wright. **La imaginación sociológica**. Madrid, FCE, 1959/2000.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana. **Relatório:** avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG. Disponível em: http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/770/relatorio_final_ft_03_02_2016_15h5min.pdf. Acesso em: 29 jul. 2018.

MINAS GERAIS (Estado). Lei n.º 21.972, de 21 de janeiro de 2016. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema– e dá outras providências. **Diário [do] Executivo**, Belo Horizonte, 22 jan. 2016a. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=126274>. Acesso em: 25 abr. 2019.

MINAS GERAIS (Estado). Decreto n.º 46.993/2016, 02 de maio de 2016. Institui a Auditoria Técnica Extraordinária de Segurança de Barragem e dá outras providências. **Diário [do] Executivo**, Belo Horizonte, 3 maio 2016b. [Retificado em 4 maio 2016]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=319961>. Acesso em: 10 maio 2019.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana. **Relatório: Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana - MG.** Responsável: Grupo da Força Tarefa. Decreto n.º 46.892/2015. Belo Horizonte, fevereiro de 2016. Disponível em: http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/770/relatorio_final_ft_03_02_2016_15h5min.pdf. Acesso em: 05 jun. 2018.

MINAS GERAIS. Ministério Público. **Relatório de atividades da força-tarefa**. Disponível em: [file:///C:/Users/Igreja/Downloads/Relat_rio%20-%20CAOMA%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Igreja/Downloads/Relat_rio%20-%20CAOMA%20(2).pdf). Acesso em: 01 ago. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **De ferro e flexíveis:** marcas do estado empresário e da privatização na subjetividade operária. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MOLINA, Francisco. Racionalidades concorrentes nos conflitos hídricos: mineração e comunidade indígena em Chiu Chiu, província de El Loa, norte do Chile. **Jornal de**

Singapura da geografia tropical, v. 33, p. 93-107, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9493.2012.00451.x>. Acesso em: 28 jun. 2019.

MOLINA, Francisco. **Racionalidades negociadas, identidades politizadas**: relações intergeracionais, conflitos hídricos e mineração em Chiu-Chiu, Chile. Tese de doutorado, King's College, Inglaterra, 2014.

MONJE, Daniela. Ciudadanía comunicativa: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos. In.: Padilla, Adrian.; Maldonado, Efendy. (Orgs.). **Metodologías transformadoras (...)**, Caracas: Red AMLAT-UNESR-CEPAP, p. 179-199, 2009.

MONTALVO, Hilda Vanessa Zevallos. **Política de desenvolvimento e o setor de mineração**: análise de discursos do governo do Peru no período de 1990 a 2009. Dissertação (Mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. Gênese e estrutura da cidade mineradora. **Textos para Discussão**, nº 164. Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFGM. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20164.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MONTESQUIEU, Charles de. **O espírito das leis**. Trad. Pedro Vieira Mota. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MORALES, Julio Fiero. **Políticas mineras en Colombia**. Bogotá: Instituto Latino Americano para uma Sociedad y un Derecho Alternativos, 2012.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (Brasil). **Definição do conceito de atingido**. 2011. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/defini-doconceito-atingido>. Acesso em: 20 out. 2017.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (Brasil). **Organização para garantir os direitos dos atingidos pelo rompimento da barragem em Mariana**, 2015b. Disponível em Acesso em: <https://mab.org.br/2015/11/07/organiza-para-garantir-os-direitos-dos-atingidos-pelo-rompimento-barragem-em-mariana/>. Acesso em: 11 dez. 2019.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (Brasil). **Tragédia anunciada**. 2015a. Disponível em: <https://mab.org.br/2015/11/08/trag-dia-anunciada/#>. Acesso em: 11 dez. 2019.

MÜHL, Eldon Henrique. **Habermas e a educação**: ação pedagógica como agir comunicativo. Passo fundo: UPF Ed., 2003.

NAMUNCURA, Domingo. **Ralco, barragem ou pobreza**. Santiago do Chile: Lom Ediciones, 1999.

NAVARRETE, Julio Mejía. **Colonialidad y des/colonialidad en América Latina**: elementos teóricos. Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Lima, Peru.

NEDER, Ricardo Toledo. **Crise socioambiental: Estado & sociedade civil no Brasil (1982-1998)**. São Paulo: Annablume: FAPES, 2002.

NJAINE, Kathie. Mídia e violência urbana. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 508-515, 1994.

OBSERVATORIO DE CONFLICTOS MINEROS DE AMÉRICA LATINA – OCMAL. Disponível em: <https://www.ocmal.org/>. Acessado em: 25 jul. 2018.

OBSERVATÓRIO DE CONFLICTOS MINEROS EN EL PERU. **Informes semestrales**. Disponível em: <http://conflictosmineros.org.pe/>. Acessado em: 05 jul. 2018.

PEREIRA, Paulo Roberto (org.). **Carta de Caminha: a notícia do achamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

PERU. **Decreto Supremo n. 060-2013-PCM**. Aprueban disposiciones especiales para la ejecución de procedimientos administrativos y otras medidas para impulsar proyectos de inversión pública y privada. Disponível em: http://www.osinergmin.gob.pe/seccion/centro_documental/PlantillaMarcoLegalBusqueda/DS-060-2013-PCM.pdf. Acesso em: 14 jul. 2018.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. São Paulo: Vozes, 2004.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Juiz de Fora – MG, 2007. Disponível em: <https://lumina.uff.br/emnuvens.com.br/lumina/article/view/201>. Acesso em: 6 jul. 2018.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Conceitos de comunicação popular, alternativa, comunitária revisitados**. Reelaboraões no setor. Revista palavra clave. Colômbio, v.11, n.2, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Geografia, ano VIII, n. 16, p. 41-55, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha**. 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece/Carlos%20Walter%20Porto-Goncalves.pdf>. Acesso em: 23 de jul. 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PORTO, Helânia Thomazine. **Processos comunicacionais, digitais, identitários e cidadãos: Pataxós em “territórios” de resistências e de utopias**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. 270 p. Orientadora: Profa. Dra. Jiani Adriana Bonin, São Leopoldo (RS), 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8696>. Acesso em: 25 jun. 2020.

POTIGUARA, Eliane. **A cura da terra**. São Paulo: Editora do Brasil, 2015.

PRIETO, Manuel. **Privatizando a água e articulando a indigeneidade**: as reformas hídricas chilenas e o povo atacameño (Likan Antai). Tese de doutorado, Universidade do Arizona, Tucson, Arizona, 2014.

PRIETO, Manuel. Comercializando água, produzindo territórios e identidades indígenas: o modelo hídrico chileno e os atacameños de Calama. **Revista de Estudos Sociais**, v. 55, p. 88-103, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/res55.2016.06>. Acesso em: 23 de jul. 2019.

QUÉRÉ, Louis. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. **Revista Caleidoscópio 10**, Edições Universitárias Lusófona, 2011.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *In*: **Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, nº 6. Lisboa: ISCTE / Casa das Letras Ed., 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, argentina. Sept. 2005. pp. 227-278. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 5 fev. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBOLL. **Relatório de monitoramento consolidado dos programas socioeconômicos e socioambientais para restauração da bacia do rio Doce**: mar./nov. 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-ocidadao/caso-mariana/documentos/relatorio-ramboll>. Acesso em: 23 de jul. 2019.

RICO, Mayte, BENITO, Gerardo, SALGUEIRO, Rita, DÍEZ-HERRERO, Andres; PEREIRA, Henrique. Reported tailings dam failures: a review of the European incidents in the worldwide context. **Journal of Hazardous Materials**, 2008.

ROMÃO, Anselmo *et al.* Avaliação preliminar dos impactos sobre a saúde do desastre da mineração da Vale (Brumadinho, MG). *In*: DESASTRE DA VALE EM BRUMADINHO: Impactos sobre a saúde e desafios para a gestão de riscos, 2019, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENSP, ICICT, IOC, 2019. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/32268>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ROMERO-TOLEDO, Hugo. Ecologia política e barragens: elementos para a análise do Projeto Hidro Aysén na Patagônia Chilena. **Revisão de Geografia de Norte Grande**, v. 57, p. 161-175, 2014. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022014000100011>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ROMERO-TOLEDO, Hugo. **Extratativismo no Chile**: a produção do território mineiro e as lutas do povo aimara no Norte Grande. Departamento de Ciência Política e Centro de Estudos Internacionais. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade dos Andes, 2019. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/jatsRepo/812/81259479001/html/index.html>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ROMERO-TOLEDO, Hugo; GUTIÉRREZ, Felipe. 2016. Conflitos socioterritoriais de mineração: expansão da mineração e articulação de identidade indígena no Norte Grande do Chile. *In*: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (ed.). **Mineração na América Latina: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annblume, 2016. p. 67-89.

ROMERO-TOLEDO, Hugo; VIDELA, Angélica Videla; GUTIÉRREZ, Felipe. Explorando conflitos entre comunidades indígenas e a indústria de mineração no Chile: as transformações socioambientais da região de Tarapacá e o caso de Lagunillas. **Atacameños Studies Magazine**, 55: 231-250, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0718-10432017005000019>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

SAGGIN, Livia Freo. **Educomunicação, mídias digitais e cidadania: apropriações de oficinas educacionais por jovens da vila diehl na produção do blog semeando ideias**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo/RS.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. **Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’**. São Paulo: 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. Madison, dez. 2004. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Crise Global Contemporânea. Debatedores Boaventura de Sousa Santos e Fábio Konder Comparato. Debate na Escola de Governo de São Paulo, no dia 28 de outubro de 2015. **Youtube**. 2:24:00. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p6a-Su-aUiI>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **O Dinheiro e o Território**. In: SANTOS, Milton et al.. (Org.). Território Territórios. 1 ed. Niterói, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Robinson dos; OLIVEIRA, Joelson; ZANCANARO, Oliveira. **Ética para a civilização tecnológica em diálogo com Hans Jonas**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2006.

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. **Tradição e sustentabilidade: um estudo dos saberes tradicionais do cerrado na Chapada dos Veadeiros, Vila São Jorge - GO**. Tese (doutorado)—Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2006. http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5169/1/2006_Regina%20Coelly%20Fernandes%20Saraiva.pdf. Acesso em: 19 jan. 2018.

SARAMAGO, José. **Discurso pronunciado por José Saramago no dia 10 de dezembro de 1998 no banquete do Prêmio Nobel. Memória**. Fundação José Saramago, 1998. Disponível em: <http://www.josesaramago.org/discurso-pronunciado-por-jose-saramago-no-dia-10-de-dezembro-de-1998-no-banquete-premio-nobel/>. Acesso em: 16 fev. 2019.

SARAMAGO, José. Por utopias mais próximas. V FSM. **Revista Espaço Acadêmico**, ano VI, nº 69, fev. 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/069/69saramago.htm>. Acesso em: 16 fev. 2019.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias. In: ZHOURI, Andrea; LASCHESFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010.

SILVA, Géssica Auxiliadora da; BOAVA, Diego Luiz Teixeira; MACEDO, Fernanda Maria Felício. Refugiados de Bento Rodrigues: o desastre de Mariana, MG. **RPCA**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 63-81, abr./jun. 2017.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2005.

SISTEMA DE INFORMACIÓN MINERO COLOMBIANA – SIMCO. **Bogotá**, 2014. Disponível em: <http://www1.upme.gov.co/simco/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 22 jul. 2018.

SOBRAL, Mariana Andrade; CAMPOS, Rafael Mello Portella. **Da lama à luta: a busca da visibilidade da mulher vítima da mineração pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo**. In: XIV CONGRESSO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS, 2019. Disponível em: https://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/42570/Da_Lama___Luta

[_a_busca_da_visibilidade_da_mulher_v_tima_da_minera_o_pela_Defensoria_P_blica_do_Estado_do_Esp_rito_Santo.pdf](#). Acesso em: 22 jul. 2019.

SOLEDAD SEGURA, María. Las esferas públicas como lugares de disputa: una relectura de Fraser desde las teorías y prácticas de la comunicación en Latinoamérica. *In*: MOREY, Patricia; BORJA, Adriana (ed.) **Teoría social y género: polémicas en torno al modelo teórico de Nancy Fraser**. Buenos Aires: Catálogos, 2010.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguagens de valoración em América Latina. **Nueva Sociedad**, n° 244, marzo/abr. 2013.

SVAMPA, Maristella. *et. al.* (org.) **Movimientos socioambientales en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2012.

TEIXEIRA, Thays Helena Silva. **Metodologia da resistência: perspectivas para uma racionalidade da práxis em cidadania comunicativa**. 2019. 209f. Tese (Doutorado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOZADORI, Andre Camargo. **Conservação ambiente, criminalização e percepção da sociedade**. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Vol. II. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Vol. I. 3. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2012.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. *In*: ROTHMAN, Franklin Daniel (org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa: UFV, 2008.

VAN DIJK, T. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. Moradia e Pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. *In*: CARDOSO, Adauto Lucio *et al.* (org.). **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017.

VELÁSQUEZ, Javier Fernando Villamil. Consolidación de la gran minería transnacional em latinoamérica. **Theomai**, Buenos Aires, n. 25, p. 46-57, 2012.

VERÓN, Eliseo. **Ideologia, estrutura e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1970.

VERÓN, Eliseo. **A produção do sentido**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Cultrix, 1980.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2005.

VERÓN, Eliseo. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1. jan./jun. 2014.

VIANA, João Paulo. **Os pescadores da bacia do rio doce**: subsídios para a mitigação dos impactos socioambientais do desastre da Samarco em Mariana, Minas Gerais. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7261/1/NT_n11_Dirur.pdf Acesso em: 21 out. 2020.

VIANA, Mauricio Boratto. **Avaliando Minas**: índice de sustentabilidade da mineração (ISM). Tese (Doutorado em desenvolvimento sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/10542>. Acesso em: 29 dez. 2018.

VIANA, Mauricio Boratto. **Licenciamento ambiental em minerações em Minas Gerais**: novas abordagens de gestão. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4053>. Acesso em: 04 ago. 2018.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VILLAS-BÔAS, Ana Lúcia. **Mineração e desenvolvimento econômico**: a questão nacional nas estratégias de desenvolvimento do setor mineral (1930-1964). Rio de Janeiro, CETEM/MCTI, 1995.

VILLAS BÔAS, Hariessa Cristina. **A indústria extrativa mineral e a transição para o desenvolvimento sustentável**. 2011. Rio de Janeiro, CETEM/ MCTI/ CNPq. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/MPBB-8LMGN5/1/rodrigo_tonidandel.pdf. Acesso em: 04 ago. 2018.

VORMITTAG, Evangelina da Motta Pacheco Alves de Araújo; OLIVEIRA, Maria Aparecida de; GLERIANO, Josué Souza. Avaliação de saúde da população de barra longa afetada pelo desastre de mariana, Brasil. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 21, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Para abrir as ciências sociais**. Tradução de Ângela Maria Moreira e João Paulo Moreira. São Paulo: Cortez, 1996.

WEBER, Maria Helena. **Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade**. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (org.). **Comunicação pública e política**. Florianópolis: Insular, 2017.

WISE - WORLD INFORMATION SERVICE ON ENERGY. Disponível em: <https://www.wiseinternational.org/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

YÁÑEZ, Nancy; MOLINA, Raúl. **Mineração em larga escala e direitos indígenas no norte do Chile**. Santiago do Chile: Lom Ediciones, 2008.

YÁÑEZ, Nancy; MOLINA, Raúl. **Águas indígenas no Chile**. Santiago do Chile: Lom Ediciones, 2011.

YUNI, José Alberto; URBANO, Claudio Ariel. **Técnicas para investigar**: recursos metodológicos para la preparación de proyectos de investigación. 2a ed. Córdoba: Brujas, 2006.

ZHOURI Andréa, BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. *In*: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice (org.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (org.). **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton. 2016. (A questão mineral no Brasil, v. 2) Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/a_questao_mineral-vol2_24out_3.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

Anexo A

JESUITAS BRASIL
CONSTITUÍDA EM 1564

SEMPRE O AMANHÃ

UNIVERSIDADE VALE DOS SINOS – UNISINOS/SÃO LEOPOLDO/RG

Pesquisador Responsável: Claudiane Aparecida de Sousa**Endereço:** Rua Dom Pedro I, nº 68, apto 304, Bairro Cidade Nobre – Ipatinga/MG**Fone:** (31) (9807-8622.**E-mail:** claudianesousa.adv@gmail.com**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**PROCESSOS COMUNICACIONAIS DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: o crime socioambiental sob o ponto de vista dos sujeitos comunicantes**”. Neste estudo pretendemos Investigar, selecionar e compreender os processos comunicacionais nos discursos produzidos pelos sujeitos comunicantes em articulação com suas ações políticas, sociais, culturais, jurídicas e ambientais nas multidimensionalidades e na construção da cidadania comunicativa.

O motivo que nos leva a estudar os desdobramentos relativos tanto à queda da barragem de Fundão, quanto à queda da barragem da Mina do Córrego do Feijão, se dá devido às repercussões na vida dos sujeitos e sujeitas das comunidades atingidas; os distintos danos suportados, sejam estes materiais, sejam morais, sanitários, ocupacionais, ambientais e psicossociais, dentre outros. Estes estão atrelados a uma questão muito maior que é a exploração de minério pelas transnacionais e suas sócias, principalmente no Estado de Minas Gerais, onde a concentração de minério é enorme. Aliás, o próprio nome do Estado já indica e sinaliza sobre as nossas riquezas. Assim, é necessário discutir a (in)ação do Estado brasileiro diante das perdas suportadas pelas comunidades e pelo meio ambiente a partir das legislações existentes, bem como a postura dos governos a partir do mercado de capitais sustentado pelo capitalismo.

O escopo proposto se justifica porque elegemos determinados discursos construídos a partir dos dois acontecimentos, mesmo que em época distintas, mas que são da mesma natureza, sem falar que a mineradora Vale S.A. tinha parte na Samarco/Mariana e é a responsável, em 100%, pela Mina do Córrego do Feijão/Brumadinho. Por isso é importante pesquisar os sujeitos comunicantes e os processos comunicacionais, pois eles articulam todos os discursos.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, na UNISINOS – Universidade Vale dos Sinos e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “**PROCESSOS COMUNICACIONAIS DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: o crime socioambiental sob o ponto de vista dos sujeitos comunicantes**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____/MG, _____ de _____ de _____.

Nome Assinatura participante:

Data:

Nome Assinatura pesquisador

Data:

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar a

Claudiane Aparecida de Sousa – Doutoranda pela UNISINOS

Telefone: (31) 99807-8622 E-mail: claudianesousa.adv@gmail.com.

Endereço: Rua Dom Pedro I, nº68, apto304, Bairro Cidade Nobre – Ipatinga/MG – CEP: 35.162-398

ATA DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO PÚBLICA Nº 16/2021

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, realizou-se no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, a sessão de *Arguição Pública da Tese* “**PROCESSOS COMUNICACIONAIS DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DE MARIANA/MG E BRUMADINHO/MG: O crime socioambiental sob o ponto de vista dos sujeitos comunicantes na construção da cidadania**” apresentada pela aluna Claudiane Aparecida de Sousa, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, nível Doutorado, à Comissão Examinadora constituída pelos professores doutores Maria Del Rosario Millan (UNaM), Tamires Ferreira Coêlho (UFMT), Castor Mari Martin Bartolome Ruiz (UNISINOS), Jiani Adriana Bonin (UNISINOS) e *Alberto Efendy Maldonado Gómez de La Torre* (Orientador). O resultado da banca é de consenso entre os avaliadores. Desenvolvidos os trabalhos nos termos do Regimento Interno, Capítulo VI e registrados os resultados nas Planilhas de Avaliação, a Comissão atribuiu ao(à) aluno(a), o grau **9,5**.

A emissão do Diploma está condicionada a entrega da versão final da Tese.

Ocorreu alteração do título? () Não (X) Sim:

PROCESSOS COMUNICACIONAIS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DE MARIANA/MG E BRUMADINHO/MG: O crime socioambiental sob o ponto de vista dos sujeitos comunicantes.

Esta atividade foi realizada integralmente em modo online para atender às recomendações da OMS e Ministério da Saúde de prevenção contra a Covid-19.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado Gómez de La Torre (Orientador)

Coordenação do PPG Ciências da Comunicação: Profa. Dra. Ana Paula da Rosa



Av. Unisinos, 950 Caixa Postal 275 CEP 93022-750 São Leopoldo Rio Grande do
Sul BrasilFone: (51) 3590-8450 Fax: (51) 3590-8132
<http://www.unisinos.br>

CLAUDIANE APARECIDA DE SOUSA

PROCESSOS COMUNICACIONAIS DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DE
MARIANA/MG E BRUMADINHO/MG: O CRIME SOCIOAMBIENTAL SOB O
PONTODE VISTA DOS SUJEITOS COMUNICANTES NA CONSTRUÇÃO DA
CIDADANIA

APROVADA EM 23 DE ABRIL DE 2021.

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

BANCA EXAMINADORA

PROFA. DRA. MARIA DEL ROSARIO MILLAN - UNAM
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)

PROFA. DRA. TAMIRES FERREIRA COÊLHO - UFMT
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)

PROF. DR. CASTOR MARI MARTIN BARTOLOME RUIZ -
UNISINOS(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)

PROFA. DRA. JIANI ADRIANA BONIN -
UNISINOS(PARTICIPAÇÃO POR
WEBCONFERÊNCIA)



PROF. DR. ALBERTO EFENDY MALDONADO - UNISINOS